

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

MARIO MARCELLO NETO

O brilho de mil sóis:

História, Memória e Esquecimento sobre a bomba atômica nos Estados Unidos e no Japão

Porto Alegre

2020

MARIO MARCELLO NETO

O brilho de mil sóis:

História, Memória e Esquecimento sobre a bomba atômica nos Estados Unidos e no Japão

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em História.

Orientador Prof. Dr. Arthur Lima de Ávila

Porto Alegre

2020

CIP - Catalogação na Publicação

Marcello Neto, Mario

O brilho de mil sóis: História, Memória e Esquecimento sobre a bomba atômica nos Estados Unidos e no Japão / Mario Marcello Neto. -- 2021.

319 f.

Orientador: Arthur Lima de Ávila.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Teoria da História. 2. Bomba Atômica. 3. Memória. 4. Esquecimento. 5. Latência. I. Lima de Ávila, Arthur, orient. II. Título.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Arthur Lima de Ávila (Orientador) – PPGH/ UFRGS

Prof^a. Dr^a Carolina Silveira Bauer

Prof. Dr. Fernando Felizardo Nicolazzi

Prof. Dr. Valdei Lopes de Araújo

Prof. Dr. Pedro Spínola Pereira Caldas

AGRADECIMENTOS

Em um país fraturado, golpista e golpeado, dilacerado por uma elite política escravagista e facínora, com ódio aos pobres, e uma mídia corporativa corrompida pela sede de poder e pelo furor da manipulação em prol de interesses escusos é sempre preciso agradecer aqueles que lutaram e lutam para que a educação, principalmente na área de Ciências Humanas, seja valorizada e possível.

Sempre fui bolsista, com muito orgulho. Mesmo recebendo valores defasados, minha profissão podia ser estudar, pesquisar e escrever. No doutorado, devido as essas políticas neoliberais, conservadoras e persecutória as humanidades, tive bolsa somente pelo período de um ano. Foi um tempo crucial para poder cursar as disciplinas necessárias e aprofundar alguns debates. No entanto, após o final da bolsa tive a oportunidade de trabalhar como professor substituto na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), experiência incrível e altamente produtiva, mas que me afastou muito da tese. Findado o contrato na FURG fiquei oito meses desesperadamente desempregado. Somente um grande amor pode passar junto comigo por este momento tão complexo. Por isso, preciso agradecer de forma efusiva tudo que a Carolina Rehling Gonçalo, minha companheira, parceira, confidente, fez. Estando ao meu lado em todo esse contexto tão adverso. Meu muito obrigado, Carol! Serei sempre grato.

Neste entremeio surgiu a oportunidade de fazer um intercâmbio e, nesses meses de desemprego, entre entrega de currículos e afins, motivado pela Carol, foi onde dediquei minhas energias. A tese, novamente estava distante. A elaboração do projeto e a aprovação por parte do PPGH foi um passo fundamental. No entanto, por posturas incoerentes por parte da comissão central da universidade e motivos burocráticos em que se exigia uma documentação antes do prazo determinado pela CAPES a oportunidade passou. Estava tudo pronto, só precisava do aval da universidade, e não veio. Mesmo com um processo judicial ganho, era tarde demais para ingressar naquela leva. Aqui foi um momento chave. O desemprego assolava diretamente a minha vida, as minhas reservas acabaram e a tese continuava distante. Apenas conseguia ler.

Todo o apoio que tive nesse momento não permitirá ser traduzido no nome dessas pessoas, mas quero registrar todo o carinho, cuidado e dedicação que tiveram comigo. Desde os funcionários e técnicos do PPGH, ao meu amor (Carolina), a minha família e afins. Gostaria de deixar registrado a todos que se fizeram presentes na minha vida neste momento meus sinceros agradecimentos. Estendo meus agradecimentos aos meus sogros e familiares que tanto me auxiliaram nestes momentos.

Porém, ainda não era possível fazer a tese. Depois de oito meses fui chamado num concurso temporário, com salário abaixo do mínimo, para trabalhar como cuidador em uma escola pública do Capão do Leão (RS). Um enorme desafio: lidar diariamente com crianças portadoras de necessidades especiais foi tão difícil e, ao mesmo tempo, alentador que me fez ter ainda mais consciência de que a educação vale a pena. Essas crianças só estavam sendo assistidas por alguém, incluídas na escola regular (com toda as limitações existentes) por políticas públicas. Obviamente que um professor dentro de uma escola sente falta do seu lugar, a sala de aula. Todavia esse período na Escola Municipal de Ensino Fundamental Barão de Santo Ângelo me salvou de não só desistir do doutorado. Me deu vida financeira, me colocou dentro de uma escola, me deu a oportunidade a aprender a lidar com crianças que tem um jeito tão especial de cativar que preciso deixar registrado, com toda a força que posso, meu muito obrigado a todos por isso. As crianças da pré-escola (que me fizeram ter a consciência do tempo sobre mim ao receber a pecha de “tio Mario”), as professoras, minhas colegas, a direção e funcionários por toda amizade, companheirismo e apoio. Aqui foi quando consegui escrever o texto da qualificação, entre gritos e agito das crianças, os livros e a tela do computador.

Neste período dois amigos foram fundamentais para que eu conseguisse chegar até aqui. Primeiramente preciso agradecer ao Miguel Filho por tudo que fez por mim, por me ensinar a prática diária da sala de aula e por batalhar incessantemente para conseguir me inserir no mercado privado do ensino e me permitir ter uma vida digna a partir do meu tralho. Além disso, meu grande amigo Felipe Krüger que foi um grande parceiro tanto para questões pessoais, em discussões e pensamentos sobre o futuro profissional e financeiro, bem como discussões intensas e acaloradas sobre a tese. Esta tese deve muito ao Felipe, seja por me apresentar um mundo teórico muito maior do que eu conhecia, ou por críticas e pontuações acerca desta tese. Agradeço, sinceramente, a vocês por tudo que fizeram por mim.

Registro, também, meus agradecimentos ao Everton Otazú, que ao ser chamado num concurso me informou que sua vaga como professor temporário em Cerrito (distante 1 hora da minha casa, em Pelotas – RS) geraria um novo edital para a seleção para professor temporário. Ao conseguir ser selecionado para a vaga do concurso tive a oportunidade de voltar a sala de aula como professor. Em escolas periféricas pude exercer tudo aquilo que acreditava ser efetivo na educação. Foi um momento crucial da minha vida, que me deu estabilidade financeira (porém era temporária) e o deleite de se fazer o que estudei e escolhi fazer. Registro aqui meus sinceros agradecimentos aos alunos de Cerrito e as(aos) professores e professoras. Com destaque especial para as diretoras que organizavam festas e eventos na comunidade para

arrecadar dinheiro que era todo revertido para a própria escola. Não existia, em Cerrito, um aluno que fizesse a tradicional viagem de formatura (normalmente para a capital Porto Alegre ou outra cidade do interior) por não ter dinheiro. A escola tinha dinheiro para auxiliar e ajudar a todos. Uma perspectiva comunitária de educação que, embora questionada por padrões legais, precisa ser alvo de reflexão pelo poder de capilaridade e participação da comunidade na escola.

Trabalhar em dois empregos, (afinal no Capão do Leão o concurso tinha a duração de um ano – iniciado em agosto de 2018 – e em Cerrito findaria em dezembro), sendo que o salário em Cerrito o salário era extremamente baixo e gastava 20% em gasolina para me deslocar de moto até lá (não possuía carro e de ônibus eu não conseguiria chegar a tempo no Capão do Leão). Saía ao meio-dia de Cerrito e tinha que chegar até as 13:00 no Capão do Leão. Sorte é que a estrada que liga Capão do Leão a Cerrito passa na frente da escola em que trabalhava como cuidador. Agradeço a todas as pessoas das escolas por todo o apoio e carinho, que me incentivaram a fazer este trabalho, e claro, aos meus alunos.

No fim do ano veio a proposta para trabalhar em uma escola particular, de cunho religioso, depois de um ano de ter deixado os currículos e de todo o esforço do Miguel para que eu conseguisse uma oportunidade. Esse desafio, num contexto em que estavam findando os contratos não podia ser negado. Aceitei e, depois de muito penar para compreender a lógica, a estrutura e o funcionamento, ter um pouco mais de estabilidade e pude investir em alguns confortos – viajar e comprar livros. Essa possibilidade de importar livros foi fundamental para fazer essa tese, visto que muitas bibliografias que utilizo não possuíam versão digital. Infelizmente não foi possível ir ao Japão a tempo. Mas certamente esta tese é só o início de uma pesquisa muito maior e, por isso, sei que poderia ir lá em breve para fazer os levantamentos necessários. Agradeço aos professores que me concederam dicas e entrevistas neste período, em especial ao professor Yuki Tanaka e Michihiro Okamoto e Peter Kuznick que gentilmente conversaram comigo sobre a minha pesquisa. Agradeço também aos pareceristas anônimos dos artigos que submeti neste intermeio por me concederem dicas fundamentais sobre a temática que auxiliaram enormemente a elaboração desta tese.

Estes anos entre o desemprego e a rede privada fizeram que com a extrema demanda de fatores exógenos me dificultassem a dedicação a essa tese. Toda essa digressão narcisista acima não é para fazer qualquer tipo de discurso vitimizador ou algo do tipo. Escrevi essas linhas para tentar mostrar como o investimento em educação, e nisso incluem-se as bolsas, mas também na educação básica pública, tanto como aluno, quanto trabalhador, foi o que me permitiu chegar até aqui. Todos os percursos citados, poderiam ter sido evitados, permitindo que meu enfoque

fosse diretamente na tese se houvesse investimento maciço em educação. Se houvessem bolsas, concursos regulares para professores e não o sucateamento com a exploração de professores realocando-os de sua disciplina para compor carga-horária. O incentivo a pesquisa, a valorização dos professores e profissionais que trabalham nas escolas e universidades, entre outras inúmeras questões são muito importantes. Percebam que não citei acima nenhum problema pessoal envolvendo questões de saúde, psicológicas ou familiares as quais qualquer pessoa pode ser submetida e que, obviamente influencia na produção de um trabalho como esse (e por isso a universidade deve estar sempre atenta a esses estudantes, auxiliando-os). Estou me referindo a aspectos puramente financeiros e, como estes são importantes para o desenvolvimento da educação. Ao leitor, escolhi publicizar minha trajetória como forma de alertar para a necessidade constante de luta contra o obscurantismo e sucateamento da educação pública brasileira e pela valorização da universidade como um lugar de saber e crítica, que mesmo com todos os seus defeitos, deve ser construída socialmente e ressaltada como forma de fortalecer as democracias tão ameaçadas. Por isso, agradeço a todos que lutam por um Brasil verdadeiramente plural e democrático, em que a educação seja tratada como prioridade, não um gasto.

Desta forma, os demais agradecimentos serão poucos, mas sinceros. Agradeço ao meu pai e minha mãe, por tudo que fizeram e que me permitiu chegar até aqui. Agradeço ao restante da família, em especial minha prima Rosimeri, minha tia Alba e minha dinda América, minha tia Rosa. Através dos nomes dessas pessoas agradeço a toda a família pelo apoio e suporte que me deram. Agradeço, também, a todos os colegas e professores que me auxiliaram, de diferentes maneiras, a fazer com que esta tese fosse escrita. Aos meus alunos, que de forma indireta, sempre me motivaram a estudar e acreditar na educação, mesmo com seus percalços e desafios. Aos meus colegas de UFRGS, em especial ao Caio Pinheiro e Hildebrando Maciel por todo o companheirismo, parceria e pela excelente recepção na minha viagem a Fortaleza. Aos professores do PPGH que tive a oportunidade de conhecer e aprender, em especial a professora Mara Rodrigues e ao professor Benito Schimdt que tanto me ensinaram e me motivaram nesse período.

Agradeço aos professores Fernando Nicolazzi e Caroline Bauer pela atenta leitura durante a qualificação e todo o apoio que me deram durante esta trajetória. Meus agradecimentos aos professores Valdeci Araújo e Pedro Caldas pela participação da banca de defesa e por se disporem a ler atenciosamente o meu texto e sugerirem discussões extremamente relevantes sobre o meu texto escrito. Agradeço também aos meus professores da UFPel, que

durante a graduação e mestrado me incentivaram e apoiaram e não foi diferente durante o doutorado. Em especial agradeço ao Aristeu Lopes, por todo o carinho e dicas e a Alessandra Gasparotto por todo o auxílio, inclusive pelo zelo comigo quando estava sem emprego em Porto Alegre. Gostaria de agradecer também aos professores que me motivaram, sejam com seus textos, seja com sua atuação pública, em especial ao professor Valdei Araújo que sempre esteve disponível e atencioso para ler meus textos e me passar suas impressões. Ao meu orientador, Arthur Ávila, por todo o apoio e orientações em todos os momentos difíceis. Um muito obrigado!

Agradeço, também, aos sites de compartilhamento de livros e textos: *Library Genesis*, ao *Sci-hub* e a *Aozora Bunko* que ao possibilitar acesso gratuito a livros e textos de todas as partes do mundo permitem que o conhecimento seja compartilhado e, no meu caso, ampliando as possibilidades de pesquisa no Brasil sobre questões envolvendo o Japão e os EUA sem sair do país (infelizmente) e sem grandes gastos com importações de livros. Viva o conhecimento livre e compartilhado!

Agradeço os governos Lula e Dilma por fazerem a universidade pública brasileira um lugar digno, plural e autônomo. Agradeço a oportunidade de financiamentos e investimentos na educação feitos por esses governos que permitiram-me tornar um profissional mais qualificado.

Agradeço a todos que de diferentes maneiras participaram da construção desta tese, das intensas horas de escrita, de leitura e de falta de sono. Agradeço a paciência e encaro esta jornada como um prenúncio de uma nova etapa ainda mais desafiadora, mas da qual não abrirei mão de continuar lutando por um Brasil menos desigual, mais democrático, com uma educação pública, gratuita e de extrema qualidade.

Muito obrigado a todos e todas!

*Devolva-me a meu pai.
Devolva-me a minha mãe.
Devolva-me aos meus mais velhos.
Devolva-me aos meus filhos.
Devolva-me a mim mesmo.
Devolva-me a quantos estão ligados a mim.*

*Devolva-me a paz,
uma paz que não se pode romper
enquanto exista a sociedade dos homens
e a vida humana
Sankichi Toge*

RESUMO

NETO, Mario Marcello. **O brilho de mil sóis: História, Memória e Esquecimento sobre a bomba atômica nos Estados Unidos e no Japão.** Tese (Doutorado em História). Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020.

Esta tese apresenta uma discussão sobre os usos do passado sobre a bomba atômica nos EUA e no Japão. Minha hipótese inicial é que a experiência do/com tempo nunca mais foi a mesma após jogarem as bombas atômicas sob o Japão em 1945. Proponho uma investigação sobre como a bomba atômica foi utilizada, manipulada, contestada e até mesmo comemorada para fins políticos e ideológicos em diferentes contextos. A partir de três conceitos geradores sobre o uso do passado, consagrados por Paul Ricoeur (2007) – memória, história e esquecimento – analiso como os discursos sobre a bomba atômica são utilizados, manipulados e conformados nestes três modos de lidar com o passado nos EUA e no Japão em diferentes contextos distintas motivações. Busco compreender como de maneira direta e indireta o evento “bomba atômica” foi usado como uma justificativa para ações variadas, como políticas de memória que reforçam outros esquecimentos e até mesmo estimulam e modelam sociedades a partir da mídia utilizando um discurso do medo de uma ameaça distópica, mas possível. Portanto, analiso uma série de elementos que envolvem a bomba atômica. Desde produções culturais (cinema, desenhos animados, literatura e games), políticas memoriais e a historiografia sobre a bomba atômica e suas permanências, focando no país alvo e perdedor da guerra (o Japão) e o algoz e vencedor da guerra (os EUA). Meu principal argumento constrói-se a partir da ideia que a mudança de discurso e a forma como a bomba atômica aparece na centralidade dos argumentos sobre esse período do passado se deve a motivações políticas, éticas, e até etnocêntricas (dentro da binariedade de civilização/barbárie ou Ocidente/Oriente), mas que em nenhum dos casos mantém uma linearidade. O ponto de tensão deste argumento está no fato de que os diversos usos dados a bomba atômica fazem da factualidade deste evento um mero detalhe, tornando o mesmo uma grande possibilidade de reflexão sobre o arcabouço teórico e prático de como o passado poder ser usado, manifestado e representado em diferentes contextos.

Palavras-chave: bomba atômica, usos do passado, políticas de memória, esquecimento, teoria da história

ABSTRACT

NETO, Mario Marcello. **Thousand Suns Shine**: History, Memory and Forgetfulness about an atomic bomb in the United States and Japan. Thesis (Doctorate in History). Porto Alegre, Graduate Program in History, Institute of Philosophy and Human Sciences, Federal University of Rio Grande do Sul, 2020.

This thesis presents a discussion of the past uses of the atomic bomb in the USA and Japan. My initial hypothesis is that the experience of / with time was never the same after dropping atomic bombs under Japan in 1945. I Investigate how the atomic bomb was used, manipulated, contested and even celebrated for political and ideological purposes in different contexts. Based on three generating concepts about the use of the past, consecrated by Paul Ricoeur (2007) - memory, history and forgetfulness - I analyze how the speeches about the atomic bomb are used, manipulated and shaped in these three ways of dealing with the past in the USA and in Japan in different contexts different motivations. I seek to understand how, in a direct and indirect way, the event “atom bomb” was used as a justification for various actions, since the cause of wars, memory policies that reinforce other forgetfulness and even stimulate and shape societies from the media using a discourse of fear of a dystopian threat, but possible. Therefore, I analyze a series of elements that involve the atomic bomb. From cultural productions (cinema, cartoons, literature and games), memorial policies and the historiography about the atomic bomb and its permanencies, focusing on the target country and loser of the war (Japan) and the executioner and winner of the war (USA). My main argument is based on the idea that the change in discourse and the way the atomic bomb appears in the centrality of arguments about this period of the past is due to political, ethical, and even ethnocentric motivations (within the binary of civilization / barbarism or West / East), but which in neither case maintains a linearity. The point of tension of this argument is the fact that the various uses given to the atomic bomb make the factuality of this event a mere detail, making it a great possibility for reflection on the theoretical and practical framework of how the past can be used, manifested and represented in different contexts.

Keyword: atomic bomb, uses of the past, memory policies, forgetfulness, theory of history

SUMÁRIO

LISTA DE IMAGENS	13
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	14
INTRODUÇÃO	15
CHAVE DE LEITURA	38
CAPÍTULO 1 – Bomba Atômica: entre evidências, enredos e narrativas	62
1.1) <i>Para além do Dia D: A Segunda Guerra em uma perspectiva global</i>	64
1.2) <i>Trinity: do Projeto Manhattan a Nagasaki</i>	79
1.3) <i>“Abraçando a Derrota”: A síndrome de Moby Dick e a bomba atômica</i>	105
CAPÍTULO 2 – Memória: entre lembrar e fazer ver	126
2.1) <i>Sadako Sasaki: a construção de uma memória pública japonesa</i>	127
2.2) <i>Fortes como o trigo: O mangá “Gen – Pés descalços” de Kenji Nakazawa</i>	144
CAPÍTULO 3 – Esquecimento: do silenciamento a conformação do passado	187
3.1) <i>Anistia forçada: O Julgamento de Tóquio e as políticas de esquecimento</i>	189
3.2) <i>Latência atômica: de Godzilla a Bob Esponja</i>	206
CAPÍTULO 4 – História: a arte de brincar com o passado?	239
4.1) <i>O ferrão da história: as “Mulheres de conforto” e o “Massacre de Nanquim”</i>	241
4.2) <i>Erramos? De quem é a culpa? A historiografia estadunidense sobre a bomba atômica</i>	269
RÉQUIEM PARA SOBREVIVER	288
REFERÊNCIAS	298

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 - Mapa das anexações territoriais japonesas (1941).....	74
Figura 2 - Garotas Calutron em 1945	87
Figura 3 - Autorização de Roosevelt para Vannevar Bush coordenar os investimentos para a construção do “Projeto Manhattan”	89
Figura 4 - Estátua de Oppenheimer e Groves em Los Alamos	92
Figura 5 - Oppenheimer e Groves observando a destruição causada pela experiência Trinity	94
Figura 6 - Foto do "cogumelo atômico" em Nagasaki	104
Figura 7 – Número de escolas e universidades do Japão (2013).....	115
Figura 8 - Cartaz do filme “Senbazuru”	137
Figura 9 - Visão sobre a guerra	166
Figura 10 - O traidor sujo?	169
Figura 11 - Sr. Pak: o coreano	171
Figura 12 - Movimentos sociais na década de 1950 em Hiroshima.....	176
Figura 13 - Pise no trigo para crescer mais forte.....	178
Figura 14 - Trigo renasce após a bomba atômica.....	179
Figura 15 - O trigo reascende a esperança.....	181
Figura 16 - Bandeira do Partido Comunista Japonês	182
Figura 17 - Variações experimentais do trigo como sofrimento	183
Figura 18 - a bomba atômica e a memória	186
Figura 19 - Monumento em homenagem ao juiz Radhabinod Pal	201
Figura 20 - Gojira e Hibakusha	220
Figura 21 - A destruição de Tóquio em Akira.....	227
Figura 22 - Hibakushas pós-modernos	231
Figura 23 - Cientistas do mal.....	232
Figura 24 - The Interdital Zone	235
Figura 25 - Bob Esponja e o Atol de Bikini	237

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CLN	Comitê de Liberação Nacional da Itália
DC	Detective Comics
EUA	Estados Unidos da América
FBI	Gabinete Federal de Investigação dos EUA
FDR	Franklin Delano Roosevelt
GOCO	Propriedade Governamental Controlada para Operar
GQH	Quartel General do Comando Aliado no Japão
HQ's	História em Quadrinhos
HPMM	Museu Memorial da Paz de Hiroshima
IMTFE	Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente
JNR	Ferrovia Nacional do Japão
NACA	Comitê Nacional para Aconselhamento sobre Aeronáutica
NASA	Administração Nacional da Aeronáutica e Espaço
NDRC	Comitê de Pesquisa de Defesa Nacional
ONU	Organizações das Nações Unidas
PC	Computador Pessoal
PCJ	Partido Comunista Japonês
PLD	Partido Liberal Democrata
SCAP	Comando Supremo dos Poderes Aliados
TNP	Tratado de Não Proliferação Nuclear
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
WSMR	Campo de Teste de Mísseis de White Sands

INTRODUÇÃO

Ao meu ver, a questão decisiva para a espécie humana é saber se, e em qual medida, a sua evolução cultural poderá controlar as perturbações trazidas à vida em comum pelos instintos humanos de agressão e autodestruição. Precisamente quanto a isso a época de hoje merecerá talvez um interesse especial. Atualmente os seres humanos atingiram um tal controle das forças da natureza, que não lhes é difícil recorrer a elas para se exterminarem até o último homem. Eles sabem disso; daí em boa parte, o seu atual desassossego, sua infelicidade, seu medo. Cabe agora esperar que a outra das duas “potencias celestiais”, o eterno Eros, empreenda um esforço para afirmar-se na luta contra o adversário igualmente imortal. Mas quem pode prever o sucesso e o desenlace?

Sigmund Freud em “O Mal-Estar na Civilização”

Esta frase premonitória de Freud que encerra seu livro me fez refletir muito. Início a escrita dessa tese em um contexto de neoliberalismo exacerbado, precarização total das relações de trabalho e escancaramento das desigualdades, principalmente no momento atual em que além de todo o pandemônio político e econômico, enfrentamos uma pandemia altamente mortal. Freud se pergunta, muito antes de acontecer o Holocausto ou as bombas atômicas, se a vontade de viver supera a pulsão de autodestruição. A possibilidade da extinção de até o último homem e a última mulher é real, concreta e perigosa. A bomba atômica é só uma forma disso, talvez mais rápida, mas tão eficiente quanto o mundo vem se desenhando. E como viver e não ficar imóvel? Apegar-se nos projetos de resistência e fundar bases que permitam a construção de um mundo justo e de um projeto de paz. Utopia? Certamente, mas completamente necessária.

Cada capítulo desta tese constituiu-se a partir de um conceito ou ideia base para que as temáticas sobre a bomba atômica pudessem ser problematizadas e analisadas. Este trabalho foi pensado para ser um exercício de teoria da história a partir da bomba atômica, compreendendo as narrativas memoriais e historiográficas, prestando atenção, principalmente, nas estratégias de esquecimento estabelecidas em diferentes culturas de passado.

No início do texto, antes do primeiro capítulo, como uma inspiração na obra de Paul Ricoeur (2007), ofereço uma chave de leitura na qual destaco aspectos fundamentais para a leitura desta tese, deixando explícito alguns posicionamentos que serão cruciais para o entendimento dos argumentos apresentados. Primeiramente discuto sobre a ética ao se falar sobre a bomba atômica. Aqui já explico parte do posicionamento que assumo e a bibliografia que utilizo para refletir sobre quais aspectos são toleráveis e quais não são ao se narrar a bomba atômica. Meu principal argumento é que não existe possibilidade de falar sobre a bomba

atômica, de forma a fazer justiça aos mortos (BENJAMIN, 1996), que não analise para além da memória e narrativas dos vencedores.

O segundo ponto que destaco nesta parte é a estética. Tema fundamental para este trabalho, realizo uma pequena digressão sobre a importância da estética para a historiografia, bem como, uma proposta analítica para concepções estéticas sobre a bomba atômica. A visão estética do “cogumelo atômico”, amplamente difundida no Ocidente, em que se conhece a bomba atômica a partir do afastamento, distanciado, portanto, a visão sobre a vítima, quando existe, é turva, distorcida e estereotipada. O seu oposto é o “brilho de mil sóis”, que é a visão da vítima, de quem está dentro do cogumelo. Esta visão pode carecer de alguns elementos contextualizadores, pois não sabe bem o que está se passando, mas é aquela que tem uma narrativa dificultada pelo trauma, pela dor e pela perda. Este termo é o título dessa tese, na busca de estabelecer uma relação empática com as vítimas.

Por fim, o último elemento desta parte, trata sobre as generalizações necessárias para se realizar uma tese que pretende realizar o exercício de história global, que busca comparar dois países com distintas organizações culturais, línguas entre outras questões. Principalmente as generalizações sobre a “cultura japonesa” e “cultura estadunidense”, os aspectos fundamentais em como se percebe o tempo histórico nas diferentes culturas de passado e a necessidade de realizar algumas generalizações para construir uma narrativa mais abrangente sobre determinados aspectos.

O capítulo 1 foi pensado como aquele responsável por compreender o conceito de “bomba atômica”. Para isso, foi necessário realizar no primeiro tópico uma reflexão sobre a Segunda Guerra Mundial, principalmente em uma perspectiva que incluísse a Ásia na sua problemática como forma de entender em que contexto estavam envolvidos, os EUA e o Japão, quando do lançamento das bombas atômica.

O segundo tópico é dedicado a pensar a fabricação da bomba atômica até o lançamento do segundo artefato em Nagasaki. Aqui me dedico integralmente a compreender os aspectos políticos, econômicos e sociais que permitiram a construção deste por parte dos EUA. Apresento a versão que, a partir das leituras expostas, referendo como as mais coerentes sobre o lançamento das bombas atômicas e lanço luz sob algumas consequências em se lançar este artefato, principalmente pensando em aspectos materiais, número possível de mortos e a continuidade da radiação como um estigma social.

Finalizando o primeiro capítulo, encontra-se o último tópico que busca explicar como a bomba atômica foi percebida e compreendida, tanto no Japão como nos EUA, enfocando para

a culpabilização do povo japonês por parte de uma memória oficial da bomba atômica construída por uma narrativa que visa anistiá-lo e culpabilizar a vítima pelo crime. Aqui realizo discussões mais intensas a partir de Dominick LaCapra (2005) e Karl Jaspers (2018).

O conceito norteador do capítulo 2 é memória. Aqui realizo uma discussão sobre o aspecto polissêmico do conceito e são definidos os referenciais teóricos. Por se tratar de um tema amplamente debatido, não realizo uma revisão bibliográfica do tema, apenas aprofundo o debate teórico fundamentado em Paul Ricoeur (2007), Dominick LaCapra (2005), Aleida Assmann (2011), Jeanne Marie Gagnebin (2009) e Mateus Pereira (2015). No primeiro tópico busco entender como a narrativa da memória de Sadako Sasaki foi construída de maneira que permitisse que sua memória seja considerada a memória oficial do Japão. O principal argumento é que o uso de sua trajetória de vida para construir um discurso vitimizador e anistiador foi central para que a memória pública japonesa fale sobre a bomba atômica sem apontar culpados.

Por fim, encerrando este capítulo, analiso o mangá Gen – Pés-descalços de Keiji Nakazawa. Proponho uma análise da sua narrativa de memória buscando compreender como ele percebeu a bomba atômica e quais os grupos e interesses que visa dar visibilidade em sua história. Problematizo a implicação do formato autobiografia, considerando Gen um entremeio entre uma obra ficcional e autobiográfica, na qual o uso da criação livre, não totalmente referenciada na memória, permite a ampliação de aspectos fundamentais como a inserção de grupos sociais afetados pela bomba atômica e que tradicionalmente foram excluídos das narrativas hegemônicas.

Entre esses grupos destacam-se os coreanos, as vítimas da bomba atômica com sequelas visíveis a olho nu, entre outros aspectos. Discuto também o uso da simbologia do trigo para elaborar uma narrativa que construa uma memória justa (RICOEUR, 2007) e perlabore o trauma a partir de um ato de narrar novamente o vivido de forma consciente de que o evento está no passado, mas que suas marcas serão indelevelmente presentes. Utilizando a ideia apresentada por Caldas (2015), em que argumenta sobre as variações experimentais, penso os recursos narrativos e estéticos empreendidos por Keiji para falar sobre seu passado traumático. Finalizando, exponho que Nakazawa constrói uma narrativa extremamente diversa, que busca punição ao imperador, na mesma proporção que condena os EUA pelo lançamento da bomba atômica, sem que com isso anistie a participação civil em regimes autoritários como colaboracionistas.

No capítulo 3 o conceito central é esquecimento. Embora seja implicitamente discutido pela historiografia, poucos são os teóricos que se dedicaram a pensar sobre o ato de esquecer. Partindo dos mesmos referenciais utilizados para falar sobre a memória, acrescento as reflexões de Maria Svampa (2016) e Umberto Eco e Marilyn Migiel (1988), o principal interesse aqui é diferenciar o esquecimento natural, comum e necessário, do esquecimento forçado, imposto e estabelecido por instituições superiores. O primeiro tópico deste capítulo se dedica a estudar o esquecimento implícito no ato de perdoar a atuação do imperador Showa durante guerra e as consequências nefastas para o Japão. Destaco que a principal impossibilidade de perlaborar o trauma e realizar o trabalho de luto dos mortos na Segunda Guerra Mundial, pelo Japão, passa pela falta de justiça e impunidade que mantém o passado presente e em constante repetição.

Por fim, na última parte deste capítulo estudo como a bomba atômica torna-se um evento latente ao longo do século XX e XXI. Partindo do pressuposto de que a latência é uma micronarrativa, algo que existe, mas não está formado, uma espécie de representação fraca na qual os elementos representados não fazem relação direta com o evento ao qual a referencialidade se conecta. Neste sentido, a latência da bomba atômica se manifesta através da nuclearidade, onde os sentimentos com relação as armas nucleares são mobilizados de formas variadas, seja pelo filme do Gojira, ou pelo mangá Akira, ou ainda pelo desenho animado do Bob Esponja, no qual, direta ou indiretamente acabam recaindo na noção de evento-limite-possível. Por isso, a latência é fruto de eventos traumáticos em que o passado fica recalcado no inconsciente coletivo, e a partir de determinados gatilhos (pessoais ou sociais) emergem.

Por fim, o último capítulo foi pensado para discutir a história e sua função ante o esquecimento e a memória. Partindo da ideia apologética da memória, como estabelece Paul Ricoeur (2007), organizo o capítulo de forma que permita ao leitor a compreensão sobre como a história e a historiografia são mobilizadas por questões advindas da memória. A partir disso, o historiador deve submeter a memória a uma rígida investigação a fim de fazer justiça a mesma e vingar seus mortos por meio da narrativa.

No primeiro tópico me dedico a estudar o caso da historiografia japonesa. Não é um estudo sobre os historiadores japoneses que pesquisam a bomba atômica, até porque são poucos se comparados a outras tradições historiográficas. O estudo se concentra em compreender a dinâmica sobre as nuances do falar da bomba atômica na historiografia japonesa demandam, necessariamente, expor o papel do país nipônico enquanto algoz. Estudando algumas questões sobre o regime de escravidão sexual imposto pelo Japão Imperial durante a Segunda Guerra Mundial e o massacre e estupro realizado pelo mesmo país sob a cidade chinesa de Nanquim

permite compreender as nuances entre a memória, o negacionismo e a mobilização de historiadores para organizar uma narrativa crítica e engajada que permita a compreensão da complexidade do passado japonês, ao contrário do que alguns defensores do *status quo* pregam. O destaque desta parte fica para os trabalhos de Yuki Tanaka.

O último tópico desta tese trata sobre a historiografia estadunidense. Nesta parte da tese busco compreender como boa parte da historiografia dedicada a pensar a bomba atômica o faz a partir de uma perspectiva da memória dos algozes, ou seja, pautando seus estudos sob a discussão de quem começou a Guerra Fria ou quem foi o responsável por lançar as bombas atômicas. Explicando alguns contextos fundamentais para uma virada na produção historiográfica estadunidense, destacando, principalmente, as efemérides de 1985 e 1995 como os contextos fundamentais para o surgimento de uma historiografia marcada pela sua internacionalização e a busca de compreender a bomba atômica também a partir da vítima. Esta historiografia se aproxima muito mais daquilo que Benjamin (1996) propõe, uma história a contrapelo. Destaco aqui os trabalhos de John Dower (1986). Terminando esta parte contextualizando as conexões entre esse último grupo com os historiadores críticos japoneses, construindo uma espécie de historiografia global sobre a bomba atômica que pretende perceber essas nuances importantes e destotalizar o passado (GRUNER, 2010).

Lembrar. Esquecer. Comemorar. Apagar. Impor. Escrever. Filmar. Representar. Lutar. Reescrever. Resistir. Rememorar. Todos estes verbos poderiam resumir o que esta tese irá apresentar. Na busca de traçar uma discussão a partir de elementos constitutivos das políticas de memória e de esquecimento é preciso aclarar alguns pontos dos contextos envolvidos, bem como os enfoques que darei ao longo desta tese.

Em um mundo neoliberal, a sociedade do cansaço, como argumenta Byung-Chul Han (2017), liderada por um vocabulário capitalista que busca o *timing*, através de *insights* e na profusão constante, em quantidade, de trabalhos acadêmicos que apontem uma *inovação* e quem sabe, com isso, reconstruir seu *mindset* ou abastecer banco de dados de índices, esta tese busca contribuir para uma crítica a esse modelo de sociedade, demonstrando como o passado pode ser conformado em situações variadas para usos políticos e ideológicos que afastam das pessoas o direito a verdade, a justiça e a paz, em todos os sentidos que esses três conceitos possam apresentar.

Minhas análises qualitativas buscam compreender o dissenso, a pluralidade e a diversidade, tendo como premissa básica que o passado (e o direito a verdade) não são apenas mercadorias que podem ser negociadas e/ou valoradas, algo que Chris Lorenz (2012) também

ratifica, uma vez que: “a legitimidade do Estado no neoliberalismo não é dada, mas depende de suas funções facilitadoras para o mercado econômico”¹ (LORENZ, 2012, p.602).

Neste contexto, o papel intelectual, como refletia Said (1996) é se contrapor a esta *demanda* (o que o mercado exige e quer) de pesquisas objetivas, que preencham tabelas, gerem números e dados. Por isto, esta tese trará uma discussão conceitual, uma análise dos impactos dos usos dos passados e suas mobilizações para fins políticos. As visões sobre História (com *agá* maiúsculo) estabelecidas no século XIX e que ainda vigoram como uma força considerável, enfrentam inúmeras dificuldades em encontrar o seu papel social e realizar uma inserção no debate público acerca do seu objeto de estudo. Um empirismo puro, sem uma apurada discussão teórica, sobretudo sobre aspectos éticos e políticos envolvidos no fazer historiográfico não traz, hoje, nenhuma grande novidade que um banco de dados sobre o assunto não possa dar conta.

Essa eterna crise da história, tão bem analisada por Hayden White (2014), naquilo que se tornou seu último livro e uma espécie de *réquiem* para os historiadores, só poderá ser superada se os historiadores enfrentarem o desafio de irem além da empiria e mais, compreenderem que o domínio do passado não pertence a história, por isso, se apropriar destas outras manifestações do passado de forma crítica e eticamente responsável é uma urgência em tempos atuais. Nesta tese busco analisar uma gama de objetos nos mais variados suportes, para que assim eu consiga demonstrar a elucubração e o constructo de distintas formas e linguagens de usar o passado e conformá-lo de acordo com o seu interesse.

A proposta é realizar uma análise destes usos do passado, pelos mais diferentes segmentos, através de uma narrativa e de um extenso teórico debate historiográfico que permita entender não só os usos do passado, mas principalmente as políticas para esses usos, suas manipulações, suas produções de memória e, sobretudo, de esquecimento.

Nesta tese analisei as representações e as práticas de políticas memoriais e esquecimento produzidas sobre a bomba atômica nos Estados Unidos da América e no Japão, desde 1945 (ano do lançamento da bomba atômica) até os dias atuais. Não delimitarei um período restrito de análise, pois este não seria coerente com o que vocês lerão a seguir. Não proponho uma análise cronológica dos usos do passado da bomba atômica, mas sim uma compreensão de como se estruturam e quais tipos de questões do passado, envolvendo a bomba atômica, pretende-se mobilizar a partir de determinados discursos e culturas de passado.

¹Texto original: “The legitimacy of the state in neoliberalism is not given but is dependent on its enabling functions for the economic market”.

Essas mobilizações do passado, em diversos contextos de fraturas políticas, aliadas a uma estruturação de práticas de silenciamento e construções de discursos amnésicos permite compreender que a bomba atômica não é um evento que incide “apenas” no passado. A bomba atômica, de uma forma bem latente, é hoje. O amplo espectro de análise temporal está relacionado diretamente as escolhas destes elementos discursivos espalhados ao longo do tempo e do espaço, no qual cada um evoca uma capacidade de manifestação e manipulação do passado que me permite analisar com maior acuidade estas relações.

A noção de usos do passado tem se tornado, cada vez mais, uma tendência historiográfica dos últimos anos. No entanto, tem possibilitado, ao mesmo tempo, ampliar os horizontes de análises sobre o passado, possibilitando o estudo dos mais diversos segmentos sociais, da mídia às práticas políticas, por exemplo, e ressignificando o papel da disciplina história, uma vez que compreende que tal disciplina não é a detentora dos usos do passado e, muito menos, a reguladora: que diz o que está certo e errado neste processo.

Partindo da perspectiva de Jan Assmann (1998), não pretendo analisar o passado como ele “teria sido”, ou “como ele era”, e, sim, como ele se apresenta. Aquilo que Assmann (1998) chamou de mnemohistória, ou seja, a busca pela compreensão de como se constroem determinadas visões, interpretações e discursos sobre o passado, desta forma: “ela analisa as linhagens da tradição, as teias da intertextualidade, as continuidades e discontinuidades diacrônicas de ler o passado”² (ASSMANN, 1998, p.9). Constrói-se, assim, algo que Aleida Assmann (2011) chamou de “memória cultural”. Estudando a memória e suas várias acepções, a partir da vertente teórica dos Estudos Culturais, Aleida Assmann, citando dois semióticos russos, argumenta que a cultura pode ser vista como uma “memória da coletividade que não se pode legar como herança” (ASSMANN, 2011, p.23 apud LOTMAN; USPENSKI, 1984, p.3), ou seja, a memória necessita de meios e estímulos para que possa ser transmitida. Este meio é, segundo a autora, a própria cultura. Por isso, mais uma vez, o estudo das culturas de passado são fundamentais para desvelar como essas memórias são produzidas, organizadas, lembradas, esquecidas e, até mesmo, apagadas.

Não significa, com isso, que não importam as evidências sobre as atrocidades causadas pela bomba atômica, porém estas servirão de aporte para compreender como elas foram tratadas para construir um discurso que as negue, ignore ou corrobore. É preciso compreender que a

² Texto original: “It surveys the story-lines of tradition, the webs of intertextuality, the diachronic continuities and discontinuities of reading the past.”

bomba atômica, enquanto evento, permite a construção de argumentos dos mais variados matizes.

Além das discussões sobre trauma ou advento da ciência, a bomba atômica colocou em pauta um dos elementos que fortalece ainda mais o argumento a respeito do antropoceno. Segundo Chakrabarty (2018), embora não haja consenso que fixe um marco para essa nova era geológica, é evidente que a bomba atômica exerce uma importância fundamental para compreender o papel do ser humano no mundo. Porém, partindo da provocação de Chakrabarty (2018), é importante refletir que o termo antropoceno se refere a influência da humanidade no funcionamento da Terra, sendo capaz de acelerar um tempo imperceptível para o ser humano (o tempo geológico) e torná-lo um tempo mundano (tempo histórico). Essa virada entre o que o autor chamou de transformação da história da Terra em história do mundo é substancial quando o autor provoca a reflexão ao sugerir termos mais apropriados para designar isso: “capitaloceno” ou “economiceno” em referência direta ao ator fundamental nesta transformação: o capital. O termo antropoceno embora muito útil, não pode naturalizar a perspectiva de que a Terra muda significativamente seu funcionamento, e sua estrutura geológica passa a ser afetada, com o advento do capitalismo consequente da Revolução Industrial. Afinal, há um consenso: “entre estudiosos que debatem o termo Antropoceno que, independentemente de a partir de quando (a invenção da agricultura, expansão e colonização pela Europa, a Revolução Industrial, ou o primeiro teste da bomba atômica), já estamos no antropoceno³” (CHAKRABARTY, 2018, p.6).

Por isso, a bomba atômica é tão fundamental neste ponto. Este artefato representa o poderio máximo do capital em financiar um projeto bilionário capaz de extinguir o próprio planeta. Da Revolução Industrial até a bomba atômica o capitalismo só aumentou sua sagacidade em destruir o meio ambiente e remodelar o planeta e a nossa existência. A experiência do tempo histórico, acelerado durante o século XX e atualista no século XXI, vive, conjuntamente, com uma presentificação e aceleração de um tempo lento, quase imutável aos olhos humanos, o tempo geológico. Isso, a partir da atomicidade saltou aos olhos humanos que passaram a pensar que mundo é esse capaz não só de extinguir a sua espécie, mas também destruir o seu planeta?! Tais temáticas são centrais nas obras de Gunther Anders (2011) e

³ Texto original: “among scholars who debate the term Anthropocene that, irrespective of when we date it from (the invention of agriculture, expansion and colonization by Europe, the Industrial Revolution, or the first testing of the atomic bomb), we are already in the Anthropocene.

Bertrand Russell (1990), que a partir da bomba atômica não conseguem conceber a ideia de ódio, existência e humanidade da mesma forma.

Desta forma, as políticas sobre o passado que envolvem a bomba atômica devem ser compreendidas como elementos centrais nesta tese, uma vez que elas são capazes de organizar e institucionalizar o quê, como e por quem deve ser lembrado, e o mesmo com relação àquilo que deve ser esquecido. Soterrar passados, asfixiar memórias e alavancar narrativas, muitas vezes fictícias, são artimanhas das políticas articuladas sobre o passado.

Para Enzo Traverso (2013) o passado pode ser utilizado das mais variadas maneiras, memórias fortes e fracas se intercalam num jogo de poder que é determinado por circunstâncias muito cambiais. Segundo Traverso (2013) elas vão muito além de grupos políticos partidários e seus papéis executivos e legislativos, se dão em todas as esferas sociais. Desde os mitos infantis, as crenças, lendas e relações que todos os setores sociais têm para com determinada temática do passado. No Brasil, provavelmente, grande parte da população brasileira não estudou com maior aprofundamento as bombas atômicas lançadas sobre o Japão, porém, uma parcela da sociedade temeu, ou ao menos comentou sobre uma guerra nuclear entre os EUA e a Coreia do Norte em 2017, sem ter noção exata do que isso significaria. Isso demonstra que o passado é aprendido em vários setores, é usado de várias maneiras, muitas vezes de forma manipulada e autoritária, casos que geram feridas e dores que não permitem perlaborar traumas, corroboram práticas e hierarquias completamente desiguais. O que esta tese pretende é desvelar alguns destes usos do passado sobre a bomba atômica e refletir a partir destes.

O lugar de fala de qualquer pesquisador é fator determinante para compreender o texto a ser lido. Desta forma, embora eu tente mergulhar o máximo possível no universo da cultura japonesa e estadunidense, tratarei as análises a seguir, sobretudo, numa perspectiva judaico-cristã perpetuadas no Ocidente. Tais fatores impõem limitações analíticas e reflexivas que fazem com que grande parte dos referenciais e dos pontos de vista nas análises compartilhem destes códigos culturais. Minha condição de viver em um país colonizado, matizado pela escravidão, autoritarismo e desigualdade social permite estabelecer nexos importantes entre a bomba atômica que compartilham destes signos e referenciais e permitem uma reflexão aprofundada.

Para fundamentar e compreender o escopo de elementos que serão analisados nesta tese é preciso esclarecer alguns pontos fundamentais sobre os usos do passado em diferentes contextos. Neste sentido, o conceito de “culturas de passado” proposto por Fernando Nicolazzi (2019) se faz fundamental. A partir de uma análise extensa da semântica e etimologia do termo

“cultura” o autor argumenta em prol da defesa da compreensão das culturas envolvidas na mobilização de determinado passado, ou seja, compreendendo a cultura a partir de uma concepção antropológica plural e diversa, como apresenta, Clifford Geertz (2008).

Ainda na busca de fundamentar as culturas de passado é preciso destacar, segundo Nicolazzi (2019), o aspecto etimológico da palavra. A polissemia que vai desde a Roma Antiga até a virada antropológica da década de 1970, é problematizada e entendida dentro de todas as possibilidades. É justamente nessas ambiguidades que o conceito cultura se pluraliza, com isso permite compreender que os contextos em que os passados são mobilizados estão imbuídos em culturas distintas que demandam questões específicas para cada situação, manipulação e conformação de algo que já passou. Afinal: “isso leva a pensar que as formas pelas quais os diferentes passados são mobilizados em distintos contextos se dão enquanto performances culturais particulares” (NICOLAZZI, 2019, p.227).

Estas performances particulares em que cada cultura se relaciona com determinado passado é fundamental para o entendimento do conceito de culturas de passado. Para entender como cada cultura se relaciona com o mesmo passado, ou seja, com a busca referencial em um período pretérito, é preciso compreender as dinâmicas internas de cada cultura, os seus interesses, as relações de poder nelas imbuídas, entre outras. Por isso, é importante conceitualizar o que entendo como passado para que o conceito de culturas de passado possa ser compreendido.

Partindo do pressuposto de que o passado não existe mais, tudo que existe são formas de substituir o passado, a história acaba sendo uma delas. Seus métodos e suas capacidades são amplas e não devem ser jamais menosprezadas. No entanto, reconhecer que a história não é o passado é importante, pois como no caso empiricamente estudado por Nicolazzi (2019) (na transformação da Pedra de Tecomate no Monólito de Tláloc, no México) as culturas envolvidas demandavam visões e compreensões do passado que distintas ou não, seus interesses sempre tinham um cunho prático. O diferencial é a incapacidade de determinadas culturas de passado (histórica, ou seja, a historiografia como um todo) em reconhecer que ao escrever história buscamos dar um uso prático ao passado. Que este uso seja a fim de questionar o *status quo* e de desconformar os modelos vigentes. Muitos historiadores fizeram e fazem da historiografia o seu fim prático, mas há uma grande parcela ainda encarcerada nas lógicas historicistas do empirismo puro e debate apenas entre os pares.

Por isso, conceitos como “cultura de história”, proposto por uma pesquisa coletiva liderada por João Paulo Pimenta (PIMENTA et al., 2014), em um detalhado estudo sobre as

relações do público com a história brasileira da independência são importantes, mas não contemplam a gama mais ampla de manifestações do passado que me interessa analisar. Nesta tese analisarei manifestações outras, que irão além da história (quanto disciplina), assim como as diversas culturas de passado envolvidas em torno da bomba atômica. Por isso, a factualidade sobre a bomba atômica tem sua importância, como Jenkins (2013) alerta, para uma noção de referencialidade, mas isso não é a tônica principal deste trabalho que busca compreender como determinadas culturas alteram, usam, conformam e modelam as narrativas sobre a bomba atômica a partir de necessidade e interesses específicos.

A partir destas atuações é possível perceber que as culturas de passado também influenciam e agem dentro da historiografia e um discurso simplista sobre a defesa da objetividade e factualidade da história não é capaz de compreender as dimensões éticas e políticas envolvidas. As culturas de passado atuam de maneira capilarizadas na produção ou reprodução de um passado que não existe mais, mas que de alguma forma é necessário trazê-lo à tona, ou é impossível fazê-lo passar.

Sintetizando, as culturas de passado podem ser definidas pelas: “formas variadas pelas quais o passado é usado, cuidado, cultivado, habitado, mas também as distintas modalidades pelas quais ele é significado, simbolizado” (NICOLAZZI, 2019, p.226) e, acrescentaria eu, torna-se latente (uma vez que o passado dá estímulos inconscientes para determinadas representações e narrativas), compreendendo as: “práticas determinadas que definem as modalidades segundo as quais ele funciona no e para o presente, bem como os diferentes sentidos que a ele são conferidos em uma dada sociedade” (NICOLAZZI, 2019, p.226).

Assim, os estudos de Alun Munslow são extremamente importantes para esta tese. Para Munslow (2009) o passado não existe, ele existiu. O tempo verbal neste caso é de extrema importância. Embora possa parecer uma discussão obsoleta, compreender que o passado não tem uma existência ontológica implica diretamente no reconhecimento, por parte da historiografia, do papel do passado na sua performatividade e escrita. Por isso, como destaca o autor supracitado, o passado só poderá existir no presente a partir de representações e, acrescentaria eu, latências. Estas representações podem ser dentro do campo do sentido, como narrativas memoriais, discursos oficiais e, também, a história. E, como aponta Gumbrecht (2010), o passado poderá se manifestar no presente fora do campo do sentido (aqui me refiro a lógica de pensamento que busca estabelecer nexos cognitivos e explicações a partir de princípios filosóficos racionalizantes), principalmente através de presenças e latências, temas que tratarei mais adiante.

Nesta breve digressão ao conceito de passado e suas possibilidades de representações e manifestações atualmente devo destacar que de forma alguma o passado se torna monopólio da história e, muito menos, a história se torna a corretora e fiscalizadora de usos do passado. Tal questão parece ter sido a temática da carreira acadêmica de Hayden White e no seu último livro publicado antes de sua morte parece ter sintetizado o lugar da história ante essas representações do passado. White (2014) ao apresentar a ideia de passado prático, coloca em pauta os riscos assumidos pelos historiadores ao recalcarem a retórica e imaginação (reprimida, como sua epígrafe remetendo a Michel de Certeau afirma) através da ficção no século XIX a partir da separação entre o romance histórico e a historiografia.

Esse passado histórico, criado por historiadores para consumo de seus pares acabou recalcando a ficção no seu fazer historiográfico. Estas fronteiras no Oriente são ainda mais fluídas, uma vez que o poder imaginativo e retórico faz parte da vida cotidiana, religiosa e cultural. A vida dentro do sentido racional (quase cartesiano) existe no Oriente e existia até mesmo antes da sua acelerada ocidentalização nos oitocentos. No entanto, no caso japonês, como afirma Nakagawa (2008), a convivência entre o mundo mitológico (e na visão preconceituosa de muitos ocidentais: irreal) e o mundo do sentido (explicativo, lógico e racional) é uma constante. A ficção e a realidade se confundem no espaço público do passado, e é presentificado, na cultura japonesa. Desta forma, a ficção é recalçada no Ocidente, limitando as capacidades imaginativas e narrativas, retirando-as da arena pública e cotidiana e confinando-as a espaços e lugares permitidos (livros, filmes etc.). Parte do esforço realizado por Luiz Costa Lima (2006) ao analisar as aporias da história e da literatura – tendo como intermeio a ficção, existente em ambas – assume que sua trajetória ocidental permitiu recalcar na primeira.

Afinal, como afirma Hayden White em uma entrevista à Folha de São Paulo, em 1994, é preciso compreender que: “o conhecimento histórico é invenção de uma cultura particular num determinado momento. Lévi-Strauss diz que o que o Ocidente chama de história é o seu próprio mito. Essa história foi estabelecida como verdade em contraposição ao mito, com uma função ideológica distinta” (WHITE, 1994). E, na busca de substituir os seus mitos, o Ocidente construiu uma forma de narrar o passado que acreditava ser a transposição da realidade pretérita. Essa pretensa crença em um passado ontologicamente resgatável é a premissa básica para a morte fulcral da ficção na arena pública ocidental. Pois a história, como disciplina, emerge no século XIX como a tábua de salvação do Ocidente. Balizando as narrativas do passado e colocando-se como a única portadora da verdade sobre o pretérito. Por isso: “a história tinha a

função de oferecer genealogias a essas novas configurações políticas. Ela continuou fazendo isso no século 20, quando as grandes potências e os impérios multinacionais tiveram necessidade de uma justificativa genealógica” (WHITE, 1994).

Por outro lado, como aponta o historiador Stefan Tanaka (1996), a forma de percepção ficcional, fantasiosa e mitológica do Oriente embora permita com maior facilidade o uso da imaginação e elaboração de narrativas, é, de forma geral, uma forma dogmática e senso comum de estabelecer-se. Por isso, proponho pensar que isto ocorre devido a necessidade de convencimento empregada em um discurso “fora do real”, ou seja, altamente imaginativo e longe dos aspectos de referencialidade na vida cotidiana. Este processo é muito maior que qualquer discurso pautado em uma referência mais clara e racionalizada. Sendo assim: “a ficção só pode transfigurar o real por tê-lo conhecido” (BULHÕES, 2009, p.22).

Quando os seres vivos elaboraram seus mitos fundadores que transfiguram o real, estabeleceram um tipo de forma narrativa, que, entre outras coisas, tem relação direta em como representamos e falamos sobre o passado. O mito por muitos séculos foi a forma correta e possível para falar do passado. Conforme a razão e os princípios filosóficos foram adentrando as sociedades, os mitos passaram a ser questionados e tensionados. Em algumas sociedades, como a japonesa, segundo Kato (2012), os mitos pouco foram associados a mentiras ou enganação. No entanto, com o avanço das doutrinas confucionistas e as ondas budistas, os mitos fundacionais deram espaços a pensamentos filosóficos e alguns dogmáticos. Porém, é possível conviver ao mesmo tempo mitos e narrativas religiosas/filosóficas de cunho racional (que buscam a comprovação).

Isso muda radicalmente quando o pensamento e modelo científico iluminista encontra no seio do Estado-Nação apoio e patrocínio para desenvolver uma forma e lógica de pensar em que, como afirma White (1990), a história disciplinar, construída na Europa dos oitocentos, só obteve êxito por afastar sua narrativa e forma de representação do passado da retórica e de outras capacidades imaginativas de representação milenarmente utilizadas ao longo do tempo. Segundo Hayden White esta capacidade imaginativa e ficcional foi vista, pelos historiadores do século XIX, como algo amador com: “um tipo de escrita que era mais ‘criativa’ ou ‘poética’, em que a imaginação, a intuição, a paixão, e, sim, até mesmo o preconceito, estavam autorizadas a ter precedência sobre considerações de veracidade, perspicuidade, clareza discursiva e senso comum” (WHITE, 2018, p.14). Estava, assim, constituindo-se um modelo de pensar as formas de representar o passado que seria exportado junto com o Estado-Nação para todo o globo,

incluindo aqui países não-ocidentais, como o Japão, que serão altamente afetados por este modelo narrativo aqui exposto.

No Ocidente, a imaginação e a capacidade de crer em mitologias e dar espaço as manifestações do inconsciente – fazer associações fora da lógica racional – foram recalcadas. Isso fica claro no Manifesto Surrealista, encampado por André Breton (2001), em que no período entreguerras busca, a partir daquilo que Freud vinha desenvolvendo sobre o inconsciente, ampliar o horizonte imaginativo ocidental que cedeu espaço para um mundo “realista” e destinou espaços específicos onde é permitido imaginar/crer em fantasias/mitologias: templos religiosos, cinemas, teatros e pouquíssimos outros espaços. A imaginação na sua forma mais ampla foi restringida do espaço público ocidental, como argumenta Sartre (2015).

Neste sentido, mais do que separar, Oriente e Ocidente são marcos discursivos, que aproximam em pontos que interessam aos Estados e afastam em outros. Edward Said (2007), no seu clássico, *Orientalismo*, explica a origem histórica do termo e como, para o Oriente Médio, isto foi alvo de uma construção narrativa de distanciamento e segregação dos árabes e sua cultura no Ocidente, envolta por uma áurea inquisidora católica. No caso do extremo oriente não é tão diferente. A opção política do Japão, China e Índia (os maiores países/impérios da região) pelo isolacionismo só foi rompido no século XIX devido as práticas imperialistas pautadas no racismo e na subjugação dos povos conquistados como inferiores que deveriam ser civilizados.

O fator religioso, que talvez seja tido como o principal marco diferenciador, pode ser percebido com uma fluidez maior e um limitador bem menor do que, por exemplo, ficar afastado do mercado. Em outras palavras, como argumenta há algumas décadas Immanuel Wallerstein (2001), a diferença entre Oriente e Ocidente é relativa, uma vez que não ser cristão no Ocidente não é, hoje, algo tão grave. Agora não fazer parte do capitalismo, seja na Europa ou na Ásia é uma heresia monumental. Ou seja, o mercado integra aquilo que a cultura separa? Talvez! Espero que até o final desta tese consigam refletir com mais cautela sobre esta questão.

Essas fronteiras Ocidente e Oriente vão diretamente ao encontro de ideias que vem sendo trabalhadas por intelectuais desde a já citada “crise da história”. Desde os processos de descolonização em países asiáticos e africanos (por volta da década de 1960) passando pelos eventos que deram fim a Guerra Fria, entre eles o vazamento nuclear de Chernobyl (1986) e a queda do muro de Berlim (1989), muitas pesquisas começam a pensar na instituição que ficou

completamente arrasada depois de duas grandes guerras e de um mundo multipolar depois da Guerra Fria: o Estado-Nação.

Por isso, sinalizar o que é o passado e o lugar deste na história é importante para que eu consiga definir como o conceito de culturas de passado se aplica nesta tese. O passado, na visão de White (2014), pode ser interpretado a partir de uma dupla acepção, não dogmática, mas importante para a reflexão. Um passado prático que se aplica a todas as formas de usos dele fora da historiografia, em que cada cultura o mobiliza com uma justificativa e necessidade diferente. Aqui o passado e o direito à liberdade de escolha de uma narrativa que melhor cabe sobre o pretérito de cada um entram fortemente, desenvolvendo as noções básicas do existencialismo sartreano.

O outro passado, é um passado construído por e para historiadores. Nele o mundo se organiza, se explica e tem um sentido. Nesse passado, chamado por Hayden White de passado histórico, o historiador acha que monopoliza ou fiscaliza os usos do passado, quando ele apenas circunscreve uma das formas de representá-lo que não consegue perceber as nuances e as demandas por passado que as sociedades têm. Por isso, quase como um chamado a uma nova atuação, White (2014) propõe que os historiadores ajam mesmo dentro do seu *metier* em prol de um uso prático do passado, fazendo com que este passado possa servir para atuar em justificativas e ações de interesses públicos.

Uma infinidade de historiadores e historiadoras já agiram e agem com fins práticos bem estabelecidos. No entanto, uma grande parcela da historiografia ainda se mantém arraigada nos pilares constituídos no século XIX, em que a história (disciplina) torna-se a única e verdadeira forma de falar sobre o passado, recalcando ainda mais a ficção das práticas historiográficas e dificultando, ainda mais, uma compreensão e contribuição ampla da sociedade.

É preciso compreender, também, que as humanidades podem atuar no século XXI a partir dos conhecimentos produzidos na academia e estruturação dos saberes acadêmicos que nos levem a reflexionar sobre o mundo exterior, mas principalmente pautando as ideias centrais de liberdade e o poder de definir o seu próprio passado. Não significar mentir ou inventar passados, não estigmatizar o passado, colocando-o, principalmente, dentro de um discurso nacionalista de que o passado “foi assim”, com um caráter imutável.

Aqui a ideia de liberdade e de possibilidade de escolha são levadas a sério, num patamar filosófico que permite entender que o passado é, também, uma questão de escolha. Esta discussão será mais bem tratada no primeiro capítulo. Além disso, do ponto de vista da teoria

da história, tenho como premissa básica a compreensão de que qualquer rótulo teórico não permite uma reflexão coerente e não faria jus ao que está escrito a seguir. No entanto, é preciso dizer que as correntes narrativistas e/ou pós-modernas estruturam esta tese. Autores como Hayden White (1987) e Dominick LaCapra (1999) estão no cerne da reflexão nesta tese. Isso, para que fique claro, não significa que não reconheço e não utilizo teóricos de outros campos e vertentes. É o caso de Michel de Certeau (1982), Enzo Traverso (2013) e Paul Ricoeur (2007), que mesmo pertencendo a origens e vertentes filosóficas distintas trazem elementos centrais para serem refletidos neste texto. As reflexões psicanalíticas de Sigmund Freud (1994) e, mais recentemente, de Elizabeth Roudinesco (2016), compõem um arcabouço importante nesta tese para tratar de alguns temas centrais, principalmente daqueles derivados das noções de trauma e de como as narrativas e manifestações do passado são impactadas, de forma coletiva, por estes eventos.

A psicanálise, principalmente nos termos fundamentados pelo psiquiatra austríaco Sigmund Freud, tem como objetivo tratar, clinicamente, pacientes que tenham transtornos psíquicos. Um dos diagnósticos mais comuns constatados por Freud é a impossibilidade mental, tanto do consciente quanto do inconsciente, em estabelecer marcos separatórios entre o passado e o presente. Esse passado que não passa, ou nas palavras de Huyssen (2014), um “passado-presente”, precisa ser tratado para que o paciente consiga compreender que por mais traumático e doloroso que tenha sido este momento, ele passou e, mesmo com dores e cicatrizes é preciso conviver com esse passado entendendo sua localização pretérita.

Toda a trajetória freudiana foi marcada por estudos clínicos ou antropológicos que buscavam entender a psiquê humana, suas relações na formação da personalidade e da organização social. A relação entre indivíduo e sociedade, instinto e cultura, ou, nas palavras de Freud (2011), pulsões e civilização, são os desdobramentos das reflexões da psicanálise. Cabe salientar que Freud ao desenvolver tal técnica e teoria pensava sobretudo no tratamento clínico dos seus pacientes, pouco sugeriu da aplicação das suas ideias para uma coletividade onde obter o diagnóstico demanda muito mais dados e análise. Por isso, os estudos de Freud quando aplicados a história buscam justamente realizar esta ponte entre o indivíduo e a coletividade afim de compreender as mesmas dinâmicas psíquicas existentes em uma pessoa ou em uma coletividade. Ou seja, “é a alegação de que todos os homens partilham de algumas condições inevitavelmente universais” (GAY, 1989, p. 82)

Nesta tese os textos de Freud serão fundamentais para estruturarem ideias e fundamentarem pensamentos teóricos que permitam uma análise mais densa sobre os usos da

bomba atômica nas diferentes culturas de passado. No entanto, para que possa ter uma compreensão melhor de como essas teorias pensadas para uma prática clínica individual podem ser aplicadas para uma coletividade é preciso recorrer a outros intelectuais que trilharam este caminho. Meu primeiro contato foi por intermédio da brilhante reflexão de Peter Gay (1989) e seu pequeno livro a respeito de como Freud e seus conceitos podem ser lidos e usados pelos historiadores. Ao avançar, Peter Gay (1989) propõe aos historiadores a análise de uma coletividade a partir de um viés psicanalítico, principalmente indo além das biografias, nas quais era possível ter dados antropológicos suficientes para um diagnóstico da psiquê do biografado. Seus estudos sobre o prazer, o amor e até mesmo os sentimentos ao longo do passado são ensaiados nessa obra, fatores que irão permear a trajetória de Gay.

Em uma vertente mais filosófica, porém não menos importante, a obra “História e Psicanálise” de Michel de Certeau (2016) exerceu grande influência. De Certeau exerce grande impacto na minha leitura sobre psicanálise principalmente no que concerne as problemáticas em torno das percepções do tempo e sobre a ficcionalidade, ou não, da narrativa histórica e psicanalítica. Em uma aprofundada análise, Michel de Certeau (2016) argumenta que a psicanálise difere-se do que comumente boa parte da historiografia do século XX (e arriscaria dizer até os dias atuais) pensa, pois ela compreende que o passado está no presente, em muitos casos. Essa presentificação do passado pode ser vista, por exemplo, em uma situação recalcada e não elaborada pelo indivíduo. Tais questões são fundamentais para que a historiografia repensasse suas fronteiras e sua relação entre passado, presente e futuro.

Além disso, Certeau centra sua análise ao pensar o deslocamento feito pela psicanálise em contraposição a posturas científicas estabelecidas até então. Os conceitos de normal e anormal, de loucura, entre outros foram todos postos à prova a partir da interpretação psicanalítica de que as patologias são frutos de estruturas humanas inventadas e organizadas para diagnosticar as pessoas de determinadas maneiras. Por isso, dependendo do contexto e da forma em que são analisados esses conceitos podem mudar e alterar sua significação. Quando o psicanalista precisa pontuar sua presença (afetiva ou simbólica) na narrativa do paciente, ele está estabelecendo uma postura, segundo Certeau, de compreender o lugar de fala, colocando as noções de real e ficção entre aspas.

Com isso, substitui-se: “o discurso ‘objetivo’ (aquele que visa dizer o real) por um discurso que assume a figura de ‘ficção’ (se, por ‘ficção’, entende-se o texto que declara sua relação com o lugar singular de produção)” (CERTEAU, 2016, p. 75). Nesta compreensão, visão aprofundada ao longo da trajetória de Certeau, o lugar de produção do historiador traz

consigo marcas ficcionais intransponíveis, e mais, necessárias para a elaboração de uma narrativa sobre o passado. Porém, assim como na psicanálise as noções referenciais não permitem mentir, mas compreender que a ficção é uma parte substancial na organização e exposição do passado em uma narrativa que faça sentido e permita colocar o passado no seu devido lugar.

Crítico voraz de uma historiografia que negligenciou os escritos de Freud e de uma psicanálise que se dividiu e manteve-se afastada das concepções sociais e coletivas do fundador desta teoria, Certeau lembra que quando se fala do Nazismo, por exemplo, sem mencionar suas querelas em uma perspectiva psicanalítica, estamos, novamente, ignorando os estudos freudianos e reduzindo-os a biografias e patologias. Esse chamado e alerta de Certeau foi fundamental para que encontrasse na psicanálise um recurso eficiente para compreender os fenômenos do passado e suas presentificações.

É possível entender, também, como neste entremeio a história, a memória e o esquecimento se relacionam e interagem. Destaco que quando falo em psicanálise, no singular, não significa que não reconheça as suas inúmeras divisões e discussões teóricas internas, desde Freud e Jung, até mesmo Lacan e Fromm. No entanto, quando me refiro a este termo no singular estou me referindo aos estudos de Freud e de uma corrente francesa (não lacaniana) de psicanálise que pode ser vista em Elizabeth Roudinesco (2016) ou, no pensamento intelectual helveto-brasileiro, encampado por Jeanne Marie Gagnebin (2009), na qual defende a coletivização das teorias freudianas e uma compreensão mais contextualizada dos fenômenos clínicos pensados por Freud.

Por isso, embora compreenda a importância e a coerência na proposta de Sartre (2015), para esta tese adotarei um enfoque voltado para a capacidade das análises coletivas e sabendo que as pulsões e princípios de sexualidade são algo estrutural estabelecido através do “mal-estar na civilização”, ou seja, da relação entre instintos e culturas (FREUD, 2011). No entanto, meu foco será dado nas relações estabelecidas pela psiquê humana em suas formas de lidar com o passado, sobretudo o passado traumático.

Lançando mão deste preâmbulo em defesa e sistematização da psicanálise, algo que não é novidade historiográfica, embora não seja um enfoque comum. Detenho-me aqui a explicar a principal estrutura em que relaciono a psicanálise e a história nesta tese. Todos os autores citados anteriormente exerceram grande influência na formulação desta tese, porém, nenhum outro intelectual proporcionou tantas reflexões sobre essa temática como Dominick LaCapra. Dois motivos precisam ser destacados para que se compreenda o papel do pensamento de

LaCapra nesta tese. Primeiramente do ponto de vista teórico quanto a historiografia, LaCapra parte de uma premissa simples: o passado não existe, o que existem são narrativas sobre ele; a história tem capacidade ficcional tanto quanto a literatura, o que muda são suas técnicas e aporias. Muitos o classificariam como narrativista ou pós-moderno, no entanto, para além desses rótulos, cabe destacar que esta postura teórica quando pensada a partir da psicanálise permite a historiografia compreender um papel que transcende a conformação do Estado Nacional e permita a “destotalização” proposta por Eduardo Gruner (2010) ou abrir “feridas históricas”, como argumenta Chakrabarty (2007).

Desta forma, quando me referir a psicanálise nesta tese estarei levando em consideração, além de Freud, as produções de Peter Gay (1989), Michel de Certeau (2016) e, sobretudo, de Dominick LaCapra (2005). Ressalto que embora toda a obra freudiana tenha sido traduzida para a língua portuguesa, muitos dos estudos posteriores sobre psicanálise ainda são feitos em línguas distintas do inglês. Esse conhecimento espreado é importante para diversificar as abordagens, porém traz dificuldades quando se trata da tradução de termos. Por isso, abaixo listarei os principais conceitos psicanalíticos que utilizarei nesta tese dentro da tradução que considere mais apropriada. Destaco que faço isso como uma referência extremamente positiva, na posição de leitor, do importante texto de Mateus Pereira (2015) a respeito das possibilidades (ou não) de conviver com o passado traumático da ditadura civil-militar brasileira. Ressalto, que os termos a seguir foram compilados a partir de leituras exaustivas de Sigmund Freud (2018, 2016, 1976, 2011, 1994), Peter Gay (1989) e Elizabeth Roudinesco (2016).

Trauma: relacionado com a memória de um evento passado que ocasionou marcas que atormentam a pessoa no presente através de lembranças. Pode permanecer silencioso no inconsciente, porém pode ser reativado a partir de determinado evento (aleatório ou) relacionado ao evento traumatizante.

Recalque/negação: é o processo em que o inconsciente retém todas as ideias que questionam, negam ou alteram suas pulsões, guardando-as para que a frustração ante a necessidade de conter tais instintos sejam menos desprazerosas e permitam a vida em sociedade. O recalque é algo inerente ao ser humano, no entanto, quando se trata de uma coletividade ele é uma forma do inconsciente lidar com as frustrações, por isso, o recalcado pode, sempre que motivado, entrar em constante repetição, negação ou bloqueio narrativo em virtude daquilo que foi reprimido no inconsciente.

Repressão: termo semelhante a negação, porém motivado pelo consciente. Ou seja, a repressão é feita conscientemente como forma de tentar eliminar algo da estrutura mental que lhe seja desagradável ou incômodo.

Remorso/culpa: é um sentimento derivado da sensação de ter ferido a moralidade a qual estão imbuídos. Assume-se uma postura de arrepende-se de algo que infringiu este código, por isso é uma visão positivada da situação uma vez que mediante o remorso há uma ação propositiva e consciente de assumir a culpa (responsabilidade por determinada ação motivadora).

Ressentimento: sentimento que projeta a culpa no outro, tornando-se vítima de algo que não necessariamente seja verdade. O ressentido é sempre acompanhado do postulado de vítima, na qual assume a postura de perseguido e inocente, em contrapartida seu algoz é culpado. Não há uma busca por reparação dos danos causados a si, mas sim uma incessante corrida atrás do reconhecimento de culpa do outro. Por essa busca constante pela culpabilidade do outro o ressentido vive presentificando o passado em busca de uma redenção a partir da aceitação de culpa por parte do seu algoz.

Luto: é a perda de algo que possuía vínculos afetivos. Neste sentido, o luto é um trabalho de reconhecimento da perda, da transformação da ausência (falta de algo que ainda pode voltar) em perda (ausência definitiva).

Perlaboração: é possível após uma série de técnicas (como o processo de re-narrar) que permitem ao inconsciente superar suas dificuldades como determinada emoção ou sentimento, conseguir estabelecer a distância necessária entre o passado e o presente e, com isso, conviver com determinadas marcas e com a dor da lembrança.

O trabalho de Robert Jay Lifton (1967) na sua teoria que convencionou chamar de psico-história, busca conciliar a psicanálise clínica com estudos historiográficos para a compreensão detalhada de eventos traumáticos e suas percepções por diferentes indivíduos. Lifton (1967), psiquiatra de formação, e com ampla circulação em ambientes historiográficos antes de ingressar como membro fundador do grupo dedicado a psico-história, serviu como médico psiquiatra no Japão ocupado e posteriormente na Coreia, durante a Guerra da Coreia (1950-1954). Esse período foi fundamental para o desenvolvimento de uma teoria pautada na busca pela compreensão das dinâmicas do trauma exercido sobre diferentes sujeitos, bem como a contextualização e organização dos fatos em busca de construir uma narrativa única sobre determinado aspecto do passado, porém colocando como fio condutor as diversas narrativas obtidas em análises clínicas. Uma das suas obras mais importantes, e que exerce grande influência na minha tese, é “Death in Live: Survivors of Hiroshima”. Ali ele expande o conceito

de sobrevivente e coloca-o como centro da sua narrativa, porém, sempre, buscando elementos críticos a sua memória e organização elucidativa como forma de legitimar sua fala. Propondo realizar uma “ponte mental” (*mental bridge*), ou como aponta sua metáfora uma “ponte dos suspiros” (*bridge of sighs*), Lifton (1965), expande suas ideias na revista recém-criada na década de 1960: “History and Theory”. Em uma resenha estabelece as suas premissas sobre psico-história. Essa ponte mental seria a ligação entre a história e suas análises conjunturais de uma coletividade e a psicanálise agiria na busca por um sentido profundo nos dilemas psíquicos de cada indivíduo.

É preciso destacar, também, o trabalho feito por Paul Ricoeur (2007), transposto em sua obra: “A história, a memória e o esquecimento”, no qual a partir da sua análise sobre o funcionamento desta tríade, as suas interposições e suas formas de lidar com o passado estabelecem pressupostos teóricos que serão levados a uma reflexão mais acurada sobre o passado com relação a bomba atômica ao longo de toda esta tese. Tais problematizações envolvem a discussão que realizei acima sobre a importância do existencialismo, budismo e psicanálise.

Uma das saídas apontadas, como citei acima, são estudos que buscam questionar a lógica eurocêntrica tanto da ideia de nação quanto de história (como disciplina). Essa crença em uma uniformidade mundial quanto a esses conceitos leva a construção de um discurso eurocentrado que, em tempos de crises no Estado-Nação, não são mais pertinentes. Por isso, a busca por comparar experiências e representações do passado em nações distintas, compreender formas de ver e pensar o mundo que não tenham o mesmo princípio de racionalidade europeu pode ser uma das saídas tanto para uma historiografia não limitada pelo Estado-Nação, quanto para uma desconstrução da ideia e modelo de nação imposta até hoje, seja em países europeus e, principalmente, em países colonizados.

A ideia de história global, neste sentido, surge nesta pesquisa como uma forma de estabelecer relações entre mundos distintos e compreender suas dinâmicas, seja a partir das diferenças contidas, seja pelas semelhanças e, também, por suas originalidades ante a objetos de estudos que permitam esta compreensão. Conforme afirma o argentino Diego Olstein é preciso, em uma pesquisa que almeja adotar uma perspectiva global, contemplar: “e exemplificar quatro estratégias principais para pensar a história globalmente: a saber, comparar, conectar, conceituar e contextualizar⁴” (OLSTEIN, 2015, p. 54). Nesta tese, faço uma análise

⁴ Texto original: “and exemplifying four major strategies for thinking history globally: namely, comparing, connecting, conceptualizing, and contextualizing”

dentro de uma perspectiva global, buscando comparar e perceber as culturas de passado com relação a bomba atômica no Japão e nos EUA. Esta comparação parte de uma busca que visa conectar estas formas de ver e falar sobre o mesmo evento no passado. Para isso, é fundamental conceituar e explicar a partir de análises destas culturas de passado os usos e manipulações que esses sofrem, suas nuances e dinâmicas que não seguem regras estritas, nem atendem a estereótipos simplistas, como a lógica do vencido e vencedor, principalmente quando se fala de passados traumáticos e com feridas históricas abertas.

Esta perspectiva transnacional, como aponta Sebastián Conrad (2010), precisa contextualizar, compreender estas culturas de passado, a partir de uma perspectiva não-eurocêntrica e crítica da ordem vigente. Por isso, minha incursão na língua e cultura japonesa, assim como estadunidense (embora muito mais comum a mim) foi fundamental para a compreensão destas dinâmicas e o estabelecimento de pontes cognitivas. Analisar as culturas de passado em contextos distintos e lugares bem antagônicos permite compreender que o passado pode ser conformado e utilizado a partir de vários elementos, tanto na história, memória ou esquecimento. Essas dinâmicas quando em perspectiva comparada permitem uma análise densa não sobre o passado em si, mas sobre os seus usos, manipulações, que podem variar desde políticas de passado perpetradas por estados nacionais, até mesmo memórias periféricas alçadas ao vento a partir de movimentos sociais.

Preciso salientar, também, a limitação adjacente as condições desta pesquisa. Por ter sido feita no Brasil, sem nenhum tipo de financiamento por três dos quatro anos, a dificuldade em acesso de material, de vasta bibliografia e fontes é um grande empecilho para a realização de uma pesquisa pormenorizada na área.

A barreira linguística para uma pesquisa de perspectiva global provavelmente foi a mais desafiadora, sobretudo a leitura de textos acadêmicos em japonês, embora eu tenha o domínio da língua, a exigência de tempo e dedicação para ler em um outro alfabeto com uma outra cognição gramatical fez com que eu optasse, sempre que possível, em ler os textos de autores japoneses em inglês do que o seu original em japonês. Há uma dimensão linguística e de tempo já citada, mas também uma dimensão que passa pela centralidade do inglês na internacionalização de carreiras acadêmicas.

Desta forma, toda pesquisa de expressão no Japão é, por regra, traduzida para o inglês, mesmo que seja para publicação em periódicos japoneses. Este fator muitas vezes está associado com a grande quantidade de estrangeiros que estudam nas universidades japonesas e que só dominam a língua inglesa. Por isso, afirmo que esta pesquisa tem uma perspectiva global,

mas não pode ser comparada com uma história global do ânimo de autores consagrados, principalmente devido ao tempo e financiamento necessário para leitura e acesso de fontes primordiais, mesmo que sejam em formato digital.

Dentro deste panorama geral, obviamente, foram suprimidas várias questões importantes, no entanto, para descobri-las o leitor terá que adentrar as linhas a seguir e buscar a compreensão ampla do texto. Optei por um estilo de escrita mais linear (não cronológico), sem muitas citações grandes e notas de rodapé, utilizando no corpo do texto minha língua materna, o português brasileiro. Em casos necessários, a tradução está no corpo do texto e o texto original exposto em nota de rodapé. Quando tratar-se de texto em japonês citado em uma extensão maior, não transcreverei os *kanji*, por motivos da extensão que o texto tomaria, e sim a sua versão ocidentalizada dele (*romaji*). Tal perspectiva é adotada por diversos autores que trabalham com este tipo de fonte.

Uma boa leitura a todos e todas!

CHAVE DE LEITURA

Como forma de auxiliar a leitura e esclarecer questões importantes desta tese, optei por explicitar elementos organizacionais, políticos e estéticos de acordo com a minha abordagem e referencial teórico. Ressalto que embora fosse possível perceber essas nuances ao longo do texto, busco explicitá-las aqui como forma de organizar a leitura do texto, expondo os pressupostos e abordagens éticas desta tese, as perspectivas estéticas e as necessárias generalizações que serão feitas com a finalidade de analisar sociedades tão complexas e diferentes.

Estas chaves de leitura servirão como um guia sobre como esta tese se estruturará, por isso, algumas das bases teóricas e filosóficas precisam ser aclaradas de antemão, a fim de facilitar a compreensão e preencher algumas das diversas lacunas que o texto irá apresentar.

O posicionamento ético perante o tema de pesquisa, a formulação estética de escrita e comunicação desta tese e as generalizações, simplificações e essencializações feitas precisam ser compreendidas pelo leitor desde o início, para que a reflexão proposta seja compreendida de maneira mais elucidativa.

Essa compreensão inicial sobre a abordagem ética e estética se faz importante para que permita ao leitor a familiarização com alguns elementos inerentes a uma pesquisa sobre os usos do passado de um evento que provoca discussões e é alvo de contradições. Eticamente a bomba atômica é uma discussão profunda, na qual diversos filósofos e intelectuais de diversas áreas se dedicaram. A principal pauta está no centro da questão: teria a humanidade se tornado capaz de se extinguir? Qual o impacto disso na forma de viver dos humanos? É possível ver a bomba atômica como um exemplo extremo da capacidade da ciência, ou é preciso condená-la, pois seu uso contra a humanidade é algo altamente perigoso e cruel, mesmo se tratando de inimigos de guerra?

Essas questões não só o foco de análise desta tese, mas estimulam a reflexão mais acurada sobre alguns pontos a partir da análise de diversos aspectos dos usos desses discursos como forma de mobilizar ações capazes de justificar interesses maiores. Colocarei em debate que a discussão ética sobre a bomba atômica seja um dos principais *topos* quando é mobilizada discursivamente.

A questão estética também se faz importante, não apenas o evento em sua forma, mas suas representações. Partindo das premissas de Jacques Ranciere (2005), é preciso compreender que as questões estéticas em discursos e representações de eventos históricos são fundamentais para entender que todo uso de eventos do passado mobilizados é um ato (performativo) político

e, portanto, estético. Essa forma de sistematizar e organizar o sensível é parte tocante da política. Assim como os intelectuais, artistas e pessoas envolvidas com a bomba atômica analisadas nesta tese que mobilizam o passado em prol de um discurso político (seja ele qual for), esta tese também apresenta um discurso político e, portanto, estético.

A necessidade de especificar as nuances destas perspectivas estéticas adotadas nesta tese, bem como o limite ético estabelecido nas tensões vistas naquilo que Ranciere (2005) chamou de “partilha do visível”, ou seja, a necessidade da pluralidade estética nas representações do político funciona como forma de ampliar e capilarizar as democracias. Essa busca por maior amplitude estética é um mote desta tese, por isso, é preciso estabelecer alguns parâmetros estéticos neste momento para que permita ao leitor uma compreensão maior do ponto de vista de quem escreve e, com isso, consiga perceber que esta visão de mundo, ética, estética e politicamente é uma das possíveis.

Ética

*“Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Elas são coadjuvantes, não, melhor, figurantes
Que nem devia tá aqui
Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Tanta dor rouba nossa voz, sabe o que resta de nós?
Alvos passeando por aí
Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Se isso é sobre vivência, me resumir à sobrevivência
É roubar o pouco de bom que vivi
Por fim, permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Achar que essas mazelas me definem é o pior dos crimes
É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nós sumir”
Emicida*

Quando se trata de um assunto que envolve a morte de centena de milhares de pessoas, do uso de uma tecnologia capaz a alijar as pessoas de uma vida normal, trazendo o caos em torno da sobrevivência e convivência com a radiação, a postura ética, como menciona Gunther Anders (2011a) é imprescindível. Esta postura não se resume a uma mera decisão sobre o “lado” ao qual me posicionarei, mas sobretudo ao ponto de vista da análise e as vozes que pretendo alçar a partir deste texto.

A bomba atômica nesta tese é percebida não só como um evento importante do século XX, mas como um dos principais elementos que definem o mundo contemporâneo e redesenham sua geopolítica, a percepção do tempo (principalmente no que tange aos regimes de historicidade presentistas (HARTOG, 2014) ou aquilo que muitos chamam de pós-modernidade (LYORTAD, 2004) e ganha novos contornos em contexto atualistas (ARAÚJO; PEREIRA, 2019) em que a construção de futuro está marcada por ideias distópicas e

autodestrutivas, com o ser humano no epicentro da destruição) e o estabelecimento de uma estética própria que perdura até os dias atuais.

Se hoje há uma preocupação muito grande no que diz respeito ao perigo das armas nucleares, isso só ocorre pela terrível experiência que ocorreu em Hiroshima e Nagasaki. Preocupar-se, no entanto, não significa não produzir. A “atualização” da bomba atômica não ocorre apenas num sentido tecnológico, como aponta Valdei Araújo e Mateus Pereira (2019), atualizar não é criar algo novo, mas também não é uma repetição. Desta forma a bomba atômica é constantemente “atualizada” a partir de gatilhos discursivos e estéticos que a remodelam, tornando-se latente e constroem uma estética que organiza os discursos sobre ela.

A literatura é uma ferramenta importantíssima para se compreender elementos centrais em grandes eventos, principalmente naqueles que são ditos traumáticos (afinal trauma é algo que diz respeito a vítima, não aos historiadores, como alerta Dominck LaCapra (2005)). E, através da literatura, podemos perceber as diferentes funções atribuídas ao testemunho e a memória. O dever de memória, muito bem explicado por Hartog (1999), não é sempre perceptível em todas as vítimas, muito pelo contrário. A literatura japonesa sobre a bomba atômica, como um todo, chama a atenção pelo fato de não buscar expor ao máximo as cicatrizes, não tem em seu *topoi* uma busca constante pela sobrevivência. Fica evidente um discurso constante de aclarar a vivência na e com a radiação, e as relações culturais que permaneceram mesmo após a hecatombe nuclear. Existe uma busca por representar o corriqueiro, a “normalidade”, do que falar do excepcional, do exógeno ou extraordinário. Talvez, isso se deva ao fato de que o exótico se tornou o novo normal com a radiação, mas essa busca pela normalidade do passado é um *topoi* importante a ser destacado.

Assim como a epígrafe deste tópico, que traz as estrofes compostas por Emicida, faz-se importante num trabalho sobre elementos traumáticos do passado não focar apenas nas cicatrizes, nas dores, mas é pensar **também** na forma de viver e construir e dar significado ao seu mundo. Como historiador, brasileiro, distante geograficamente, que partilha códigos culturais muito distintos dos seus personagens e atores sociais que analisa, de um passado tão inócuo a minha história pessoal é um desafio importante que para ser enfrentado me exige que assumo uma postura ética. A busca por essa normalidade não pode ser enxergada, apenas com um olhar feroz e crítico. É preciso compreender, como argumenta o psicanalista Jay Lifton (1967), que ante o caos e a dor, a revolta não é o primeiro sentimento a se manifestar.

O historiador japonês Yuki Tanaka (2006) ao longo de sua carreira tem esboçado o que seria uma postura ética ante aos eventos traumáticos que envolvem a história japonesa do século

XX. Adaptando suas percepções para o meu foco de análise a bomba atômica, é preciso levar em conta que:

- 1) A defesa intransigente de uma política antinuclear e, portanto, uma postura crítica e contrária a qualquer justificativa existente para o uso de armas nucleares. Para o autor não há argumento que se solidifique o suficiente que possa argumentar que a bomba atômica foi uma medida necessária para evitar um mal maior. Isto, vai de encontro a postura de determinadas linhas historiográficas estadunidenses e da formulação da história oficial dos EUA sobre a bomba. Uma vez que o argumento central gira em torno da necessidade da arma nuclear como forma de evitar mais perdas humanas a partir de uma invasão aliada por terra ao Japão como uma das principais explicações utilizadas pelos grupos supracitados.
- 2) Entender que a bomba atômica é um crime não só contra os japoneses, mas sobretudo contra a humanidade. Este legado é mantido por partes significativas da população japonesa, principalmente por setores políticos japoneses, mais especificamente em Hiroshima, que desde o primeiro prefeito eleito após a constituição de 1947 (elaborado sob a ocupação estadunidense comandada pelo general Douglas MacArthur), Shinzo Hamai, que construiu a ideia de “Hiroshima a cidade da Paz” e inaugurou a tradição dos “Discurso da Paz”, na qual em rememoração as vítimas de 6 de agosto de 1945 e as subsequentes mortes pela radiação causada pela bomba atômica, o prefeito desta cidade tem como papel fundamental discursar em prol da paz no mundo e manifestar-se contra as armas nucleares. Essa atuação da cidade Hiroshima funciona, também, como uma performance que torna esse discurso pacifista um anistiador de feridas históricas do passado japonês, algo que discutirei nos capítulos seguintes. No caso de Nagasaki esse engajamento político em torno da paz é mais pujante, no entanto, alia-se ao discurso pela paz a busca pela justiça, apontando os algozes e a necessidade de políticas públicas para as vítimas assim como a punição para os culpados, algo que também será analisado com mais afinco a seguir. Esse sentimento de busca pela “paz nuclear” foi tão arraigado por diversos setores e intelectuais que nomes como Albert Einstein, Bertrand Russel, Edward Palmer Thompson, Stuart Hall, entre outros participaram de movimentos antinucleares no decorrer da Guerra Fria, tornando evidente que uma das pautas para a sobrevivência no mundo contemporâneo será a não existência de armas nucleares. Partindo deste preâmbulo, vale reafirmar que eu

compreendo a bomba atômica e seus usos não como um evento isolado no passado. A bomba atômica e seus usos estão presentes no cotidiano, e como tal, a preocupação e o zelo pela paz mundial exige, também, uma luta e vigilância constante sobre o uso de tecnologia nuclear e a urgente necessidade de desarmamento nuclear no mundo.

- 3) Falar em paz (no sentido de desarmamento nuclear) não significa tornar o Japão uma das vítimas da guerra, ou uma vítima moral. As pessoas que foram alvos ou alvejadas pela bomba são as vítimas. A elas cabe o luto e a solidariedade. Ao Estado cabe ser investigado, expor a verdade e ser julgado mediante uma justiça justa e imparcial. A universalização do medo nuclear, ou seja, do clamor pelo fim dos armamentos nucleares não pode, em nenhum momento, tornar as outras pessoas que não estiveram envolvidas no evento em vítimas. Afinal, o medo nuclear, embora seja uma consequência (ou um sintoma social, na visão de Lifton (1967)) da bomba atômica, ele não causou vítimas diretas, com perdas física, materiais, morais, dignidade, saúde entre outros. Por isso, compreender que vitimização do mundo em torno da noção do medo nuclear contribui para um esvaziamento do debate, uma vez que se todos são vítimas, somos todos culpados. Esta postura ética citada acima transparece na ideia de que a bomba atômica era inevitável, fadada a acontecer, esconde os culpados e oculta os contextos envolvidos. Por isso, a busca pela paz **deve** estar sempre aliada a busca pela justiça. Clamar pelo desarmamento nuclear, como faz o Japão em suas plataformas de governo desde a Segunda Guerra Mundial, não o descredencia da condição imperialista que assumiu durante o início do século XX e muito menos anistia os responsáveis por ações inconsequentes que atentaram contra a vida do povo japonês, sobretudo, dos outros povos asiáticos.

Estes três elementos, baseados nas reflexões de Tanaka (2006), permitem compreender que a forma como interpreto a bomba atômica, assume uma postura ética importante de ser esclarecida. Esta postura estabelece alguns limites éticos a interpretações historiográficas e de discursos oficiais dos EUA e do Japão, nos quais o respeito a vida humana, a compreensão da radiação dentro de uma perspectiva física, social, política, moral e econômica, o combate intransigente a negacionismos obtusos que desqualificam pesquisas historiográficas consolidadas em prol da defesa de uma tese pré-estabelecida que favorece a conformação do *status quo* e, por fim, a compreensão das diferenças conceituais entre trauma e latência (que explicarei nos capítulos a seguir). Afinal, traumatizados pela bomba só podem ser considerados

aqueles que foram afetados diretamente por ela, seus familiares e pessoas próximas envolvidas no convívio social deste contexto. Isso, não ignora a possibilidade de uma presença e/ou latência da bomba atômica em outros contextos.

Estética

Intelectuais que se dedicam a estudar as culturas de massas e os meios de comunicação maciços têm, há muito tempo, refletido com mais atenção sobre o quanto a organização do sensível, a construção de um padrão de beleza em todos os aspectos sociais fazem parte fundamental na estruturação das sociedades.

O filósofo Douglas Kellner (2002), por exemplo, explora as emoções causadas pelos fenômenos estéticos nas mídias de massa. Sua premissa é que é necessário compreender que a estética não se refere somente a noção do sublime (sublimar e adorar o belo, seja ele qual for), mas que também é preciso, quando se trabalha com estética, pensar no seu oposto, ou seja, o feio, a ausência de beleza ou aquilo que a sociedade convencionou chamar de ridículo. Neste aspecto, os fenômenos estéticos produzidos sobre a bomba atômica são fundamentais para a compreensão desta tese e, de boa parte dos argumentos que explorarei nos capítulos seguintes.

As discussões estéticas nesta tese versam sob dois aspectos: o primeiro diz respeito a forma e conteúdo do texto lido, escolhas, organização e sistematização textual. Ou seja, aspectos relacionados ao padrão estético do texto escrito nesta tese. Para compreender estes elementos estéticos textuais é necessário elucidar algumas premissas teóricas. Partindo da premissa de que o passado não existe, e que a história é apenas uma representação possível do que teria sido aquele momento pretérito, é possível perceber a influência da estética na escrita e formulação de discursos e narrativas sobre o passado (destaco que, aqui, não falo somente da história). Afinal: “todas as histórias têm sua natureza estética inevitável que os historiadores precisam reconhecer”⁵ (MUNSLOW, 2020, Localização 577)

Alun Munslow (2020), historiador inglês, conhecido por sua perspectiva pós-moderna ou desconstrutivista, explora a estrutura do conhecimento e as narrativas sobre o passado, incluindo nestas tentativas representar o período pretérito, encontram-se a história, as narrativas memoriais, enredos midiáticos, atos políticos, discursos entre outros (todos objetos de análise desta tese). Munslow destaca que a estética não é um elemento a mais a ser integrado na análise do historiador. Para o autor em questão o texto historiográfico é, sobretudo, composto por

⁵ Texto original: “all histories have their unavoidable aesthetic nature that historians have to acknowledge”

escolhas éticas, estéticas e políticas/ideológicas. Por isso, destacar a dimensão estética do objeto analisado, no meu caso a bomba atômica, possibilita ampliar as percepções e compreender as premissas estéticas na construção deste texto. Cabe destacar que: “a estética precede à história, então a ética precede à estética” (MUNSLOW, 2020, p. 212).

Por isso, quando no tópico acima destaquei a importância das escolhas éticas para a construção de discursos e narrativas sobre o passado, preciso ressaltar, aqui, que estas mesmas dimensões eticamente tomadas vão compor um padrão e uma visão estética sobre o passado. E como o passado não existe, o que existirá será uma representação estética deste passado – seja no suporte que for e através de uma narrativa – construída a partir de posturas éticas estabelecidas. A dimensão estética, neste caso, assume uma importância primordial na organização e compreensão de um passado reconstruído, seja pelo historiador, seja por outros caminhos citados anteriormente. Desta forma: “todas as histórias são compêndios de estilos autorais e, portanto, ‘o passado como história’ é uma inevitável ‘estética’⁶” (MUNSLOW, 2020, Localização 414).

É preciso compreender que: “o passado tem uma dimensão estética inevitável. O passado, portanto, só pode ser entregue como uma forma de literatura e, portanto, é somente depois de ser processado na história preferida do historiador que o passado pode ser útil⁷” (MUNSLOW, 2020, Localização 577). Nesta perspectiva, o uso prático do passado, nos termos de White (2014) em nada pode ser confundido com negacionismos, uma vez que: “é claro que isso não significa que o passado possa ser negado (isso seria perigoso e estúpido), mas todas as histórias são permanentemente desconstruções que desfazem o passado assumido e / ou presumido⁸”. (MUNSLOW, 2020, Localização 577).

Assim, meu foco de análise nesta tese leva em consideração os aspectos estéticos, uma vez que as representações e narrativas sobre o passado envolvendo a bomba atômica estão diretamente ligados percepções estéticas que construíram padrões rígidos, antagônicos e difíceis de quebrar. Minha busca nesta tese é demonstrar como esta construção estética se deu e construiu determinados discursos sobre esse passado, como a bomba atômica no caso aqui estudado, que foi conformada e manipulada em diferentes contextos.

⁶ Texto original: “All histories are compendiums of authorial styles and hence ‘the-past-as-history’ is an unavoidable ‘aesthetic’”

⁷ Texto original: “the past has an unavoidable aesthetic dimension. The past, then, can only be deliverable as a form of literature and so it is only after being processed into the historian’s preferred history that the past can be made useful.”

⁸ Texto original: “Of course this does not mean the past can be denied (that would be dangerous and stupid) but all histories are permanently deconstructions that undo the assumed and/or presumed past.”

O historiador que mais se dedicou a pensar o impacto estético que a bomba atômica causou em sociedades contemporâneas foi Peter Bacon Hales (1999). Segundo o autor citado anteriormente, a imagem clássica do cogumelo atômico, que será exibida ao longo deste texto, foi produzida pelas forças armadas dos EUA com o objetivo de registrar o feito científico, mas sobretudo para capturar ideias, conceitos e ideologias. Esta concepção estética da bomba atômica como um cogumelo é fundamental nesta tese, uma vez que só enxerga o **“cogumelo atômico”** quem não está no epicentro sendo atingido pela bomba. Aqueles que sofreram um ataque atômico jamais enxergaram o cogumelo, o que ficou registrado é outra concepção estética da vítima e do sofrimento: **“o brilho de mil sóis”**.

Sem minimizar a dor e o sofrimento causado pela bomba atômica, as concepções estéticas aparentemente antagônicas se confundem e se complementam na forma de como articular e conformar o passado. O **“cogumelo atômico”** mostra a liberdade, a catalização da ciência e inaugura uma nova era. Esta imagem simboliza também todo um padrão estético da morte, uma vez que a explosão se torna plasticamente bela (principalmente no Ocidente), e com ela esquece-se, ou ignora-se toda a problemática ligada às vítimas, as causas do ataque e suas consequências sob o povo atingido. O cogumelo é frio, calculado e calculista, não permite aprofundamentos. Revelam os criadores, sem mencionar as criaturas atingidas. Porém, esta construção estética, que se dá pela veiculação de discursos está alicerçada com a censura e a falta de informações sobre as consequências que o “maior descobrimento científico até então” havia produzido.

A ocupação estadunidense no Japão, tema que tratarei em capítulos a seguir, possibilitou que circulassem informações, tanto no Ocidente, quanto no Oriente, a partir daquilo que interessava somente aos EUA, além disso abriu-se uma enorme lacuna. Por essa falta de informações divulgadas, afinal os EUA com seus estudos sobre os corpos e a psiquê das vítimas tinham informações bastante precisas para revelar, mas que não foram reveladas, assim, a imaginação ocupou o espaço cedido. Por isso, o cogumelo é um percurso de quase todas as ficções (científicas) que exploram o imaginário atômico no início da Guerra Fria. Monstros, mutantes, hecatombes, apocalipses, distopias e afins das quais derivam de guerras ou acidentes nucleares possuem uma origem fortemente arraigada nesta concepção estética da bomba atômica como cogumelo. Nesta seara, representações esteticamente engajadas na mídia como o desenho animado Bob Esponja (1999-) e a série Dark (2017-2020), por exemplo, tem a nuclearidade como um elemento importante de sua narrativa dentro de uma visão estética que busca compreender o aspecto bizarro/científico e misterioso da radiação/armas nucleares.

Na historiografia esta concepção se manteve de forma bastante pujante. Grande parte da história oficial estadunidense foi calcada neste discurso. As discussões historiográficas neste meio ficaram em torno de números, entre cálculos de vidas perdidas pelas armas atômicas e cálculos estatísticos contrafactuais de quantas vidas teriam sido ceifadas em caso de invasão terrestre estadunidense no Japão, ao fim da Segunda Guerra Mundial. Além disso, a historiografia ocidental dedicada a estudar a Segunda Guerra Mundial passou, de forma geral, a tratar a bomba atômica como um pequeno apêndice na história mundial, focando nos confrontos e elementos políticos europeus e fadando os asiáticos a poucas páginas. Esta construção estética é, em minha análise, fruto de uma tomada de postura ética que convencionou acreditar que o Japão, derrotado (portanto inimigo) da guerra mereceu tal artefato. Considerações mais detalhadas sobre o impacto da radiação e os perigos destes para os dias posteriores foram alvo de reflexão de pouquíssimos historiadores ao longo do século XX. Destaco dois que mais chamam a atenção para quebrar esta barreira padronizada esteticamente sobre a bomba atômica na historiografia ocidental e que buscam um outro padrão estético em que os civis, independente da nacionalidade, são vistos como vítimas das guerras e, portanto, merecem maior esmero, pesquisa e narrativa sobre seu passado.

Por sua vez, o **“brilho de mil sóis”** é uma percepção restrita/exclusiva de quem viveu e sobreviveu ao atentado nuclear. Esta percepção, diferente de muitos outros casos, traz a vítima para a centralidade da narrativa, porém não consegue ou tem dificuldades em ter forças para alçar uma narrativa capaz de buscar justiça, ou ao menos identificar seus algozes. O trauma é visto como um sintoma emergente e, como afirma LaCapra (2005), acaba gerando uma construção narrativa típica, seja daqueles que foram sobreviventes e precisam relatar o que viveram (trauma de 1º grau), ou aqueles que por se sensibilizar com as tragédias de outrem se colocam em uma relação de empatia capaz de se traumatizar ao ponto de sistematizar e organizar as narrativas do passado daquelas vítimas (trauma de 2º grau).

Os traumatizados de 1º grau são os protagonistas das histórias que constroem este universo estético pautado na ideia do **“brilho de mil sóis”**. É ele que consegue compreender as dores e, por mais que não entenda a lógica do evento (como e porque foi lançado, muito menos como foi construído) é o único que sabe como e de que forma aquilo gerou dor e sofrimento, assim como os impactos físicos e psíquicos que por muitos anos foram silenciados e recalçados. É uma estética quente, normalmente pautada por cores quentes, distorcida, imprecisa, confusa e, ao mesmo tempo contundente, chocante e até aterrorizante. Uma latência capaz de se fazer presente em obras como os filmes *Rapsódia em Agosto* (de Akira Kurosawa de 1991), os

mangás do Astroboy (de Osamu Tezuka) e Gen – Pés-descalços (de Keiji Nakazawa), bem como de formas de narrar o passado, seja por metáfora, metonímia, sinédoque ou ironia (WHITE, 1995) que buscam compreender a vítima das ações derivadas da nuclearidade. Por isso, séries como Chernobyl (dirigida por Johan Renck de 2019), e a filosofia de Gunther Anders (2011a) podem ser pensadas para além do pragmatismo tecnicista e visto em sua dinâmica ampla entre vidas civis e traumas causadas pelo (mau) uso da tecnologia nuclear.

Chamo a atenção para o termo nuclearidade, afinal esse surge como uma consequência e desenvolvimento da difusão da percepção estética do “brilho de mil sóis” associada a noção de “cogumelo atômico”. Afinal, a ideia da nuclearidade só pôde existir após o lançamento das bombas atômicas sob Hiroshima e Nagasaki. Por nuclearidade entendo todas as sensações e discursos derivados do uso de armas e tecnologias nucleares na sociedade. Esses conflitos e tensões desenvolvidos pela nuclearidade mesclam (ou buscam fazer isso) visões estéticas tecnicistas com a busca pela compreensão humana da vítima do artefato. Por isso, a diferença entre o evento e o advento se faz tão importante. Aqueles que conseguem perceber a bomba atômica como um “evento” é porque conseguem situá-la no espaço-tempo e estabelecem uma lógica política e ideológica para seu uso. Por outro lado, o advento, visão da qual muitas das vítimas entrevistadas ou que narraram sua sobrevivência, não conseguiram compartilhar desta sistematização. O advento apenas aparece, é explicitado ante a um presente já caótico. Por isso, a nuclearidade confunde-se com a bomba atômica, pois mesmo com as evidenciadas consequências da bomba, a produção de armas nucleares aumentou em grande escala após a Segunda Guerra Mundial, reconfigurou o papel do ser humano na forma de perceber o tempo e, ainda por cima, fortaleceu as utopias no século XX por mais de trinta anos e, com a crise das utopias, acabou sendo colocada de lado nas discussões sociais no finalzinho do século XX.

Esses entremeios citados acima fazem parte de um arcabouço de imagens e concepções que construíram a estética de um mundo nuclear pautado no medo das consequências do desconhecido. Afinal, não se conhece, pois, é impossível medir ou por que foi proibido falar? Sabemos o que uma bomba atômica pode causar sob civis? Estas percepções estéticas não são passivas, elas buscam identificar em sua narrativa um discurso capaz de apontar culpados, identificar um tom nacionalista e apontar para uma ação (no caso do “cogumelo atômico”) e, por outro lado, a construção de um padrão estético é capaz de dar conta dos traumas, das dores, da busca pela normalidade ante ao caos e, principalmente da necessidade de justificar sua humanização para ser integrado ao projeto de humanidade que parte do Ocidente os retirou (no caso do “brilho de mil sóis”).

No caso do “brilho de mil sóis” a referência a temperatura atingida no epicentro da bomba acaba corroborando para aquele universo ficcional do imaginário atômico que comentei acima. A tentativa de justificar sua sobrevivência e expor os horrores vividos, e o exotismo acabado ganhando espaço no lugar da alteridade. O “outro” antropológico, como menciona Certeau (1995), é estabelecido, e como o Japão é o inimigo e o perdedor da guerra, os males causados podem ser parodiados, recriados e explorados comercial e, sobretudo, imagetivamente.

Este discurso estético apaziguador, que não busca encontrar culpados e nem clama por justiça, mas tenta organizar uma narrativa que dê conta de expor o sofrimento e a dor contribui diretamente para que a postura oficial da memória pública e coletiva japonesa, como afirma Seaton (2010), seja elaborada a partir da ideia do sofrimento, sem mencionar os agressores. Estabelece-se uma nova forma de ver e pensar o mundo a partir de uma concepção estética, na qual o uso do passado traumático dos japoneses é um campo fértil não só para produções ficcionais, como também um espaço criativo de universos que derivam desta estética do “brilho de mil sóis”, como por exemplo seres que a pele desprende dos ossos, deformações no corpo, derretimento da pele, entre outros horrores reais que alimentam um setor da sociedade que eu usaria dizer ser significativo no setor midiático.

Evidenciando esses dois modelos estéticos estabelecidos sobre a bomba atômica, é preciso destacar, ainda, que esta tese busca uma compreensão a partir destes fenômenos. Obviamente que a defesa da vida humana é um valor moral intransponível e indiscutível, no entanto, a estética construída sobre a bomba atômica mobiliza discursos que facilmente optam por acionar dispositivos que silenciam e negligenciam a dor e a perda de vidas humanas. Seja de maneira intencional e imposta, seja como uma resposta possível, estas narrativas se constroem alicerçadas em imagens, em formulações sobre o belo e o feio as quais tematizarei nos capítulos a seguir. Este cuidado para não essencializar e não recair em uma lógica dualista é importante, pois as visões estabelecidas sobre este passado tornam-no um objeto de uso do qual pouco importa a sua estrutura original. A beleza, motivada pela pulsão de morte, supera a moralidade e constrói um novo padrão estético: a estética atômica. Esta estética, por sua vez está marcada pela dualidade “cogumelo atômico” e “brilho de mil sóis” e, mesmo quando há uma hibridização estética entre esses elementos, a disputa pela hegemonia de um em relação ao outro mostra os tensionamentos éticos e estéticos nas construções narrativas sobre este passado.

Generalizações:

“Generalização, na lógica, é a operação intelectual que consiste em reunir numa classe geral, termo ou proposição, um conjunto de seres ou fenômenos similares”

Wikipedia, a Enciclopédia Livre

A busca por agrupar, classificar, enquadrar, formatar e organizar é, desde o século XIX, a maior obsessão que os historiadores vêm se confrontando. Desde meados do século XX é que novas pautas historiográficas e teóricas acabam emergindo na disciplina e complexificando as narrativas e os aparatos teóricos.

Para construir esta narrativa de duas frases, foi necessário recorrer a algumas generalizações. Nem toda generalização será maléfica para uma boa interpretação, outrossim, é preciso explicitar os pontos de vistas e critérios para realizar os agrupamentos, comparações e usos genéricos em análise. A busca pela essência ou pelo tipo ideal é, desde Weber (1999), um uso bastante recorrente nas humanidades. Sejam as tradições marxistas da busca das origens de uma nação, das estruturas de poder de um determinado país, até mesmo vertentes culturalistas sobre os imaginários e representações de determinados povos recaem em obrigatórias generalizações que permitem ao pesquisador inferir alguns aspectos importantes, mas que não se aplicam a totalidade das pessoas. Essa necessidade de generalizar e de compreender que há sempre exceções dentro da regra torna-se ainda mais obrigatória se formos compreender culturas e tradições tão distintas quanto a estadunidense e a nipônica.

Esta tese não irá realizar simplificações e generalizações que utilizem argumentos para construir uma base sólida e indiscutível sobre a realidade. Meu objetivo é utilizar-me de alguns destes recursos para permitir ao leitor uma compreensão acurada de uma totalidade idealizada, uma vez que as particularidades de cada caso discutido nesta tese exigiriam uma nova incursão de pesquisa que neste momento não é possível. Por isso, quando referir-me aos “japoneses” ou “cultura japonesa” estou construindo um padrão generalizador. Isso não significa que seja um padrão totalmente estereotipado e preconceituoso. Muito menos construir um discurso generalizante que negligencia a existência de dissidências e discordâncias no seu entremeio. No entanto, ao estabelecer estas generalizações, consigo pontuar aspectos de extrema importância na formação e definição do povo japonês que não são visíveis a um olhar comum, mas que a

luz de pesquisas e estudos podem permitir compreender que a linha divisória entre Ocidente e Oriente é bem mais tênue do que os discursos hegemônicos que circulam.

As generalizações nos casos estadunidenses se tornam menos impactantes uma vez que se partilha no Brasil de uma tradição semelhante: de origem judaico-cristão, de caráter colonial e violento, entre outras. Porém, em alguns momentos o governo estadunidense, os EUA e o seu povo pareceram estar fundidos em um único ente administrativo e narrativo. Isso ocorre quando estou analisando um discurso hegemônico e oficial, mas não pode ser tomado como regra para definição de um povo ou uma nação.

Abaixo destaco os principais aspectos da pesquisa em que a generalização foi um recurso necessário para a compreensão do contexto e dos discursos analisados. Falar sobre os usos do passado, necessariamente, recai sob a necessidade latente de conhecer o objeto a ser utilizado e, ainda mais importante, um aprofundamento nos contextos em que esse passado é mobilizado. Há características que permanecem por um tempo maior e outras que esses modificam, estas nuances criam uma possibilidade analítica fundamental para o trabalho do historiador.

É preciso salientar que nesta tese utilizarei o termo “bomba atômica”, no singular, para me referir ao lançamento das duas bombas atômicas sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki em 1945. O uso do singular se deve a uma questão levantada por Gunther Anders (2011) na qual conceitualmente é preciso considerar a eclosão das duas bombas atômicas e seus efeitos catastróficos como um único evento, com a mesma motivação e interesse. O que os diferencia, em termos conceituais, segundo Anders são questões pontuais de horas, dias e locais, mas em essência tratam-se do mesmo evento, da mesma catástrofe, do mesmo genocídio. Ainda segundo o autor supracitado é um genocídio global e grotesco, que permite a extinção da humanidade pelo próprio ser humano.

O primeiro ponto que precisa ser destacado é o termo *sui generis* “cultura japonesa”. Todo trabalho que busca definir características culturais ou nacionais necessita, invariavelmente, recorrer a generalizações. O limitante, neste caso, é a fronteira estabelecida entre Oriente e Ocidente que dificulta a percepção dos elementos que fazem parte de uma cultura milenar e questões que foram cooptadas e assimiladas por uma determinada cultura em um contexto de globalização capitalista. Por isso, o termo “cultura japonesa”, nesta tese, aparece como aquele que descreve características gerais deste povo da metade do século XX aos dias atuais.

Para isso, destacarei os aspectos que considero serem os mais importantes para a compreensão das políticas memoriais, dos usos do passado e das formas de representação da bomba atômica no Japão. O primeiro aspecto a ser destacado sobre a “cultura japonesa”, a qual começo a caracterizá-la, diz respeito diretamente a sua forma de ver e lidar com o passado. No pensamento oriental como um todo, mas ainda mais presente no pensamento nipônico, as doutrinas religiosas e os ensinamentos mitológicos e teológicos definem a relação das pessoas com a temporalidade.

De forma geral, a crença de que o Japão é um povo escolhido pelos Deuses e criado pelos próprios justifica a associação mitológica, milenar e religiosa entre a família imperial e as divindades. Dissociar o imperador da imagem divina que ela ganha, desde o *Kojiki* (Registro das Coisas Antigas)”, compilação de textos sagrados do xintoísmo do século VII, não é algo que os EUA conseguiriam fazer com a obrigação da abertura dos portos no século XIX e, de forma hábil, foi percebido pela ocupação aliada no Japão que seria uma tarefa muito difícil de ser concretizada no pós guerra.

Segundo Célia Sakurai (2007), essa associação direta entre deuses e o imperador construiu um imaginário na cultura japonesa (a partir daqui o termo será utilizado sem aspas) que é extremamente eficaz em lidar com qualquer decisão política nociva ao povo, uma vez que os deuses trabalham para o bem de sua nação e se algo der errado, por conseguinte, a culpa é do povo que “não fez por merecer”.

Além disso, outro ponto que merece destaque é a noção uníssona da origem uma do povo japonês, num sentido étnico. Além das explicações mitológicas, de caráter xintoísta, da origem do Japão, ela também trata da construção de um sentimento nacional muito antes da existência do estado-nação na Europa. Segundo Harootunian (1991), o Japão formulou, ao longo da sua história, a partir de meados do século VIII até a Era Meiji (no século XIX), bases sólidas para propagar a ideia da existência de uma unidade linguística, étnica e, por questões geográficas, uma vez que trata-se de um grande arquipélago, uma definição clara dos seus limites territoriais.

Essa unidade cultural japonesa, muito defendida em textos clássicos tem como mote narrativo ignorar ou suprimir etnias minoritárias e exploradas como os *burakumin* (SAKURAI, 2007). Rever este aspecto do passado, nesta concepção, significa remexer em pontos sensíveis que se confundem entre a religião, a própria história e a memória nacional construída ao longo do tempo. Este discurso de unidade racial, na qual a etnia *yamato*, majoritária no Japão, se colocava como a descendente direta dos deuses, justificou a existência de um estado imperialista de caráter fascista, em que ao invés de propor eugénias e dizimação, estabeleceu a

exploração o domínio territorial e cultural sobretudo aos povos que colocavam em xeque as teorias de uma raça pura japonesa. Isto ficou latente na obsessão japonesa em conquistar e humilhar a China desde antes da Segunda Guerra Mundial.

Ainda nesta perspectiva, esta unidade linguística japonesa não foi algo desenvolvido apenas com naturalidade. Ela se consolida a partir da consolidação do Xogunato Kamakura (século XII-XIV). Esta unidade ocorre em uma língua que se estruturou de forma independente do chinês, porém utilizando um arcabouço de fonemas, grafismos entre outros importados pelo país vizinho, que através de preceitos religiosos (budismo e taoísmo) estendia sua influência ao território nipônico (SAKURAI, 2007). A escrita japonesa em *kanji* (caracteres) é praticamente idêntica a chinesa, mudando os seus fonemas. O japonês possui, também, outros dois alfabetos, elaborados para simplificar os *kanji* de origem chinesa, principalmente durante o período de isolamento japonês no Período Edo (ou Tokugawa), que antecede o processo de “ocidentalização” do Japão, no século XIX. Esses dois alfabetos (hiragana e katakana) são utilizados, também, para a escrita fonética em meios digitais, simplificações de *kanji* e, para estrangeirismos e nomes próprios de pessoas ou coisas de origem estrangeira. Pós a Era Meiji e sua conseqüente ocidentalização do Japão, os números indo-arábicos, popularizados no Ocidente desde a Idade Média, passaram a ser adotados como principal grafia de números no Japão, porém nunca abandonando a escrita numérica tradicional japonesa.

Para Nanette Gottlieb (2005) a língua japonesa é uma língua conceitual. Ou seja, para além de junções de letras, sílabas e fonemas, um único caractere pode transmitir uma ideia, uma frase ou até mesmo uma explicação complexa para determinado assunto. Esse tipo de língua, segundo a autora supracitada, constrói relações complexas de abstração e fortalecem a cultura da oralidade, uma vez que expressar ideias e conceitos é mais importante do que o entendimento de palavras. A fonética japonesa, ao contrário da sua língua mãe (a linha chinesa tradicional), é muito familiar ao português brasileiro. No entanto, por se tratar de uma língua em que o significado daquele som pode ter inúmeras possibilidades de interpretação, desde as mais simples até mesmo conceituações complexas de serem compreendidas fora do contexto de fala e/ou escrita.

O ato de nomear algo em japonês, principalmente aquilo que é escrito em *kanji*, demanda uma complexidade sociolinguística muito grande e dificulta as traduções para outras línguas, sobretudo para aquelas que se utilizam de uma estrutura latina ou anglo-saxã. Na visão de Kato (2012) essa barreira linguística foi o maior obstáculo que criou o distanciamento entre o Ocidente e aquilo que convencionou-se chamar de extremo Oriente. A língua foi determinante

para que o Japão mantivesse firme alguns prepostos culturais anteriores ao rompimento do seu isolamento (no século XIX), e que só foi se tornar uma barreira superada quando os japoneses iniciaram um processo de aprendizagem maciça da língua inglesa, principalmente no período do pós-guerra.

Cabe salientar, que outra generalização necessária a ser feita aqui para falar sobre isso é o entendimento de que a língua japonesa é originária de vários dialetos e formas de expressões ao longo do arquipélago nipônico. Porém, não estou negando a existência e nem a importância de outros dialetos no Japão. Aqui o termo “língua japonesa” é utilizado por mim como uma forma de referência a língua hegemônica e estruturada ao longo dos séculos que se utilizam destes entremeios para definirem e conformarem aspectos fundamentais em sua sociedade.

Uma das questões mais latentes da língua japonesa é a sua conceitualização para elementos ligados ao passado. Nesta tese meu interesse sobre a língua japonesa se dá pela necessidade de compreender como os usos do passado são, também, usos da linguagem. Dar nome a algo é essencial para dar existência, argumenta Sartre (2015).

O Japão não é o único país do mundo em que os crimes prescrevem, como argumenta Kato (2012). No entanto, a forma como os verbos japoneses se apresentam dão a tônica sobre como aquela sociedade (dentro da perspectiva generalizante a qual comentei antes que evocaria ao longo do texto) se organiza temporalmente e percebe a temporalidade. Na língua japonesa não há diferenciação entre os verbos, na grande maioria dos casos, entre o presente e o futuro. Essa formulação linguística segundo o extenso levantamento feito por Kato (2012), apresenta ao longo de toda a escrita e literatura japonesa uma manifestação clara da forma como a sociedade japonesa se organiza e se estrutura socialmente.

O passado para uma sociedade altamente rural, estabelecida com rígidas hierarquias desde o período Heian (século VIII), principalmente a partir do aumento da influência do budismo nas estruturas de poder japonesa, onde aspectos religiosos justificavam a manutenção desta sociedade escalonada e imobilizada, é um lugar que não traz nada de diferenciação ou questionamentos. Um passado nesta sociedade serve diretamente para naturalizar aquele sistema estabelecido. Embora essa configuração não seja muito diferente no Ocidente, essa relação japonesa com o passado, a sua peculiaridade, fica em torno da percepção nipônica de presente e futuro.

A língua japonesa ao não apresentar uma distinção entre presente e futuro, deixa claro que a lógica de não perguntar e questionar sobre as causas, mas agir para evitar consequências piores e que elas ocorram novamente. Exemplos desta relação podem ser tomadas com os

famosos vídeos de buracos que surgem no asfalto no Japão que é reconstruído em algumas horas, numa mobilização muito grande para solucionar o problema e buscar evitar que ele ocorra de novo.

Porém, ainda na linha de raciocínio estabelecida por Kato (2012), o mais importante é a ação presente em prol da projeção futura. Isso não significa que no Japão não se busquem culpados, não haja traumas e que as consequências dos atos sejam ignoradas. O que ocorre é que o foco é neste imediatismo da ação, em que o principal é solucionar o problema e agir, sem pensar em questionar e buscar compreender as ações, afinal, numa sociedade imóvel e altamente hierarquizada como é a sociedade ao longo de toda sua história até a Era Meiji, questionar não faz parte do escopo de ações possíveis.

Segundo Kato (2012), a lógica temporal japonesa é composta pela relação entre passado e presente-futuro, uma vez que para os japoneses, tanto em questão linguística (só existem dois tempos verbais na língua japonesa: passado e presente), como cultural. O passado é visto como tudo aquilo que passou, aquilo que nos trouxe até aqui. Já o presente é o momento de execução dos planos e passos necessários para construção de um futuro. Tal percepção tenta transparecer como algo genuinamente japonês e oriental, quando, em tese, segundo Sato (2014), é uma derivação do pensamento ocidental de transformar o presente em um processo mais longo, na qual dificilmente conseguimos nos desvencilhar, fazendo com que a relação entre presente e futuro seja inexistente ou mediada de forma a permitir estabelecer uma lógica não de sucessão, mas de continuidade. O futuro exerce um papel central na confirmação dos objetivos do presente, nada mais capitalista e ocidental que isso.

Ao transliterar o exemplo anterior para meu objeto de estudos, a bomba atômica, podemos perceber que é mais interessante e importante para a sociedade japonesa agir naquele momento, reconstruir-se política e economicamente do que buscar justiça e reparações sobre aquilo do qual foi vítima.

Uma sociedade que não diferencia na língua futuro de presente é uma sociedade que tem nos projetos futuros uma presentificação muito grande, principalmente na elaboração de memórias e escrita da história. Os museus japoneses, principalmente aqueles que ficam a cargo de recobrar a memória e a história oficial, são instituições fortemente arraigadas na percepção de que o passado é o lugar de estabilidade e paz, enquanto o futuro é agora, o futuro é o Japão atual. O passado medieval e o mundo *hightech* se misturam em menos de 200 metros de distância em uma rua do centro de Tóquio. Essa formulação, apresentada por Harry Harootunian (2004), me permite entender que para essa sociedade o presente se apresenta como

o melhor que pode ser, em que o futuro não será diferente, apenas ligeiramente melhor. Por isso, faz-se importante aceitar as ordens estabelecidas e a forma como as coisas se organizam.

Essas generalizações apresentadas acima, que constroem uma sociedade e cultura japonesa de tipo ideal vão ser objetos de análise mais detida ao longo desta tese. Pensar como uma sociedade isolada do Ocidente e altamente hierarquizada se torna uma sociedade capitalista e imbuída em ideias liberalistas ocidentais só faz sentido quando a percepção da elite japonesa em utilizar o trabalho da maioria explorada para produção e acumulação de capital seria um modelo ideal para uma “modernização” a qual os ocidentais tanto exigiam. Por isso, como Célia Sakurai (2007) argumenta, o Japão pode ser pensando em sua estrutura social hierarquizada, aliada com suas características linguísticas e culturais de conformação do passado e justificação do *status quo*, ou seja, os japoneses: “não são afeitos a criticar o que é de cunho oficial e as críticas que surgem são, com frequência, prontamente abafadas ou permanecem restritas a pequenos círculos” (SAKURAI, 2007, p.49).

Por isso, pode-se dizer que o Japão se tornou uma nação altamente propícia culturalmente para desenvolver o capitalismo, esbarrando apenas na limitada capacidade de recursos que seu território oferece. Destaco, também, essa característica hierarquizada da sociedade japonesa que está completamente associada ao espírito cooperativo e ao senso de coletividade, segundo Nakagawa (2008). Como consequência, as noções de trabalho organizado e em equipe sem contestação do *status quo*, é uma interpretação, na visão do autor, possível da sociedade japonesa. Ainda segundo o Nakagawa (2008), essa busca pela equidade nos ambientes sociais frequentados (não significa uma equidade das classes sociais, mas sim um parâmetro igualitário dentro de um mesmo lugar social) pelos japoneses impede que surjam individualidades que se destaquem e se desenvolvam aspectos inovadores no campo das ideias, principalmente em ciências humanas onde o esforço intelectual é uma performance muito individual. Desta forma, muitos intelectuais, principalmente nas humanidades, acabam saindo do Japão ou publicando no exterior, por não serem bem-vistos nos ambientes sociais e acadêmicos do país por estarem fora da lógica da coletividade. Afinal o: “igualitarismo uniformizador exclui qualquer originalidade” (NAKAGAWA, 2008, p.17). Não à toa, que a busca por recursos foi o pontapé inicial para que o imperador Hirohito começasse a liderar o movimento expansionista que vai ser a política japonesa até o fim da Segunda Guerra Mundial.

Nesta perspectiva, como forma de compreender um dos objetivos transversais desta tese é preciso entender que as diferenciações entre Ocidente e Oriente são muito menores do que se

julga de antemão, ao mesmo tempo que o distanciamento aparente existente sobre outras questões é muito maior.

Neste aspecto, o existencialismo sartreano se faz importante para a compreensão de um ponto de vista sobre o mundo, desde uma perspectiva teórico analítica, até mesmo contribuindo para uma visão sobre o papel do engajamento (do) intelectual na sociedade. Por isso, compreender algumas premissas básicas do pensamento sartreano se faz fundamental. Para além de oxímoros e incursões altamente abstratas e filosóficas, que tem seu completo valor, mas que fogem do escopo desta tese, Jean-Paul Sartre (2014) ao defender o existencialismo advoga em prol de uma teoria da percepção do mundo que permite guiar a ação política ao mesmo tempo (SARTRE, 2014).

Esta tradição intelectual que bebe na filosofia ocidental tem claras relações com os principais pensadores e filósofos orientais. O existencialismo, desde Heidegger, é a corrente filosófica-teórica ocidental mais aceita e difundida na Ásia. Pois contempla os saberes da tradição judaico-cristã, sobretudo da valorização da racionalidade e do humanismo (o ser humano como centro das reflexões).

Em um certo sentido, o budismo (me referindo a filosofia zen, na perspectiva apresentada por Han (2020)), tradição indiana que se espalhou por toda Ásia, ganha força no Japão desde o século V, mais de mil anos após o surgimento desta doutrina religiosa na Índia permite uma melhor compreensão. Algumas ideias budistas explicam elementos importantes sobre a nossa sociedade e, do ponto de vista filosófico, compõem parte estruturante desta tese, principalmente naquilo que diz respeito ao enfoque dado nas análises dos eventos estudados.

Para o budismo, segundo Byung-Chul Han (2020), crescer ou mudar depende de uma força interior. Ao contrário do que se possa imaginar, esta frase não é um mero bordão de um *coaching* do século XXI. Ela sintetiza uma das principais concepções filosóficas do budismo. A tomada de escolhas, ou seja, a liberdade é um fator determinante de reflexão tanto para budistas, quanto para existencialistas. Não se ignora que as desigualdades sociais impedem, ou tolhem, os seres humanos de realizarem escolhas tão radicalizadas quanto aquelas que tem uma gama de oportunidades maiores e, com isso, as suas escolhas e as consequências por tomá-las carregam fardos muito menores.

Esses impulsos, porém, não são determinantes, pois tudo irá depender das possibilidades apresentadas e da liberdade de escolha de cada pessoa. Tanto para o budismo, quanto para o existencialismo a vida é um lugar de dor e sofrimento. Embora não seja explícito a este ponto, Nishitani (2017), que tem em sua obra uma mescla entre os ensinamentos budistas e a filosofia

existencialista, argumenta que a raiz desse sofrimento está nos desejos e impulsos humanos (fator que Freud vai largamente descrever e analisar).

Estamos sempre insatisfeitos, pois somos seres vazios em constante crescimento e aprendizagem e esta falta gera o sofrimento. No entanto, para o budismo e para o existencialismo a ideia de que a vida é um absurdo, um caos e sofrimento se faz presente. Ter, *a priori*, esta percepção da realidade permite ao ser humano não se frustrar e se decepcionar com projeções otimistas da vida, combatendo aquilo que é o impulso mais forte na vida humana, destacada também por Freud (2016), a angústia.

Vale lembrar que a angústia não é, para Sartre (2015), uma escolha. E como tal, caberia ao ser humano optar por sofrer ou conviver de forma amena com ela. Estas possibilidades vão ao encontro do principal fator criador das angústias humanas: a liberdade. A liberdade é um paradoxo, e Sartre (2015) define a liberdade como uma pena, uma condenação. Diante de possibilidades (alguns possuem mais e outros muito menos escolhas) o ser humano se vê angustiado por não ter a certeza sobre o caminho a seguir, principalmente tendo em vista que são possibilidades e não certezas que se apresentam a ele.

E cada escolha feita, até mesmo a negação da escolha, traz um ônus inerente ao ser humano, algo que é preciso lidar. O budismo, em sua ideia central, mostra que essa vida de sofrimentos é causada pela indecisão e a angústia é gerada pela necessidade de escolhas e de abdicar de algo, pelo fato de compreender que este sofrimento sempre irá ocorrer e o melhor caminho a seguir é sempre aquele que a razão determinar, a partir das escolhas possíveis (FUMIHIKO, 2013). Nishitani (2017) percebe na ideia de responsabilidade existencialista (conceito aprofundando por Sartre (2015)) uma semelhança muito grande com aquilo que os budistas chamam de “*Karma*”⁹.

O *karma* para o budismo é a consequência, normalmente na vida terrena e espiritual, das ações realizadas pelos seres humanos (HAN, 2020). É ônus das escolhas feitas. Embora alguns existencialistas, como Kierkegaard tenham um viés religioso muito forte, o ateísmo de Sartre refuta esta possibilidade. No entanto, as semelhanças conceituais existentes fortalecem a ideia de que a crise do final do século XIX e, principalmente do pós-guerra no Ocidente que pautou as ideias existencialistas e do reconhecimento do mundo com um lugar de expiação e sofrimento, já eram pensadas na Ásia desde o século IV a.p..

⁹ Termo original: “業” (Go)

Por motivos completamente diferentes, o existencialismo busca uma nova forma de compreender e agir em um Ocidente desigual, armamentista e, posteriormente, altamente assassino. Os budistas, em seu primórdio, tendem a buscar uma compreensão para a realidade e existência humana ante os dilemas mais corriqueiros, sem grandes pautas sociais de tamanha proporção. Independente do contexto e dos motivos, ambas as formas de pensar, ampliam os horizontes sobre como compreender e analisar o mundo ante as suas crueldades e sadismos, quase que cotidianos.

Para Buda o ser humano é o resultado de suas ações. Esta é, principalmente para Heidegger, o fundamento principal para a compreensão da existência humana, uma vez que muito mais que produzir sentido, o ser humano existe antes mesmo de estabelecer sentido e compreender o mundo que o cerca. Fator que, por si só, já gera angústia e sofrimento em um ser não formado ao lidar com um mundo em funcionamento pleno. A ontologia fenomenológica sartreana estabelece que para mitigar estes sofrimentos e ter ações efetivas na realidade, o ser humano deve ter a maior compreensão possível de si, das suas falhas, suas angústias e do seu entorno.

Desvendar e retirar estas bandagens que permitem que o ser humano enxergue a si e ao seu em torno de maneira não idílica é, de forma semelhante, aquilo que o budismo chama de nirvana. Para Han (2020) o budismo nada mais é do que uma forma de ver, pensar e agir no mundo em que se percebe o lugar de sofrimento e expiação em que cada ser está imbuído e alcançar a iluminação (o nirvana) a partir das renúncias às angústias, encarando as dificuldades e as consequências das escolhas tomadas. A noção de que nascemos só e, ao existir, estamos abandonados à própria sorte, como aponta Heidegger (2012) é uma condição humana que vai depender da forma como cada pessoa age e escolhe, dentro da sua liberdade paradoxal.

O existencialismo busca, assim como o budismo, refletir sobre o absurdo (o caos do mundo, inclusive sobre o passado) e a forma como os seres humanos agem ante a ele. Por isso, a possibilidade de escolher seu passado é tão importante para quem defende noções budistas/existencialistas. Uma vez que compreender a si, de maneira crítica, ampla e desvelando o máximo de possibilidades existentes, cabe a cada um escolher uma cultura de passado com a qual se identifique. Isso não significa dizer que é um ato individualista. Pelo contrário. Sartre (2015) ao defender que o existencialismo é um humanismo, garante que o ser humano deve permanecer no centro das ações justamente porque é o ser humano que deve se compreender para compreender o seu em torno, ter mapeada as suas possibilidades de escolhas e agir ante a elas e o absurdo para superar as adversidades.

Fantasiar, fugir e criar instituições e dogmas que te afastem da percepção destes absurdos enquadra, conforma e engessa as possibilidades de ações humanas. Afinal, se a liberdade é um fardo que devemos carregar, precisamos saber até onde cada um é livre e como vamos viver com essa realidade. Por isso, a sociedade organizada necessitou criar instrumentos regulativos a essa liberdade, estabelecendo regras que impusessem limites nas ações das liberdades humanas. Essas regras não foram postas em situação de equidade entre todos, e é nessa desigualdade que reside o dilema entre aqueles que adotam uma postura simplificada de cumprir ordens e discursos pré-moldados, seguindo caminhos comuns e já pavimentados, sem grandes esforços e de outro lado aqueles que diante do absurdo, o questionam, estudam e buscam “desnormalizar” a anormalidade. Essa possibilidade de viver mediante guias e regras já estabelecidas que decidem desde as escolhas elementares, como o tipo de comportamento que devo ter em cada local da sociedade, até mesmo ao não questionamento de ordens absurdamente cruéis no serviço militar – afinal, não há o que questionar numa sociedade estabelecida que me ofereceu (quando de fato ofuscou e ocultou) apenas um caminho a seguir.

A banalidade do mal, pensada por Hannah Arendt (2014) na verdade é uma escolha, para Sartre (2015), uma vez que seguir ordens horrendas tendo como escusa o simples cumprimento de hierarquia ou mera burocracia cotidiana faz parte das possibilidades de escolhas do indivíduo. Por isso, entender que o mundo é um caos e compreender este absurdo é fundamental para o existencialismo. O sentido do mundo é aquele que nós, tanto quanto indivíduos, quanto como seres humanos em uma coletividade, damos a ele. Não tem sentido ontologicamente *a priori*, ele é elaborado pelas pessoas, quando grupos humanos aceitam e escolhem caminhos simples, moldados, e irreflexivos, que podem se tornar amorais, sem um julgamento entre o que é certo e errado, ou melhor, estipulando uma nova moralidade dentro do ponto de vista daquele grupo que organizou e deu sentido a esta forma de viver. Assim, surgem, para Sartre (2014), as injustiças justificadas moralmente (a escravização de africanos, por exemplo).

Nishitani (2017) busca refletir sobre a existência e o nada e, principalmente, sobre como a religião, sobretudo o budismo, atua na sociedade japonesa para ocupar este espaço vazio do ser em construção a partir do momento em que passa a existir no mundo. Essa instrumentalização do ser humano para a auto-iluminação e a tomada de escolhas na filosofia budista levam a crer que para um ser humano bom coisas ruins não acontecem. O problema, reitera Nishitani (2017), é que para o existencialismo o absurdo do mundo acomete qualquer um, seja uma pessoa considerada boa ou ruim, ninguém está a salvo de uma tragédia ou das

angústias, independentemente da sua “iluminação”. Por isso, o budismo japonês e o existencialismo sartreano quando associados permitem uma compreensão das sociedades de forma esclarecedora e sobre um ponto de vista teórico que instrumentaliza a análise e propõe uma ação.

A análise não permite acreditar em lados do bem e do mal, é uma dissipação do maniqueísmo historiográfico fortemente marcado por pesquisadores da Segunda Guerra Mundial no Ocidente, por exemplo. No entanto, isso não significa justificar visões negacionistas do passado, pelo contrário. Uma vez que a liberdade sobre o passado acarreta consequências, e a iluminação é o primeiro passo para a compreensão do absurdo do mundo, negar ou enviesar propositalmente fatos históricos para interesses próprios é facilitar o caminho para seguir um rumo já predefinido, nada autêntico e libertador. Além disso, ao dissolver este maniqueísmo, este tipo de abordagem permite entender como o passado é manipulado ao longo da história, principalmente um passado que facilite escolhas, justifique tomadas de ações em nome de uma coletividade, principalmente quando suas atitudes envolvem eventos que geram desigualdades e mortes. Como Jaspers (2018) argumenta, é mais interessante criarmos uma justificativa moral para cometer atrocidades, do que admitir a culpa e tomar consciência de que não estamos pensando autonomamente. O caos que é o passado não poderá ser conformado facilmente dentro de uma perspectiva budista-existencialista. Esta perspectiva ficará explicitada nas análises realizadas no capítulo 2.

Nesta seara, ressalto também, que as reflexões propostas por Hayden White (2014), que estão fortemente presentes nesta tese, foram, ao longo de toda a sua carreira acadêmica, marcadas pela influência do existencialismo em suas proposições teóricas acerca da história. A busca pela compreensão do mundo, o entendimento do absurdo e, sobretudo, a liberdade de representação do passado que permita a escolha de passados pelas pessoas, para que com isso o passado possa ter um uso prático (WHITE, 2014), em prol de projetos de uma sociedade mais justa e igualitária são fundamentais na obra de White. Segundo Hans Kellner (2016), a influência de Sartre nas obras de Hayden White não é apenas no nível acadêmico, mas também se relacionam diretamente com a sua capacidade e percepção política do mundo. Uma vez que para White (2016) a grande preocupação era compreender como o passado era representado por diferentes narrativas, e isso não tornava estas representações mais ou menos fidedignas ou confiáveis.

Pensar o espaço da ficção na história e da história na ficção é, hoje, um percurso facilitado pela exaustiva incursão de White nas teorias literárias e da linguagem demonstrando

que a forma e conteúdo da narrativa historiográfica e literária podem ser idênticas, de acordo com os tropos e organizações feitas por cada tipo de escrita. Neste sentido, a tentativa de separar o ato, o ficcional da escrita da história acaba realizando uma morte lenta do poder imaginativo (imaginação histórica) que a disciplina poderia exercer, como aponta Hayden White (1990). Levar em consideração estas perspectivas será muito importante em uma tese que busca analisar diversos elementos, entre eles textos historiográficos e obras ficcionais, como fonte para a compreensão dos usos do passado sobre a bomba atômica.

CAPÍTULO 1 – Bomba Atômica: entre evidências, enredos e narrativas

Hiroshima, e depois...

Dez anos, vinte anos, quarenta anos depois, ainda há vítimas que sofrem e que morrem. O que o Doutor Ramsey não quis acreditar é que, alguns dias depois da explosão, as radiações continuariam a agir, e um medo angustiante despertava subitamente. E ele permanece ainda. Jamais a história conheceu algo igual: o massacre continuava, mesmo com o fim da guerra. Evidentemente, os contemporâneos não podiam ter consciência de tudo isso; em 1918, os horrores da guerra tinham terminado junto com a guerra em si, ainda que os efeitos dos gases tenham deixado muitas pessoas cegas para sempre. De modo que, em 1945, não se imaginava quais poderiam ser os efeitos do progresso da ciência. No restante, se a Suíça, Albert Camus e o Vaticano também condenaram a utilização da Bomba A, a opinião pública não ficou totalmente comovida; em todo caso mostrou menos comoção do que demonstra hoje. Pois, a pergunta que se fazia era: seria melhor que morressem em combate um ou dois milhões de Americanos e de Russos, ou que morressem cem mil Japoneses de uma só vez? Era assim que se apresentava o problema moral. E depois, pensava-se também em quem havia acionado a horrível mecânica do horror senão o Eixo? Os nazistas tinham destruído primeiro Coventry totalmente, e os Alemães inventaram mesmo um verbo novo para definir o destino trágico das outras cidades inglesas que tiveram a mesma sorte, antes de utilizar os V1 e V2 para demolir tudo no território inimigo? Não, nem os militares nem os civis ficaram verdadeiramente indignados com a bomba de Hiroshima, não mais do que com a seguinte. A bomba colocava um ponto final na guerra, graças à bomba a guerra tinha acabado. Na verdade, ela não tinha terminado de fato, porque nem Dr. Ramsey, nem os cientistas nucleares haviam pensado nos efeitos das radiações. Estes mesmos estudiosos apresentam a mesma cegueira hoje. Eles tentam fazer valer a ideia de que o equilíbrio do horror é uma garantia contra o horror... E o único argumento é que até hoje ninguém ousou utilizar novamente a bomba. Mas, ao multiplicar os detentores, não arriscamos em fazer crescer o número de utilizadores? Deixando aos outros a responsabilidade de decidir sobre o uso, eles podem manifestar também uma intenção escrupulosa para experimentações cuja aplicação seria ainda mais mortífera. Inocente, a ciência pode assim apontar o dedo para os culpados, os políticos, os militares¹⁰.

Marc Ferro
Codiretor dos Annales

¹⁰ Texto original: “Hiroshima, et après... / Dix ans, vingt ans, quarante ans après, il est encore des victimes qui souffrent et qui meurent. Ce que n'avait pas voulu croire le Docteur Ramsey quelques jours après l'explosion, que des radiation continueraient à agir, éveillait subitement une crainte angoissée. Celle-ci dure encore. Jamais l'histoire n'avait connu cela: le massacre continuait, alors que la guerre était finie. Les contemporains ne pouvaient, évidemment, en avoir conscience; en 1918, les horreurs de la guerre avaient cessé avec la guerre elle-même, et cela bien que les effets des gaz eussent rendu certains aveugles pour toujours. De sorte qu'en 1945, on n'imaginait pas quels pourraient être les effets des progrès de la science. Au reste, si la Suisse et Albert Camus, si le Vatican aussi condamnerent l'utilisation de la Bomb A, l'opinion ne fut pas tellement emue; elle le fut moins en tous les cas qu'elle ne l'est aujourd'hui. Car, disait-on, valait-il mieux que meurent au combat un ou deux millions d'Américains et de Russes, ou que, tout de suite disparaissent cent mille Japonais, et d'un seul coup? Ainsi, posait-on le problème moral. Et puis, pensait-on aussi, qui donc avait déclenché l'horrible mécanique de l'horreur, sinon l'Axe? Les Nazis n'avaient-ils pas, les premiers, totalement détruit Coventry, les Allemands inventant même un verbe nouveau pour définir le destin tragique des autres villes anglaises qui connurent le même sort, avant d'utiliser les V1 et V2 aux fins de tout raser chez l'ennemi? Non, ni les militaires ni les civils ne furent vraiment indignés par la bombe d'Hiroshima, pas plus que par la suivante. La bombe mettait fin à la guerre, grâce à la bombe, la guerre était finie. En vérité, elle ne l'était pas, parce que ni le Dr Ramsey, ni les savants atomistes, n'avaient vraiment pensé aux effets des radiations. Ces mêmes savants font preuve, aujourd'hui, du même aveuglement. Ils font valoir que l'équilibre de l'horreur est une garantie contre l'horreur... Et leur seul argument est qu'à ce jour, on n'a pas osé réutiliser la bombe... Mais, à multiplier les détenteurs, ne risqué-t-on pas d'accroître le nombre des utilisateurs? Laisant à d'autres la responsabilité de décider de cet usage, ils peuvent ainsi manifester une attention exigeante, scrupuleuse à des expérimentations dont l'emploi serait encore plus meurtrier. Innocent, la Science peut ainsi montrer du doigt les coupables, les politiques, les militaires. / Marc Ferro / Co-directeur des Annales”. Disponível em: (FERRO, 1986).

No dia 27 de maio de 2016 ocorreu, pela primeira vez, em mais de 70 anos, uma visita oficial de um presidente estadunidense à Hiroshima. O então presidente Barack Obama durante sua viagem oficial ao Japão escolheu a primeira cidade a ser afetada pela bomba atômica como um dos pontos de parada e onde discursaria. O presidente da nação que lançou as únicas duas bombas atômicas sob uma população civil não foi até a cidade japonesa para se desculpar oficialmente, sua ação foi um ato simbólico: pregar a paz.

No mesmo contexto em que o então Primeiro-Ministro japonês, Shinzo Abe, movia enormes esforços para conseguir militarizar as forças armadas japonesas, desmontadas desde o fim da Segunda Guerra Mundial. O clamor pela paz, proposto por Obama, parece ter encontrado ouvidos moucos. Atualmente, sabe-se da existência de armas nucleares em mais de 9 países, todos possuem centenas de ogivas. Uma quantidade tão expressiva de material bélico nuclear que seria capaz de explodir a Terra várias vezes e, principalmente, causar sofrimentos devido à radiação por milhões de anos, como justificava o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP)¹¹ em 1970. É preciso ir além da visão do cogumelo atômico.

A principal intenção neste capítulo é convencer o leitor, através de uma argumentação solidificada em evidências, que a bomba atômica não foi “apenas” a destruição de prédios e a morte de quase duzentas mil pessoas. Ela é presentificada em discursos, latências e presenças que são mobilizadas fazendo com que o passado seja representado a cada instante enquanto haja resquícios de radiação e o medo da nocividade causada por acidentes nucleares.

A bomba atômica, do ponto de vista da sua factualidade, **É** a radiação presente até os dias de hoje; **É** os experimentos médicos feitos com sobreviventes da bomba por parte dos EUA para que pudessem estudar os efeitos causados pelo seu artefato; **É** a ocupação dos EUA ao Japão por sete anos, encampando a prática de censura e supressão de várias fontes e construindo uma narrativa de silêncio sobre o evento ao povo nipônico. A bomba atômica é o resultado da excrecência humana que agiu conscientemente para matar e condenar as vidas e sanidade de milhares de civis sem envolvimento algum com questões militares.

Todavia, a bomba atômica também poderá ser muitas outras coisas a partir dos usos que determinadas culturas do passado farão sobre esta factualidade, tendo como um referencial do passado discursos e narrativas que nem sempre tenham aporte que sustente sua veracidade,

11

Disponível em:
<<https://web.archive.org/web/20070807060917/http://www.iaea.org/Publications/Documents/Infcircs/Others/infirc140.pdf>> Acessado em 30/12/2020

porém, por estarem fora do escopo da historiografia não necessitam ou não são cobradas por isso. O passado e o presente, sempre em disputa quanto suas fronteiras, tem como certeza a impossibilidade de sua transposição cristalina. Todo o registro do passado é, por si só, uma interpretação do mesmo em aspectos políticos/ideológicos, estéticos e éticos.

Por isso, em casos de passados fragmentados e/ou traumáticos a sua presentificação é tão presente quanto as suas marcas. Não se trata aqui de hierarquizar sofrimentos ou formas de falar sobre o passado da bomba atômica, mas sim compreender que todo o sofrimento causado por este tipo de armamento gerou e, importante frisar, ainda gera danos tanto para os envolvidos diretamente, quanto para aqueles que de forma indireta (por representações e latências) foram afetados. Romper com a lógica dogmática de parte da historiografia em colocar o passado no passado, ou seja, impor o distanciamento entre o presente e o passado é desconsiderar qualquer influência do trauma na psiquê humana, bem como perder uma oportunidade evidente de interferir politicamente na sociedade em busca de um presente mais consolidado e dado ao dissenso e a diversidade, como aponta Barkan (2009), tendo liberdade para narrar e elaborar narrativas sobre o seu passado dentro de padrões éticos que respeitem os direitos humanos, a democracia e a pluralidade cultural existente.

1.1) Para além do Dia D: A Segunda Guerra em uma perspectiva global

Herman Melville em seu clássico *Moby Dick* narra a história de um navio baleeiro e sua saga em caçar a enorme baleia branca. Em meio a desafios, angústias e descrições, a geopolítica do fim do século XIX é apresentada. Nos deparamos com a dificuldade em estabelecer entrepostos comerciais seguros, sobretudo na Ásia, onde não fossem atacados constantemente e que não praticassem políticas de restrição que impediam a comercialização e a livre navegação em águas japonesas, abundantes em baleias.

Tal isolamento nipônico, aliado ao domínio inglês na Ásia, principalmente na China após a Guerra do Ópio (1839-1842), motivou os EUA e seu “Destino Manifesto” a iniciarem um processo de planejamento de invasão e abertura dos portos japoneses. Esse processo, embora não classificado como, trata-se, segundo Daisuke Furuya (2002), de uma invasão militar dos EUA, que rompeu a soberania nacional japonesa e causou uma guerra civil que ainda mantém feridas abertas.

Nas linhas abaixo, traço um panorama historiográfico dos contextos que envolvem Japão e EUA no pré-guerra e suas relações políticas e culturais até o lançamento da bomba atômica. A linearidade narrativa desta etapa se dá em virtude do obediência de normas

historiográficas pré-estabelecidas no campo disciplinar, as quais, muitas vezes eu me oponho. Utilizo esta narrativa aqui para que possa elucidar pontos que ainda não são abertamente discutidos no Brasil. Trata-se de uma possibilidade de narrativa e representação, baseada em evidência, mas não a única possível. Não estou descrevendo a única verdade deste passado, mas sim construindo uma narrativa que os contextualize para que o leitor consiga entender elementos fundamentais na política e cultura que permitiram e permitem que a bomba atômica afete estas sociedades.

Desta forma, é preciso compreender que em 1852, o presidente dos EUA, Millard Fillmore, incumbiu o consagrado comandante Matthew Calbraith Perry para coordenar este processo de rompimento do isolacionismo econômico japonês. Perry já havia lutado na Guerra de 1812 e em 1845 contra o México obtendo grandes êxitos e destaque ao ponto de ser incumbido de tal missão. Vale lembrar que o Japão da Era Tokugawa (1603-1854) é um país completamente rural, com uma estrutura política centralizada nas mãos de uma elite agrária que não tinha nenhuma pretensão e nem interesse em adentrar ao mercado globalizado.

Com o poder centralizado nas mãos de uma elite muito seleta, o Xogum era alvo constante de descontentamento e conspiração por parte de uma antiga elite rural desprovida de poder político e de participação nas políticas internas e externas do país. Tal oposição possuía terras em grande extensão e pessoas que compunham exércitos significativos, bem como um número grande de servos e escravos. Estes números não eram superiores aos membros do xogunato, mas eram significativos segundo Xupeng Zhang (2015). Tentativas de aliança com partes da elite de países vizinhos como Twain, China e Coréia eram constantes durante a Era Tokugawa, com objetivos de promoverem um levante.

Com o acirramento das tensões no Japão e pressão da elite pesqueira estadunidense, Fillmore resolveu iniciar um processo de expansão dos EUA para o Oriente, buscando estabelecer entrepostos comerciais e liberdade de venda e compra, principalmente por já estar sinalizado pela oposição ao xogunato interesse neste tipo de transação econômica. Para Andrew Gordon (2003), estes contextos políticos acirrados chegaram ao ápice no dia 8 de julho 1853, quando Perry abordo da fragata Mississippi chega até a baía de Tóquio e sob ameaça de ataque bélico consegue a ordem para aportar e entregar uma carta de condições para o Xogum. Para Gordon (2003), o Japão, até então, nunca havia enfrentado tamanha ameaça. Suas tecnologias bélicas eram ínfimas perto do que os EUA apresentavam. Uma demonstração de tiros realizada por Perry fez com que o Xogum enviasse um representante para recepcioná-lo e ouvir suas exigências. Após entregar a carta, Perry deu o prazo de um ano para retornar e receber a resposta.

Com uma paciência e hombridade totalmente típica de governos estadunidenses, Perry aguarda apenas seis meses em Formosa (também conhecida como Taiwan) mapeando e organizando logísticas de exploração do carvão mineral daquela região – que posteriormente será explorado pelo próprio Japão – e retorna ao arquipélago nipônico na metade do tempo prometido. O xogunato tentou fazer com que aportassem em Nagasaki, único posto aberto a estrangeiros e que tinha uma altíssima taxa alfandegária. Segundo Harry Harootunian (1991) após uma tentativa de resistência japonesa Perry foi autorizado a aportar em Kanagawa – próximo da sede do xogunato em Tóquio – e ali organizou tudo que foi necessário para o estabelecimento da “Convenção de Kanagawa” de 31 de março de 1854.

Esta convenção resulta no fim oficial da era isolacionista do Japão e início da guerra civil e “modernização” das terras nipônicas, ou seja, sua ocidentalização. A guerra civil instaurada após a Convenção de Kanagawa durou até 1868, considerada por boa parte da historiografia como o fim da Era Tokugawa. Porém, mesmo envolto em uma batalha sangrenta entre os “samurais”, guerreiros defensores do xogunato, e a elite oposicionista apoiada pelos EUA, o Japão já iniciava um processo de “modernização ocidentalizante” tanto em termos tecnológicos quanto dos costumes. Muito além dos clichês hollywoodianos, a imposição de um novo padrão de etiqueta e beleza expressa pelo uso de cabelo curto por parte dos homens mudou muito menos do que as transformações ocorridas na estruturação social e política do Japão.

Ao abrirem os portos de Hokkaido (porto mais estratégico ao norte), Shimoda (porto mais estratégico ao sul) e Tóquio (capital de fato do xogunato, além de ser banhada pela principal baía da região) os EUA inseriram comercialmente o país nipônico no comércio internacional. Porém, como era de se esperar, o interesse dos EUA não era meramente alfandegário, segundo Margaret Mehl (1998) este processo foi acompanhado de um investimento maciço do governo dos EUA em setores estratégicos como energia e transportes, todos estes financiados e, muitas vezes, realizados por empresas estadunidenses.

Ainda nesta perspectiva, preciso esclarecer alguns aspectos importantes com relação aquilo que estou nomeando como “modernização”. Fredric Jameson (2012) alerta para a polissemia do termo modernidade (e seus derivados), chegando a afirmar que a palavra acabou perdendo seu sentido, devido a variada quantidade de usos diferenciados dela. Ao mesmo tempo, existem significados mais profundos do termo muito perceptíveis, porém, muitas vezes, sequer são nomeados. Modernidade, para o autor supracitado, vai ter sua significação de acordo com o contexto e demandas envolvidas (JAMESON, 2012).

O autor destaca que modernidade não é uma ideologia, mas lógicas culturais produzidas e praticadas durante um modo de produção capitalista. Por ser um conceito atrelado a lógica capitalista, é uma categoria que pode ser pensada dentro da esfera narrativa, segundo Jameson (2012). A modernidade neste sentido, pode assumir uma narrativa estética, tecnológica, conceitual entre outras. No caso aqui analisado me dedico a pensar a modernidade no Japão a partir de duas percepções narrativas: as mudanças tecnológicas; e a construção conceitual de uma modernidade.

O projeto de modernidade formulado no Japão a partir da Era Meiji, como destacado anteriormente organiza a sociedade de forma que atribui-se o epíteto de “moderno” a toda e qualquer tecnologia que catapulte a sociedade japonesa para o capitalismo. Além disso, há uma construção conceitual sobre o que é ser moderno, como estar incluído intelectualmente neste mundo capitalista que passa, inclusive, por uma adequação dos discursos historiográficos que originam uma historiografia profissional acadêmica no Japão a partir disso. Por isso, quando me referir ao termo modernidade nos parágrafos a seguir, estarei fazendo alusão a esse aspecto fundamental na construção de um projeto de modernidade japonês que passa, inicialmente, pela ideia de “progresso” a partir da tecnologia. Afinal: “a modernidade sempre teve algo a ver com a tecnologia (pelo menos nos ‘tempos modernos’) e, portanto, eventualmente com o progresso¹²” (JAMESON, 2012, Posição 19). Por isso, é possível pensar que o pensamento moderno japonês primeiro é feito a partir dos aspectos industriais e comerciais, estruturando um sistema financeiro e de mercado quase inexistente do Japão dos oitocentos, depois surge a necessidade de teorizar, pensar e construir uma nação a partir de modelos e padrões estabelecidos anteriormente por outras nações, as quais, no caso japonês, foram adaptadas e reconstruídas à sua maneira (TANAKA, 1996).

Este processo de ocidentalização e ampliação tecnológica industrial do Japão é até hoje um dos eventos mais estudados pela historiografia (tanto japonesa quanto estrangeira que estuda o Japão) e uma das feridas que não estão cicatrizadas dentro da concepção de nação japonesa. Segundo Harootunian (1991), explicar como um país completamente rural, praticamente feudal, extremamente isolado tornou-se uma superpotência econômica imperialista não se deve a “disciplina e ordem” do povo japonês. Tal questão tem relação direta com a Segunda Revolução Industrial que estava em curso neste momento, fazendo com que o Japão superasse a primeira e engrenasse diretamente na era das ferrovias, luzes elétricas, alta urbanização com um

¹² Texto original: “Modernity always had something to do with technology (at least in ‘modern times’), and thus eventually with progress”

princípio de saneamento básico. No entanto, para alimentar e sustentar esta indústria era necessária uma matriz energética que a realidade geográfica do Japão tornava impossível. Por se tratar de um arquipélago com formação geologicamente recente, fato que impediu que a região fosse produtora de minérios fósseis, com escassos meios naturais capazes de produzir energia, a consolidação da ideia de “modernidade” do Japão passou a ser exercida por aquilo que ficará conhecido como sua marca na Segunda Guerra Mundial: o expansionismo.

A busca por regiões como Taiwan (Formosa), Manchúria, Indochina e até mesmo Austrália não são meros devaneios colonizatórios, mas sim uma busca desenfreada por matrizes energéticas capazes de sustentar a produção industrial de um país que visa o domínio constante da Ásia. Segundo o filósofo Tosaka Jun (1977), o expansionismo japonês como alavanca da indústria é um ingrediente perfeito para a construção da “ideologia japonesa”, ou seja, aquilo que se concretizou com a ideia da “Esfera de Co-prosperidade da Grande Ásia Oriental”¹³, que prega a supremacia racial japonesa ante os outros povos ocidentais e coloca o Japão como porta-voz dos povos asiáticos. Resumindo: constrói uma justificativa ideológica (supremacia racial) para impor suas práticas imperialistas.

Neste contexto, segundo Furaya (2002), é o momento em que se precisa explicar a necessidade de uma monarquia e suas políticas militaristas e expansionistas – requisitos para a inserção japonesa como ativa no mundo capitalista. Tal elite, disposta a compartilhar questões econômicas com o Ocidente via a necessidade de construir barreiras culturais na tentativa de impedir uma colonização ocidental em suas terras, algo que os portugueses já haviam conseguido com um pequeno êxito no século XVI. Cidades como Nagasaki, como veremos a seguir, era, até o lançamento da bomba atômica, mais conhecida por ser uma cidade alvo da tentativa de colonização portuguesa e por ter introduzido o cristianismo ao Japão.

Ao construírem bases que impediriam a colonização física, foram necessárias duas coisas, segundo Urs Matthias Zachmann (2009): não subserviência aos EUA e militarização completa da sociedade com a construção de uma força militar forte e voltada para a navegação, uma vez que o Japão é um grande arquipélago. O segundo objetivo foi facilmente alcançado, uma vez que antes da Segunda Guerra Mundial o Japão possuía o domínio quase total do Oceano Pacífico. O primeiro ponto era objeto de união de pauta entre as duas extremidades: comunistas que eram anti-estadunidenses e suas práticas capitalistas e nacionalistas que

¹³ Termo original: 大東亜共栄圏 (Dai-tō-a Kyōeiken)

acreditavam que a nação era soberana e não necessitaria de acordos e tratados com os EUA (como a Convenção de Kanagawa) para determinar as políticas internas e externas do Japão.

Capitalizar as relações de trabalho, ao monetizar a força produtiva em troca de capital, segundo Tosaka Jun (1977), foi uma das mais radicais e importantes medidas tomadas durante a Restauração Meiji. Comumente trata-se o período de ocidentalização japonesa como “Era Meiji” ou “Restauração Meiji”, se referindo ao período em que o imperador era Mutsuhito, autoproclamado Imperador Meiji (que em tradução literal significa “regra iluminada”). Porém, o imperador que assume o trono após a derrota do xogunato é seu pai, Osahito, também autoproclamado Imperador Komei. Seu reinado dura até 1867 quando após sua morte é sucedido por seu filho Mutsuhito, responsável pelas principais mudanças na ocidentalização do país. Vale ressaltar, que segundo Harootunian (1991), o Imperador Komei possuía ligações forçadas com o xogunato através do casamento de sua irmã com o xogum, com a morte do mesmo após a guerra, seu herdeiro viu na aliança com o Ocidente o principal caminho para estruturar seu governo e expandir sua política derrotando de vez a elite tradicional agrária do país. Desta forma ocidentalizá-lo era crucial para o fortalecimento do poder real. Posso dizer, a partir disto, que o império japonês só existiu e se sustentou a partir da expansão do capitalismo no país.

Tal período pode ser determinado a partir da derrota definitiva do xogunato, 1868, e com a proclamação do Império do Japão, na qual: “desde essa data, o Japão negou sua sociedade tradicional e promoveu industrialização e modernização, foi o processo de ‘ocidentalização’ a que o Japão foi urgentemente exposto no contexto da expansão imperialista pelas potências ocidentais”¹⁴ (FURAYA, 2002, p.1). Para que esse Estado emergente tivesse seu balizamento efetivado foi necessário historicizá-lo, aos moldes ocidentais, ou seja, construir a disciplina de história e escolas capazes de disseminar esse conhecimento nacionalista. A tradição oral japonesa, segundo Kato (2012), sempre esteve a cargo de narrar seus heróis, seus feitos e, além de tudo, trazer algum ensinamento moral a partir das atitudes de seus benfeitores. Tudo isso, é claro, ligado diretamente a aspectos religiosos e filosóficos que ao longo dos séculos se alternavam entre influências xintoístas, confucionistas ou budistas. Sendo assim, aquilo que seria da responsabilidade da historiografia já era realizado por um costume cotidiano e completamente atrelado a religião, com outras intenções e operacionalidades.

¹⁴ Texto original: “Since that date, Japan has denied its traditional society and promoted industrialization and modernization. This was the process of "westernization" to which Japan was urgently exposed in the context of the imperialist expansion by the Western powers”.

Como forma de intervir neste contexto, a disciplina de história surge para compreender elementos até então desconhecidos. Como, por exemplo, a inclusão do termo “Ásia”¹⁵ ao vocabulário japonês, uma vez que, segundo Furaya (2002) tal termo era utilizado por outrem com o intuito de classificar entre europeu e não-europeu. A inclusão do termo em seu escopo gramatical permitiu a realização de estudos da história não só japonesa e chinesa, mas também da “história da Ásia”, “história do Japão” e “história do Ocidente”. Estas foram às disciplinas construídas durante a Era Meiji, na qual: “em 1872, a reforma do sistema educacional previa o ensino de história em escolas de ensino fundamental e médio e de escolas secundárias. Não só a história japonesa e chinesa, mas também a história ocidental deveria ser ensinada”¹⁶ (FURAYA, 2002, p.2)

Não é possível dizer, de forma alguma, que narrativas organizadas e investigativas sobre o passado japonês surgiram no século XIX, porém o que estou tratando aqui é da construção da disciplina de história, aquela que deveria utilizar-se de um método específico para chegar à verdade do passado e, com isso, ter as explicações e ensinamentos sobre ele, de modo que ao serem proferidos têm a finalidade de permitir agir no presente e melhorar o futuro. Uma máxima positivista e historicista que configurou boa parte da historiografia do século XIX. Não obstante, em 1887 é fundada a primeira faculdade de história, na Universidade de Tóquio, “este foi o departamento de história da Faculdade de Letras onde quem assumiu a liderança foi Eudwig Eess (1861-1928), um aluno de Ranke, que foi chamado do Império Alemão para a Faculdade de Letras a pedidos do governo Meiji¹⁷” (FURAYA, 2002, p.4).

Imbuídas neste contexto a história precisa surgir para aferir a posição da nação ante a população. Justificar a existência e a necessidade de “modernizar” o país, ao mesmo tempo que se deve preservar a tradição. Esta difícil missão fez com que a historiografia japonesa emergente no século XIX se dedicasse aos estudos sobre um passado distante, por vezes folclórico e, quase sempre, idealizado. E, sobretudo, na construção de heróis nacionais e seus legados.

O surgimento de um novo vocábulo pode permitir uma reflexão sobre essas mudanças no Japão. Anteriormente a Restauração Meiji existiam várias formas de se referir a história como uma narrativa do passado. Porém, a mais comum deriva de um kanji chinês chamado “shi”

¹⁵ Termo original: アジア (Ajia)

¹⁶ Texto original: “In 1872 the reform of the educational system provided for the teaching of history in higher elementary schools and lower junior high schools. From the first, not only Japanese and Chinese history but also Western history was to be taught (...)”

¹⁷ Texto original: “This was the history department at the Faculty of Letters which took a leading role in historical studies in modern Japan. Eudwig Eess (1861-1928), a pupil of E. Ranke, was called from the German Empire to the Faculty of Letters at the request of the Meiji government”.

(史), que em uma tradução adaptada significaria “contar uma história, uma lenda, um conto”, algo muito comum e que é o fundamento das tradições confucionistas, xintoístas e budistas. Alicerçadas, normalmente, sobre a sua divulgação através da oralidade. No entanto, com o surgimento da disciplina história surge a necessidade de um novo termo. Como já é comum na língua japonesa ao invés de se substituir o kanji existente, adicionou-se outro que complementa o significado do anterior. Assim, o kanji “Reki” (歴) é adicionado como prefixo de “shi” (史), formando “rekishi” (歴史). “Reki” (歴) significa “uma história, uma fábula específica”, desta forma “rekishi” (歴史) ganha o significado de “contar uma história específica, ou seja, em uma tradução cultural: uma “história oficial”.

Durante o século XX o Estado japonês esteve envolto em um regime imperial sucessório que está sob a égide da mesma família até a atualidade. Porém, após a morte do Imperador Meiji, Mutsuhito, inicia-se a chamada Era Taisho. Taisho era o príncipe herdeiro de Meiji e assume o posto em 1912, após a morte do pai. Ou seja, pouco tempo após as vitórias bélicas sobre um país europeu (Rússia) e sobre a China. Segundo Harry Harootunian (1988), as guerras Sino-japonesa (1894-1895) e Russo-Japonesa (1904-1905) colocaram o Japão em uma situação de estagnação do crescimento, desde sua abertura ao Ocidente no início da Era Meiji (1868). Essa resseção econômica gerou efeitos nefastos, principalmente em uma elite econômica que estava aviltada pela ameaça comunista do lado (a URSS) e com grandes necessidades de aumentar suas matrizes energéticas e forças de trabalho mais baratas. Todavia, tais conflitos foram extremamente efetivos para consolidar a ideia da “modernização”, ou seja, utilizando a “ocidentalização” do Japão como responsável por suas conquistas militares. Uma estratégia de propaganda muito efetiva para com a população japonesa.

No contexto da Primeira Guerra Mundial o Japão ocupou uma posição estratégica, na qual o imperador aproveitou-se da situação de uma guerra de grandes proporções em continente europeu para realizar ações que demonstrassem lealdade a seus aliados (principalmente o Reino Unido e os EUA) e, principalmente, na busca por uma hegemonia no continente asiático, sobretudo na China e de regiões estratégicas e ricas em fontes energéticas. Segundo Ian Buruma (1994), a Primeira Guerra Mundial estabeleceu o Japão de forma definitiva no cenário mundial como uma potência bélica e econômica. Ao atacar as colônias alemãs na Ásia, o Japão acabou postando-se ao lado dos vitoriosos na Primeira Guerra Mundial e, com isso, almejava ter direito a várias concessões do pós-guerra. Muitas se efetivaram, como a participação no conselho da

Liga das Nações e a posse de todas as ilhas do hemisfério norte do Oceano Pacífico, outrora pertencentes a derrotada (e, ironicamente, futura aliada) Alemanha.

Neste sentido, ao contrário do que foi o fascismo italiano e o nazismo alemão, o Japão da Segunda Guerra Mundial não é um país destruído, alvo de convulsões sociais em que emergem discursos totalitários e fascistas como a salvação. Ao invés disso, trata-se de uma economia em tamanha expansão que suas práticas imperiais são a grande motivação para a sua participação na segunda grande guerra.

Este contexto de plena militarização e expansão territorial, aliada ao fato de não ter tido graves consequências na Primeira Guerra Mundial, ao contrário dos europeus, fez com que o Japão construísse um cenário que congregava uma adoração ao seu grande líder (o imperador) e uma justificação perfeita para as vitórias bélicas. Ressalto aqui que o imperador além de um líder político tem seu poder balizado nas estruturas do xintoísmo, portanto a mitologia justifica não só o poder, mas a existência do imperador como uma divindade terrena, como aponta Sakurai (2007). Porém, neste contexto as potências ocidentais começam a ser vistas como grandes entraves ao crescimento japonês, principalmente após o Tratado de Versalhes e a exclusão do Japão do escopo das negociações políticas maiores, por serem considerados como uma “raça menor” (AHMAD, 1993).

Em 1923 ocorre o famigerado cismo de Kanto, na qual destruiu duas das principais cidades japonesas: Yokohama e Tóquio. Tal terremoto estima ter matado em torno de 100 mil pessoas, diversos feridos, muitos desaparecidos e uma vasta destruição, principalmente nas grandes construções fabris e casas operárias. Este cismo gerou um caos político e social ao imperador Taisho, fazendo com que seu governo se tornasse ainda mais autoritário e nacionalista, na busca por recursos e na defesa da “nação” contra os inimigos externos. Isso foi concretizado na perseguição oficial e miliciana de estrangeiros, principalmente coreanos e chineses, sob a desculpa de evitar que estes povos se aproveitassem do contexto caótico japonês para saqueá-los. E nos grupos de extermínio formados para matar japoneses ligados a movimentos comunistas e anarquistas sob o medo de realizarem uma revolução popular em um contexto de crise, ao exemplo da sua vizinha Rússia e a recém-formada URSS.

A crise de 1929, para Masanori Nakamura (1988), ajudou a aprofundar ainda mais a crise econômica japonesa, mas principalmente a fazer com que os nacionalismos se exaltassem ainda mais em busca de um protecionismo aliado a uma colonização de países vizinhos. Receita básica para regimes autoritários. Como em todo contexto de urbanização, o aumento da prole e, conseqüentemente, da população de um país é um dos primeiros sintomas do crescimento

urbano. A pequena e rural população japonesa em meados da década de 1930, segundo o autor supracitado, duplicou e urbanizou-se. As imigrações de vizinhos asiáticos em busca de trabalho nas áreas urbanas também eram contínuas, isso fez com que grande parte desta população estivesse em um regime de miséria e fome. A escassez de alimentos para um país que não tem grandes extensões de terras produtivas contrastava com uma grande população, isso fez com que a fome se tornasse cotidiana para grande parte da população. No entanto, segundo Dower (1999) toda essa crise não era vista como uma crítica ao imperador, por grande parte da população, mas sobretudo como culpa das nações vizinhas e dos ocidentais que conspiravam para impedir o crescimento japonês.

Neste contexto inicia-se o processo de anexação de territórios chineses, como a região da Manchúria, rica em carvão mineral. Sob o discurso de encamparem a libertação de uma minoria étnica, os *manchus*, o Japão estabeleceu um regime autoritário na região, no que foi denominado como estado fantoche. Em 1931 foi tomado em definitivo, com a anexação da Manchúria e a sua imposição militar ao bombardear Shangai. Isso faz com que uma China em enormes crises políticas e econômicas estabeleça tratados extremamente desfavoráveis a si. É importante destacar que, segundo Barak Kushner (2006), embora em crise social, com o aumento gritante da desigualdade no Japão, fruto do crescimento capitalista, os japoneses continuavam investindo em larga escala em questões militares e sua elite econômica percebia neste segmento uma grande possibilidade de enriquecimento e desenvolvimento financeiro. Desta forma, a desigualdade, como em toda estrutura capitalista, era saudável a economia japonesa – sob o ponto de vista do governo e suas elites. O mapa abaixo, representa graficamente as anexações territoriais realizadas pelo império japonês no período analisado, permitindo melhor compreensão do que foi narrado.

FIGURA 1 - MAPA DAS ANEXAÇÕES TERRITORIAIS JAPONESAS (1941)



Fonte: <https://www.timemaps.com/>

Com o crescente sentimento antiocidental, em 1933 o Japão retira-se da Liga das Nações, principalmente por sofrer represálias pelas ações tomadas no Pacífico, muitas delas chegando a explorar a costa australiana (grande aliado dos ingleses). Num contexto de alianças, segundo Carol Gluck (1990), Hirohito – ou o Imperador Showa – via-se desprotegido pela Liga das Nações ao ser pressionado a explicar e ser sancionado por sua atuação na Manchúria. Foi justamente a grande derrotada da Primeira Guerra Mundial que tornou-se uma aliada para as políticas expansionistas japonesas. Ironicamente a antiga colonizadora das ilhas do Pacífico (a Alemanha), que agora estão sob domínio japonês, assina um tratado de proteção com seu antigo algoz (o Japão). O “Pacto Anticomintern” previa a proteção mútua contra o comunismo, quando, em 1941 o mesmo Japão assina o “Pacto nipônico-soviético” em que ambos declaram respeitar as fronteiras estabelecidas, inclusive o estado fantoche na Manchúria, o nomeado Manchukuo.

Para Mariko Tamanoi (2009) tanto o pacto Anticomintern quanto aquele assinado com a URSS tinham como interesse um acordo de não-agressão. Enquanto o primeiro buscava aliados políticos, o segundo buscava evitar um conflito em seu território com uma potência emergente e um inimigo de outrora muito mais poderoso. A Rússia derrotada em 1905 não poderia ser confundida com a URSS de 1941, e, segundo John Dower (1986), o governo de Hirohito percebeu isso.

Em 1937 o Japão dá início a marcha mais cruel e sanguinária de sua política expansionista. Sob a intenção de dominar todo o litoral do seu eterno rival, o Japão entra em

conflito com os chineses, iniciando o que ficou conhecido como a Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945). Neste contexto ocorre o Massacre de Nanquim e o uso forçado de mulheres para serviços sexuais chamadas de “Mulheres de Conforto”, tal questão discutirei com mais afinco posteriormente. Tal conflito se inicia antes mesmo da Segunda Guerra Mundial, e para alguns historiadores japoneses como Yuki Tanaka (2001) este seria outro marco possível para o início da Segunda Guerra Mundial, ao lado da Guerra Civil Espanhola, e se estende durante toda a guerra, tendo o fim somente após a rendição japonesa em 15 de agosto de 1945.

Em 1940 o processo de expansão asiática é cada vez maior. Coréia, Formosa, Taiwan, litoral Chinês, Manchukuo entre outros passam a fazer parte do império japonês. A gota d’água para o Ocidente foi a anexação da Indochina Francesa (Vietnã). Ao realizar tal ato, seu aliado na venda de petróleo e uso do oceano Pacífico, os EUA, atribuem embargos generosos aos japoneses, limitando ainda mais a sua capacidade energética e, por conseguinte, sua capacidade imperialista. Em resposta ao embargo e, segundo Yuki Tanaka (2008), imbuídos em um discurso supremacista de invencibilidade, invadem a Indonésia e conquistam suas refinarias, algo que quase fez eclodir uma guerra com a Inglaterra, que acabou optando por conter-se a sancionar os nipônicos e garantir a distância de suas colônias na Malásia e Índia, ambas em efervescência anti-imperialista.

Conforme Dower (1986) e Tanaka (2008) a política expansionista japonesa tinha como objetivo colocar em prática a “Esfera de Co-prosperidade da Grande Ásia Oriental” em que o Japão assume o papel de protagonista em levar a Ásia a liberdade, libertando-a do domínio do Ocidente. Empenhado nesta ideia e com a preocupação de ser atacado pelos EUA através de sua base naval no Pacífico, em dezembro de 1941 ataca a base de Pearl Harbor e concomitante declara guerra aos estadunidenses e ao Reino Unido.

Uma vez que estavam preparados para uma guerra naquela região, os japoneses rapidamente após declarar guerra tomaram conta de todo o Pacífico. Em resposta, os EUA iniciaram sua ofensiva a partir de 1942, onde foram gradativamente minando o império japonês e seu domínio do oceano. Em solo estadunidense a represália foi ainda maior. As construções de diversos campos de concentração para japoneses foram práticas adotadas pelos EUA a fim de evitar possíveis atentados em seu próprio solo. Confinados em locais setorizados e resguardados pelo exército dos EUA, os campos de concentração tornaram-se o início de uma inferiorização e perseguição racial dentro dos Estados Unidos. Não foram poucas as propagandas, desenhos animados e venda de bônus de guerra que tinham como objetivo destruir os famigerados japoneses e alertar para o perigo da existência de japoneses em solo

estadunidense. Segundo Harootunian (2006), essas práticas construíram um ambiente complexo, uma vez que desde a Era Meiji, mesmo com os nacionalismos acirrados, os EUA sempre foram o país Ocidental no qual a imigração natural era feita, seja em busca de aperfeiçoamento de estudos, seja de melhores condições financeiras. Com essas políticas restritivas estabeleceu-se um inimigo interno e externo que representaria toda a necessidade de um esforço de guerra e que, conscientemente ou não (tendo a acreditar mais na primeira hipótese), justificaria o lançamento das bombas atômicas não apenas contra a nação japonesa, mas sob seus cidadãos, afinal são tão perigosos quanto qualquer governante que mesmo após anos residindo em solo estadunidense devem ficar confinados como forma de controle e coibição de espionagem e sabotagem.

Enquanto isso, no Pacífico, concomitante as batalhas navais, segundo Tanaka (2008), o Japão tinha um inimigo que nunca se rendia: a China. Em constante luta, os domínios japoneses em solo chinês sempre estiveram sob ameaça, sendo constantemente alvos de ataques e reconquistas. A fome que já era uma realidade pré-guerra tornou-se uma constante. Ampliou-se de tal maneira que os esforços de guerra atingiram níveis aterradores, como, por exemplo o derretimento de estátuas para o uso do ferro em fabricação de armas na China.

O Japão via-se corroer economicamente e militarmente com o avanço dos EUA, a crise na China e territórios vizinhos e a constante luta contra os australianos e ingleses na Austrália. As derrotas que eram escassas no início da guerra para a grande potência asiática tornaram-se uma regra, chegando ao ponto de estabelecerem táticas de guerra suicidas, como as missões Kamikazes, nas quais tinham como objetivo matar, ao menos, três inimigos antes de morrerem. Para Yuki Tanaka (2005), esta prática revela o desespero do imperador e a conquista da lealdade do povo para com ele. Segundo o autor supracitado, morria-se não em nome da pátria, mas, sobretudo em nome do imperador.

Este contexto do final de guerra fez emergir uma política de caça a conspiradores, todos aqueles que eram contrários às práticas imperiais e militaristas, bem como marxistas e anarquistas eram perseguidos, mortos e presos por serem considerados traidores. Estas práticas, segundo Hasegawa (2006), acabam acarretando uma crise a lealdade do imperador, suprimida pela escusa de interferência estrangeira na nação e por isso sua consequente derrota. Por isso, pode-se explicar o motivo tão evidente da demora da rendição do Japão, ao mesmo tempo em que manteve-se viva toda a família real após a guerra. Seria possível derrotar o nazismo ou o fascismo e deixar Mussolini e Hitler vivos em um cargo simbólico? Certamente não.

Isso só foi possível no Japão, pois grande parte da opinião pública acredita na inocência do imperador, como pode ser visto nesta reportagem do jornal *Japan Times*¹⁸, em que seu título traduzido é: “Novo salão de guerra diz para contornar a culpa da nação”, escrita pelo jornalista Reiji Yoshida. A reportagem tem como foco narrar a inauguração de uma sala de exposição em um dos bairros mais movimentados de Tóquio. A sala foi chamada de “Showa Hall”, em alusão ao imperador Showa, que reinou de 1926 até 1989 e esteve envolvido nas maiores e mais violentas guerras que o Japão já participou. A reportagem traz um contraponto sobre o nome da sala, em homenagem a um imperador e a característica da exposição: exibir objetos de famílias de soldados japoneses como forma de demonstrar o sofrimento gerado aquelas pessoas. Sem nenhuma menção aos crimes cometidos por aqueles “soldados”, nem mesmo uma contextualização da guerra, a sala foi inaugurada meses depois devido a uma pressão internacional, acadêmica e de movimentos sociais que demandam o direito a verdade no Japão. No texto de Yoshida fica claro que a associação de Hirohito a guerra não é um problema para a população em geral e a sala recebe visitas normalmente em busca de compreender mais a história das famílias dos soldados que morreram na guerra, mesmo sem sequer saberem o motivo pelo qual e contra quem aquela guerra estava sendo travada.

A partir de 1944 o Japão militarmente, segundo grande parte da historiografia como Alperovitz (1995), Dower (1999), Hasegawa (2006), Tanaka (2008) e Yoneyama (1999), representava um perigo irrisório. Até mesmo as forças chinesas haviam reconquistado boa parte de seu território sem ajuda aliada, fato que proporcionou seu lugar no Conselho de Segurança da ONU nos anos seguintes. Porém, com o desembarque dos EUA em Okinawa em abril de 1944, os bombardeios com bombas incendiárias em Tóquio, no início de março de 1945, não foram suficientes para uma articulação de rendição das elites japonesas. Tal bombardeio levou a mais de 100 mil mortos em um período menor que 6 horas, construindo uma ruptura, até então, de número de mortos em tão pouco tempo, como argumenta Richard Rhodes: “Dresden pode ter matado mais pessoas, mas não em tão pouco espaço de tempo. Mais de 100.000 homens, mulheres e crianças morreram em Tóquio nos dias 9 e 10 de março de 1945¹⁹” (RHODES, 2012, p.599).

Além disso, ocorreu uma destruição gigantesca de bens materiais na capital política japonesa, fator que, em dadas as circunstâncias de dissolução de grande parte da Itália Fascista,

¹⁸ Disponível em: <<https://www.japantimes.co.jp/news/1999/03/26/national/new-war-hall-said-to-sidestep-nations-guilt/#.WxmYltJKhdh>> Acesso em: 07/06/2018.

¹⁹ Texto original: “Dresden may have killed more people but not in so short a space of time. More than 100,000 men, women and children died in Tokyo on the night of March 9-10, 1945”.

com a capitulação de diversos países do Eixo após os meses seguintes ao Dia D e com o início do cerco de Berlim em abril de 1945, não seria algo espantoso – não fosse a construção ideológica que Jun (1977) chama de fascismo japonês e a sua crença, em um sentido teológico, na superioridade racial e na vitória sobre todos aqueles que impedem o crescimento japonês – a rendição japonesa em meados de maio de 1945. Para Tanaka (2005), era nítido que a ideologia japonesa imperial acreditava cegamente na sua vitória, mesmo com todos os indícios de sua derrota.

No entanto, a elite nipônica percebendo sua derrocada começa a organizar-se na tentativa de impedir o envolvimento da URSS. Tal tratativa é dissolvida na Conferência de Potsdam em julho-agosto de 1945, quando delibera-se o ataque soviético aos domínios japoneses na Ásia. Após o lançamento da bomba atômica sob Hiroshima (algo que tratarei melhor no próximo tópico), no dia 9 de agosto de 1945 tropas soviéticas invadem a região de Manchukuo, iniciando uma ofensiva ante ao Japão e forçando, ainda mais, sua rendição no mês seguinte.

A Segunda Guerra Mundial para o Japão trouxe consequências políticas claras, porém o seu aspecto traumático e seu legado bélico e anistiador para com os envolvidos no governo imperial japonês é algo que não pode ser relegado ao segundo plano. Discursos vazios que bradam sobre a rápida recuperação do Japão após a guerra e sua relação com o investimento em educação ignoram, por exemplo, a ocupação estadunidense da região de 1945 até 1954, na qual interferiram diretamente nas reformas políticas, econômicas e educacionais. Assumir premissas de uma rápida recuperação é ignorar todo o processo de silenciamento, de tentativa forçada de cicatrização de feridas e o custo financeiro e humano disto para um país que teve quase 2 milhões de mortos na guerra – grande maioria de civis – e quase metade das suas cidades foram destruídas, segundo estimativa levantada pelo governo japonês do pós-guerra sob comando dos EUA. Tais dados estão no site do Ministério das Relações Exteriores do Japão²⁰ (ironicamente, tais dados não coincidem com nenhum dado oficial divulgado pelos EUA, nem mesmo em publicações mais abrangentes como a *Wikipédia* onde os números são constantemente subtraídos. Ouso afirmar que não se trata de um erro ou de diferença de método estatístico, mas sim de clara manipulação política dos dados numéricos).

A Segunda Guerra Mundial é, provavelmente, um dos períodos mais estudados pela historiografia mundial e, principalmente, mais especulado e publicado em tempos atuais. No

²⁰ Disponível em: < <https://www.mofa.go.jp/mofaj/files/000034833.pdf> > Acesso em 07/06/2018.

entanto, visões que atentam a curiosidades, bastidores, entre outras questões historiográficas como a discussão sobre a participação feminina na guerra, os impactos do conflito em países onde não houve confronto militar, entre outras questões são “tendências contemporâneas”.

Porém, por se tratar de uma guerra **mundial** há uma questão que normalmente é relegada, mas tem grande importância no conflito: o papel da Ásia no conflito. E quando me refiro ao papel, não significa apenas a sua atuação com relação as potências europeias, a URSS e os EUA, mas sobretudo nas inter-relações asiáticas que geram tensões que reverberam diretamente nas políticas memoriais recentes envolvendo a bomba atômica em todo o continente asiático. Por tais motivos este tópico buscou explicar as disputas e jogos de interesses envolvidos desde a Era Meiji até os conflitos bélicos da Segunda Guerra Mundial em uma perspectiva global e menos eurocêntrica.

1.2) Trinity: do Projeto Manhattan a Nagasaki

Albert Einstein, renomado físico alemão, que viveu uma parte de sua vida como apátrida por ter se refugiado do nazismo em países aliados é mundialmente conhecido por suas teorias, principalmente por aquilo que ficou conhecido como “teoria da relatividade”. Em termos políticos, embora assumisse sua admiração pelo socialismo, destacava-se pelo uso de sua influência intelectual e a sua inserção na opinião pública para difundir suas ideias pacifistas. Ironicamente, um dos maiores físicos de todos os tempos está no centro das atenções sobre a criação da arma mais destruidora já criada pelos seres humanos: a bomba atômica.

Para compreender o processo de criação da bomba atômica, elencarei alguns elementos que considero cruciais não só para a compreensão da origem do artefato, mas sobretudo para entender os grupos envolvidos na construção desse processo e suas consequências para com as vítimas das futuras bombas atômicas lançadas em Hiroshima e Nagasaki e, principalmente, as políticas adotadas sobre esse passado, no mínimo, complexo e sangrento.

Desde o final do século XIX diversos cientistas, físicos, químicos, entre outros buscavam compreender e entender as partículas indivisíveis da matéria, suas características e potencialidades. Tais pesquisas, em vários sentidos e campos, desde Max Planck até Niels Bohr, chegavam a conclusões de que o átomo possui em seu interior uma energia muito maior que a sua massa, desta forma, se fosse liberado sua capacidade motriz seria gigantesca. No contexto da Primeira Guerra Mundial tais pesquisas estavam cada vez mais avançadas, porém, o intuito até então era científico, similar aos padrões atuais: produção de artigos, livros, pesquisas em laboratórios e compartilhamento entre colegas universitários para a avaliação dos pares para

num futuro ser aplicado as tecnologias militares ou outras. O foco principal neste momento era o desenvolvimento da tecnologia, não a sua aplicação em específico.

Em um contexto de guerra para se obter um financiamento científico era necessário apresentar uma possibilidade concreta de uso para fins militares e/ou de interesse nacional. Um pouco antes da Segunda Guerra Mundial, segundo Rhodes (1986) Einstein foi procurado pelo seu ex-aluno, o físico húngaro, naturalizado estadunidense, Leo Szilard. O intelectual agraciado com o Nobel de física foi alertado por Szilard sobre o risco de nazistas utilizarem o conhecimento atômico para desenvolver uma bomba de urânio, elemento químico com maior potencial fissurável na natureza, ou seja, o elemento que uma vez quebrado o seu núcleo por forças externas emite uma energia gigantesca se comparada a sua massa. Imbuído de sua inocência científica, ou considerando a falta de ética de seus colegas de profissão, Einstein elabora uma carta dirigida diretamente a Roosevelt em que alerta sobre o potencial de tal bomba e o perigo que seria caso os nazistas a desenvolvessem.

A bomba nazista é motivo de muitas investigações, sobretudo de uma historiografia pautada em estudar a espionagem e documentos secretos da guerra. Tal questão levanta interesse de revistas, documentários entre outros produtos que tem o conhecimento e/ou informação sobre o passado como objeto a ser vendido. No entanto, Richard Rhodes (1986) faz uma incursão sobre esta temática, dedicando quase mil páginas de extensa análise de todo o processo envolvido na construção da bomba atômica e a tentativa nazista. O autor supracitado destaca que a Alemanha do período entre guerras é um dos maiores celeiros intelectuais da Europa, principalmente quando se trata de físicos e químicos.

O conhecimento de tecnologias e estudos a respeito de energia provinda do átomo, ou seja, atômica, eram cada vez mais elaborados. O início da década de 1930 é um marco, quando as descobertas sobre o enriquecimento de urânio seriam capazes de produzir uma fissão nuclear. A física judia-alemã Lise Meitner foi uma das principais responsáveis por descobrir a possibilidade de quebrar o núcleo de um átomo através de ações/explosões projetadas fazendo com que se emita energia muito maior do que sua massa. Meitner acabou sendo ignorada e ofuscada de suas descobertas tanto pela sociedade europeia machista, mas principalmente pelos nazistas e seus membros pertencentes até mesmo à comissão de julgamento do Nobel de química, atribuído somente a seu colega de pesquisa Otto Hahn.

Tais descobertas foram avançando na mesma proporção que o regime nazista dominava a Alemanha e seus países vizinhos. Com isso os inúmeros cientistas, grande parte de origem judaica, imigraram para os Estados Unidos. Entre eles cito Albert Einstein, Leo Szilard, Lise

Meitner entre outros. Sem contar, também, estudiosos da radioatividade e energia atômica, estadunidenses que estudaram na Alemanha para aprimorar seus conhecimentos, como é o caso de Robert Oppenheimer, que foi orientado pelo consagrado físico alemão Max Born. Este contexto de efervescência intelectual na Alemanha que está gestando o regime nazista constitui um perigo eminente que era a criação de uma arma que utilizasse a energia provinda da quebra do núcleo de um átomo potente.

Somente em 1935 o físico estadunidense Arthur Jeffrey Dempster descobriu como obter a maior fonte isótopo capaz de causar uma reação em cadeia quebrado o núcleo de um elemento químico que, de certa forma, era abundante na Terra: o urânio. Embora o isótopo corresponda a menos 1% do urânio natural, a obtenção do U^{235} – nomenclatura oficial do isótopo de urânio utilizado para fissão nuclear – foi algo extremamente importante, pois possibilitou que a energia atômica fosse utilizada em uma escala maior, desde que se obtenha urânio em grande quantidade e que se realize um processo árduo e complexo, mais possível para a fabricação de um tipo de energia de um potencial inimaginável para aquele contexto, ainda não pensadas para fins bélicos, como aponta Rhodes (1986).

Antes mesmo de serem iniciados os testes e estudos para a realização de uma arma atômica, cientistas que outrora haviam fugido do nazismo temiam pela possibilidade de tal regime aprimorar os seus conhecimentos atômicos e a partir disso desenvolver uma arma que suportasse tal tecnologia. A questão ficou ainda mais gritante quando os nazistas anexaram a Tchecoslováquia, em 1938, ao seu território. Tal prática possibilitou aos nazistas a obtenção da maior e melhor fonte de urânio da Europa e cercanias, cabendo, posteriormente, aos Aliados recorrerem às reservas existentes no Congo Belga, a partir da exploração imperialista das riquezas daquela região africana, principalmente por uma atuação mercenária do príncipe belga no processo de venda de urânio para os EUA e no vizinho Canadá, com grandes potenciais de urânio.

Quando da anexação do território do leste europeu, os físicos Enrico Fermi e Leo Szilard convenceram Albert Einstein a escrever uma carta ao presidente dos EUA mencionando duas coisas: 1) o perigo desta tecnologia e sua capacidade de produzir uma energia extremamente destrutiva, se usada para fins bélicos; 2) possibilidades de entrar na disputa pela fabricação deste tipo de armamento, buscando urânio no Congo Belga e investindo em pesquisa. Einstein²¹ diz que:

²¹ Disponível em: <<https://www.atomicheritage.org/key-documents/einstein-szilard-letter>> Acesso em 04/06/2018.

Albert Einstein
Old Grove Rd.
Nassau Point
Peconic, Long Island
August 2nd, 1939

F.D. Roosevelt,
President of the United States,
White House
Washington, D.C

Senhor:

Algumas obras recentes de E. Fermi e L. Szilard, as quais me foram comunicadas em manuscrito, me levam a esperar que o elemento urânio possa ser transformado em uma nova importante fonte de energia, num futuro próximo. Certos aspectos expostos dessa situação parecem exigir nova consideração e, se necessário, rápida atenção da parte da Administração. Portanto, creio ser meu dever levar à sua atenção os seguintes fatos e recomendações:

Ao longo dos últimos quatro meses, tem-se tornado provável, apesar da obra de Jolliot na França, bem como a de Fermi e Szilard, na América, ser possível realizar uma reação nuclear em cadeia, numa grande massa de urânio, através da qual vasta soma de poder e grandes quantidades de novos elementos semelhantes ao rádio poderiam ser gerados. Agora é quase certo que isso poderia ser alcançado num futuro próximo.

Esse novo fenômeno também conduziria à construção de bombas e é concebível – embora não totalmente certo – que bombas extremamente poderosas desse tipo pudessem ser construídas. Uma só bomba desse tipo, carregada em barco ou explodida num porto, poderia muito bem destruir todo o porto, junto com algum território ao redor do mesmo. Contudo, tais bombas poderiam muito bem ser, provavelmente, pesadas demais para o transporte aéreo.

Os USA possuem apenas muito escassas reservas de urânio e em quantidades moderadas. Existem algumas boas reservas no Canadá e na ex-Tchecoslováquia, embora as fontes mais importantes estejam no Congo Belga.

Tendo em vista tal situação, talvez o Sr. considere desejável manter algum contato permanente entre a Administração e o grupo de físicos trabalhando nas reações em cadeia, na América. Um meio possível de consegui-lo seria o Sr. confiar a tarefa a uma pessoa de sua confiança, a qual talvez pudesse servir numa capacidade extraoficial. Sua tarefa poderia compreender o seguinte:

a) Aproximar os departamentos do governo, conservando-os informados do desenvolvimento futuro, passando à frente a recomendação do governo, com atenção especial ao problema de assegurar um suprimento de reserva de urânio para os USA.

b) Apressar a obra experimental, a qual está sendo atualmente levada a efeito dentro dos limites do laboratório da Universidade, seria o caso de prover fundos, caso sejam estes requeridos, através dos seus contatos com pessoas particulares, as quais estejam querendo contribuir para essa causa, e ainda, talvez, obter a cooperação de laboratórios industriais, que possuam o necessário equipamento. Entendo que a Alemanha tenha recentemente suspenso a venda do urânio das minas da Tchecoslováquia, das quais ela se apoderou. O fato de ter ela tomado essa decisão tão recente talvez possa ser explicado pela hipótese de que o filho do Subsecretário de Estado Alemão, von Weizsacher, esteja ligado ao Instituto Kaiser Wilhelm, de Berlim, onde alguma coisa da obra americana está sendo agora repetida.

Sinceramente,
Albert Einstein²².

²² Texto original: “Albert Einstein / Old Grove Rd. / Nassau Point / Peconic, Long Island / August 2nd, 1939 / F.D. Roosevelt, /President of the United States, / White House / Washington, D.C./ Sir: Some recent work by E. Fermi and L. Szilard, which has been communicated to me in manuscript, leads me to expect that the element uranium may be turned into a new and important source of energy in the immediate future. Certain aspects of the situation which has arisen seem to call for watchfulness and, if necessary, quick action on the part of the Administration. I believe therefore that it is my duty to bring to your attention the following facts and

A partir disso, é preciso refletir sobre duas questões importantes. A primeira versa sobre o desconhecimento do efeito nocivo da radiação a partir dos usos de armas nucleares com elementos altamente radioativos. É evidente que a radiação era vista neste contexto como um pressuposto intelectual, de pesquisa, não como uma arma possível a ser utilizada contra seres humanos. Sendo assim, e partindo da premissa de Rhodes (1986), é possível pensar que Einstein propunha não era a fabricação de uma arma para ser utilizada, mas sim, e principalmente isso, a colocação dos EUA em pé de igualdade ao regime nazista em termos de tecnologia bélica. A bomba, neste sentido, deveria ser produzida, não usada.

Tal posição se trata de um paradoxo: ou Einstein era deveras inocente para acreditar que um país como os EUA, antes da Segunda Guerra Mundial, iria financiar uma pesquisa em uma área completamente nova, investindo milhões para não usar; ou o físico pensava que a bomba poderia ser produzida e usada contra militares nazistas. Este paradoxo talvez não tenha relação direta com o pensamento de Einstein, porém ele permite pensar sobre o papel ético de um cientista, e sobre a preocupação com o que está fazendo e, principalmente, o que irão fazer com aquilo que projetou.

Hayao Miyazaki, renomado diretor de animações japonesas e fundador do conclamado *Studio Ghibli*, produziu em 2013 o filme “*Vidas ao Vento*”²³, no qual trata da história de um

recommendations: In the course of the last four months it has been made probable—through the work of Joliot in France as well as Fermi and Szilard in America—that it may become possible to set up a nuclear chain reaction in a large mass of uranium by which vast amounts of power and large quantities of new radium-like elements would be generated. Now it appears almost certain that this could be achieved in the immediate future. This phenomenon would also lead to the construction of bombs, and it is conceivable—though much less certain—that extremely powerful bombs of a new type may thus be constructed. A single bomb of this type, carried by boat and exploded in a port, might very well destroy the whole port together with some of the surrounding territory. However, such bombs might very well prove to be too heavy for transportation by air. The United States has only very poor ores of uranium in moderate quantities. There is some good ore in Canada and the former Czechoslovakia, while the most important source of uranium is Belgian Congo. In view of this situation you may think it desirable to have some permanent contact maintained between the Administration and the group of physicists working on chain reactions in America. One possible way of achieving this might be for you to entrust with this task a person who has your confidence and who could perhaps serve in an unofficial capacity. His task might comprise the following: a) to approach Government Departments, keep them informed of the further development, and put forward recommendations for Government action, giving particular attention to the problem of securing a supply of uranium ore for the United States. b) to speed up the experimental work, which is at present being carried on within the limits of the budgets of University laboratories, by providing funds, if such funds be required, through his contacts with private persons who are willing to make contributions for this cause, and perhaps also by obtaining the co-operation of industrial laboratories which have the necessary equipment. I understand that Germany has actually stopped the sale of uranium from the Czechoslovakian mines which she has taken over. That she should have taken such early action might perhaps be understood on the ground that the son of the German Under-Secretary of State, von Weizsäcker, is attached to the Kaiser-Wilhelm-Institut in Berlin where some of the American work on uranium is now being repeated. / Yours very truly, / *Albert Einstein*”

²³ Título original: “風立ちぬ” (Kaze Taichinu), lançado em 2014.

jovem japonês, pacifista e projetista de avião que viu suas invenções serem usadas na guerra. Dilema semelhante a quem friamente produz um artefato nuclear, e de forma terceirizada acaba sabendo das atrocidades que são cometidas a partir desta “invenção”. Além disso, Miyazaki, no documentário: “*Studio Ghibli: Reino de Sonhos e Loucura*”²⁴, que tem por objetivo mostrar o processo de produção do filme supracitado, argumenta como o impacto do desastre na usina nuclear de Fukushima trouxe a sua mente os discursos e sentimentos pacifistas e antinucleares de sua juventude. No filme de 2013 supracitado o dilema entre quem faz ciência e quem faz a guerra é a principal discussão. Einstein propunha uma saída científica para derrotar os nazistas, ou, ao menos, não ser submetido por um regime autoritário com controle exclusivo de uma tecnologia bélica tão mortal. Obteve como resultado a motivação para que os EUA entrassem na corrida sobre armamentos nucleares.

A segunda questão em jogo trata-se sobre o que os EUA pensavam sobre o regime nazista em agosto de 1939 – data da carta de Einstein enviada a Roosevelt. É preciso entender posicionamentos distintos na engrenagem do estado estadunidense. Alperovitz (1995) argumenta, a partir dos diários de Roosevelt, sobre o posicionamento pessoal do presidente. Evidências apontam que a compreensão de FDR era de cautela, mas, ao mesmo tempo de entusiasmo, pois acreditava que os nazistas seriam capazes de derrotarem os soviéticos, em um possível conflito. Porém, como a carta de Einstein foi entregue a Roosevelt pelo amigo de ambos, o economista Alexander Sachs, estima-se que o presidente estadunidense pode lê-la por fins de agosto. Neste mesmo contexto, mais especificamente no dia 23 de agosto de 1939 é assinado o Pacto Nazi-soviético.

Para Gar Alperovitz (1995), tal pacto fez com que os EUA começassem a se preocupar com os nazistas, uma vez que era perceptível sua prática de expansão pela Europa e um domínio sob regiões credoras dos estadunidenses desde a Primeira Guerra Mundial, como a França e a Inglaterra. Para além das disputas imperialistas, a Alemanha Nazista começou a ser vista como um inimigo que também, aliada à URSS, atentava contra a soberania mundial dos EUA. No entanto, a postura de neutralidade dos EUA durante os primeiros anos da guerra não corresponde nem a sua atuação política, muito menos a sua atuação financeira e de suas elites.

Se por um lado, após a carta de Einstein, FDR optou por investir míseros 6 mil dólares na pesquisa sobre a produção de energia e armamento atômico, por outro, diversas empresas estadunidenses não só corroboravam com as práticas nazistas, como financiavam e auxiliavam

²⁴ Título original: “夢と狂気の王国” (Yume to Kyoki no Okoku), lançado em 2013.

o regime, até mesmo na produção de aviões de guerra, proibidos pelo Tratado de Versalhes. Tais questões são amplamente demonstradas pelo historiador Bradley Hart (2018)

Estes investimentos baixos não significam que o projeto tenha sido ignorado pelos EUA, mas sim, e sobretudo, estimava-se ser impossível obter-se o desenvolvimento tecnológico necessário a tempo de findar a guerra. Além disso, não se sabia ao certo a realidade sobre a produção nazista de tal tecnologia. Um fator que será determinante para a produção da bomba será a introdução do capital privado no financiamento de pesquisas e pesquisadores sobre a energia atômica. Em uma manobra política incrível, constitui-se um cartel dentro do Complexo Militar Industrial estadunidense que se destinaria a produção de todos os componentes necessários para a produção de armas nucleares.

Sendo assim, o capital privado ficou todo sob o patrocínio e fiscalização do governo estadunidense, dentro da lógica do GOCO (sigla que na tradução significa: “Propriedade Governamental Contratada para Operar”²⁵), onde a empresa civil fica responsável por produzir parte de um produto importante para o setor bélico. É preciso ressaltar, que segundo Mandelbaum (1979), tal prática preza pela constante distribuição de afazeres a empresas distintas. Isso se deve a vários motivos, o primeiro a uma questão de segurança nacional. Centralizar tudo em um único lugar facilitaria imensamente para uma destruição por parte do inimigo. O segundo, e não menos importante, é a obrigação de agradar a todo o lobby e pressão que o complexo militar exerce sobre os EUA. Sobre isso é interessante ver o seminal artigo²⁶ de Richard Krushnic e Jonathan Alan King – intelectuais e militantes na causa do desarmamento nuclear – ao jornal *The Nation*, onde é possível perceber a atuação dessas empresas no setor político, exigindo um financiamento astronômico para produção de componentes e, atualmente, de quase todo o processo de fabricação de armas nucleares.

Segundo Krushnic e King, a produção de armas nucleares hoje está sob controle – armazenamento e testes dessas empresas privadas, através de uma “terceirização” fraudulenta, uma vez que essas empresas atuam sob segredo de Estado e mantém tanto seu pagamento como a possibilidade de concorrência impedidas de serem acessadas em nome do perigo a nação. Empresas como Lockheed Martin, Boeing, e General Dynamics estão no cerne desse processo atualmente e umbilicalmente ligadas a produção de armamentos e enriquecimento durante a Segunda Guerra Mundial, seja sua empresa ou suas predecessoras – antes das formações de

²⁵ Termo original: “Government-Owned Contractor Operated”.

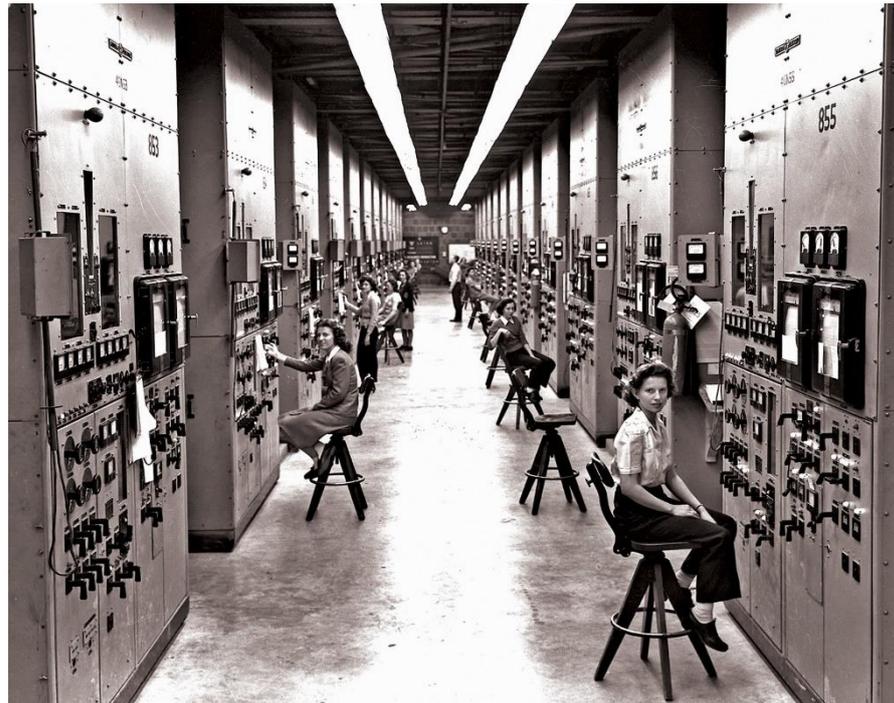
²⁶ Disponível em: <<https://www.thenation.com/article/meet-the-private-corporations-building-our-nuclear-arsenal/>> Acesso em: 03/05/2018

trustes e conglomerados da “segurança mundial”. Ironicamente, todas essas empresas estão tão envolvidas no processo de produção nuclear dos EUA, nos anos iniciais do século XX elas foram as grandes colaboradoras com indústrias japonesas na produção bélica, como a *Kawasaki Heavy Industries* (a mesma empresa que produz desde motocicletas até porta aviões de guerra) e, agiu como uma das principais fornecedoras de tecnologia aérea e marítima militar que o Japão também utilizaria contra os EUA na guerra. Isso demonstra como na guerra quem manda é o dinheiro, por isso, quem irá desagradar o lobby destas empresas? Conforme o artigo acima citado Obama comprometeu 1 trilhão de dólares em seus 8 anos de governo para modernizar seu arsenal nuclear.

Essa colaboração de setores da elite estadunidense com o nazismo alcançou limites até então impensáveis. O banqueiro e senador, Prescott Samuel Bush, pai de George H. Bush e avô de George W. Bush era o principal acionista do banco *Brown Brothers Harriman*. De acordo com Russ Baker (2009), que pesquisou toda a trajetória da família Bush e seu papel na política estadunidense do século passado, demonstra que boa parte do grande enriquecimento da família Bush se deve a sua atuação como credor de nazistas e agenciador de capital dos nacional-socialistas alemães advindo de fontes obscuras, como a expropriação a riqueza dos judeus e povos ocupados que não compactuavam com o regime. Por meio de empresas fantasmas Prescott Bush era um dos responsáveis por fazer aplicações com esse dinheiro, ganhando boas comissões e juros. Tal questão foi descoberta em 1942 e sob o crime contra a segurança nacional o dinheiro foi apreendido, porém embora processado o progenitor Bush nunca foi julgado, alegando eterna inocência.

Essa complacência da elite estadunidense com práticas colaboracionistas com os nazistas antes da declaração de guerra dos EUA em 1941 não é vista, de forma oficial, como algo repugnante. O que importava era não perder a hegemonia militar, nem ficar à mercê de outras potências bélicas. Não se temia o nazismo em 1939 como nos anos a seguir. Durante esse período inicial, de 1939 a 1941 os EUA tiveram investimentos simbólicos em relação a produção nuclear. No entanto, tal questão foi tratada como o maior segredo de Estado possível. Todas estas empresas citadas com envolvimento na produção de armas nucleares, atuavam de modo segmentado, fazendo com que grande parte de seus trabalhadores não tivessem ideia do que estavam produzindo. Tal questão ficou evidenciada a partir das *Calutron-girl*.

FIGURA 2 - GAROTAS CALUTRON EM 1945



Fonte: Ed Westcott – Domínio Público

Calutron era uma máquina criada a partir do financiamento dos EUA – fator que ajudou a definir seu pioneirismo na tecnologia nuclear – para separar isótopos de Urânio e obter Urânio²³⁵, que levou quase três anos para ser concluída. Estas máquinas eram operadas em diversos estágios. Um deles era a responsabilidade de controlar o relógio da máquina para que a experiência não ultrapasse o tempo necessário. Tal função foi exercida, dentro da ideia de esforço de guerra, por jovens meninas estudantes do ensino médio.

O caso mais conhecido é de Gladys Owen (a primeira menina na foto acima), na qual segundo Lindsey Freeman (2010), trabalhou como uma Garota Calutron e foi fotografada por Ed Westcott, o fotografo oficial do Projeto Manhattan. As fotografias do cotidiano e bastidores do processo de fabricação nuclear somam mais de 5 mil fotos, porém só foram divulgadas décadas depois de serem tiradas. Grande parte dos trabalhadores nestas fábricas e nos esforços de guerra na produção de armas nucleares não sabiam o que estavam produzindo. Honrando a lógica fordista, os EUA utilizavam a força de trabalho de forma segmentada fazendo com que o trabalhador não tivesse a compreensão do produto e permitindo a sua produção em larga escala. Sendo assim, não se tratava da busca por produzir armas nucleares, mas produzir elementos que permitissem a sua construção o mais rápido possível e em grande escala.

O caso de Owen ficou conhecido, pois a mesma só ficou sabendo da sua participação na produção da bomba atômica 50 anos depois, quando a exposição realizada na fábrica de

enriquecimento de urânio ao qual trabalhava, a Y-12, comemorava o cinquentenário de sua fundação. Isso demonstra que o desconhecimento das pessoas que atuavam na produção da bomba atômica fazia parte de uma estratégia de segredo Estado onde as armas nucleares eram vistas como vitais para o desenrolar da guerra e da diplomacia nos anos seguintes.

Vale ressaltar que os dados a seguir foram todos retirados dos levantamentos feitos por Richard Rhodes (1986). O autor afirma que logo após o recebimento da carta de Einstein em 1939, com a guerra já eclodida, FDR opta por organizar e financiar pesquisas sobre a questão nuclear. Colocando como responsável pelo Comitê Consultivo do Urânio²⁷ o engenheiro que estava a cargo das pesquisas no Instituto Nacional de Padrões e Tecnologia²⁸: Lyman James Briggs. Com os míseros 6 mil dólares, se comparado aos milhões gastos no decorrer da guerra, Briggs foi encarregado por FDR para agir em duas frentes: financiar as pesquisas de Leo Szilard e Enrico Fermi na Universidade de Columbia sobre as reações em cadeia a partir do rompimento de um núcleo atômico e pesquisar sobre onde e como obter tais questões a partir do urânio. Essas frentes passaram a atuar desde o final do ano de 1939.

Uma mudança fundamental para esse processo foi a inclusão de duas figuras cruciais no processo de produção da bomba atômica: o engenheiro Vannevar Bush e o futuro general Leslie Groves. Bush à altura de 1938 era presidente do Comitê Consultivo Nacional da Aeronáutica – conhecido como NACA, instituição que precedeu a atual NASA – e tinha apresentado ao congresso estadunidense um projeto de financiamento de pesquisas no setor militar de 11 milhões de reais. Após toda uma negociação política e participação de lobistas, foi inaugurado o Centro de Pesquisa Ames²⁹ - conhecido como NASA Ames. Com o sucesso no desenvolvimento de motores mais potentes para aviões, Bush conseguiu ampliar seu financiamento e inaugurar as pesquisas em outros setores além da aeronáutica militar.

Segundo Rhodes (1986), em 1940 Bush apresentou diretamente a Roosevelt seu plano para a criação do Comitê de pesquisa em Defesa Nacional³⁰ (conhecido como NDRC), no qual tinha como objetivo o financiamento de pesquisas em ciência para fins militares. Tal questão motivou imensamente Roosevelt, que já antevia uma intervenção no conflito devido ao acirramento das relações com o império japonês, como argumentei no tópico acima.

Uma vez criado o NDRC, Bush se tornou além da pessoa de maior confiança em termos científico de Roosevelt, um dos principais responsáveis pela tecnologia bélica ali produzida.

²⁷ Termo original: “Advisory Committee on Uranium”

²⁸ Termo original: “National Institute of Standards and Technology”

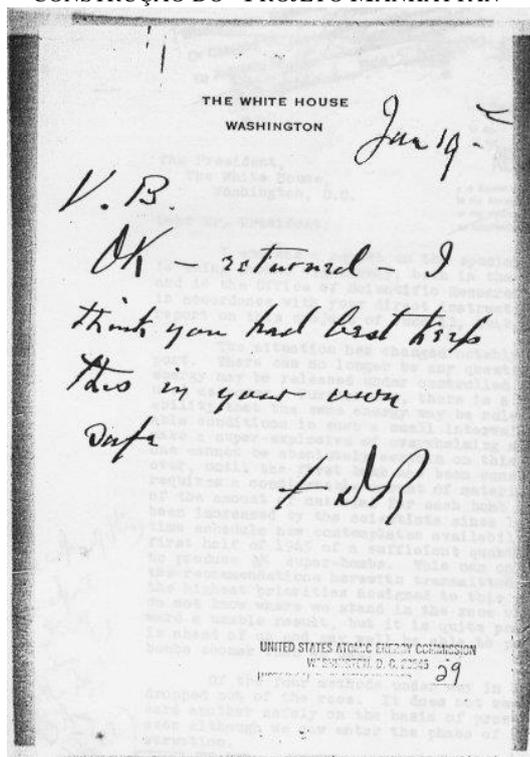
²⁹ Termo original: “Ames Research Center”

³⁰ Termo original: “National Defense Research Committee”

Isto o credenciou para atuar juntamente com uma série de intelectuais (físicos, químicos, engenheiros, entre outros) na pesquisa em questões de defesa nacional. Um dos projetos que passou para seu controle foi o “Comitê Consultivo do Urânio”, agora transformado em Comitê Executivo S-1³¹, sem a palavra urânio para facilitar questões de segurança e dificultar espionagens. Desta forma Bush tornou-se o nome central na pesquisa sobre urânio e tecnologia nuclear.

Meses antes do ataque de Pearl Harbor, Roosevelt autorizou o então diretor do Comitê do Urânio o investimento de 167 mil dólares, muito disso foi motivado pela descoberta, a partir de informações e diálogos estabelecidos com Vannevar Bush, do Comitê MAUD³² – projeto inglês fundado em 1940 para pesquisas sobre tecnologia nuclear e que, em 1941 já possuía grandes avanços se comparado à situação do S-1. Com este investimento foi criado o Escritório de Pesquisa e Desenvolvimento Científico³³ (OSRD), e Bush passou a ser o diretor.

FIGURA 3 - AUTORIZAÇÃO DE ROOSEVELT PARA VANNEVAR BUSH COORDENAR OS INVESTIMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DO “PROJETO MANHATTAN”



Fonte: U.S. Department of Energy©

³¹ Termo original “S-1 Executive Committee”

³² Termo original: “MAUD Committee”

³³ Termo original: “Office of Scientific Research and Development”

Para facilitar trâmites burocráticos, uma vez que se tratava de uma missão ultrassecreta, foi necessário criar um escritório que fizesse ligação com Washington DC. O local escolhido foi em Nova York, algumas horas distantes da Casa Branca e próximo à empresa/empreiteira que esteve extremamente envolvida no esforço de guerra e na construção de toda estrutura física necessária para a produção da bomba: Stone & Webster. Também permitiria ficar perto da Universidade de Columbia onde se desenvolvera um dos principais núcleos de pesquisas sobre tecnologia nuclear. Ali, em Manhattan, foram feitas as principais decisões sobre a construção e financiamento das armas nucleares estadunidenses.

Este contexto é que integra o outro personagem fundamental para estruturação daquilo que se tornaria o Projeto Manhattan. Leslie Groves, então vice-chefe da Divisão de Construção do Corpo de Engenheiros, que tinha em seu currículo a coordenação e auxílio na construção da sede do Departamento de Defesa dos EUA, o Pentágono, onde organizou o trabalho conjunto de, em torno, 13 mil pessoas. Groves sugere uma nova nomenclatura para o projeto ampliado – que previa a construção de diversos laboratórios, bem como a participação de quase 100 mil profissionais, das mais diversas áreas, incluindo imigrantes latinos que exerciam funções insalubres de limpezas a ferramentas possivelmente contaminadas pela radiação, como aponta a reportagem do site da fundação *Atomic Heritage*³⁴. O nome escolhido foi: Projeto Manhattan. Pelo mesmo motivo que o Comitê de Urânio teve seu nome alterado, caso de segurança nacional, identificaram o projeto a partir da cidade onde localizava-se seu principal escritório.

Com a criação deste projeto, em 1942, inicia-se a corrida estrita dos EUA pelo pioneirismo em não apenas estudar a energia atômica, mas sobretudo a produzir armas capazes de serem lançadas ao inimigo a tempo de serem utilizadas na Segunda Guerra Mundial. De acordo com Rhodes (1986), a influência de Vannevar Bush nos bastidores políticos e sobre a elite lobista dos EUA envolvida no processo de produção de armas nucleares era tão grande que o mesmo conseguiu persuadir Roosevelt sobre Groves, que na visão dele deveria se tornar o chefe da Divisão de Construção do Corpo de Engenheiros. Desta forma, como consequência seria Groves o responsável direto pelas construções de todas as instalações necessárias para o Projeto Manhattan, incluindo os lugares necessários para a realização dos testes atômicos.

Com posto de liderança assumido por Groves, Vannevar Bush na coordenação geral do projeto, estava faltando alguém para coordenar e pesquisar diretamente sobre a possibilidade de juntar os conhecimentos obtidos sobre enriquecimento de urânio quebrando seu núcleo e

³⁴ Disponível em: <<https://www.atomicheritage.org/history/hispanos-los-alamos>> Acesso em: 05/05/2017

aproveitando a reação em cadeia proporcionada, liberando uma energia extremamente maior que sua massa. Para isso, foi chamado o proeminente físico estadunidense Robert Oppenheimer. Ao criar o laboratório secreto em Los Alamos, Novo México, Oppenheimer foi escolhido por Groves como o responsável intelectual pelas pesquisas de aplicação da tecnologia, até aqui desenvolvida, em projetos passíveis de serem usados na guerra.

É preciso ressaltar aspectos importantes sobre a produção da bomba atômica. O portal *Atomic Heritage* – site fundado em 2002 que tem como o objetivo “à preservação e interpretação do Projeto Manhattan e da Era Atômica e seu legado”³⁵ - embora demonstre em seu discurso um apreço pela bomba atômica considerando-a como uma grande conquista da humanidade, traz diversas reportagens sobre temáticas bem interessantes acerca do Projeto Manhattan. Segundo o site em questão diversas comunidades indígenas foram expropriadas de suas terras para a construção do laboratório de Los Alamos e o centro de pesquisas em Oak Ridge (no Tennessee). Tribos como os Nez Perce foram completamente afetadas tanto pela expropriação como pela cooptação por parte das forças armadas nas suas terras. No entanto, em um caso de extrema exceção, porém de grande importância, o físico Herbert York de ascendência indígena do grupo étnico Mohawk participou ativamente do Projeto Manhattan, principalmente na produção de U^{235} , enquanto estudante de doutorado na Universidade da Califórnia.

É em Los Alamos que os experimentos de outras formas de enriquecimento de urânio ganham força, produzindo não só U^{235} , mas também isótopos de plutônio Pu^{239} . O primeiro tipo de material foi utilizado na bomba chamada de Little Boy lançada sob a cidade de Hiroshima, o segundo foi utilizado no artefato apelidado de Fat Boy e jogado sob a cidade de Nagasaki. Tais nomes se devem ao fato do formato da bomba e do material utilizado, possibilitando maior aproveitamento do urânio na sua produção. A produção de plutônio ficou a cargo da gigantesca empresa de engenharia química DuPont. No entanto, para finalizar a produção da arma nuclear era preciso aceitar algo que Roosevelt via-se relutante: a ajuda e o compartilhamento de informações e tecnologias com os britânicos. Após alguma negociação, influenciada, como sempre, por Vannevar Bush, foi estabelecido o Acordo de Quebec, em 1943, no qual se estabeleciam premissas da parceria e colocavam-se regras importantes entre os membros signatários.

³⁵ Texto original: “to the preservation and interpretation of the Manhattan Project and the Atomic Age and its legacy”. Disponível em: <<https://www.atomicheritage.org/about-us>> Acesso em: 05/05/2017

A primeira regra a ser destacada tratava-se do impedimento de uma nação lançar uma bomba atômica contra a outra. A segunda regra dizia respeito sobre a impossibilidade de utilizar-se de armas nucleares contra outros países, com exceção dos casos em que todos os signatários concordassem. Lembrando, que o Canadá também foi signatário deste acordo e seu principal ato foi o fornecimento de urânio para pesquisas, fato que permitiu agilizar e embaratecer imensamente o projeto.

A segunda regra evidencia algo que a historiografia, de um modo geral, costumou esconder: as bombas atômicas lançadas sob o Japão não foram fruto de uma produção acidental, muito menos de algo que somente Truman autorizou. Para as bombas serem lançadas os EUA, a Inglaterra e o Canadá tiveram que concordar e autorizar (RHODES, 1986). A bomba atômica lançada sob o Japão foi, a partir deste acordo, uma ação consentida e em conjunto dos EUA, da Inglaterra e do Canadá.

Além disso, os britânicos ofereceram toda uma série de pesquisas e pesquisadores que passaram a ser coordenados por Oppenheimer, que faziam parte do projeto britânico de pesquisa sobre energia nuclear desde a década de 1930. Segundo Rhodes (1986), a Inglaterra só não conseguiu ter o pioneirismo na produção nuclear de armamentos, porque foi interrompida pela guerra no seu quintal. Esta frente de batalha foi o que permitiu a realização do Acordo de Quebec.

FIGURA 4 - ESTÁTUA DE OPPENHEIMER E GROVES EM LOS ALAMOS



Fonte: Trip Advisor©

Essa tríade são os principais nomes envolvidos na produção da bomba atômica: Vannevar Bush, Robert Oppenheimer e Leslie Groves. Esta narrativa até aqui pode se apresentar como personalista e linear demais, porém estou propondo a você, leitor, o entendimento dos setores e pessoas envolvidas na criação deste artefato, de forma que se entenda a contextualização do mesmo e possa se refletir sobre questões em torno da responsabilidade sobre sua produção e uso, bem como as estratégias utilizadas para construir narrativas científicas que ignoram os esforços e relações políticas que permitiram o lançamento da bomba atômica. Todos os três supracitados tiveram uma participação decisiva em setores diferentes. O que cabe destacar, também, que todo esse processo de decisões políticas, cargos de confiança e de chefia na construção da bomba atômica foram ocupados por homens. Não há registro de mulheres em posições de chefia, nem mesmo nos laboratórios de física pertencentes ao Projeto Manhattan. No entanto, como aponta Denise Kiernan (1994), grande parte das descobertas fundamentais para o desenvolvimento das armas nucleares foi realizada por mulheres que, em virtude do machismo sistêmico, foram impedidas de se quer serem creditadas. Tais questões, hoje, são temáticas de pesquisa cada vez mais crescente na área de história das ciências.

Nos dois anos seguintes, de 1943 a 1945 as pesquisas e a elaboração de protótipos nucleares aumentaram em escala exponencial e já esboçavam seus primeiros resultados. Um passo importante no processo de construção da bomba atômica pelos EUA foi à determinação de cancelar a ideia de um projeto piloto, ou seja, a elaboração de uma única bomba, testá-la e aí sim iniciar a fabricação em massa. Ainda no final de 1942, após obterem financiamentos astronômicos para o Projeto Manhattan, os EUA compraram quase 2 toneladas de urânio diretamente do Congo Belga, considerado um urânio mais puro que o canadense e de melhor qualidade. Segundo Rhodes (1986), essa transação teria tido como intermediário o príncipe Belga e seus valores teriam sido negociados diretamente com o Reino Unido. Depois de discussões acirradas ficou decidido pela construção de armas em larga quantidade, garantida pela equipe técnica o seu funcionamento. Os testes, necessários para colocar em prática as pesquisas deveriam ser realizados sob o maior sigilo, em lugar isolado e sem envolvimento de autoridades políticas.

Desta forma, o Campo de Teste de Mísseis de White Sands³⁶ (WSMR) foi construído, próximo ao Laboratório de Alamogordo. Um sítio gigantesco, que precisou passar por

³⁶ Termo original: White Sands Missile Range

desapropriações de pequenos proprietários rurais e pela expulsão de tribos indígenas da região, como acima mencionado. Após o período de construção da estrutura necessária para os testes, foi agendando aquilo que Gunther Anders (2011) diz ser a inauguração de uma nova era, da estupidez humana, que coloca em termos efetivos a possibilidade de dizimação do próprio planeta.

Há exatos 21 dias antes do lançamento da primeira bomba atômica contra seres humanos, a experiência chamada Trinity foi realizada no dia 16 de julho de 1945. Ao ser lançada uma bomba de plutônio içada por uma estrutura metálica. A cratera deixada pela explosão tinha 3 metros de profundidade e quase 400 de comprimento, com todos os “organizadores” deste funesto espetáculo observando a distâncias quilométricas, para se defenderem da radiação que outrora lançariam sob os japoneses. Por ter sido jogada em uma parte isolada do deserto do Novo México, o Projeto Manhattan conseguiu esconder os motivos de um clarão seguido por fumaça. Sem testemunhas oculares na redondeza, e apenas especulações não houve grandes problemas gerados a partir disso.

Por ter sido montada em uma torre de aço e içada a 30 metros do solo, a radiação foi bem mais controlada, pois não se espalhou pela atmosfera e nem causou a extremamente nociva chuva ácida. Isso possibilitou que em 24 horas as instalações do Marco Zero da operação Trinity – nome dado em virtude de um poema de John Donne – fosse visitada pelos principais membros envolvidos, com a exceção, é claro, do presidente dos EUA.

FIGURA 5 - OPPENHEIMER E GROVES OBSERVANDO A DESTRUIÇÃO CAUSADA PELA EXPERIÊNCIA TRINITY



Fonte: Ed Westcott – Domínio Público

Após o teste – segundo Rhodes (1986) e Bernstein (1974) – em o depoimento gravado³⁷ por Robert Oppenheimer na década de 1970, lembrando os instantes após a experiência Trinity, ele diz que:

Sabíamos que o mundo não mais seria o mesmo. Algumas pessoas riram, algumas pessoas choraram, a maioria ficou em silêncio. Recordei-me de uma passagem das escrituras hindus, o Bhagavad-Gita. Vishnu está a tentar persuadir Arjuna de que deve fazer o seu dever, e para o impressionar assume a sua forma de quatro braços e diz, ‘Eu tornei-me a Morte, o destruidor de mundos’. Suponho que todos nós pensamos isso, de uma maneira ou de outra.³⁸

No mesmo dia, em Potsdam (Alemanha) ocorria a conferência entre os países que haviam derrotado o nazismo. Iniciada um dia antes, segundo Bernstein (1974), devido a uma articulação política de Truman para iniciar a conferência após os resultados dos testes nucleares. Truman relata em seu diário, segundo Alperovitz (1995), ter comentado a Stálin sobre a existência de uma bomba poderosíssima que poria fim à guerra com o Japão. Com isso, Truman evitaria uma participação soviética no conflito no Pacífico, algo que não conseguiu de forma totalmente satisfatória.

Porém, o que os EUA não imaginavam é que, conforme argumenta Hasegawa (2006), a URSS já estava ciente de praticamente todo o processo de construção da bomba atômica. A única coisa que estima-se que nem os EUA sabiam, muito menos os espões da URSS, é o potencial destrutivo aliado à radiação que essa bomba traria. Stálin ao ter desejado que Truman fizesse um bom uso da bomba atômica teria anuído com seu uso sobre populações civis? Polêmicas historiográficas vazias que não entrarei em debate aqui, uma vez que buscar culpados individuais não permite compreender que a tentativa oficial de Truman era realizar uma diplomacia atômica, sobretudo, e não o uso indistinto das armas nucleares.

Dia 26 de julho ocorre a Declaração de Potsdam, que é assinada pelo então Primeiro-Ministro inglês Clement Attlee, o então presidente do governo nacionalista da China Chiang Kai-shek e pelo ex-vice-presidente e no contexto presidente dos EUA Harry Truman – assumindo em abril de 1945, após a morte de Roosevelt. O ultimato ao Japão, assinado pelos signatários acima, foi dado com o intuito de forçar a rendição japonesa e, principalmente, pontuar que a URSS não estava em guerra como Japão e, portanto, assim deveria permanecer. A criação desta frente aliada obrigou a inclusão do país asiático que mais resistiu e fez força

³⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vH_PDtkfVIM> Acesso em 06/05/2016.

³⁸ Texto original: “We knew the world would not be the same. A few people laughed, a few people cried, most people were silent. I remembered the line from the Hindu scripture, the Bhagavad-Gita. Vishnu is trying to persuade the Prince that he should do his duty and to impress him takes on his multi-armed form and says, ‘Now I am become Death, the destroyer of worlds.’ I suppose we all thought that, one way or another”.

para derrotar o Japão. É preciso lembrar que o nacionalista Chiang Kai-shek ainda neste contexto tinha domínio de partes significativa da China, com exceção das regiões ocupadas pelos nipônicos. A assinatura de Kai-shek nesta declaração foi o dispositivo legal utilizado contra a futura República Popular da China e sua inicialmente aliada URSS na sua tentativa de integrar o conselho de segurança da ONU.

Vale destacar que após 1949, com a deposição de Kai-shek pelos comunistas liderados por Mao Tsé-Tung, o então presidente do governo nacionalista chinês funda seu país no arquipélago de Taiwan, criando uma zona autônoma da China que até hoje não é reconhecida. No entanto, em termos políticos a cadeira permanente no conselho de segurança da ONU foi dada a Kai-shek, portanto desde 1949 quem a ocupava era Taiwan (conhecida como República da China). Isto só se modificou devido a um entrave jurídico e político, no qual Mao Tsé-Tung articulava uma aproximação chinesa ao Ocidente e a sua inclusão, aos poucos, no mercado internacional. Esta possibilidade foi vista com bons olhos a luz do capitalismo, cedendo, em 1971, a então República Popular da China (liderado pelos comunistas) o assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, retirando o caráter autônomo de Taiwan que acabou perdendo seu assento até mesmo como membro participante da ONU. Construindo, assim, uma vitória política de Mao Tsé-Tung e favorecendo sua política de controle da extensão territorial e tentando competir com o eminente crescimento econômico do seu vizinho Japão, após 30 anos da guerra.

Destaco, também, que devido à atuação da inteligência britânica e norueguesa as principais instalações de água pesada – componente químico necessário para que determinado procedimento realizado pelos nazistas permitissem o enriquecimento de urânio – foram destruídas. Isso, aliado as várias frentes de guerra em que Hitler e seus aliados estavam envolvidos permitiu que a Alemanha Nazista não produzisse sua arma nuclear, segundo Rhodes (1986).

Toda articulação científica e política estava pronta a partir de 27 de julho para o uso da bomba atômica. O ultimato ao Japão dado a partir da Declaração de Potsdam foi sumariamente rejeitado pelo então Primeiro-Ministro Kentaro Suzuki – um dos grandes responsáveis pela perduração da guerra na Ásia e negociador da rendição japonesa em termos que favorecessem sua elite política. Isto fez com que os EUA imediatamente incisassem o processo de análise das cidades e locais onde a bomba atômica deveria ser lançada. Para isso dever-se-ia levar alguns elementos em consideração: fatores climáticos que permitissem maior abrangência dos efeitos radioativos, o diâmetro da cidade e sua importância para o Japão e a escolha de um lugar que, se invadida por terra, não seria alcançada por soviéticos antes de setembro de 1945.

Durante os 21 dias entre o teste Trinity e o lançamento da bomba atômica sob Hiroshima sucedeu-se uma intensa disputa política com partidários contra o uso da arma nuclear. Como disse anteriormente, Truman em Potsdam pretendia barganhar através de sua arma, porém segundo Hasegawa (2006), não seria possível realizar isso sem demonstrar na prática o potencial daquilo que declarava ser a revolução em armamento. Pelo que se estima, nem mesmo os físicos projetores teriam noção exata da dimensão que a bomba atômica teria quando lançada sob uma população ao invés de um deserto. Isso fica evidente a partir dos estudos realizados pelas juntas médicas estadunidenses (e seus sórdidos experimentos) com sobreviventes e mortos devido à radiação, como aponta o diário do médico japonês sobrevivente Michihiko Hachiya (2006). Ali fica bastante explícito o desconhecimento causado pela radiação em larga escala e a amplitude da destruição causada pela arma nuclear.

Segundo Rhodes (1986), físicos como Bohr, Oppenheimer e Einstein se opuseram ao lançamento da bomba atômica. O ministro da guerra estadunidense chegou a rascunhar uma declaração a população sobre a desistência de usar tal artefacto e os motivos pelo qual teriam construído o mesmo. De acordo com Alperovitz (1995), para Truman e o seu *lobby* militarista era inviável não utilizar a bomba atômica. Além disso, a inteligência dos EUA conseguiu descobrir a intenção da URSS em invadir Manchukuo e marchar em direção ao arquipélago nipônico. Todo esse encontro fez com que se optasse pelo uso de armas nucleares contra o Japão, porém não apenas como demonstração de poder, mas sim algo que pudesse afetar o âmago da sociedade japonesa, destruir importantes bases militares e deixar evidente a todos o poderio bélico que os EUA haviam conquistado.

Para isso, foi elaborada uma lista inicial para as possíveis cidades-alvo. Na lista inicial estava a cidade de Kokura, excelente alvo militar por se tratar de o local onde quase toda a munição japonesa era fabricada; Yokohama, cidade onde se produzia boa parte dos derivados de aço japoneses e suas aeronaves e, principalmente, as refinarias de petróleo; Nigata, cidade portuária e produtora de aço e petróleo refinado e diversas indústrias; Kyoto, um dos maiores centros comerciais japoneses e uma das suas cidades mais populosas; Hiroshima, cidade portuária com importantes instalações militares. Interessante notar que, com exceção de Kyoto, todos os alvos listados teriam uma justificativa militar, inclusive em Hiroshima. Dados que apresentarei abaixo demonstram que em torno de 30 mil mortos foram militares, de um montante de mais de 200 mil civis. Tal justificativa não passa de desculpas para lançar uma bomba atômica contra civis, esse, sim, o verdadeiro alvo.

Segundo Rhodes (1986), através de cartas o ministro da guerra Henry L. Stimson teria persuadido o Comitê Interino (responsável por decidir aspectos de logística e estratégia para o uso da bomba atômica no Japão) a retirar Kyoto da lista por se tratar de uma cidade histórica japonesa, tendo sido por séculos sua capital e um dos locais onde Stimson teria passado a sua lua-de-mel. Para Akira Kimura (2010) tal decisão foi de extrema importância e provavelmente se uma bomba houvesse caído sobre Kyoto à elite japonesa jamais teria aceitado a rendição e uma invasão por terra por frentes soviéticas e estadunidenses teria sido um desfecho muito mais provável e não menos catastrófico. Para substituir Kyoto na lista foi incluída Nagasaki, cidade portuária e fabril cercada por montanhas – permitiria maior concentração da radiação e melhor avaliação de seus estragos por parte dos EUA. Alvo de vários ataques anteriores por parte dos EUA. A escolha desta cidade deixa incógnitas que reverberam em práticas historiográficas.

Uma das principais questões diz respeito ao fato de a cidade ter sido fundada por portugueses no século XVI e ser considerada por grande parte dos japoneses como uma cidade católica e a capital do catolicismo na região. Sua abertura a outros povos é característica tão marcante que seu porto era o único que comercializava com nações estrangeiras durante o xogunato. Esse fator da imigração estrangeira aliada a característica cristã da cidade constituiu-se, em termos historiográficos, no Japão um estigma em que pouco se pesquisa e escreve sobre a bomba de Nagasaki. A famosa foto do militar estadunidense Charles Levy (figura 6) não se trata de Hiroshima, mas sim de Nagasaki. A “Rosa de Hiroshima” não é de Nagasaki, segundo a música-poema de Vinícius de Moraes. O filme não é “Nagasaki Mon Amour”, segundo roteiro de Marguerite Duras, mas sim “Hiroshima Mon Amour”. O livro do Nobel de literatura Kenzaburo Oe é “Cadernos de Hiroshima”, não de Nagasaki. Todos estes silenciamentos possuem raízes ainda mais profundas.

Segundo Taeko Kiriya (2013), elementos importantes sobre Nagasaki podem ser pensados de forma comparativa com Hiroshima sobre a reconstrução e elaboração de práticas de reparação e rememoração da bomba atômica em ambas as cidades. Enquanto em Hiroshima seus memoriais e museus não fazem sequer uma menção a povos estrangeiros mortos pela bomba atômica, uma vez que houve mais de 13 mil coreanos mortos na cidade, Nagasaki possui nos seus lugares de memória depoimentos e testemunhos de diversas nacionalidades afetadas, um memorial pela paz e um museu da bomba atômica que além de buscar entender a construção do artefato, aponta claramente os culpados pela ação.

Ainda, nesta seara, os movimentos pacifistas, normalmente organizados desde os estudos secundaristas no Japão, são completamente esvaziados em Hiroshima e com grande

atuação e pujança em Nagasaki. Em outras palavras, Hiroshima têm sua memória e história reescrita de forma unilateral, buscando conformar o passado de acordo com os seus interesses. Tornou-se uma cidade da memória turística, na qual sufocou memórias subalternas, principalmente em dois pontos: relembrar mortos de outras nacionalidades e reconhecer quem foram os algozes e os motivos para o uso de arma atômica. Este tom passivo não encontra reverberação em Nagasaki, ao menos não na mesma intensidade, e, com isso, acabou-se construindo de dentro do Japão, com interferência direta dos EUA durante a ocupação, um modelo ideal de vítima, de memorial e de sentimento.

As noções de paz substituíram as de justiça, a ideia da memória da vítima só era válida para vítimas consideradas justas, portanto coreanos, chineses (agora já comunistas), entre outros, não merecem ser lembrados neste lugar ideal de memória que é o espaço público de Hiroshima (KIMURA, 2010). Em uma reportagem³⁹ da versão japonesa do *New York Times*, o jornal *Japan Times*, ao comentar mudanças metodológicas no ensino para a paz com estudantes secundaristas de Nagasaki diz que: “muita ênfase foi dada à retransmissão da realidade brutal dos ataques com bombas atômicas às novas gerações, resultando em estudantes formados com uma visão míope dos incidentes, em vez de questionar e debater tudo o que culminou no uso de armas atômicas⁴⁰”. Dentro desta prática, continua a reportagem, se busca estabelecer um diálogo com os alunos questionando desde o papel do cientista frente a possibilidade de causar mortes com a sua ciência até uma compreensão ampla e crítica da guerra. Tudo isso fortalece o argumento que explica por que o local para se falar de armas nucleares no Japão é Hiroshima, jamais Nagasaki.

Como forma de demonstração de poderio bélico (tese que sustentarei e defenderei ao longo deste texto) as bombas atômicas são lançadas pelos EUA sob uma nação que já dava claros indícios de rendição. O único entrave até este momento era render-se e manter a família imperial viva em seu posto. Porém, como forma de encerrar a discussão e impedir que a URSS, que já havia libertado a Europa, chegasse também ao Japão, lança-se a bomba atômica. Primeiramente em Hiroshima no dia 6 de agosto de 1945. Para uma vertente historiográfica defendida por autores como Yuki Tanaka (2008) e John Dower (1999), com a qual me coaduno,

³⁹ Disponível em: <<https://www.japantimes.co.jp/news/2019/01/28/national/nagasaki-educators-rethink-bomb-teachings-broaden-students-perspectives-wwii/#.XwEpoShKjIV>> Acesso em 12/04/2020

⁴⁰ Texto original: “much emphasis has been placed on relaying the brutal reality of A-bomb strikes to new generations, resulting in students forming a myopic view of the incidents rather than questioning and debating everything that culminated in the use of atomic weapons”

a bomba não é um mero artefato bélico, porém tampouco é fruto da benevolência estadunidense que evitou uma guerra em solo com o Japão.

Numa manhã ensolarada de verão, a cidade de Hiroshima acordava para mais uma rotineira lida em uma pequena cidade de um país em guerra. Ao avistarem as tropas de *Boeing B-29 Superfortress* foi disparado o alerta de bombardeio, o que indicaria uma retirada das pessoas para abrigos antibombas. Tal alerta foi cancelado minutos depois, pois se tratava dos rotineiros aviões estadunidenses que faziam seguidamente voos de reconhecimento. Ao cancelarem o alerta de ataque aéreo o artefato nuclear de 3 metros de comprimento e 4,5 toneladas é lançado sob autorização expressa do presidente Harry Truman, segundo Gar Alperovitz (1995).

A bomba atômica sob Hiroshima casou uma destruição sem tamanho. Nenhum armamento até hoje causou tantas mortes e estragos como o artefato apelidado de Little Boy. Do marco zero de onde foi lançada até um raio de 7 quilômetros praticamente tudo foi destruído, restaram pouquíssimos sobreviventes nesta região. No entanto, o pior não seria as mortes instantâneas, nem os prédios devastados. Ouso afirmar que o pior, também, não se trata dos feridos que a bomba deixou. O pior ainda não foi o caos gigantesco, criado em segundos, seguido de um eco ensurdecedor e uma luz capaz de cegar. O pior, certamente, foi a radiação gigantesca que a bomba causou.

Desde a poeira radioativa já estimada pelo Projeto Manhattan até a chuva ácida extremamente nociva e completamente nova aos olhos dos “destruidores do mundo”. A radioatividade que funestamente esteve presente nos rios e águas paradas fez com que pessoas sãs ou com queimaduras graves agonizassem ainda mais pelo consumo de algo tão contaminado. Radioatividade capaz de dizimar praticamente toda vida vegetal na região, levando aquilo que já se tratava de uma situação crítica transformando-a em insustentável, de caos e miséria. Para Ronald Takaki (1995), o ataque a Hiroshima não foi um golpe apenas à cidade, mas sobretudo a humanidade, pois rompendo qualquer pacto de guerra até então existente, a bomba atômica determinou que qualquer possibilidade de vida ou morte digna fossem completamente fustigadas e negadas àquela população.

Vertentes confucionistas da historiografia tendem a perceber que a escolha de Hiroshima como o alvo atômico fosse semelhante a uma necessidade de cumprir tal destino. No entanto, segundo Alperovitz (1995), se tratou de uma escolha pragmática entre as opções possíveis, uma vez que a conta entre clima, situação meteorológica e militar daquela região era mais favorável que Nagasaki e Nigata.

Segundo dados levantados pelo *The Committee for the Compilation of Materials on Damage Caused by the Atomic Bombs in Hiroshima and Nagasaki* (1985), que é uma das instituições que se responsabilizaram por ano a ano contabilizar as vítimas, sua situação de saúde e realizar o recenseamento dos mortos a fim de conseguir obter dados concretos sobre a bomba, estima-se que morreram mais de 200 mil pessoas em Hiroshima no dia 6 de agosto. Em 3 anos esse número já cresceu bastante, sendo que até os dias atuais ele foi crescendo cada vez mais.

A radiação é um dos castigos mais funestos, pois ela traz consigo o que os japoneses chamam de *genbaku byo*⁴¹, ou seja, a doença da bomba atômica. Essa doença é o grande problema, pois ela é uma incógnita, podendo ser silenciosa, manifestando-se apenas em algumas dores, pequenas inflamações e até mesmo sem nenhum sintoma e, depois de décadas, desencadear um câncer fatal. Ela pode gerar queimaduras irreversíveis, derretimento da pele, incineração da retina – causando cegueira, queda de pelos e sangramentos em diversos pontos do corpo, entre vários outros sintomas. Pode gerar as mais variadas e nefastas doenças que podem ser detectadas rapidamente ou só após a morte. Ele condena, em definitivo, que todo aquele que esteve sob alguma exposição radioativa, seja um sobrevivente da bomba atômica e esteja sujeito a desenvolver qualquer tipo de doença em virtude da radiação. Sobre esses horrores causados em Hiroshima escreverei com mais afinco no segundo capítulo.

No dia 08 de agosto de 1945, dois dias depois do lançamento da primeira bomba atômica, em um editorial que clamava pela vida humana e expressava sua indignação sobre o quão fundo era o poço que o ser humano havia chegado para se sustentar no poder, diretamente da Argélia, Albert Camus escreve o seguinte editorial:

Inferno e razão⁴²

⁴¹ Termo original: “原爆症”, em português “doença da bomba atômica”

⁴² Texto original: “L'enfer et la raison / Le monde est ce qu'il est, c'est-à-dire peu de chose. C'est ce que chacun sait depuis hier grâce au formidable concert que la radio, les journaux et les agences d'information viennent de déclencher au sujet de la bombe atomique. On nous apprend, en effet, au milieu d'une foule de commentaires enthousiastes que n'importe quelle ville d'importance moyenne peut être totalement rasée par une bombe de la grosseur d'un ballon de football. Des journaux américains, anglais et français se répandent en dissertations élégantes sur l'avenir, le passé, les inventeurs, le coût, la vocation pacifique et les effets guerriers, les conséquences politiques et même le caractère indépendant de la bombe atomique. Nous nous résumerons en une phrase: la civilisation mécanique vient de parvenir à son dernier degré de sauvagerie. Il va falloir choisir, dans un avenir plus ou moins proche, entre le suicide collectif ou l'utilisation intelligente des conquêtes scientifiques. En attendant, il est permis de penser qu'il y a quelque indécence à célébrer ainsi une découverte, qui se met d'abord au service de la plus formidable rage de destruction dont l'homme ait fait preuve depuis des siècles. Que dans un monde livré à tous les déchirements de la violence, incapable d'aucun contrôle, indifférent à la justice et au simple bonheur des hommes, la science se consacre au meurtre organisé, personne sans doute, à moins d'idéalisme impénitent, ne songera à s'en étonner. Les découvertes doivent être enregistrées, commentées selon ce qu'elles sont, annoncées au monde pour que l'homme ait une juste idée de son destin. Mais entourer ces terribles révélations d'une littérature pittoresque ou humoristique, c'est ce qui n'est pas supportable. Déjà, on ne respirait pas facilement dans un monde

O mundo é o que é, ou seja, pouca coisa. É o que cada um nós sabemos desde ontem graças ao formidável coro que a rádio, os jornais e as agências de informação acabaram de desencadear em relação à bomba atômica. De fato, acabamos de nos inteirar, no meio de uma multidão de comentários entusiastas, que qualquer cidade de importância média pode ser totalmente destruída por uma bomba do tamanho de uma bola de futebol. Os jornais americanos, ingleses e franceses estendem-se em dissertações elegantes sobre o futuro, o passado, os inventores, o custo, a vocação pacífica, os efeitos bélicos, as consequências políticas e mesmo o caráter independente da bomba atômica. Nós resumiremos em uma única frase: a civilização mecânica acaba de atingir o seu último grau de selvageria. Num futuro mais ou menos próximo, vai ser preciso escolher entre o suicídio coletivo ou a utilização inteligente das conquistas científicas. Enquanto isso, é permitido pensar que há alguma indecência em celebrar assim uma descoberta que se coloca ao serviço da mais formidável fúria de destruição de que o homem já deu provas desde séculos. Que, em um mundo entregue a todos os dilaceramentos da violência, incapaz de algum controle, indiferente à justiça e à simples felicidade dos homens, a ciência se consagre ao assassinato organizado, ninguém, sem dúvida, ficará admirado, a não ser que seja um idealista incorrigível. As descobertas devem ser registradas, comentadas segundo o que elas são e anunciadas ao mundo para que o homem tenha uma ideia correta do seu destino. Mas rodear essas terríveis revelações de uma literatura pitoresca ou humorística, isso não é suportável. Já respirávamos com dificuldade em um mundo torturado. Eis que uma nova angústia nos é apresentada, uma angústia que tem todas as chances de ser definitiva. Sem dúvidas, está se oferecendo à humanidade a sua última chance. E esta talvez depois de todo o pretexto de uma edição especial. Mas isso deveria ser certamente o motivo de algumas reflexões e de muito silêncio. Além disso, há outras razões para receber com alguma ressalva o romance de antecipação que os jornais nos propõem. Quando vemos o redator diplomático da Agência Reuter anunciando que esta invenção torna nulos os tratados ou as próprias decisões de Potsdam, assinalar que é indiferente que os Russos estejam em Koenigsberg ou a Turquia em Dardanelos, não se pode deixar de atribuir a tal concerto intenções bastante estranhas ao desinteresse científico. Entenda-se bem. Se os Japoneses se rendem depois da destruição de Hiroshima e, por meio de intimidação, nos alegramos. Mas nos recusamos a tirar de uma tão grave notícia outra conclusão que não seja a decisão de defender mais energicamente uma sociedade internacional, em que as grandes potências não tenham direitos superiores em relação às pequenas e médias nações, em que a guerra, grande maldição tornada definitiva pelo efeito da inteligência humana, não dependerá mais das vontades ou doutrinas de um ou outro Estado. Diante das perspectivas que se abrem à humanidade, percebemos ainda mais claramente que a paz é o único combate pelo qual se vale a pena lutar. Não é mais uma súplica, mas uma ordem que deve subir dos povos até os governantes, a ordem de escolher definitivamente entre o inferno e a razão. (CAMUS, 1945)

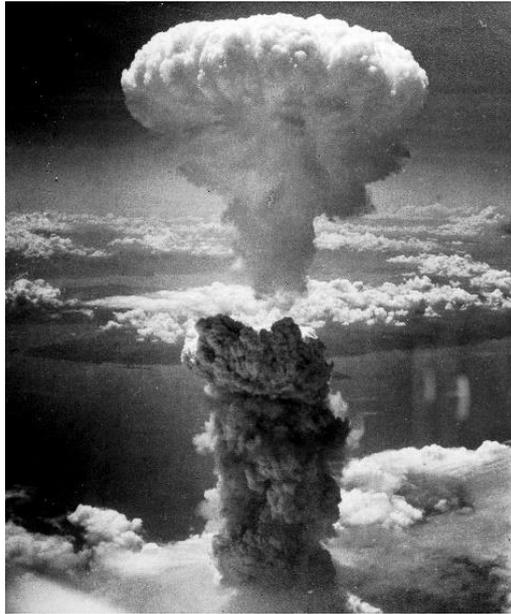
torturé. Voici qu'une angoisse nouvelle nous est proposée, qui a toutes les chances d'être définitive. On offre sans doute à l'humanité sa dernière chance. Et ce peut-être après tout le prétexte d'une édition spéciale. Mais ce devrait être plus sûrement le sujet de quelques réflexions et de beaucoup de silence. Au reste, il est d'autres raisons d'accueillir avec réserve le roman d'anticipation que les journaux nous proposent. Quand on voit le rédacteur diplomatique de l'Agence Reuter* annoncer que cette invention rend caducs les traités ou périmées les décisions mêmes de Potsdam*, remarquer qu'il est indifférent que les Russes soient à Koenigsberg ou la Turquie aux Dardanelles, on ne peut se défendre de supposer à ce beau concert des intentions assez étrangères au désintéressement scientifique. Qu'on nous entende bien. Si les Japonais capitulent après la destruction d'Hiroshima et par l'effet de l'intimidation, nous nous en réjouissons. Mais nous nous refusons à tirer d'une aussi grave nouvelle autre chose que la décision de plaider plus énergiquement encore en faveur d'une véritable société internationale, où les grandes puissances n'auront pas de droits supérieurs aux petites et aux moyennes nations, où la guerre, fléau devenu définitif par le seul effet de l'intelligence humaine, ne dépendra plus des appétits ou des doctrines de tel ou tel État. Devant les perspectives terrifiantes qui s'ouvrent à l'humanité, nous apercevons encore mieux que la paix est le seul combat qui vaille d'être mené. Ce n'est plus une prière, mais un ordre qui doit monter des peuples vers les gouvernements, l'ordre de choisir définitivement entre l'enfer et la raison”

Escolher entre a razão ateia, que possibilitou criar a ciência (e que permitiu elaborar a tecnologia para bomba atômica) e o inferno cristão – a extinção total de valores, inclusive morais para com aquele que é considerado herege/inimigo –, a humanidade escolheu coadunar os dois. Inferno e razão se abraçaram e juntos permitiram a construção de uma arma que pôde/pode criar o seu próprio armagedon. Proponho interpretar o símbolo máximo do absurdo filosófico de Camus como a possibilidade de auto aniquilação de algoz e vítima ao se utilizar armas nucleares. É condenar a eternidade as consequências e efeitos da radiação. Não bastasse o terror em Hiroshima que indignou Camus, três dias depois foi à vez de Nagasaki.

Sem destino exatamente certo, os B-29 saíram em busca de um dos alvos perfeitos para a realização de sua sádica experiência. Conforme dito acima, a busca pelas condições perfeitas era o principal objetivo das tropas encarregadas de disparar tal artefato. As entrevistas concedidas pelos membros do pelotão da força aérea responsáveis por “terminar a guerra”, nas palavras de Paul Tibbets⁴³, tinham apenas uma preocupação técnica: encontrar um céu limpo, não ter bombardeios aéreos próximos e recentes, entre outros fatores. Nagasaki foi praticamente à última opção. Sendo a “escolhida”, pois Kokura estava sendo influenciada pela fumaça de bombardeios em regiões próximas no dia anterior, fato que, ironicamente, possibilitou a realização de uma sublimação – num sentido conceitual proposto por Peter Hales (1999), no qual eventos de terror são transformados em sublimes a partir da ideia de apreciação e satisfação com a dor alheia, aliado a percepção de retirar a humanidade das cenas chocantes e deslocar a empatia para um caráter meramente figurativo do evento, onde a estética se sobrepõe a ética. Não é apenas a morte que é bela, mas uma morte catastrófica e terrível – a foto do cogumelo atômico de Nagasaki.

⁴³ Entrevista disponibilizada no site do *Manhattan Project*. Disponível em: <<https://www.manhattanprojectvoices.org/oral-histories/general-paul-tibbets—reflections-hiroshima>> Acesso em 07/06/2018.

FIGURA 6 - FOTO DO "COGUMELO ATÔMICO" EM NAGASAKI



Fonte: Charles Levy - Domínio Público

Charles Levy, autor da foto acima, era um dos oficiais a bordo dos B-29. Responsável por emitir registros fotográficos sobre o lançamento e as consequências visíveis do artefato. Ao ser lançada a bomba atômica em Nagasaki, às 11:02 de uma manhã ensolarada, inicia-se uma reação em cadeia que levou a quase completa aniquilação da cidade. O cogumelo registrado por Levy foi bem diferente do que foi vivenciado por quem estava no epicentro da bomba. Diferentemente de Hiroshima, na qual a bomba atingiu um raio maior, porém com destruições prediais mais reduzidas, devido à proximidade do ponto zero do rio, Nagasaki teve praticamente a cidade inteira arrasada. A mortandade foi gigantesca. Embora a expiação oficial dos EUA seja alegar que o ponto zero tratava-se de um alvo em um setor industrial, os bairros operários e o restante da cidade espremido na fronteira com a água permitiram uma incisão radioativa ainda maior.

A estimativa de mortes em Hiroshima e Nagasaki aponta números que não comportam a dor e o sofrimento de muitas famílias que além da perda não podem elaborar o luto por não terem um cadáver. Os números de mortos, feridos e vítimas posteriores é uma grande incógnita, sendo impossível precisar. Sabe-se de acordo com a entidade que opera na parceria entre os EUA e o Japão, a *Radiation Effects Research Foundation*, em Hiroshima estima-se em 170 mil pessoas mortas e 80 mil em Nagasaki. Tais números operam apenas com quantificados nos 3 primeiros dias, sem contar as vítimas que ainda hoje sofrem as consequências do uso das armas nucleares e morrem e morreram em decorrência disto. Ou seja, pouco importa o número exato de mortos no dia das explosões, mas sim compreender que a quantidade enorme de pessoas

afetadas está além da morte causada, centrada principalmente no sofrimento contínuo que a radiação causa.

As bombas atômicas usadas foram à tónica para reger a rendição japonesa, em termos aos quais discutirei com mais afinco nos capítulos a seguir. Sob o pretexto triplo de: 1) intimidar e mostrar poder perante a URSS; 2) evitar uma invasão terrestre ao Japão – evitando gastos e mortes no lado estadunidense – e, principalmente a divisão do país nipônico em áreas de influência, como na Alemanha em que os EUA tiveram de dividir o êxito com os soviéticos 3) dismantelar e não permitir que tal armamento pudesse ficar unicamente em mãos nazistas. Evidentemente que a terceira preocupação não ocorreu. Os nazistas não produziram armas nucleares, porém se sabe que tentaram. A destruição das suas indústrias de fabricação de água pesada na Noruega – pelas forças de resistência norueguesas auxiliadas pelo serviço secreto britânico – certamente, segundo Rhodes (1986), impediram que nazistas lograssem tal êxito a tempo de ser utilizada na guerra.

O medo de ter que dividir o Japão em zonas de interesse e a necessidade de evitar uma invasão da URSS motivaram o uso apressado das bombas atômicas. Toda essa discussão política, do Projeto Manhattan até Nagasaki, dos milhares de dólares investidos, das diversas mãos e cérebros em sua produção, são fatores essenciais para a compreensão da amplitude que foi a construção da bomba atômica. O sangue das vítimas de Hiroshima e Nagasaki não só foi derramado como pode derramar a qualquer momento. Os motivos são variados, porém, continuados a partir de uma política aniquiladora de produção nuclear desenfreada. Aquilo que era para ser um trunfo de guerra tornou-se o maior alvo de barganha diplomática a partir do momento em que seu único uso contra uma população civil se deu em meio a negociações de rendição do Japão.

1.3) “A abraçando a Derrota”: A síndrome de Moby Dick e a bomba atômica

Em um pequeno vilarejo italiano, mais especificamente em Civitella Vai di Chiana, um massacre horrendo foi cometido pelos nazistas aos moradores daquela região que não queria submergir ao regime liderado por Hitler, num contexto de clara derrocada de Mussolini. A notícia da morte de dezenas de pessoas (entre homens, mulheres e crianças) na região da Toscana, na Itália, como forma de retaliação a morte de três soldados nazistas pela resistência italiana chocou.

Em resposta as suas perdas, o agrupamento nazista invadiu Civitella e matou todos os homens deixando um legado de dor e de luto insuperável. A passagem acima é narrada por

Alessandro Portelli (1996) em um texto que explica seu trabalho de história oral junto às mulheres vítimas e sobreviventes deste ataque nazista. A repulsa em falar sobre o tema é um dos tópicos centrais do seu artigo, pois esbarra diretamente na ideia de que os nazistas só atacaram, pois tinham sido atacados.

Isto, de acordo com Portelli, se assemelha a história de Herman Melville em *Moby Dick*. Uma vez que os pescadores que vão à caça da gigante baleia-branca, ao ouriçá-la e atacá-la sabem que como resposta, se falharem, terão seus barcos afundados e, portanto, não podem reclamar das consequências. O mesmo seria válido para o caso dos italianos, no qual muitos colocam a resistência italiana na posição de culpada por ter iniciado esse processo ao matarem três nazistas e ter o massacre como represália, algo que poderia ser extremamente previsível na visão de muitos. Ao lembrar *Moby Dick*, Portelli (1996) me forneceu uma chave de leitura para pensar a bomba atômica. Tal questão chamei de “síndrome de Moby Dick”. Utilizo o termo síndrome, pois dentro de uma ideia psicanalítica (e médica) apontada por Peter Gay (2000), pode ser vista como um conjunto de sinais e sintomas observáveis em vários processos diferentes, porém todos sem um elemento causador facilmente localizável.

Ainda neste sentido, Giovanni Contini (1997) chamou tal disputa de memória dividida, uma noção que permite compreender como um mesmo evento pode gerar – pelos mesmos grupos sociais e/ou identitários – reações completamente distintas. Não que a memória una se segmentasse, mas sim que houvesse a partilha na visão memorial deste evento do passado construindo um binarismo em que algozes e vítimas se intercalam, mudando de posição de acordo com os interesses envolvidos.

Ao pensar a existência de memórias divididas, nas quais um mesmo evento, num sentido específico como o massacre de Civitella ou o lançamento da bomba atômica, suscita formas de se relacionar com o passado a partir da memória que se coloca em contraponto, construindo uma dualidade que, por vezes, pode ser compartilhada pelos mesmos grupos sociais. Ao pensar na memória sobre a bomba atômica por parte de grupos sociais distintos, nos EUA e no Japão percebo que as nuances e disputas políticas entre elas giram em torno de uma necessidade de afirmação ou justificação para tal evento.

Inculcar uma culpa não é tarefa fácil, principalmente pela culpa ser um processo subjetivo e pessoal de cada ser humano. No entanto, não é possível impor uma culpa a alguém, mas criar mecanismos, discursos e legislações que façam com que determinado grupo social assumam, ou seja obrigado a assumir, a culpabilização de atos aos quais podem ser culpados ou não. Os motivos para que essa culpa seja introjetada variam, bem como os meios utilizados para

isso. Winfried Sebald ao analisar a literatura alemã do pós-guerra deixa claro que: “os aspectos mais sombrios do ato final da destruição, vivenciado em conjunto pela ampla maioria da população alemã, permaneceram um segredo familiar tão vergonhoso, submetido a uma espécie de tabu, que não se podia confessá-lo, quiçá, nem a si próprio” (SEBALD, 2011, p. 19). Este tabu citado por Sebald para falar sobre a ausência das cidades alemãs destruídas nas obras literárias do pós-guerra tem a mesma estrutura de esquecimento moldada por parte da memória oficial japonesa sobre a Segunda Guerra Mundial.

Para falar sobre a Alemanha ou sobre o Japão pós 1945, é preciso não recair em armadilhas que coloquem em disputa as visões dualistas do passado. Denunciar as destruições causadas em ambos os países não deveria ser um critério para colocá-los (principalmente os grupos políticos que governavam estes países) numa posição de vítima. Os civis afetados e envolvidos nesta destruição, embora possam ter tido participação indireta e contribuído para a legitimação de regimes fascistas e imperialistas, não precisariam carregar uma culpa por algo que não tinham o controle. Essa questão foi trabalhada por Freud (2013), e partindo das suas teorias utilizo o conceito de tabu com o intuito de referir-me a construção de barreiras cognitivas e morais estabelecidas socialmente, principalmente por iniciativas do Estado e instituições que compõe o funcionamento orgânico do mesmo, a fim de impedir que determinados temas, lugares e narrativas sobre o passado circulem na esfera pública e, por consequência, reverberando na esfera privada.

O conceito psicanalítico, proposto por Freud (2013), parte do pressuposto que o tabu é um dispositivo que restringe as liberdades individuais e seria, na visão do psicanalista, o sistema de organização social que antecedeu os códigos penais. Enquanto as leis possuem uma origem e justificação para a sua existência, os tabus são dispositivos estabelecidos que são intocáveis e não permitem questionamento, não há uma origem certa, nem mesmo uma intencionalidade identificada *a priori*. Desta forma, quando me refiro a tabus memoriais estou me referindo aos dispositivos criados pelo poder público japonês e estadunidense no Japão para manipular, influenciar e enquadrar a opinião pública a ponto de estabelecer eventos, locais e narrativas como proibidas, antipatriotas e conformar a forma como o passado se manifesta no presente, de modo a sufocar e aniquilar toda e qualquer tentativa que desvirtue a versão oficial da história japonesa durante sua ação na Segunda Guerra Mundial. Esses tabus memoriais têm uma origem identificada, que trabalharei mais adiante, mas que não apresentam ao público justificativas e explicações, agem como uma justificação em si próprio para controlar aquilo que pode ou não ser dito sobre o passado traumático japonês.

O caso mais sintomático disto é o que ocorre com os oficiais das forças armadas estadunidenses envolvidos tanto no processo de fabricação e construção da bomba atômica quanto os que foram responsáveis pelo lançamento de tal artefato sob as cidades japonesas. Quando se trata do evento bomba atômica me refiro diretamente ao lançamento delas sob Hiroshima e Nagasaki e as suas consequências imediatas. Este tópico além de controverso por motivos óbvios gera conflitos não apenas pela concepção do que foi e causou. Nem para entender os culpados, pois isso já sabem, e até estabelecem certo consenso. A disputa está em torno de entender o porquê, a motivação que explique terem sido os japoneses alvos das únicas bombas atômicas lançadas sob seres humanos até o momento em que escrevo esta frase (maio de 2018).

Para construir esta culpa é necessário agentes construtores e suas prováveis vítimas. Porém, como afirma María Svampa (2016), nem toda história oficial é planejada e pensada anteriormente. Sua construção pode ser feita de acordo com circunstâncias e necessidades de reconfigurações para reafirmar o *status quo*. Sobre a bomba atômica, os principais agentes na formulação de uma narrativa oficial são obviamente o governo e as forças armadas dos EUA. Primeiramente o discurso⁴⁴ científico conclamado por Truman diz que: “essa bomba tinha mais poder do que 20.000 toneladas de T.N.T. Tinha mais de duas mil vezes o poder de explosão do ‘Grand Slam’ britânico, que é a maior bomba já usada na história da guerra⁴⁵”, deixando claro que se tratava de uma grande descoberta científica, muito além de uma bomba altamente perigosa.

Como não bastasse, no mesmo discurso, ainda no dia 6 de agosto de 1945, Truman anuncia ao público a justificativa para o lançamento da bomba atômica sob Hiroshima e inaugura o processo de inculcação de culpa por terem sido vítima da bomba aos próprios japoneses. Ao dizer que: “os japoneses começaram a guerra aérea em Pearl Harbor. Eles pagaram muitas vezes. E o fim ainda não aconteceu⁴⁶”. Ao associar diretamente Pearl Harbor a bomba atômica, Truman explicita – ao menos no discurso – o caráter vingativo, revanchista do seu governo.

Dizer que a bomba atômica fez com que os japoneses pagassem muito mais do que os EUA sofreram em Pearl Harbor seria algo semelhante como tentar identificar lágrimas no rosto

⁴⁴ Disponível em: <<https://millercenter.org/the-presidency/presidential-speeches/august-6-1945-statement-president-announcing-use-bomb>> Acesso em 26/05/2018.

⁴⁵ Texto original: “That bomb had more power than 20,000 tons of T.N.T. It had more than two thousand times the blast power of the British "Grand Slam" which is the largest bomb ever yet used in the history of warfare”.

⁴⁶ Texto original: “The Japanese began the war from the air at Pearl Harbor. They have been repaid many fold.”

molhado durante uma chuva intensa, para utilizar a metáfora anunciada no filme *Blade Runner* de 1982. A obviedade desta fala, no entanto não esconde seu caráter legitimador de um discurso em que a culpa pela atrocidade seja colocada na vítima. Essa prática não é incomum. Thomas Osborne (2014) afirma que diversos segmentos tentam estabelecer uma relação de autoridade tamanha que a vítima tem que se reconhecer como errada e digna de ter sido punida por aquele que detém o bom-senso e a justiça necessária para isso.

Todavia, o que diferencia este discurso de Truman de outras práticas de culpabilidade é a proporção completamente desmedida. Comparar o ataque a uma base militar em uma ilha do Pacífico com o lançamento de uma arma altamente potente e radioativa em uma zona pouco militarizada, afetando um número absurdo de civis é algo que gera desconforto e permite pensar que o que causou tal resposta por parte dos EUA não foi à proporção alcançada, mas a ousadia de ter feito. Semelhante aos casos em que uma mãe, detentora de autoridade e saber, pune seu filho de forma extremamente severa para que aquele castigo exemplar lhe sirva de exemplo. Com isso, inicia a construção de uma narrativa em que o Japão é visto como culpado por ter sido vítima.

Na contramão disto estão alguns dos criadores das armas nucleares – seja de forma direta ou indireta – que reveem a sua posição e estabelecem uma relação de crítica ao uso das armas nucleares. É importante pontuar que essa crítica se dá momentos antes do lançamento oficial das bombas, na qual já era possível saber aquilo que Truman chamou no discurso supracitado de “uma importante base militar⁴⁷”.

Para que este argumento se sustentasse e construísse uma narrativa comovente e coerente foi preciso distorcer e manipular alguns dados, a fim de que o argumento central tivesse balizamento em potenciais verdades. A primeira questão versa sobre o local atingido. Chamar uma cidade de “base militar” é, no mínimo, um ato inescrupuloso de mentira e sordidez. Tanto Hiroshima quanto Nagasaki possuíam instalações militares, além de sua capacidade logística através do uso de seus portos. Porém, classificar estas áreas militares como “base militares” e, principalmente, considerar que o único ponto atingido da cidade foi uma área militar é uma mentira. Mentira no sentido narrativista do termo, ou seja, os dados apresentam exatamente o contrário: a grande maioria dos mortos (quase 80%) tratam-se de civis.

Porém, além do discurso que envolve o alvo atingido, tem-se como principal mote a construção de uma narrativa sobre o motivo ao qual bomba atômica teria sido usada.

⁴⁷ Texto original: “an important Japanese Army base”

Explicações mais políticas e complexas são descartadas desta versão por não terem nem apelo popular, nem demanda para um conhecimento mais específico, provocado pelos estudos e interpretações sobre a Guerra Fria e as Relações Internacionais. Por isso, a ideia da bomba ter sido utilizada como representação de poder ante a URSS ou para evitar uma invasão terrestre – e conseqüentemente morte de soldados estadunidenses e uma possível divisão do territorial junto aos soviéticos em ofensiva na Ásia –, não ganham espaço neste contexto.

A justificativa é singela, curta, mas apresenta fatores de alta intervenção na psique coletiva da população estadunidense e japonesa, construindo a ideia definidora entre vencedores e vencidos. A ideia central é: a bomba atômica só foi lançada, pois o Japão atacou Pearl Harbor. Um discurso simples e direto, mas que é praticamente incontestável, afinal o Japão realmente atacou Pearl Harbor. Intervenções públicas de célebres membros políticos dos EUA como John Hoover (diretor do FBI), Dwight Eisenhower (então comandante das tropas aliadas e futuro presidente) e Douglas MacArthur (comandante estadunidense da Guerra no Pacífico e da ocupação ao Japão) acabaram por legitimar e justificar a bomba atômica como uma resposta direta ao ataque de Pearl Harbor.

Discussões sobre o alvo acertado, proporções e conseqüências foram descartadas deste discurso. Uma vez que na guerra vale tudo para aniquilar um potencial inimigo. Este entendimento fica claro, porém ao ser implantado na cultura japonesa através de políticas públicas intervencionistas e no cumprimento de sanções do pós-guerra que trouxeram conseqüências sérias para o Japão no que se refere a capacidade de mobilizar elementos plurais do passado.

É interessante pensar, que por motivos diferentes, Jorn Rüsen (2011) pensa que a história tem como serventia, justamente, oferecer este senso de orientação. Todavia, esta falta de orientação gerada pela culpa possibilita entender o motivo pelo qual é tão difícil agir contra este discurso hegemônico. O que cabe aqui é entender a construção desta hegemonia e as tentativas de desconstruí-lo e destotalizá-lo.

Desta forma, a partir do dia 10 de agosto de 1945 o Japão esteve à deriva. Embora, como aponta Barak Kushner (2015), sabe-se que as negociações entre a elite política japonesa e os EUA tiveram a maior efervescência neste contexto. Porém, somente cinco dias depois, com a declaração oficial do imperador Hirohito sobre a rendição incondicional japonesa – tema do terceiro capítulo desta tese – é que o comando político japonês encontrava-se estraçalhado. Diversos prefeitos, comissários e membros de elites políticas haviam sido mortos pelos ataques aliados, incluindo o lançamento das bombas incendiárias em Tóquio e as bombas atômicas.

Este vazio político logo foi preenchido. Após a assinatura da rendição formal japonesa no dia 2 de setembro de 1945 estabelecem-se as primeiras tratativas com relação à ocupação do território japonês pelas forças aliadas. Assinar a rendição significava, sobretudo, concordar com os termos impostos ao Japão pela Conferência de Potsdam. Nele figurava a necessidade de uma rendição incondicional, o desarmamento e o desmantelamento das forças armadas japonesas e estabelecia a necessidade de indenizações aos vencedores pelos danos causados. Esta rendição gerou problemas que vão afetar diretamente as políticas de memórias e de esquecimento – com reflexos muito intensos da historiografia. Aceitar esses pressupostos exigiria, uma punição aos culpados e a reestruturação do país em moldes capitalistas e ocidentais.

Tanaka (2011) destaca que ninguém aceita uma rendição proposta sem ser obrigado por alguma ameaça, do contrário já haveria se entregado. Além disso, concordar com os termos de uma rendição e fazer cumprir tal regimento envolvem não só uma imposição de poder, mas uma negociação de elites. Sendo assim, as forças ocupantes não só teriam carta branca para atuarem no processo de “reestruturação” como apoio público daqueles a quem o povo, meses antes, estava disposto a morrer sob seu nome e, em setembro de 1945, no caso a família imperial japonesa, os coloca sob juízo de outra nação em busca de uma aniquilação completa das forças de esquerda e da estruturação do capitalismo em terras asiáticas.

Destaco que diferentemente do que ocorre na Itália e na Alemanha (então aliados japoneses) o Japão tem em sua ocupação objetivos extremamente distintos, bem como uma operacionalidade completamente diferente. Como Enzo Traverso (2013) comenta, a Itália e o regime fascista estavam em decadência quando da invasão aliada naquela região. Mussolini já havia sido deposto e preso. Tais questões políticas fizeram com que a elite dirigente fascista, que substituíra Mussolini assinasse um armistício com os Aliados em setembro de 1943, declarando-se guerra à Alemanha Nazista. Isto permitiu que a resistência ao fascismo já estivesse estruturada e capaz de coordenar politicamente uma frente ampla que fizesse o país retornar (ou construir) as suas bases democráticas. Tais questões ficaram a cargo do Comitê de Liberação Nacional (CLN)⁴⁸.

A Alemanha, por sua vez, como aponta Sebastián Conrad (2010), teve a peculiaridade de uma invasão aliada pelas duas frentes: ocidentais – liderada pelos EUA – e oriental – liderada pela URSS -, tais questões já haviam sido discutidas na Conferência de Potsdam. Desta forma, além da revogação das anexações de territórios feitas pelos nazistas, estabeleceu-se a divisão

⁴⁸ Termo original: “Comitato di Liberazione Nazionale”

do território alemão em 4 zonas de controle, cada uma pertencendo a um país de frente aliada: Grã-Bretanha, URSS, EUA e França. Em 1949 estas zonas de ocupação dão lugar a dois países: A República Democrática Alemã, sob coordenação da URSS e a República Federal da Alemanha, sob influência dos EUA.

Interessante notar que no caso italiano a reestruturação foi mais internalizada, o que levou o país a estabelecer-se por conta própria, porém, como aponta Ken Ishida (2014) ao comparar o caso italiano com o japonês, pagando altas indenizações aos aliados e concedendo diversas leis de anistia, sobretudo aos fascistas sob a escusa de se tratar de anticomunistas, o grande perigo do pós-guerra. Ambos foram ocupados por nações externas, tiveram sua estrutura política radicalmente modificada e após uma injeção estrondosa de dinheiro se reconstruíram financeiramente e se tornaram grandes potências. No entanto, a grande diferença entre esses casos, que é o foco principal de estudo de Sabastián Conrad (2010), é que a Alemanha Nazista foi alvo de uma invasão de duas frentes aliadas, na qual ambas se depararam em meio a capital Berlim. O caso japonês, devido à bomba atômica, impossibilitou que a URSS chegasse ao solo japonês, sendo que a invasão dos soviéticos à Manchúria já se dava em um contexto do Japão bombardeado pelas armas atômicas e apenas negociando os termos de sua rendição.

Em termos gélidos, poderia se dizer que a bomba atômica não foi apenas uma vitória militar dos EUA, mas sobretudo política. Com a bomba atômica retirou-se o poder da URSS de um dos mais importantes países da Ásia. Obviamente, como aponta Tanaka (2011) a intenção estadunidense era dominar as porções conquistadas pelo Japão no período da Segunda Guerra Mundial, principalmente da então aliada China de Chiang Kai-shek. O que não estava no *script* era a insurreição maoísta em 1949 e a divisão na Coreia, em 1950. Por isso, Hasegawa (2006) argumenta que os EUA tiveram uma vitória política parcial ao lançar a bomba atômica, justamente pelo fato de que suas derrotas em territórios asiáticos em anos posteriores só foram se acumulando, chegando ao pico com a derrota no Vietnã em 1975.

Uma das primeiras práticas para consolidação da ocupação estadunidense ao Japão foi a nomeação do oficial que lideraria tal feito. O ex-comandante da reserva condecorado Douglas MacArthur foi nomeado o Comandante Aliado no Japão, responsável por aceitar a rendição japonesa a bordo do navio *US Missouri* e por coordenar as forças tarefas de ocupação no Japão. É nítido que o discurso de libertação dos oprimidos era a máxima proferida pelo exército estadunidense para justificar a ocupação. Tal questão já ficava evidente quando os EUA adotaram como prática na guerra no Pacífico o lançamento de folhetos informativos a respeito do seu poderio bélico e da necessidade de rendição do Japão.

Segundo Richard Frank (1999) havia uma convicção na elite japonesa de que era preferível ser derrotado que se render. Tal ideia foi paulatinamente sendo diluída entre a elite japonesa, porém, grande parte da população percebia a rendição como um acinte a sua moral e como um abandono de um ideal. Isso pode ser percebido como os casos de insurreição criminosa de membros de associações como a *Shindo Renmei* no estado de São Paulo, onde imigrantes japoneses atacavam seus compatriotas no Brasil por considerar que estes difamavam e sujavam a imagem digna e pura do imperador (MORAIS, 2000).

Ao propagarem a ideia de que a rendição era a única saída e de que os EUA eram a salvação, falta esclarecer quem era o inimigo. Desta forma, estes panfletos, segundo Seaton (2010) anunciavam que o inimigo dos EUA não era o povo japonês, mas sim o regime militar ao qual o país era submetido. Contraditória tal questão, uma vez que grande parte deste grupo social japonês foi anistiado no processo de ocupação. Monica Braw (1991), historiadora e jornalista investigativa sueca escreveu um seminal livro sobre a ocupação estadunidense no Japão. Pode-se dizer que é o único livro publicado em inglês dedicado inteiramente a esta temática. No livro, Braw analisa a estruturação e fixação das tropas em solo japonês e o processo de censura e construção de uma culpa coletiva na população japonesa.

Segundo Tanaka (2011), o objetivo da ocupação era: 1) reestruturar o Japão economicamente dentro do viés capitalistas; 2) estabelecer bases militares na região com fins de ter o controle do Pacífico e interpostos para intervenções na Ásia; 3) reorganizar o Japão politicamente, rearranjando forças políticas capazes de combater o comunismo; 4) aniquilar, definitivamente, a possibilidade do Japão possuir e organizar Forças Armadas. Pode-se dizer que todos os objetivos listados foram cumpridos com grande êxito.

Um dos problemas sociais que os EUA trouxeram ao Japão durante a ocupação foi registrado pelo brilhante *mangaka* japonês Osamu Tezuka (2018). Na obra *Ayako*, que em português ganhou uma edição com mais de 700 páginas, Tezuka discorre acerca da história de uma família aristocrata rural e os impactos causados pela ocupação em sua forma de organização e estrutura social. Ali, Tezuka argumenta através de seus personagens que o uso de drogas, principalmente sintéticas, consumidas no ocidente foi largamente introduzido no Japão, instituindo o crime organizado. A partir do consumo que oficiais estadunidenses faziam das mesmas durante a ocupação estadunidense e nas suas bases militares fora dos EUA. Sendo assim, o vácuo de poder da qual Cornelius Castoriadis (1982) fala que deveria ser preenchido por um governo popular, acabou sendo preenchido por setores do crime organizado infiltrados diretamente no seio dos partidos políticos.

Prova disso, como alerta Tezuka (2018) é o atual partido de extrema direita Partido Liberal Democrata (PLD)⁴⁹ que desde sua fundação, em 1955, permanece no poder. Originário do extinto partido Rikken Seiyūkai⁵⁰, o PLD é fruto da impunidade das leis e dos julgamentos do pós-guerra, uma vez que sua composição política é fruto de praticamente toda elite política anterior a guerra que ora lutava ao lado do imperador e, com a evidente derrota, passou a militar pela “modernidade” e “tecnologia” vindoura a partir da ocupação estadunidense.

O anticomunismo foi tão disseminado durante a ocupação que acabou esfacelando a resistência de esquerda no Japão. Para além dos resultados eleitorais supracitados, diversos atentados foram cometidos e incriminava-se, sem provas, membros dos grupos de esquerda e com isso permitia-se a perseguição e prisões arbitrárias dos mesmos, algo extremamente semelhante com o contexto político brasileiro de 2015 até os dias atuais. Um dos casos mais enigmáticos, até hoje sem solução, e alvo de reflexão de Osamu Tezuka (2018), são os supostos “assassinatos” de membros da diretoria da JNR, a maior empresa ferroviária japonesa em 1950. Com a morte por atropelamento nos trilhos ao qual administrava, Sadanori Shimoyama, morreu e os comunistas foram perseguidos, considerados culpados deste assassinato, só para citar um exemplo. Outros dois incidentes ocorridos ainda em 1949 nos trilhos do Japão deixam claro se tratar de um projeto de sabotagem. Em um contexto de uma subsequente demissão em massa, com o objetivo de adentrar as políticas de recessão e investir nas malhas rodoviárias, os assassinatos que até hoje não foram comprovados, deixaram indícios muito grandes de suicídio ou de queima de arquivo por parte dos EUA, uma vez que a JNR estava no esteio das preocupações estadunidenses por se tratar de uma das maiores empresas japonesas no momento. Esta possibilidade de ver os assassinatos como suicídio ou queima de arquivo é o que apresento a partir da releitura política e engajada de Tezuka e, também, a partir dos indícios levantados por Monica Braw (1991). Independentemente de quem foram os autores do crime, o que cabe ressaltar é que isso serviu de justificativa pública e propagação de medo com relação aos então perseguidos comunistas.

Em 1947 uma ruptura nas estruturas sociais acaba gerando mudanças importantes no Japão. A principal diz respeito a confrontar as noções e costumes tradicionais (principalmente as características agrárias, quase feudais) com a imposição de uma postura capitalista robusta com intervenção máxima em obras públicas (estradas, aeroportos e reformas urbanas). Neste contexto nasce o Japão (pós)moderno.

⁴⁹ Termo original: 自由民主党 (Jiyu-Minshuto)

⁵⁰ Termo original: 立憲政友会 (Amigos do Governo Constitucional)

A construção de um senso-comum sobre o alto investimento japonês em educação fez confundir-se o que é política pública e o que são características culturais de um povo. A constituição de 1947 tinha como objetivo modificar e difundir radicalmente o sistema educacional japonês. Embora altamente intelectualizado entre a elite cosmopolita, os índices educacionais japoneses pré Segunda Guerra Mundial não configuravam entre os primeiros na Ásia, diferentemente de hoje. Políticas misóginas e de pouca expansão em setores do país faziam com que a educação básica não fosse vista como algo obrigatório. Essa questão, como aponta Dower (1999) é que mudou radicalmente.

Porém, atribuir a rápida reconstrução japonesa aos investimentos públicos em educação é ignorar sua estrutura política. De acordo com Lucien Ellington (1992), o modelo educacional japonês é altamente influenciado pelo modelo estadunidense, com uma diferença crucial na centralização da organização e função administrativa do governo federal no processo, o que permite ter mais instrumento para controlar o currículo e livros didáticos, por exemplo. Essa semelhança aos EUA fica mais evidente no que concerne ao ensino superior, onde até mesmo as universidades públicas cobram taxas extremamente caras, isso faz com que a população mais pobre japonesa continue afastada da universidade, como é possível perceber na figura abaixo a partir da quantificação dos tipos de instituições educacionais existentes no Japão (em 2013).

FIGURA 7 – NÚMERO DE ESCOLAS E UNIVERSIDADES DO JAPÃO (2013)

(Unidade: escola)							
	Escola para os outros deficientes	Escolas para educação de necessidades especiais	Faculdade de tecnologia	Faculdade Júnior	Universidade (1)	Colégio de treinamento especializado	Escola diversa
(Nacional)	· · ·	45	51	-	86	10	-
(Local)	· · ·	1.021	3	19	90	196	9
(Privado)	· · ·	14	3	340	606	3.010	1.321

(1) Não inclui 6 universidades que oferecem apenas cursos por correspondência (University of the Air e 5 universidades particulares).

Fonte: MEXT (Ministério japonês da Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia), 2016

No entanto, o Japão ainda assim possui um índice maior de pessoas que concluem o ensino superior do que os EUA, em proporção, de acordo com Ministério da Educação do

Japão⁵¹, devido a sua exportação de pesquisadores e importação de mão-de-obra barata, principalmente em países vizinhos e com políticas de repatriação temporária de descendentes, os chamados *Nikkei*⁵². Esse é um destino bastante comum para os brasileiros descendentes de japoneses, que atualmente correspondem a maior colônia japonesa fora do Japão.

Além disso, a educação no Japão passou a exercer uma função primordial no pós-guerra: a construção de um discurso oficial sobre a bomba atômica. Segundo Seaton (2010), por ter uma cultura oral extremamente forte e arraigada em sua sociedade, desde o conto de lendas e mitos de geração em geração até a encenação (como o teatro *Kabuki* e *No*) e comemoração de festivais em torno destas narrativas, os EUA aproveitou-se para imbuir ali discursos de caráter mediador. Esses discursos, acima de tudo deveriam corroborar para que uma narrativa oficial fosse erigida, na qual os EUA figurariam como os libertadores, os “militares japoneses” os malvados. Porém, quando uso aspas em militares é porque com a proibição da formação de Forças Armadas aos japoneses se ignorou o punir e condenar boa parte dos oficiais militares do Japão. Com isso, a perda da farda deu lugar ao terno, e o posto militar virou a bancada política. Desta forma, como afirma Tanaka (2006), boa parte dos militares japoneses anistiados (o alto oficialato) achou na política um posto a ocupar.

Construir um vilão invisível, inatingível e não delimitável era essencial para explicar como o seu principal inimigo, o imperador, agora é o seu maior aliado, embora não exerça mais nenhuma função política importante. Ao destituírem, com a constituição de 1947, o poder político do imperador, mas mantendo a casa real intacta de punição ficou claro que a encenação das motivações sobre as bombas atômicas foram facilmente revistas em prol de estabelecer no Japão uma base forte para derrotar o comunismo na Ásia, algo que, pode-se dizer, não foi de veras bem-sucedido. Isso é o que Domenach (1963) denominou como “lei da simplificação e lei do inimigo único”, na qual os esforços se concentram para produzir um inimigo de tipo ideal, com características horripilantes e totalmente contrárias as suas, mas que por motivos outrem não consegue ser distinguido no seio da sociedade, por isso, a ocupação estadunidense ao Japão se justificaria: para controlar um inimigo invisível, que, na verdade, agora é o seu maior aliado político na luta contra o comunismo na Ásia.

A ocupação ao Japão pôde ser bem delimitada, de acordo com os recursos e com a necessidade que os EUA tinham de intervir em solo asiático. Por se tratar de uma ocupação de

⁵¹ Disponível em: <<http://www.mext.go.jp/en/publication/statistics/index.htm>> Acesso em 07/06/2018.

⁵² Termo original: 日系 (japonês que tem residência fixa no exterior, ou descendente nipônico nascido fora do Japão).

complacência com as elites políticas, os EUA sabiam que ao deixarem seus postos estariam bem substituídos por seus aliados japoneses. Sendo assim, desde o teatral julgamento de Tóquio (tema do terceiro capítulo) até a formulação da nova constituição, passando pela perseguição desenfreada de militantes comunistas, principalmente a ala mais radical e estudantil como os *Zengakuren*⁵³. As constantes vitórias políticas do PLD no parlamento japonês são apenas frutos do que o período de ocupação causou no Japão. No capítulo a seguir tratarei de explicar como a censura foi exercida neste contexto, onde, por exemplo, qualquer menção biográfica ou reflexiva sobre a guerra que fosse descoberta era apreendida e destruída pelo famoso GQH (quartel general) das tropas aliadas, lideradas pelo EUA no Japão.

O Partido Comunista Japonês⁵⁴ (PCJ) hoje não tem mais como pauta a revolução proletária, mas sim um reformismo social capaz de dirimir as desigualdades sociais e acabar com o imperialismo japonês na Ásia. A maior luta do PCJ é a manutenção do artigo 9º da constituição, ou seja, que o Japão permaneça impossibilitado de administrar e criar as Forças Armadas, algo que os aliados dos EUA, o PLD, são completamente contrários, chegando a extremos recentes em que o então Primeiro-Ministro, Shinzo Abe, propôs a criação de armas atômicas para se defender da Coreia do Norte. Com a esquerda revolucionária totalmente desmantelada ainda em meados da década de 1950 os EUA viram que a urgência agora não era mais o Japão, mas principalmente os seus vizinhos asiáticos que estavam concretizando aquilo que em terras nipônicas não foi possível.

Por isso, posso dizer que a ocupação estadunidense ao Japão ocorre entre a teatralidade da rendição japonesa após as bombas atômicas e a insurreição coreana em 1950, dando início a Guerra da Coreia (1950-1954). Segundo Harootunian (2006), as tensões entre os coreanos não eram recentes, mas vinham de conflitos de longo prazo e, sobretudo, com disputas narrativas em torno de que posicionamento tomar a partir da ocupação japonesa no arquipélago coreano e como reestruturar o país após vitória aliada. Parte da elite política coreana, segundo Tanaka (2006), era complacente com a ocupação japonesa, porém com a vitória aliada mudaram de lado para combater o inimigo maior: o comunismo.

O ingrediente que estava de fora do escopo de percepção dos EUA neste contexto era a intervenção direta da China pós-revolucionária em um conflito externo de tamanhas proporções. Encurralados entre a China e a URSS, cabia aos EUA responder a altura para manter seu

⁵³ Termo original: 全学連, abreviação de 全日本学生自治会総連合 (Zen Nihon Gakusei Jichikai So Rengo), ou seja, "Liga do Governo de Estudantes Independentes do Japão".

⁵⁴ Termo original: "日本共産党" (Nihon Kyosan-to)

domínio e certo controle na Ásia. Para isso foi necessário dirigir todo seu esforço de guerra para os coreanos, finalizando a ocupação no Japão e realocando MacArthur para coordenar os esforços militares naquela região. As mais de 100 bases militares estadunidenses no Japão e o domínio da região de Okinawa possibilitou aos EUA uma desenvoltura muito eficiente na Coreia, porém, isso não seria possível sem o apoio da recém-criada ONU, que já fracassara anos antes em tentar apaziguar conflitos entre setores capitalistas e comunistas coreanos. Com o apoio da China de Kai-shek e contra a vontade da URSS as Nações Unidas exerceram um papel crucial em que os EUA atuou como coordenador, mas não precisou investir diretamente em todo o conflito. A não vitória estadunidense, com um armistício sem vencedores que está em voga até hoje, deixou claro que o domínio capitalista na Ásia nunca seria um fim em si mesmo.

Uma das discussões historiográficas mais acirradas sobre este tópico é o motivo pelo qual os EUA não teriam utilizado as armas nucleares para encerrar o conflito. Esta questão pode ser facilmente respondida. De acordo com Alperovitz (1995), a cautela inicial em utilizar uma arma nuclear era a consciência de que o seu uso no Japão já havia cumprido a sua missão, agora seu uso só traria mais problemas, sendo então necessário utilizá-la de forma diplomática. Além disso, em 1950 já era sabido que a URSS estava em níveis avançadíssimos em relação a produção de bombas atômicas, tal questão levou, sempre, a discussão sobre a possibilidade de uma guerra nuclear e o risco de uma bomba desta magnitude ser lançada em solo estadunidense. Por isso, Gaddis (1972) afirma que a Guerra Fria deveria ser fria entre os EUA e a URSS, justamente por ambas as nações possuírem armamentos capazes de aniquilar o globo terrestre.

A ocupação estadunidense no Japão é interrompida oficialmente com a assinatura do Tratado de San Francisco, no dia 8 de setembro de 1951. Passava-se, assim, a vigorar a partir de abril do próximo ano o acordo interposto pelos EUA e a ONU, na qual além da desocupação das tropas estadunidenses ao Japão, estabeleciam-se critérios e valores para pagamentos de indenizações aos crimes e prisioneiros de guerras aliados perpetrados pelos japoneses. Depois, em 1960, outro tratado foi assinado. O Tratado de Cooperação Mútua e Segurança entre os Estados Unidos e o Japão, com o objetivo de selar acordos comerciais definitivos, nele se estabeleceu propósitos de cooperação entre os EUA e o Japão, bem como se estabeleceram as premissas básicas de não agressão, com isso advêm às políticas de silenciamento e de inculcação de culpa, uma vez que aliados não cobram entre si nem reconhecimento de vítimas, tampouco reclamam sobre os crimes de guerras cometidos. Por trás do acordo afirmaria que há

uma negociação entre amigos, na qual um defende o outro quando o assunto é soterrar os crimes cometidos no passado belicoso e no presente imperialista.

Este tratado traz consigo uma noção de anistia, na qual o Japão não entorna a falar e buscar justiça com relação à bomba atômica, e em troca recebe apoio internacional e político para abster-se em reflexionar e proporcionar atitudes políticas com relação aos crimes de guerra cometidos por japoneses. Um exemplo claro disso é a visita de Obama à Hiroshima em 2016, no qual tanto o seu discurso como a postura política do governo japonês jamais solicitaram um pedido de desculpas.

Lamentar a morte até mesmo alguns assassinos seriais os fazem, alegando a resistência da vítima, por exemplo, porém um pedido formal e público de desculpa permitiria o início de um alívio em relação a anos de culpa acumulado sob os ombros do povo japonês. Porém, pedir desculpas obrigaria a reconhecer-se como culpado; e exigir que os EUA se colocassem nessa posição faria o Japão confrontar narrativas que trariam à tona todos os crimes de guerras cometidos por japoneses. Desta forma, a melhor solução é fazer uma visita teatral, entregar coroa de flores, e se despedir como se nada tivesse acontecido. Acreditar que ser o maior representante do executivo de um país e poder visitar o lugar no qual a nação que você representa cometeu a maior carnificina com armas nucleares, sem um mísero pedido de desculpas, fica evidente a certeza de que a impunidade estadunidense está garantida com relação à bomba atômica, bem como com a complacência japonesa para com a sua postura.

O processo de imputação de culpa que o período de ocupação causou na maior parte do povo japonês tem um viés duplo: uma vez que a percepção da rendição não era aceita pelas pessoas, foi preciso constituir um argumento sólido o suficiente para que não colocassem no imperador o inimigo da nação, mas sim numa elite militar quase invisível e em alguns bodes expiatórios. Shigeki Miyazaki, um professor de direito japonês, especializado em direito internacional, conhecido por ter sido um ávido crítico ao processo de ocupação estadunidense (onde teve que se exilar em 1947 e só voltou após o Tratado de San Francisco, em 1951) e por atuar ativamente na tentativa de punição aos perpetradores de crimes de guerra e crimes contra a humanidade, comenta que um dos crimes mais graves cometidos pelo governo Showa aos japoneses é a imputação de culpa a própria população pela derrota na guerra.

Para Miyazaki (1976) aquilo que chamei de “síndrome de Moby Dick” seria uma forma de culpar a própria vítima pelos seus erros, uma vez que quem atacou a baleia não foi o povo japonês, mas sim o governo imperial. E quem é que teve seu barco destruído? Não foram os pescadores, foram aqueles que em terra ficaram trabalhando enquanto a aventura marítima se

desenrolava. Com isso, o tabu constituído em falar sobre a Segunda Guerra Mundial dá lugar, de forma contraditória, a agraciações e comemorações dos heróis de guerra. Isso ocorre, segundo o autor citado acima, pelo fato de que a guerra não foi vista como uma derrota do exército japonês, mas, principalmente pela falha do povo japonês em atender a demanda necessária para vencê-la. Assim como no caso nazista, a rendição não era cabível a um discurso de divindade terrestre como propagava Hirohito. Ao acontecer e ter sua estrutura política remodelada, o processo de ocupação tratou de calcificar a Segunda Guerra Mundial como um discurso vago sobre a paz.

Até hoje o Japão é um dos países que mais ganhou prêmios Nobel da Paz, apresenta baixíssimos índices de violência e forma anualmente diversas pessoas em cursos sobre a paz, considerado um dos melhores do mundo. Tudo isso, envolto em um manto anistiador, em que falar de paz significa não falar sobre quem e como começou a guerra. Falar de paz significa, também, não falar do que foi feito durante a guerra. Aproveitando-se daquilo que Shuichi Kato (2012) chamou de característica japonesa de estabelecer uma relação de alicerçamento no passado, onde: “o sentido dos acontecimentos do presente se define por si mesmo, independentemente da relação entre a história passada e a finalidade futura” (KATO, 2012, p.16). Ignorando, assim, as amarguras do passado em prol de um futuro de paz. Se as feridas do passado não cicatrizaram, se a sociedade vive envolta de um enorme tabu, e se as demandas de memória e história são cada vez maiores, a solução encontrada foi investir no discurso da modernidade.

Aqui uso o termo modernidade como sinônimo do que o eurocentrismo cunhou, ou seja, investimento em tecnologia, na substituição do homem pela máquina. Entre o tradicional e o moderno está o Japão, no entremeio dos costumes mais milenares até as tecnologias mais *hightech*. Não é à toa que toda essa pressão social entre a proibição cultural de falar, entre compreender quem são os culpados e quem são as vítimas, em saber que grande parte da riqueza veio à custa de muito sangue e suor do povo e dos vizinhos asiáticos, que uma das maiores taxas de suicídio do mundo é no Japão. Isso, segundo, Barak Kushner. (2015), tem relação direta com o fato de uma nação que prefere se matar a se render.

Nesta sociedade japonesa em que a culpa da guerra ter acontecido é dela mesma, o segredo para viver é não falar sobre o assunto. A culpa, neste caso, vem carregada de um estado emocional que é a vergonha. Falar dos crimes de guerra no Japão além de culpa, pode representar ideias de uma responsabilização (ou reflexão sobre isso) que, a depender da conclusão, pode causar uma manifestação pública desta culpa através da vergonha. A culpa

vem acompanhada da ideia de vergonha quando ela transcende o ambiente privado e o julgamento público, esta culpa torna-se alvo de subjugação e humilhação. A vergonha é o principal motivo para construir um tabu memorial sobre o passado recente japonês, uma vez que as bases do *Bushido* estão escritas em cima das ideias de honra e lealdade, completamente avessas as noções de covardias, humilhações e vergonhas. Neste sentido, recalcar esse passado é mais efetivo, menos por um medo de punição/responsabilização, mas fugindo de uma execração pública.

Esse recalque, segundo LaCapra (2014), impossibilita a perlaboração e a compreensão necessária para estabelecer-se o luto. Viver na repressão é visto na psicanálise como uma forma constante de reviver o trauma sem elaborá-lo. LaCapra (1999) afirma que a forma mais eficaz de lidar com o trauma é reconstituir sua narrativa, lembrando passo a passo e estabelecendo pontos de embate em que é preciso aceitar as culpas e dores para assim seguir em frente. Quando falar sobre um tema é proibido, a culpa se internaliza, gera conflitos internos e a impossibilidade de conviver com ela é ainda maior.

As “brincadeiras juvenis” que ocorrem na *internet* nas quais os asiáticos, até mesmo os descendentes que vivem no Brasil, são vistos como metódicos e plenamente organizados e determinados, não tem a ver apenas com uma discussão cultural milenar. A ideia central, segundo Kato (2012), está na impossibilidade de falhar imbuída desde a Era Meiji e sendo muito acentuada e perpetuada até os dias atuais. A busca pela perfeição, a impossibilidade de falhar e a constante aceitação das hierarquias (de todos os tipos: sociais, econômicas, entre outras) fazem dos japoneses, de forma generalizadora, uma cultura perfeita para o desenvolvimento capitalista. No campo da memória, fazem o caminho completamente contrário: criam tabus, estabelecem normativas de silêncio e comemora-se os algozes. Não obstante, destaco os enigmáticos casos das vítimas da bomba atômica que eram alvos de perseguição e preconceito por grande parte da sociedade japonesa, como se fosse possível ter escolhido ser vítima de tal arma. Neste sentido, a vítima culpava-se pela sua condição e a vergonha construía um tabu memorial ainda maior.

Para Freud (2011), a culpa é um sentimento. Uma vez que o superego se frustra por não alcançar determinado padrão ou seguir determinada postura, ela se estabelece como forma de julgar a atitude humana do passado como incorreta. E na incapacidade de mudar o passado, o sentimento do erro frente a impotência de impedir que este ato errôneo aconteça é o que faz gerar a culpa. Esta culpa pode se manifestar de diversas formas, individual e coletiva, e, pode ser classificada de várias maneiras. Karl Jaspers (2018), ao pensar a realidade alemã do pós-

guerra e sua culpa com relação ao nazismo, faz uma genealogia da culpa que permite aprofundar o argumento sobre a inculcação de (ir)responsabilidade durante a guerra por parte do Japão.

Embora seja alvo de controvérsias, a proposta de Jaspers (2018) é sólida na genealogia da culpa, no entanto, um pouco confusa quanto as possibilidades de perlaboração desta culpa para melhor viver. Preciso destacar que o filósofo alemão divide a culpa em quatro categorias: culpa política, culpa metafísica, culpa moral e culpa criminal.

A culpa política é aquela dos crimes de Estado ou cometidos por cidadãos diretamente envolvidos nas situações de conflitos causadas em decorrência das ações dos Estados, uma vez que cada cidadão é também responsável pela forma como é governado. A consequência para este tipo de culpa é a responsabilização dos agentes envolvidos (uma coletividade).

Uma culpa internalizada em que cada um sabe se cometeu crime ou não é o que Jaspers (2018) chamou de culpa moral. Não há escusas do tipo: “recebi ordens” que fujam da lógica da culpa moral. Existe como consequência possível a penitência e o autoflagelo. Só pode atribuir, moralmente falando, a culpa a si mesmo, não ao outro. Pois a culpa do outro é medida por ações concretas que julgamos como corretas ou não, neste sentido não se trata de uma culpa moral, e sim de uma culpabilização política ou criminal.

Já a culpa metafísica é aquela com capacidade de solidarizar e perceber o outro como humano e se sentir corresponsável pelos seus atos. Existe a transformação da confiança humana perante Deus. Eu diria, acrescentando ao pensamento de Jaspers (2018), que há uma ruptura de paradigma moral, para algumas parcelas da sociedade, que consegue se sensibilizar e solidarizar com situações as quais não foram algozes diretos, mas se sentem culpados, pois de alguma forma percebem o privilégio de não terem sido vítimas. Diz respeito a uma culpa que se relaciona com instâncias que não estão circunscritas na Terra, mas que se relacionam com projeções e concepções humanas como aspectos religiosos, crenças em divindades e/ou doutrinas, ou com a confiança na existência de uma natureza humana (seja qual for a sua configuração: selvagem, civilizatória, comunitária, entre outras). Por fim, a culpa criminal, aquela cuja conceituação é autoexplicativa, ou seja, é a culpa de quem cometeu um crime e será julgado. Para esta culpa existe a punição dentro das normas da lei.

Em minha análise da sociedade japonesa, a culpa moral é a que se manifesta. Esta culpa pode ser inculcada quando a moralidade estabelecida em determinado contexto é questionada e alterada para outros padrões. Este novo padrão moral imposto, estabelece novos preceitos que no passado não colocariam o sujeito como culpado, porém, após essa ressignificação, a culpa se instala sobre a nova moralidade. Isso fica evidente no caso japonês após a assinatura de

rendição em 1945. Toda a moralidade definida em torno de uma luta de “bem” contra “mal”, do grande império japonês contra o terrível e criminoso EUA, teve de ser substituída por uma moralidade que questionava os padrões anteriores, principalmente no que concerne a capacidade de não evitar uma derrota e a morte de tantos compatriotas. Essa falta de ação agora vista como absurda, antes era impensável, tanto criminalmente (crime de traição nacional ou deserção, em caso de militares) quanto moralmente questionável, afinal colocava em xeque uma posição política e ideológica do imperador.

Vale destacar que não é porque utilizo uma concepção tipológica coletiva (“os japoneses”, “os estadunidenses”) que isso signifique uma generalização rasteira de todo o povo, é preciso sinalizar que: “um povo como um todo não existe” (JASPERS, 2018, p.32). Por isso: “um povo não pode ser transformado em indivíduo. Um povo não pode sucumbir heroicamente, não pode ser criminoso, não pode agir a favor ou contra os costumes, mas apenas alguns indivíduos em seu meio” (JASPERS, 2018, p.34). Por isso, a culpa coletiva não pode existir. Somente a responsabilização, politicamente falando, é possível. Não há espaço para a culpa metafísica, moral ou criminal para todo um povo que é compreendido por uma gama de indivíduos que agem e reagem a situações de formas distintas.

A culpa, quando inculcada, pode ser uma grande motivadora de ações em prol da tentativa de se redimir. Ao contrário do que possa aparentar, essa inculcação de culpa acaba alocando as narrativas dos sujeitos sempre no passado, não conseguindo libertar-se dele e ficando fadado a repetir sua narrativa. Por isso, as forças de ocupação se dedicaram a mostrar o caminho que deveria ser seguido pelo Japão: 1) constante crescimento econômico a partir de multinacionais, principalmente utilizando alta tecnologia e exploração de mão-de-obra barata do continente asiático; 2) caça frequente aos comunistas e todo o espectro da esquerda, incluindo nesta lista uma postura fechada para com seus vizinhos comunistas/socialistas; 3) a impossibilidade de exigir ao menos um pedido de desculpas dos EUA pelos danos causados com as armas nucleares.

Estabelecer uma política anistiadora é, e foi, essencial para que o domínio japonês na Ásia se estabelecesse. O não reconhecimento dos EUA da bomba atômica como crime de guerra permite ao Japão não reconhecer o Massacre de Nanquim entre outros eventos como problemáticas a serem discutidas com seus vizinhos continentais.

Na contramão desta sociedade que busca a perfeição, temos um Japão (pós)moderno ainda extremamente paternalista e machista, mas que se permite experimentar de forma amadora outros elementos artísticos que o Ocidente considera como espaço único dos

profissionais. O professor de língua e literatura japonesa da UFRGS e tradutor, Andrei Cunha (2016) argumenta que embora o Japão esteja envolto na lógica capitalista, a experimentação das artes em caráter amador é estimulada desde a escola. Um japonês operário não raro escreve *haikai* ou participa de grupos culturais de dança e/ou música. “A nossa atitude ocidental moderna de repulsa ao poeta amador é uma decorrência lógica justamente do culto romântico ao gênio e da especialização dos fazeres no capitalismo, aos quais vem se somar, ao longo do século XX” (CUNHA, 2016, p. 65). Sendo assim, a busca pela perfeição no Japão gira em torno daquilo que pode e deve ser potencializado pelo capital, mas também diz respeito aos momentos necessários, e por vezes sagrados, de apreciação e divertimento. Por isso, a literatura, o cinema e, também é possível incluir, historiadores amadores são as grandes válvulas de escape da sociedade japonesa. Nela é possível encontrar desde o genial escritor a um cidadão comum que se tornará genial justamente pela sua capacidade e possibilidade de expressar aquilo que socialmente não é permitido falar.

Essa não permissão silenciosa, é construída no dia a dia, desde uma censura rígida que passa por censores e agentes policiaes, até mesmo ao cotidiano e ao constante boicote a temas que são considerados impertinentes para sociedade. Não raro são os casos em que acadêmicos japoneses se veem obrigados a saírem do Japão para pesquisarem temas que buscam escancarar as feridas históricas (CHAKRABARTY, 2000). É o caso de Yuki Tanaka que encontrou na Austrália um lugar capaz de aceitar suas pesquisas críticas a postura japonesa para com o seu passado. Também, não é raro perceber que a maior parte dos estudos críticos ao passado recente japonês seja feita por estrangeiros. Muitos fixados ou financiados por universidades japonesas, mas de origem e formação no exterior, principalmente no Ocidente.

A culpa inculcada age como um agente silencioso, onde a historiografia tradicional encontra um leito quente para adormecer e se multiplicar. Uma vez que o passado, no discurso, é visto como objetivo, distante e sem comprometimento com o presente, tratar de temas recentes são acintos. Por isso, as pesquisas sobre os mitos japoneses são cada vez maiores: samurais, códigos de honra, entre outras questões. Afinal, a culpa em excesso ocasiona o recalque dela, originando uma dificuldade ainda maior em falar desse passado, que acaba se repetindo e atuando no presente, porém de maneira inconsciente. Além disso, essas narrativas recalçadas podem voltar à tona a qualquer momento quando estimuladas por algum gatilho.

Tudo isso, obviamente, sem problematizar questões que vão a fundo na sociedade japonesa, focando apenas em discussões factuais sobre marcos históricos, datações e novas descobertas. Qualquer pesquisa que vá à contramão disto encontra dificuldade e, sobretudo, é

alvo de escárnio público, onde a “verdade” é capaz de silenciar a nação contra aqueles que ousam difamá-la. Isto ocorre, por exemplo, com os historiadores que buscam compreender de forma pormenorizada o Massacre de Nanquim. Um grupo de historiadores ortodoxos, imbuídos no discurso anistiador de que o passado não deve ser remexido agem efusivamente para refutar qualquer ideia que permita dizer que Nanquim ocorreu e que os números foram inventados pela China. Qual a base do argumento? O uso da “metodologia histórica”, ou seja, a ausência de fontes para comprovar a tese de quem busca compreendê-los, ignorando aquilo que Vidal-Naquet (1987) diz, ou seja, que o maior crime cometido é aquele que além do ato criminal se esconde os vestígios do mesmo.

Entender como as políticas de memória, esquecimento e a história funcionam permite desvelar um emaranhado de situações que envolvem desde políticas públicas até práticas culturais. O que eu preciso alertar é que parte significativa da historiografia que até hoje decidiu estudar a bomba atômica - as quais listarei ao longo deste trabalho – contribuiu para que estas vítimas não pudessem elaborar seus traumas. Além disso, estabeleceu uma narrativa única que corroborou com a tese de que a culpa pela bomba atômica era das próprias vítimas e que a culpa da guerra ter sido perdida era da população como um todo. O racionamento de comida e fome constante até o início da década de 1960 foi colocado como culpa de uma sociedade egoísta que só queria a guerra. Tudo isso, enquanto a maior parte de elite política e econômica do período assistia de camarote a sobreposição de forças e a inculcação de culpa a quem mais sofreu neste contexto.

A culpa política, de responsabilização, foi efetivada no Japão do pós-guerra, com seus limites, evidentemente. Todavia, como aponta Yuki Tanaka (2011), houve responsabilização do Estado japonês, porém a culpa criminal não recaiu sob os principais indivíduos, como o Imperador e todos os membros da alta cúpula do exército japonês. Isso contribuiu para a compreensão de que a culpa, realmente, era dos cidadãos comuns, militares de baixa patente e civis que agiram em prol de uma ideologia que não era praticada pelo imperador. Não se trata de dizer que a população foi passiva ou são pacíficos. Muito pelo contrário. Porém, é preciso ressaltar que grande parte da população foi castigada por tudo aquilo que citei anteriormente, enquanto as elites japonesas e os algozes estadunidenses permanecem intactos em seus tronos.

CAPÍTULO 2 – Memória: entre lembrar e fazer ver

*A bomba Z é tod'essa legião
Faminta de amor e pão
Onde tudo já aconteceu
E a explosão já se deu
Quem nunca viu, nunca verá
Quando eu falo pão eu quero dizer
Tudo que alimentar a-a-ar
A bomba Z é essa massa atônita
Cercada no centro da praça
Sonhando com o prometido
Ousando só o permitido
A bomba Z somos nós
A última bomba da terra
Crestando mais que mil sois
A bomba Z somos nós
Ednardo*

Quando iniciava o projeto de pesquisa desta tese, embora já possuísse uma gama considerável de leitura, acreditava ser capaz de estabelecer uma definição concisa e definidora a respeito da memória. Conforme fui me aprofundado nas leituras, percebi que a busca por uma definição do conceito de memória era muito menos eficaz do que o entendimento do seu funcionamento e manipulações em diferentes culturas de passado.

Por isso, quando falo em memória, não estou singularizando e simplificando, estou apenas me referindo a esse processo inerente ao ser humano de lembrar e recordar. Minhas principais bases teóricas para uma discussão aprofundada sobre memória estão em Paul Ricoeur (2007), Aleida Assmann (2011), Dominick LaCapra (2005), Enzo Traverso (2018) e Mateus Pereira (2015). Cada um desses intelectuais, de contextos e matizes teóricas distintas, exercem em mim influência substancial para compreender as várias facetas da memória e seus usos e abusos, como afirma Ricoeur (2007).

Vale lembrar que, como afirma Ricoeur (2007), a memória é um exercício recordativo, ou seja, uma ação na busca por lembrar de algo. Esse fazer da memória é fundamental para combater percepções da existência de uma memória ontológica a ser resgatada. Freud (1994), por exemplo, chama de “trabalho de rememoração”, ou seja, o analista por meio de técnicas permite ao paciente rememorar elementos que estão no inconsciente, porém que não existem e não possuem sentido até serem transpostos em uma narrativa.

Para além dos debates entre memória coletiva e individual, a historiografia das últimas quatro décadas vem produzindo uma enormidade de reflexões, ensaios e análises sobre a sua utilidade e seu papel na sociedade contemporânea. Desde as técnicas mnemônicas da antiguidade, fonte de interesse de Jan Assmann (1998), a memória é alvo de relações de

mediação narrativa de algum passado em determinado com o presente. Por isso, as conceituações como *memória manipulada*, *memória impedida*, *memória obrigada*, *memória dividida*, *memória cultural*, *memória individual*, *testemunho*, *memória global*, *memória fraca*, *memória forte*, *políticas de memória*, *memória política* e, muitos outros, serão explicados, quando necessário o for, ao longo do capítulo, para que se compreenda dentro do contexto de análise. Lembro que estes conceitos não são as bases elucidativas de uma teoria da memória, pelo contrário, são formulações de intelectuais e/ou correntes teóricas específicas para a análise de determinado fenômeno memorial.

2.1) *Sadako Sasaki: a construção de uma memória pública japonesa*

A menina de Pompeia
Já que a angústia de cada um é a nossa
Ainda revivemos a sua, menina descarnada
Que se estreitou convulsa à sua mãe
Como se quisesse retornar a ela
Quando ao meio-dia o céu empreteceu
Em vão, pois o ar convertido em veneno
Infiltrou-se a buscá-la pelas janelas cerradas
De sua casa tranquila com paredes robustas
Antes alegre por seu canto e seu tímido riso.
Passaram-se os séculos, a cinza petrificou
Aprisionando para sempre esses membros gentis.
Assim você ficou entre nós, retorcido decalque de gesso,
Agonia sem fim, testemunha terrível
De quanto importa aos deuses nossa orgulha semente.
Mas nada entre nós permanece de sua irmã distante,
Da menina de Holanda murada entre quatro paredes
Que ali mesmo escreveu sua infância sem futuro:
Suas cinzas mudas se dispersam no vento.
Sua vida breve encerrou-se num caderno gasto.
Nada permanece da estudante de Hiroshima,
Sombra entranhada no muro pela luz de mil sóis.
Vítima sacrificada sobre o altar do medo.
Poderosos da terra, donos de novos venenos,
Tristes guardiães secretos do trovão definitivo.
Já nos bastam em demasia as aflições dadas pelo céu.
Antes de apertar o botão, parem e reflitam.
Primo Levi em “Mil Sóis: poemas escolhidos”

Em todo Estado-Nacional, principalmente após uma guerra, necessita-se de heróis para ressaltar o esforço e a luta por determinada causa. O herói, como descreve Campbell (1989), originário da mitologia grega, se caracteriza por uma jornada de provações, porém obtém êxito. Uma questão importante, a respeito do herói clássico, é sua postura ilibada, quase sempre incontestada, que permite aos seus conterrâneos compreenderem qual atitude devem tomar ante aquele contexto. Neste sentido o herói é o exemplo a ser seguido.

O caso japonês não foi diferente. No Japão pós 1945 a crise política, financeira e moral era uma constante (SEATON, 2010). Inúmeros grupos sociais se organizavam para resistir, lutar e se expressar ante um contexto anistiador e de ocupação estrangeira em seu território. Para a população em geral a questão ficou ainda mais delicada quando o IMTFE e as redes de censura imperial foram sendo reorganizadas pelas tropas aliadas suprimindo as informações sobre os crimes de guerras cometidos pelo Japão. No entanto: “com o passar do tempo os censores da ocupação permitiram maior liberdade na publicação de materiais sobre a guerra, visões de esperança e sonhos de paz encontraram novas formas de expressão provocadoras⁵⁵” (DOWER, 1999, p.96).

O contexto pós-guerra, marcado pela ocupação e reestruturação necessitava de exemplos a serem seguidos, de modelos que pudessem explicar o passado de uma forma coerente e de uma narrativa que desse sentido para aquilo que se estava vivendo. É nesta seara que surgem alguns personagens típicos da cultura japonesa do pós-guerra. Abaixo analisarei o caso de Sadako Sasaki. É importante destacar, que há mais de seis anos venho investigando o Japão do pós-guerra. Infelizmente não tive a oportunidade de estar presencialmente em solo nipônico e buscar informações por lá. No entanto, seja por bibliografia ou acervo virtual são raríssimas as menções em trabalhos acadêmicos sobre a personagem supracitada. Dada esta realidade aponto duas hipóteses, a serem verificadas: 1) Sadako Sasaki não tem significativa relevância para a história japonesa do pós-guerra, portanto não é estudada; 2) Sadako é apenas uma das várias memórias que apontam para um mesmo sentido no pós-guerra japonês e como seu caso trata de elementos fundacionais da moralidade e cultura japonesa, nunca foi alvo de grandes digressões.

Muito do que se sabe de Sadako Sasaki está envolto em mitos, lendas e cultura oral. Os relatos escritos, investigativos e reportagens são esparsos, imprecisos e até contraditórios. Sabe-se que Sadako era uma menina de Hiroshima, nascida em 1943. Portanto, quando tinha dois anos de idade foi vítima da primeira bomba atômica lançada sob seres humanos, no dia 6 de agosto de 1945.

Como boa parte das vítimas da bomba atômica, Sadako sobreviveu a explosão, mas não conseguiu vencer a luta para a radiação. É justamente neste tempo entre o lançamento da bomba, em 1945, e sua morte, em 1955, que discorre-se a construção de uma memória obrigada. Preciso destacar que quando falo de Sadako Sasaki, não estou me referindo a menina vítima da bomba

⁵⁵ Texto original: “As time passed and the occupation's censors permitted greater freedom in publishing materials about the war, visions of hope and dreams of peace found provocative new forms of expression”

atômica e sua pacata vida em Hiroshima nos anos seguintes. Aqui, ao citar o nome da menina me refiro a narrativa memorial construída em torno de sua vida e manipulada para fins políticos. Desta forma, vale destacar que as poucas análises que encontrei sobre Sadako – certamente existem mais, principalmente se realizadas buscas em bancos de dados japoneses que não estão disponíveis online – insistem em classificar a sua análise sob a égide da literatura infantil. Não é um erro crasso, afinal esta narrativa se popularizou através de livros infantis. No entanto, principalmente quando Sarig (2009) e Miller (2018) propõem, uma análise comparativa entre a história de Sadako e outros casos como Anne Frank é preciso destacar aquilo que Ricoeur (2007) alertava sobre a memória obrigada ligada a uma noção de dever de memória. Sadako não escreveu suas memórias, como fez Anne Frank. Sadako teve sua vida registrada por outros e é a partir daí que sua memória se tornou pública, coletiva e política.

O interesse pela vida de Sadako Sasaki ainda é complexo e difícil de ser compreendido. Tudo leva a crer que as circunstâncias ocasionaram um contexto perfeito para a construção da vítima como herói (ORR, 2001). Sadako descobre em 1954 que está doente. Foi diagnosticada com leucemia por parte da Comissão de Acidentes com Bombas Atômicas⁵⁶ (ABCC) – criada em 1946 a mando de Harry Truman para avaliar e estudar os danos causados pela radiação da bomba, sem responsabilidade pelos tratamentos médicos dessas pessoas, apenas uma coleta de dados para fins científicos e de pesquisa.

Embora as narrativas sobre Sadako registrem sempre uma menina ativa e feliz, sabe-se que a leucemia em sobreviventes da bomba atômica é altamente mortal e rápida na sua ação. No entanto, pode-se levar muitas décadas para a radiação desenvolver tal doença, como foi o caso do autor que analisarei no tópico abaixo – Keiji Nakazawa – que morreu em virtude de doenças causadas pelo efeito nocivo da radiação em seu corpo, décadas depois. Segundo seu irmão, Masahiro Sasaki (2013), entre o diagnóstico e a morte foram nove meses. Porém, até aqui, não há nada de especial na memória afetiva sobre Sadako que faça ganhar destaque com relação a outras crianças afetadas pelo mesmo mal. Tudo começa a mudar quando a *Red Cross Youth Club* da escola Aichi Shukutoku – grupo de jovens que realizam ações assistenciais pela Cruz Vermelha, normalmente em hospitais) resolvem distribuir nos hospitais uma linha com diversos *tsurus* de origami. O *tsuru* é um pássaro tradicional da Ásia, sobretudo da ilha de Hokkaido. Conhecido pela fidelidade com sua parceira e longevidade, a crença do *tsuru* (também chamado de grou) é fundamentada desde o taoísmo do século III a.p.. O grande

⁵⁶ Termo original: “Atomic Bomb Casualty Commission”.

pássaro branco com as pontas da asa preta e com uma coroa vermelha era visto como um pássaro sagrado (TANAKA, 2016). Ele é considerado sagrado porque migra no período da colheita, dessa forma sempre foi associado a fartura. O pássaro em questão também escolhe uma única ave para procriar pela vida toda e depois da morte do seu par não acasala com mais ninguém de sua espécie. Por isso a fidelidade e a longevidade, uma vez que ele pode viver quase 100 anos. Este pássaro é muito especial e marcante na cultura japonesa, sendo representado em diversos elementos da cultura japonesa, da literatura mais remota, as pinturas de *ukiyo-e*, entre outros.

Porém, somente no século XVIII, já na modernidade, é que surgem relatos do *tsuru* de origami. Esta arte milenar, de origem chinesa, que se expandiu e popularizou no Japão representa hoje um elemento muito importante na cultura japonesa, presente em vários segmentos sociais e se popularizando no mundo criando redes de origamistas e interessados no tema que se dedicam a fazer do ato de dobrar papel um *hobbie* ou até profissão. O origami representa algo essencial para a cultura japonesa por ser considerado algo lógico, exato e que busca a perfeição, uma vez que um folha bidimensional pode se transformar em pouco tempo um objeto de papel tridimensional muito bonito.

O *tsuru* é feito a partir de uma folha de papel quadrada e uma série de dobras. É possível fazer aquele papel transformar-se no pássaro sagrado em poucos segundos. Existe, também, a tradição do *senbazuru*, ou seja, o ato de dobrar mil *tsurus*, amarrá-los com um cordão e oferecê-lo a Awashima (deusa xintoísta) e Kishimojin (deus budista) em seus santuários e templos, respectivamente (TANAKA, 2016). Provavelmente, o número mil se deva a crença chinesa de que os *tsurus* viviam mil anos e as tartarugas um milhão de anos, dando o tom de longevidade e prosperidade que o animal representa. Independentemente disso, o origami do *tsuru* era uma das dobras tradicionais altamente executadas como um costume tradicional chinês e posteriormente, com muito mais pujança, japonês. Os papeis foram melhorando, as estampas e as dobras, o que fazia com que os tipos e usos que os origamis ganhavam variassem de acordo com a oferta e tipo de papel. O que não consegui apurar com precisão na bibliografia consultada é sobre o contexto em que surge a ideia de que fazer mil pássaros de papel daria o direito a um pedido (que seria realizado). Provavelmente esteja ligado aos deuses supracitados, mas não tenho fontes que me permitam fazer esta afirmação. No entanto, considero importante levar em consideração que o saber popular sobre o pássaro *tsuru*, enquanto lenda e mito e um animal sagrado. Na cultura japonesa o número mil representa a persistência em dobrar (trabalho) e pensar 1000 vezes a mesma coisa, é essa força do pensamento que permite a concretização do

pedido. É a mesma lógica do *daruma*, outro símbolo japonês, um monge que fica 8 anos sentado meditando, representando a persistência. Se cair 7 vezes, levanta 8.

No pós-guerra, a produção de origami foi altamente afetada pela falta de papel devido à crise financeira e agrícola do país. No entanto, é neste contexto que a memória em torno de Sadako começa a ganhar novos tons. A versão mais popularizada sobre Sadako descreve a menina japonesa como alguém alegre e muito ativa. No entanto, após o seu diagnóstico de leucemia e seu consequente tratamento, percebe-se que a realidade daquela doença causada pela radiação não estava circunscrita somente a ela. Sua morte, em 1955 deu início a uma mobilização estudantil e comunitária que culminou na construção do monumento em homenagem a as vítimas da bomba atômica e clamando pela paz no Parque Memorial da Paz de Hiroshima. Isto, segundo Coerr (2004) e os relatos orais, ocorreu devido a iniciação da menina no mundo das dobraduras de papel durante sua estada no hospital, iniciando a empreitada de dobrar 1000 *tsurus*, clamando pela paz mundial como o pedido a ser realizado por ter cumprido tal feito.

Desta forma, a relação entre Sadako, origami e paz traz uma referência concreta a bomba atômica, sem que com isso haja menção a noção de justiça. A morte da menina vítima de câncer que foi ensinada pelos seus colegas de escola a fazer uma dobradura que durante o processo de dobra deveria realizar um pedido para cada *tsuru* feito, e seu desejo foi clamar pela paz mundial se popularizou, ganhou o mundo. Até hoje nas datas comemorativas ao dia em que as bombas atômicas foram lançadas, várias instituições e pessoas enviam para Hiroshima e Nagasaki centenas de milhares de pássaros de papel em representação a essa ideia de vítima ideal, que clama pela paz. Não é incomum que quando ocorrem tragédias coletivas, como o caso do acidente de avião o time de futebol Chapecoense em 2016, sejam feitos *tsurus* como um ato solidário as vítimas e desejando paz a todos aqueles afetados.

O monumento erguido no espaço público em sua homenagem permitiu difundir a narrativa memorial construída em cima da vida dessa menina em questão para boa parte da sociedade japonesa e para o mundo. Esse ato comemorativo e pacificador em que a memória de Sadako foi realocada recebeu uma enorme força da cultura oral e das práticas escolares em que os heróis são estudados e cultuados. Assim, inicia-se uma visão oficial da memória de Sadako na qual ela é uma legítima vítima da bomba atômica que busca a paz, não a justiça. Isso, de certa forma, impede julgamentos, investigações e questionamentos a respeito dos motivos e consequências do ocorrido. Essa narrativa memorial, no entanto, foi uma construção feita *a posteriori* com uma menina vítima da bomba atômica. Aqui não se trata de uma pessoa que

narrou e moldou sua memória de acordo com interesses, pelo contrário. Sadako, neste caso, é vítima duas vezes: uma por ter sofrido as consequências da radiação que a levaram a morte e a segunda por ter tido a memória de sua vida utilizada de maneira torpe para fins políticos e anistiadores.

A partir deste legado, uma artista plástica e antiga animadora da Disney, estadunidense, fundou em 2012 o projeto chamado “Peace Crane Project”. Entre outras atividades o projeto promove a troca de *tsurus* entre pessoas de vários lugares do mundo e a correspondência de mensagens em valorização da paz. O projeto recebeu apoio da ONU e de uma boa parte de entidades engajadas em projetos de cultura de paz que, a partir da sua expansão, permitiu a sua fundadora, Sue Diccico, escrever um livro conjuntamente com o irmão de Sadako Sasaki. Neste livro há poucas novidades do que se sabia anteriormente, no entanto, como se trata da memória de alguém, o lugar de fala, na categoria de irmão mais velho, lhe dá uma autoridade diferenciada.

Foi a partir dos anos 2000, quase 50 anos depois da morte de Sadako, que Masahiro Sasaki começa a dar palestras sobre a história de sua irmã. Em 2009 ele cria a organização sem fins lucrativos “Sadako Legacy”, responsável por difundir a memória de Sadako e lutar pela paz mundial. Logo após fundar o instituto, Masahiro escreve o primeiro livro da família sobre a memória de Sadako. A essa altura, no mínimo, 20 livros já haviam sido publicados sobre sua irmã, principalmente no Ocidente. E é ali, pela primeira vez, que alguns relatos, por mais sutis que fossem emergem e dão a tônica desta narrativa memorial que traz elementos mais concretos e menos míticos.

O primeiro deles é o relato de Masahiro (2013) sobre a postura serena e de aparente simpatia para com todos de Sadako em contexto de extrema dificuldade financeira. O pai, Shigeo Sasaki, era barbeiro no centro da cidade. Depois da bomba as dificuldades econômicas assolaram o país, isso reverberou na família Sasaki. Sadako, segundo Masahiro (2013), mantinha-se feliz para não demonstrar aos pais o conhecimento sobre a situação econômica da família. Porém, Masahiro vai além, e comenta que o tratamento de Sadako estava extremamente comprometido devido à falta de dinheiro para comprar medicamentos. Esse elemento sobre a situação financeira da família associada ao tratamento de Sadako é algo que desvela mais do que a memória oficial de Sadako permitiu construir.

Essa falta de dinheiro, aliado ao fato de que Sadako estava internada no *Red Cross Hospital* de Hiroshima, demonstram, veladamente, a falta de assistência médica e negligenciamento por parte das tropas aliadas para com os civis japoneses. John Dower (1999), comenta que este abandono das tropas aliadas, a destruição da elite política imperial e o racismo

foram fatores estruturais nessas políticas de reestruturação do Japão, marcada pelo abandono dos sobreviventes atômicos.

Em uma reportagem⁵⁷ para o *Japan Times* o irmão de Sadako, Masahiro Sasaki afirma que o pai relutava em falar sobre Sadako, tinha medo da exposição e da extorsão da verdade com relação a biografia de sua filha. A reportagem relata o encontro de Masahiro com Daniel Truman, neto de Harry Truman, o presidente dos EUA que autorizou o lançamento da bomba atômica. Este encontro teria resultado na doação de um dos *tsurus* feitos por Sadako para os EUA, por intermédio de Daniel, para o memorial em homenagem aos mortos em Pearl Harbor. Este relato quase anedótico revela uma questão adjacente bastante importante: como cultivar a memória de um sobrevivente sem falar da tragédia?

O jornalista Masami Ito, autor da reportagem, abre aspas para Masahiro que diz: “Quando alguém do Japão diz 'Hiroshima nunca mais', alguém dos EUA diz 'Pearl Harbor nunca mais'. Esses dois lados sempre se chocam. Mas (Daniel e eu) pudemos compartilhar a esperança de superar o passado⁵⁸”. Aqui revela-se a estrutura fundamental da minha análise sobre Sadako Sasaki e sua memória. A factualidade do que realmente aconteceu é um dos fatores menos importante. A discussão sobre a sua memória, tanto em caráter local (Hiroshima), quanto global permite compreender a possibilidade de representar uma vítima sem contextualizar e apontar um algoz. Uma memória conciliadora que apresenta-se como aquela capaz de equilibrar os dois lados: Pearl Harbor, por parte dos EUA e Hiroshima e Nagasaki, por parte do Japão.

Primeiramente, antes de pensar um pouco mais profundamente o que significa uma memória conciliadora, preciso explicitar do ponto de vista ético e político o quão grave, e rasteiro, é comparar Pearl Harbor com a bomba atômica. Afirmaria que a comparação entre Pearl Harbor e a cidade alemã de Dresden destruída por tropas aliadas durante a guerra já seria equivocada, pois uma das premissas principais, como aponta Yuki Tanaka e Richard Falk (2009), é a incongruência em comparar um bombardeio contra militares com outro bombardeio contra civis. Isso, é claro, sem nem mencionar que só de se tratar de uma arma atômica a dimensão dos danos são incalculáveis, desde a explosão, chuva negra (radioativa), contaminação das águas e do campo, praticamente impossibilitando a vida nesse ambiente.

⁵⁷ Disponível em: < <https://www.japantimes.co.jp/news/2012/08/24/national/brother-keeps-sadako-memory-alive/>> Acesso em 22/07/2020

⁵⁸ Texto original: “When someone from Japan says ‘no more Hiroshimas’, someone else from the U.S. says ‘never again Pearl Harbor’. These two sides always clash. But (Daniel and I) were able to share the hope of overcoming” the past”

Pensando que o “dever de memória é o dever de fazer justiça” (RICOEUR, 2007, p.101), esta inflexão acima se faz necessária, pois o que subjaz a narrativa memorial de Sadako é uma conciliação entre duas partes, nas quais o acordo entre desiguais faz com que a parte japonesa recalcie parte significativa da narrativa sobre seu passado e, com isso, contribua para dificultar uma narrativa de memória “sob a égide da ideia de justiça” (RICOEUR, 2007, 104).

Partindo do pressuposto que reconciliação é “um estado de 'satisfação mútua' entre as partes em disputa⁵⁹” (MIKYOUNG,2016, p.2), uma memória conciliadora é, sobretudo uma memória dividida (PEREIRA, 2015). A diferença é que dentre esta divisão ou disputa, há uma narrativa que busca “satisfazer” ambas as partes. Porém, como já apontei acima, a partir do que apresenta Paul Ricoeur (2007), as manipulações da memória em disputa jamais serão feitas com forças equânimes, desta forma algum lado sempre sairá perdendo. Para elucidar este argumento, convido a todos a realizarem comigo um exercício psicanalítico a partir das notas finais do livro de Sue Diccico e Masahiro Sasaki (2020, p.136), em que o irmão de Sadako afirma que: “Nenhuma vez ela falou com amargura ou ódio contra a bomba atômica ou o país que a jogou em Hiroshima. Eu também sou um *hibakusha*, mas Sadako me ensinou a ‘esquecer’ o nome do país que lançou a bomba atômica⁶⁰”

As palavras generalizantes ou de cunho negativo como “nenhuma” e “esquecer” permitem perceber, como aponta Freud (2020), a existência de um ato falho. O contexto desta frase explica isso. Nas notas finais há sempre um epílogo, um certo agradecer conjuntamente com um resumo das ideias apresentadas. É possível que nesta parte se apresente novos projetos e ideias a serem feitas. Exatamente assim procedeu Sue Diccico. No caso de Masahiro Sasaki, de tantas possibilidades a serem escritas no texto, ele torna a falar sobre algo que não foi motivado por uma pergunta. Neste caso, tudo indica, uma manifestação do inconsciente que permite sugerir que seu pensamento é o inverso do que ele afirma. Em um exercício semelhante ao que Mateus Pereira propôs sobre as notas oficiais das Forças Armadas brasileiras com relação a sua responsabilidade, ou não, durante a Ditadura Civil-militar brasileira, solicito ao leitor que troquem as palavras “nenhuma” por “todas” ou até mesmo “algumas” e, depois, a palavra “esquecer” por “lembrar”. Com este exercício pode-se verificar que o ato falho de Masahiro consiste em tentar recalcar uma narrativa do passado que insiste em se repetir, desta

⁵⁹ Texto original: “an 'agreed-upon state of mutual satisfaction' between disputing parties”

⁶⁰ Texto original: “Not once did she speak with bitterness or hatred toward atomic bomb or the country that dropped it on Hiroshima. I am also a *hibakusha*, but Sadako taught me to “forget” the name of the country which dropped the atomic bomb”

forma, volta e meia ressurge em suas representações. Algo semelhante ocorreu na entrevista concedida por ele ao *Japan Times*, que analisei acima.

Esta busca por conciliação, desigual e instável, como aponta Bevernage (2018), em contextos de guerra é frágil e insuficiente. Não há paz sem justiça. Não há memória justa conciliando. Como afirma Paul Ricoeur (2007), não trata-se de deslegitimar a memória. Pelo contrário, meu objetivo com isso é demonstrar como determinadas narrativas de memória são manipuladas para fins políticos e ideológicos. Os abusos da memória é que devem ser combatidos, principalmente quando se parte da postura de autoridade do sobrevivente e testemunha para legitimar posturas que não corroboram com a pluralidade de narrativas possíveis (HARTOG, 2001).

Outro fator emerge quando o irmão de Sadako surge com suas narrativas memoriais. A principal dela diz respeito a quantidade de *tsurus* dobrados por sua irmã. Para compreender esta divergência é preciso, finalmente, entender como se constituiu a memória oficial de Sadako Sasaki. O sobrevivente da bomba Ichiro Kawamoto tem um papel fundamental nisso. Ele visita a escola de Sadako em 1955, alguns meses após a sua morte. Como o projeto de reconstrução japonesa tinha como base as crianças para uma reeducação capitalista e democrática (DOWER, 1999), Kawamoto percebia naqueles estudantes um excelente grupo para mobilizar-se e organizar-se em prol de uma causa. Segundo o Hiroshima Peace Memorial Museum⁶¹ (HPMM) - com um acervo gigantesco online – a *Associação Tsuru de Hiroshima*, voltada para trabalhos educativos com crianças, sobretudo em escolas, foi fundada por Ichiro Kawamoto.

Segundo Diccico e Sasaki (2020) foi Kawamoto quem sugeriu aos estudantes da escola de Sadako, que a visitara a convite do professor da turma, ainda enlutados pela perda, a criação de um monumento em homenagem as crianças vítimas da bomba atômica. E, como argumenta Aleida Assmann, monumentos são: “representações’ e, como tais, alívios da recordação; e na realidade, estratégias de esquecimento (ASSMANN, 2011, p.280). Uma vez que ao recordar de determinado aspecto do passado, envolto em uma narrativa, negligenciam-se outras narrativas possíveis sobre aquele momento pretérito.

Segundo o portal Hiroshima Ibum⁶² – um site que reúne uma infinidade de biografias, acervos, narrativas e cursos sobre Hiroshima, sobretudo voltados para a bomba atômica ou

⁶¹ Disponível em: <http://www.pcf.city.hiroshima.jp/virtual/VirtualMuseum_j/exhibit/exh0107/exh01074.html> Acesso em 22/07/2020.

⁶² Disponível em: <<https://hiroshima-ibun.com/wp/2018/01/17/%E5%BA%83%E5%B3%B6%E6%8A%98%E9%B6%B4%E3%81%AE%E4%BC%9A/>> Acesso em 22/10/2020.

Segunda Guerra Mundial – Kawamoto foi o responsável por organizar a campanha de arrecadação de fundos para a construção deste monumento. Através da escola de Sadako, seu professor e colegas, iniciou-se uma mobilização que foi ganhando peso até que em 1955 uma convenção de diretores de escola foi realizada em Hiroshima e os estudantes auto-organizados haviam feito mais de dois mil panfletos para distribuir durante a cerimônia.

Tal narrativa sobre Sadako, principalmente a forma em que se deu sua morte, mobilizou, ainda segundo o levantamento do HPMM, diversas escolas japonesas a encampar esta campanha e, com isso, conseguiram arrear valores extremamente expressivos para a realização do monumento. Toda este percurso valoriza o associativismo japonês, argumentado por Nakagawa (2008), bem como isenta o Estado (seja o governo local japonês, seja os membros da SCAP⁶³) de participação. Até aqui parece existir um movimento natural de pessoas organizadas em prol de homenagear uma menina vítima da bomba atômica que morreu pouco mais de 10 anos após o lançamento.

Segundo Dickey e Sasaki (2020) o monumento foi inaugurado, em 1958, no Parque Memorial da Paz de Hiroshima (construído em 1946) a estátua de Sadako Sasaki conta com uma base e mensagens relacionadas àquilo que viria ser sua marca registrada. O monumento foi feito pelo escultor Kazuo Kikuchi, possui nove metros de altura. Na sua estrutura está uma parte do Manifesto Russell-Einstein (transcrita no capítulo 4) de 1955, em que os intelectuais Bertrand Russell e Albert Einstein fazem um apelo internacional pelo pacifismo e contra as armas nucleares. Além disso, o monumento foi contemplado por um sino feito por ninguém menos que Hideki Yukawa, vencedor do Prêmio Nobel de Física de 1949 e pesquisador da física atômica. Yukawa foi signatário do manifesto Russell-Einstein. Em seu sino estão gravadas as seguintes frases "mil tsurus" e "paz no céu e na Terra", em japonês.

A inauguração do monumento contou com um outro elemento que normalmente encerra todas as histórias, principalmente infantis, sobre Sadako. A frase escrita no monumento dizendo: “Este é o nosso clamor. Esta é a nossa oração. Para construir a paz neste mundo” que teria sido escrita por um estudante do ensino médio (KOSAKAI, 1996) pertencente a nova e maior associação liderada por Kawamoto: “Associação de Crianças e Estudantes de Hiroshima para a Criação da Paz”.

Aqui estava a pedra fundamental de uma memória que busca conciliar, pregar a paz na Terra, marcar posicionamento quanto vítima, mas sem nenhuma menção seja no monumento,

⁶³ Termo original: “Supreme Commander for the Allied Powers”

seja a narrativa oral (muito forte no Japão, sobretudo nas escolas e cursos de formação livre) ou nos registros escritos (principalmente livros) e filmados. Um fator insignificante visto à distância é sobre o número de *tsurus* dobrados por Sadako. Depois de sua morte e da campanha por angariar fundos para a construção de monumentos a história de Sadako se popularizou, primeiro no Japão e alguns anos depois no Ocidente.

O filme “Senbazuru⁶⁴”, que é a romanização do termo em japonês para “Mil Tsurus de papel”, de 1958, dirigido por Shoji Kimura, conta a história do movimento que arrecadou fundos para a construção do monumento em Hiroshima em homenagem as crianças. Ao narrar a história de Sadako e de todo o engajamento dos estudantes em homenageá-la. O filme simplesmente ignorou os motivos de Sadako estar naquela situação. A bomba atômica é vista, como toda construção narrativa em torno de Sadako, como uma catástrofe, uma consequência de algo que estava fadado a acontecer. Por isso, sem mencionar a bomba o filme foca em falar sobre a vida e as amizades da menina que morreu por leucemia devido a radiação atômica.

FIGURA 8 - CARTAZ DO FILME “SENBAZURU”



Fonte: http://www.pcf.city.hiroshima.jp/virtual/VirtualMuseum_j/exhibit/exh0107/img/sadakoim/45.jpg

No cartaz acima, nota-se ao fundo do cenário o “Monumento das Crianças pela Paz”. Sadako foi representada no topo da estrutura de três bases, com os braços para o alto segurando

⁶⁴ Título original: “千羽鶴” (senbazuru)

um *tsuru*. As expressões das pessoas na capa demonstram que o filme não narra uma memória triste, ou melhor, uma memória unicamente triste. Ele narra uma estória que ilustra o que deve ser lembrado no Japão do pós-guerra. Ainda no cartaz é possível perceber mais afastado do cenário o prédio conhecido como “A-Dome Bomb”, um dos principais símbolos de Hiroshima, representado por um prédio parcialmente destruído que foi conservado como prova de demonstração da resistência e resiliência do povo japonês ante as amarguras da guerra. No contexto da Lei de Proteção à Propriedade Cultural⁶⁵, decidiu-se o que deveria se preservar e o que era necessário destruir. Nesta seara Hiroshima constrói um centro memorial em torno do Parque Memorial da Paz de Hiroshima., lugar considerado importante para a preservação da memória da bomba atômica na cidade, uma vez que fica próximo ao marco zero e lá está o prédio chamado *A-Dome Bomb*, uma das únicas construções daquela região permaneceu parcialmente preservada após o dia 6 de agosto de 1945. O que tento afirmar aqui é, justamente, que a narrativa desta memória é consolidada a partir da visão do que foi atribuído a Sadako Sasaki sobre a guerra e a vida depois do conflito em solo nipônico.

O filme, de 1958, não é o primeiro relato que se tem sobre a história de Sadako Sasaki. Em 1956, o jornalista da Áustria, Robert Jungk (1985), escreveu um livro intitulado “Strahlen aus der Asche” (a versão que li em inglês chama-se “Children of the ashes”). Neste livro Jungk narra a vida de pessoas afetadas pela bomba atômica a partir de depoimentos e registros feitos na cidade após 6 de agosto de 1945. Sadako aparece brevemente no livro quando menciona-se a corrida para a construção do seu monumento na busca por angariamento de fundos. Assim começou a saga de Sadako no Ocidente. Neste livro não há menção sobre detalhes da vida de Sadako, porém já temos ali dois fatores importantes: a vida saudável antes do diagnóstico e a morte precoce por leucemia que afetou a sua família e amigos.

O filme “Senbazuru” cristaliza elementos desta narrativa memorial que ainda não tinha sido definido. Estima-se, segundo HPMM na mesma reportagem citada anteriormente, que Kawamoto auxiliou na produção do filme, tanto na obtenção das locações para gravação e de atores para figurarem, quanto na colaboração com os roteiristas para a elaboração da história. É no filme que se apresenta a ideia de que Sadako teria feito menos de mil *tsurus*, o que significaria que ela teria morrido sem conseguir fazer o pedido que desejava. No filme, seus colegas terminam a tarefa iniciada por Sadako e realizam o seu pedido: “paz na Terra”. No entanto, somente quando Masahiro Sasaki começou a se movimentar pelo Japão falando sobre

⁶⁵ Texto original: “文化財保護法” (bunkazai hogo-ho)

a história de sua irmã é que ficou-se sabendo que Sadako, com auxílio da família e amigos, dobraram mais de 2 mil *tsurus*. Desta forma, a menina teria feito um pedido para a sua cura do câncer e outro milhar pela paz no mundo, para que não houvesse mais guerras e *hibakushas* (SASAKI, 2013).

Vale lembrar que *hibakusha* é uma palavra japonesa que significa, de forma literal “pessoas afetadas pela explosão”, associada aos sobreviventes da bomba atômica. Inicialmente o termo tinha uma conotação pejorativa, na qual se assumir como sobrevivente da bomba atômica era apresentar-se como um doente, contagioso e outras desqualificações do tipo. A partir da década de 1970 e 1980, o termo foi apropriado pelos sobreviventes como forma de luta social, mostrando que as marcas que a bomba causou em seus corpos e mentes são frutos da ignorância humana, e não de um castigo ao qual tinham que se esconder. Esta percepção pode ser percebida na autobiografia de Takashi Morita, membro do exército imperial japonês vítima da bomba atômica que se refugiou após o atentado no Brasil, vivendo aqui até os dias atuais. Os *tsurus* de Sadako são considerados um símbolo da paz tão importante para representar a paz mundial que um deles encontra-se na Assembleia Legislativa de São Paulo, por meio de negociação entre o irmão de Sadako Sasaki (que cuida de seus pertences e divulga seu “legado”) e os *hibakusha* presentes no Brasil, no caso aqui do então presidente da associação de Hibakusha do Brasil, Takashi Morita (2017). Essas reconstituições positivas das memórias de sobrevivência, lutas e resistências, porém sem equalizá-las e colocá-las em relações de poder mais igualitárias, produzem ainda mais discrepância narrativa e facilitam a conformação do passado e do *status quo*.

A diferença sutil entre terminar as dobras incompletas de Sadako e os mais de dois mil pássaros alegados por seu irmão não é tão significativa se não fosse o caráter emocional acrescentado a narrativa. Quando a menina inocente, vítima de algo que não sabe o que é, não consegue terminar um ínfimo objetivo: fazer mil *tsurus* de origami, fica muito mais apelativo, convaléscente com a história de sofrimento, determinação e superação da menina. Não é à toa que tal narrativa, até hoje, é utilizada pelo discurso neoliberal de “quem não desiste nunca”. E a determinação de Sadako, sem sequer mencionar os algozes e os motivos pelos quais fizeram ela adoecer, é vista como um exemplo a ser seguido. Uma seguradora brasileira justifica, em seu site oficial, a escolha do *tsuru* como seu logotipo afirma: “A escolha da Minuto Seguros

por tê-lo como seu logotipo se dá, principalmente, pelo significado e mensagem de esperança e paz, além de reforçar a nossa crença de que ‘as pessoas do bem são a maioria’⁶⁶”.

Essa narrativa de superação que constrói uma memória de reconciliação acaba adquirindo aquilo que Aleida Assmann (2011) chama de memória global. Essas memórias, normalmente atreladas a eventos traumáticos, tendem a construir um tipo ideal de vítima e herói em que várias partes do globo acabam se identificando e até empatizando com essas pessoas. Provavelmente Sadako Sasaki seja muito mais conhecida, hoje, no exterior do que no próprio Japão e essa narrativa memorial torna tudo mais fácil para todo mundo.

De um lado o Japão ignora sua responsabilidade na guerra, não precisa se responsabilizar, me referindo aquilo que Jaspers (2018) diz como pena para uma culpa política, pela bomba atômica. Por outro, os EUA e os aliados não precisam se envergonhar ou se justificar (reafirmando) os motivos pelos quais usaram a bomba. Esta memória reconciliadora coloca panos quentes, em que se ressalta o aspecto humano, se valoriza a vida de cada pessoa, enquadra-se num formato heroico em que o sofrimento é justificado e, para aqueles que não conseguiram vencer, que deixem um legado.

É importante notar que o monumento foi colocado em praça pública. Constitui-se um lugar de memória (NORA, 2008) oficializado. Porém, se partiu de uma iniciativa autônoma de entidades civis organizadas, vale perguntar como foi possível colocar o monumento no espaço público? Essa resposta não aparece nas bibliografias. Cabe, aqui, uma inflexão a respeito disso. Poderia sugerir que tal monumento foi aceito por dois motivos: 1) não gera nenhum transtorno para o poder público: a memória de Sadako, pelo contrário, cria pontes em ambientes fragmentados. Exemplo claro disso é a circularidade de Kawamoto pela Coreia do Sul, tentando solucionar um problema para a memória dos mais de 70 mil sul-coreanos mortos pela bomba atômica em Hiroshima e dos quais não constam com praticamente nenhum monumento ou menção especial na cidade; 2) o movimento por angariações de fundos ganham tamanha expressão que até mesmo pessoas dos EUA contribuíram para isso, portanto cooptar práticas populares para oficializa-las em uma cerimônia em um local público é substancial para transformar essa narrativa sobre Sadako na narrativa oficial de Hiroshima, e posteriormente do Japão, sobre a bomba atômica.

O caso de Sadako Sasaki não pode ser equiparado a outras memórias que não tenham o caráter conciliador entre dois elementos conflitantes. Por isso, a comparação com Anne Frank,

⁶⁶ Disponível em: <<https://www.minutoseguuros.com.br/quem-somos/lenda-tsuru>> Acesso em 22/07/2020.

feita por Sarig (2009), deve ser cuidadosa. Embora o uso de sua memória possa esconder a colaboração da sociedade holandesa para com o nazismo, em nenhum momento na sua narrativa é visto um discurso que naturaliza e, por que não, justifica o nazismo. Outras comparações, como as que Todorov (2009) realiza em relação ao Camboja, França e África do sul também não se aplicam, pois são disputas de memória em que uma narrativa só será válida se invalidar a outra. O caso brasileiro com relação a ditadura civil-militar, ao contrário, encontra-se entre memórias divididas “não-inscritas” ou com “inscrição frágil”, como aponta Mateus Pereira (2015) e versões oficiais que conflituam na arena pública, mas que não conseguem estabelecer uma mediação conciliadora. Os exemplos suscitados tanto por Ricoeur (2007), principalmente sobre o Holocausto, quanto por Berber Bevernage (2018), com relação a Serra Leoa e a Argentina, também fogem deste escopo pois, novamente, as disputas ali não conseguiram realizar uma conciliação narrativa que foi possível no Japão.

Cabe destacar que essa narrativa memorial japonesa resolve em partes os conflitos de memória. Uma vez que toda conciliação coletiva gera contestação (BERVERNAGE, 2018, p. 146), as memórias impedidas acabam emergindo em determinadas situações e vão minando, abalando e questionando o *status* de vítima e vitimização atingido pela história e memória oficial. Sadako Sasaki, diferente de muitos outros sobreviventes, não registrou sua memória. O que temos dela é o que os outros registraram sobre. Este entremeio faz com que não só livros sejam a fonte da sua narrativa, mas todo o arquétipo da memória que envolve desde o monumento, os filmes, a prática memorial, os incontáveis sites e produtos de origami que difundem esta narrativa sobre Sadako e sua capacidade de resistir e lutar por um mundo melhor.

Outro livro que se destaca neste processo de difusão narrativa da memória de Sadako é “Sadako Will Leben” (na versão que eu li, em português, o título é “Sadako quer viver”). Escrito por Karl Bruckner (1963), voltado para o público infante-juvenil, se destaca pela sua grande contextualização da época e explicação sobre os motivos pelo qual a menina de Hiroshima estava doente. Porém, num tom completamente eurocêntrico o livro descreve apenas os crimes e a violência japonesa e naturaliza a bomba atômica como algo inevitável ante um estado cruel e imperialista como o Japão comandado por Hirohito.

Este livro teve vendas e traduções consideráveis nas décadas de 1970 e 1980, inclusive no Brasil, e, como se trata de um livro não-japonês, o único desconforto que ele causa é a menção aos crimes de guerra do exército imperial. Não obstante, a narrativa de Bruckner não ganhou força no espaço público, sendo os crimes japoneses muito pouco falados quando se lê resenhas ou comentários do seu livro em sites especializados. Em 1977 a canadense escritora

de livros infantis, Eleanor Coerr (2004) escreve seu livro de maior sucesso “Sadako and One Thousands Paper Cranes”. Este livro foi um dos maiores *best-sellers* da literatura infantil, sendo um dos mais vendidos e conhecidos livros que narram a memória de Sadako. O livro corrobora com esta narrativa pacificadora, focando o seu enredo sobre a menina japonesa e sua luta por um mundo melhor, auxiliada por seus amigos, que após a sua morte, para alcançar o objetivo da garota de completar mil *tsurus* e poder desejar a paz mundial, finalizam sua empreitada para que seu desejo se realizasse: a paz mundial.

Sadako não foi a única menina a morrer em Hiroshima pela bomba atômica. Alyson Miller (2018) analisa outras duas histórias infantis japonesas sobre crianças sobreviventes da bomba atômica. É interessante notar que a estrutura narrativa é semelhante, porém aquelas que ousaram problematizar um pouco mais essa memória conciliada, acabaram tendo seu papel reduzido em vendas. Isso demonstra que o público japonês se sente incomodado ao ter o seu recalque desestabilizado com uma narrativa conflitante com aquela que tem internalizada sobre o seu passado.

No site *Japan Sociology* um artigo escrito por Sheena Sasaki⁶⁷ (2014) chama a atenção. Sheena argumenta que a sociedade japonesa é altamente letrada, por isso há o costume de iniciar seus filhos uma instrução mais formal antes mesmo de ir à escola. Essa etapa ocorre por intermédio de livros infantis, principalmente os ilustrados. Estes livros são um dos principais aportes de divulgação de memórias globais. Neles carrega-se a moralidade, a ideologia e os valores que os autores e editoras querem defender. No caso de Sadako Sasaki não é diferente. A autora alerta que a memória sobre Sadako não pode ser vista apenas como a emoção, uma vez que: “sua história enfatizou excessivamente o Japão como vítima da Segunda Guerra Mundial, não como ator de uma luta. Por isso, Sadako faz os japoneses ‘lembrarem-se’ dos bombardeios de Hiroshima e da terrível influência das armas nucleares⁶⁸” (SASAKI, 2014) e, como contraponto a este ato de **lembrar**, ela destaca que: “por outro lado, faz os cidadãos inconscientemente ‘esquecerem’ que o Japão também lutou durante a guerra e matou crianças inocentes como Sadako. Com o uso da história dessa criança, a nação astuciosamente vitimou seus cidadãos e se apresentou com sucesso como um ser pobre e fraco⁶⁹” (SASAKI, 2014).

⁶⁷ Disponível em: <<https://japansociology.com/tag/sadako-sasaki/>> Acesso em: 21/07/2020

⁶⁸ Texto original: “Her story overly emphasized Japan as a victim of the World War II, not a fighting actor. Hence, Sadako makes Japanese “remember” about the Hiroshima bombing and the terrifying influence of nuclear weapons”.

⁶⁹ Texto original: “On the other hand, it makes the citizens unconsciously “forget” that Japan also fought during the war and killed innocent children like Sadako. With the use of child’s story, the nation cunningly victimized her citizens and successfully represented herself as poor and weak being”.

O símbolo que Sadako Sasaki se tornou é um exemplo a ser seguido. Daquele, como afirma Todorov (2009), que não segue o caminho da vingança. Porém, ainda na seara do pensamento do autor supracitado sem uma reconciliação em que os critérios morais são modificados para a possibilidade de uma convivência social organizada e respeitosa. Com isso, afirmo que a memória conciliadora não é um ato de reconciliação. Reconciliar exige reconhecimento dos atos de ambas as partes e, a partir disso, fazer concessões (BEVERNAGE, 2018). Não é o caso aqui analisado.

O exemplo de Sadako como a menina inocente vítima da bomba atômica – e de fato ela era – transposto em uma narrativa memorial de caráter global transformou essa memória em uma memória forte e uma memória política, nos termos de Traverso (2018). A inscrição destes tipos de discurso memorial é tão forte que os estudos acadêmicos sobre ela ainda são muito diminutos. Mesmo levando em consideração as demandas de uma pesquisa apenas em arquivos digitais ou bibliográficos, as barreiras linguísticas e afins, as reflexões sobre Sadako não fazem jus a força que esta memória ganhou ao longo do tempo. Envoltas em uma perspectiva singular-universal, Sadako Sasaki é a vítima exemplificadora de todas as outras. E, como tal, torna-se a vítima ideal.

Para o criminologista Andrew Karmen (2004), um dos mais renomado na área, a vítima ideal é aquela que não tem nenhum envolvimento ou participação com/no crime. Este tipo de vítima é aquela que é acometida por um criminoso num ato de extrema crueldade, sem nenhuma ação ou reação por parte do atingido. No entanto, se esta vítima ideal não tem participação alguma no ato criminoso, isso significa que ela pode facilmente ser alçada a posição de herói e/ou sobrevivente dependendo da narrativa construída em cima. Uma vítima ideal é o que todo Estado-nação fragmentado precisa para consolidar seu projeto de coesão nacional, fortalecendo um discurso coeso, confortável e aglutinador do passado (ORR, 2001). Uma vítima ideal é fundamental para transmitir a sensação de injustiça, partindo do pressuposto de que o crime foi cometido sem nenhuma explicação ou contextualização. A memória construída em torno de Sadako condensa essas características, torna a bomba atômica um evento inexplicável, sem justificativas para ambas as partes. Não se sabe por que os EUA jogaram a bomba, mas também não vale a pena saber, o que vale é que não se tenha uma terceira bomba. Essa narrativa memorial é fundamental para uma visão hegemônica do passado construída no pós-guerra no Japão (YONEYAMA, 1999).

Isso não significa que não existam outras narrativas de memórias em disputa. Muito pelo contrário, o que não falta são narrativas individuais e coletivas reivindicando um *status* de

uma memória política e uma política de memória (TRAVERSO, 2018) mais justa, em que os abusos da memória possam ser contidos e a pluralidade permita narrar elementos do passado travados por um recalque coletivo causado pelo trauma e, também, imposto por articulações sociais e políticas que reconfiguram a memória de acordo com seus interesses. Um dos casos de narrativas memoriais mais dissonantes do Japão analisarei no tópico a seguir. Portanto, preciso destacar que Sadako Sasaki é uma vítima dessas articulações políticas em torno de sua memória. Sua vida foi reconstruída em uma narrativa memorial sem que ela tivesse controle ou interferência, tornando-a uma vítima da bomba atômica e, também, dos discursos parciais sobre a mesma, uma vez que a memória construída em torno dela clama apenas pela paz sem pensar na ideia de justiça. Não atoa é exatamente esta a versão alavancada pelo Estado japonês como a oficial e mais importante a ser destacada sobre a bomba atômica e suas vítimas.

2.2) Fortes como o trigo: O mangá “Gen – Pés descalços” de Kenji Nakazawa

“Ficção é como toda boa estória, é baseada em uma verdade”

Westworld (Episódio 3, temporada 1, 00:22:04min)

Não escrevi Gen simplesmente para denunciar a destruição causada pela bomba atômica. Eu queria retratar o processo pelo qual o povo japonês foi aprisionado num sistema imperial fascista que exaltava o imperador e instigou a nação a uma guerra total. Eu queria mostrar à próxima geração a miséria que um conflito bélico traz a um país. Eu queria que eles soubessem das atrocidades que o Japão cometeu na China e na Coreia e no resto da Ásia. (...) Na verdade não há nada mais perigoso do que a ignorância. (...) Nós não devemos deixar que Hiroshima e Nagasaki aconteçam de novo.

Keiji Nakazawa

Daniel Mantovani, personagem principal do filme argentino “Cidadão Ilustre”, dirigido por Gastón Duprat e Mariano Cohn em 2016, revela uma angústia bastante comum em pessoas em que o passado foi traumático ou gerou conflitos não resolvidos. Mantovani é um escritor de extremo sucesso. Galhardeado com o Prêmio Nobel de Literatura, o autor em certa crise refuta diversos convites de entrevistas e viagens aos quais havia recebido. No entanto, o convite mais desprezioso, e até deselegante, que recebeu é o que lhe motiva e chama a atenção. Mantovani havia sido convidado pelo prefeito de sua cidade natal para receber o título de cidadão ilustre, título do filme. Mesmo com um prazo extremamente curto para alguém com uma agenda tão apertada, o literato embarca da Europa rumo a Argentina numa viagem que seria ao mesmo

tempo renovadora, mas também um certo resgate ou reviver de um passado a muito tempo abandonado.

O que me interessa nesta narrativa do filme acima é o fato de que Mantovani havia saído da sua cidade natal há mais de 40 anos, sem nunca mais ter retornado para sequer uma visita. Abandonou antigos amores, amigos e afins. Porém, mesmo nessa distância física tão grande, o então prêmio Nobel de Literatura nunca se afastou de Salas, nome da cidade onde nasceu. Toda sua obra literária tem Salas como cenário, cidade pacata do interior onde nada importante pode acontecer. É nesse lugar que mesmo a distância é a constante fonte de inspiração para Mantovani. Interessante, e cômico também, é perceber que muitas pessoas tratadas nas suas obras realmente existiram, o mais genérico e comum cidadão de Salas se tornou famoso a nível mundial por ser eternizado em sua obra. Ao voltar para a cidade, muitos dos que ali foram retratados dividiram-se em dois grupos: 1) agraciados por estarem na obra, orgulhosos da sua fama repentina, reconhecendo-se como coautor da obra; 2) indignados por terem algum dilema pessoal ou até fora da moralidade vigente exposto para todos. E é nessa disputa que narrativas biográficas e autobiográficas podem ser questionadas e analisadas. Convido o leitor a refletir sobre os aspectos éticos e políticos envolvidos na obra literária de Keiji Nakazawa, sobretudo no seu *Magnum Opus* “Gen – Pés-descalços”.

Ao iniciar meu percurso acadêmico de estudos sobre a bomba atômica, muitas vezes me debatia em dilemas latentes na historiografia ocidental sobre o Holocausto. Num olhar pouco aprofundado me parecia um debate, antes de tudo, centrado numa questão eurocêntrica de mundo em que o Holocausto era sempre tido como o “evento-limite” e, muitas vezes, a bomba atômica era tratada como um mero apêndice na história da Segunda Guerra Mundial (ROTHBERG, 2013). Não são poucos os casos, até mesmo numa historiografia marxista e engajada, em que o desastre nuclear fica sombreado, por exemplo, pelo ataque de Pearl Harbor.

Depois de muito ler e debater sobre isso, fui me dando por conta que comparar horrores não era impossível, mas seria completamente antiético hierarquizar. Susan Sontag (2003), me alertou para o fato de que uma mãe que perde o filho em uma fatalidade doméstica pode sentir a mesma, ou mais, dor que uma mãe que perdeu seu filho na guerra. Cada um sofre de uma maneira diferente e hierarquizar dores e sofrimentos não contribui em nada para uma discussão aprofundada sobre a temática. Foi pensando nisso que praticamente abandonei a possibilidade de pensar de modo comparado entre Holocausto e armas nucleares. Porém, em três momentos distintos nesta caminhada que desenvolvi até chegar à escrita deste texto que me fizeram

repensar. Primeiramente foi quando iniciei uma leitura atenta e detalhada de Dominick LaCapra (2014), principalmente buscando compreender as relações entre memória e história. Foi ali, em uma pequena digressão ao longo do texto (que provavelmente eu não havia percebido na primeira vez que li esse livro) que LaCapra realiza uma breve discussão a respeito da ética em representar as bombas atômicas e, de certa medida, comparando-a com o Holocausto.

Ao comentar sobre o processo estético de sublimar ante o caos, a discussão que iniciei no segundo tópico da chave de leitura desta tese, principalmente em situações em que o trauma excede a capacidade cognitiva de compreensão do ato, podem se manifestar estruturas estéticas capazes de tornar bela e aprazível imagens de um trauma tão grande do passado. Sobre isso ele afirma que: “acontecimentos extremamente destrutivos que desconcertam, como o Holocausto ou o bombardeio de Hiroshima e Nagasaki, podem converter-se em ocasiões propícias para o sublime negativo ou a sacralização deslocada⁷⁰” (LACAPRA, 2005, p.47).

Essa comparação de LaCapra, embora despretensiosa e pouco aprofundada, alçou sob minhas reflexões novos aspectos fundamentais para o entendimento a respeito da bomba atômica. Primeiramente percebi que havia semelhanças do ponto de vista traumático entre a bomba atômica e o Holocausto. Além disso, LaCapra ao aproximar os dois eventos deixa evidenciar o aspecto estético que ambos, cada um à sua maneira, vão proporcionar na representação do trauma.

Embora interessante, passei a creditar essa comparação era possível apenas para quem já está num patamar bem mais consolidado intelectualmente. Negligenciei, acreditando não ser benéfico para esta tese tal questionamento. Porém, em um momento ocioso em minhas redes sociais me deparei com um debate acalorado em grupos de pesquisas sobre decolonialidade em relação a postura de Achille Mbembe para com o Holocausto. Sem me aprofundar no debate, vale registrar que, entre outras leviandades, alguns intelectuais e políticos alemães o acusavam de antissemitismo ao tensionar as políticas do Apartheid da África do Sul e o segregacionismo de Israel com relação aos palestinos.

Essa discussão trouxe à tona um texto⁷¹ de Michael Rothberg, publicado no portal do Instituto Goethe. Neste texto o professor de literatura comparada da University of California

⁷⁰ “Texto original: “En lo sublime, el exceso del trauma se transforma en una fuente asombrosa de euforia o éxtasis. Incluso acontecimientos extremadamente destructivos que desconciertan, como el Holocausto o el bombardeo de Hiroshima y Nagasaki, pueden convertirse en ocasiones propicias para lo sublime negativo o la sacralización desplazada”.

⁷¹ Disponível em: “<https://www.goethe.de/ins/br/pt/kul/mag/21864662.html>” Acesso em 23/07/2020.

(UCLA) ao analisar o contexto desse linchamento intelectual, argumenta que o: “medo de que colocar a memória do Holocausto em contato com outras memórias de violência – através de comparações com colonialismo, apartheid ou ocupação – levará à redução, diluição ou mesmo negação do mesmo”. Ou seja, como argumenta Aleida Assmann (2011), o Holocausto tornou-se o expoente máximo da memória traumática e, como evento limite, não pode ser questionado, tensionado e sequer relativizado. Em outro contexto, Aimée Césaire (1978) já havia feito a provocação sobre a potência da memória do Holocausto estar diretamente relacionada ao fato de ter sido um evento ocorrido no seio da civilização europeia, indagando o motivo pelo qual a memória da escravidão não tinha essa mesma força. O quanto é possível fazer essa comparação com relação a bomba atômica? É necessário? O que se ganha com isso?

À destarte, não refiro-me a relativizar ou tensionar o passado do Holocausto, esse praticamente incontestado para quem leva os preceitos éticos e políticos a sério, mas sim a atualidade desse evento. Tencionar, por exemplo, o pensamento sobre o quanto a vitimização dos judeus (quanto discurso) contribuiu para a criação do Estado de Israel. Foi com base nesse debate que me permiti refletir sobre a criação de uma narrativa hegemônica sobre a bomba atômica através da memória de Sadako Sasaki e, por outra via, pude perceber que esse encastelamento com relação a memória do Holocausto dificulta um debate amplo a respeito das memórias traumáticas e suas narrativas (ROTHBERG, 2013).

Por fim, não menos importante, ao assistir uma conferência do professor Pedro Caldas, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2016, e depois ler o artigo que pautou sua fala pude mergulhar ainda mais no debate que diz respeito ao trauma, Holocausto e suas formas de representação. De forma sintética, Caldas (2015) apresenta a ideia de variações experimentais para descrever as formas como Primo Levi, literato e sobrevivente do Holocausto, utilizou-se para construir suas narrativas a respeito de sua história. Assim como Keiji Nakazawa, Primo Levi é um sobrevivente que utiliza-se da literatura para expressar-se e até mesmo protestar com relação aos traumas sofridos. Não farei, sob hipótese alguma, uma comparação entre esses dois eventos do ponto de vista estrutural. As condicionantes entre cada um são completamente distintas, sobretudo as culturas de passado aos quais estão e estiveram imbuídas. No entanto, utilizarei a partir daqui as reflexões de Caldas sobre como se estruturou a narrativa do trauma de Levi em sua obra para pensar o caso de Nakazawa sobre a bomba atômica.

Esse percurso todo narrado até aqui serve como base estrutural para minhas referências teóricas de análise. E, como primeiro dilema analítico, me deparei com a dificuldade de

compreender que tipo de obra é aquela que Nakazawa produziu. Em qualquer site de venda de livros, na contracapa do mangá, ou em quase todas as análises acadêmicas que encontrei sobre Gen, todos o classificam no gênero autobiográfico. Não vou discutir, aqui, se histórias em quadrinhos (HQ) ou mangás podem ser vistos como literatura, vou considerar este debate superado no ambiente acadêmico, sem necessidades de grandes digressões a respeito disso.

No entanto, o gênero literário da autobiografia suscita dilemas importantes de serem destacados. Para isso é preciso compreender, antes de tudo, a biografia de quem vai se autobiografar. Keiji Nakazawa fez questão de registrar sua vida de diversas formas. Uma questão importante é que além do mangá que estou me propondo a analisar neste tópico, ele escreveu um livro que considera ser sua autobiografia oficial (NAKAZAWA, 2010). Retornarei a isso mais adiante, por ora basta saber que esse livro será minha maior referência para os dados a seguir.

Keiji Nakazawa nasceu em Hiroshima, em 1939. O terceiro filho de uma família que não conseguiu ter os sete membros vivos juntos. O pai era um artista, fazia tamancos de madeira e pintava objetos a partir da técnica tradicional japonesa da laca. Segundo o próprio Nakazawa (2010), seu pai não podia ser visto como um artista, era um trabalhador. Afinal: “‘Artista’ é outra palavra para pobre, e nós éramos extremamente pobres⁷²” (NAKAZAWA, 2010, p.3). Ao narrar com mais detalhes a genealogia da sua família, o mangaka em questão comenta que sua mãe vivia uma vida doméstica. Responsável por cuidar de uma irmã mais velha, um irmão mais velho e outro irmão mais novo. Para complementar essa questão, estava previsto para agosto de 1945 o nascimento de uma outra irmã, completando a família.

Como disse acima, esses sete membros da família Nakazawa jamais se encontraram. E, como se pode imaginar, a bomba atômica tem toda relação com isso. No dia 6 de agosto, numa manhã ensolarada, as 8:15 da manhã, Nakazawa estava na escola. Minutos após soar o alarme que alertava a população com relação a bombardeio aéreo, foi salvo por motivos não muito bem conhecidos. Estava a uma distância menor do que 4 Km do epicentro. Levando em consideração o poder da explosão e o estrago que a bomba fez na região em que estava, ele atribui ao fato de ter ficado contra uma parede (a qual caiu em cima dele após a explosão), mas isso evitou que tivesse lesões corporais mais sérias, como grande parte daqueles que o circundaram.

⁷² Texto original: “‘Artist’ is another word for poor, and we were extremely poor”

Com a bomba morreram sua irmã mais velha, seu irmão mais novo e seu pai. O bebê nasceria alguns dias depois e morreria de subnutrição. É importante entender que esse lugar de fala como vítima, que foi ocupado por Sadako Sasaki e Takashi Nagai (1959), por exemplo, nas décadas de 1950, ganharam repercussão dentro e fora do Japão. No entanto, Paul Gravett⁷³, jornalista, pesquisador e um dos maiores especialistas ocidentais em mangá obteve de informação junto a Nakazawa que afirma que no contexto da década de 1960 muito pouco se falava da bomba atômica no Japão. Havia, como há, anualmente um ato comemorativo nos dias em que as respectivas bombas caíram, em Hiroshima e Nagasaki. Era visível uma política de lutas antinuclear, uma musealização e arquivamento de dados, objetos e entrevistas como brilhantemente registrou Kenzaburo Oe (2011), quando visitou Hiroshima na condição de repórter para cobrir a reconstrução da cidade em 1962.

Nakazawa se referia a ausência de uma fala contundente com relação a bomba atômica. Que não idealizasse a vítima, mas também não anistiasse o Japão, nem os EUA. Para compreender melhor o que me refiro quando digo “idealizar a vítima”, vou recorrer a um dos livros mais famosos da literatura japonesa do pós-guerra: “Chuva Negra” de Masuji Ibuse (2011). Este livro trata, resumidamente, dos dilemas de uma sobrevivente da chuva negra (a ácida e radioativa precipitação após a bomba atômica) para conseguir se casar e fugir do estigma de ser uma *hibakusha*. Ser uma singela menina (como Sadako), ou um cristão impetuoso (como Nagai), é uma questão, ser uma sobrevivente da bomba atômica que busca esconder suas marcas do passado para sobreviver e conviver em sociedade é outra.

O livro de Ibuse trata da morte precoce, do sofrimento das pessoas que para viverem em paz era preciso negar a sua condição de vítima. Poucos queriam assumir o lugar destes que divulgaram ou tiveram suas vidas divulgadas. O estigma de ser uma pessoa doente, que pode trazer doenças aos seus descendentes, que seria um possível transmissor de radiação ou, até mesmo, possuir sérios transtornos mentais por tudo que viu e ouviu era uma presença muito forte no Japão. Por isso, ser vítima da bomba atômica, como apresentei no tópico acima, implicava em ter uma narrativa possível, que ficasse afastada dos horrores e dos detalhes sórdidos. Sempre houve aqueles que fugiram deste padrão, mas de um modo geral, como aponta Dower (1999) e Orr (2001), isso era o que se estabelecia naquele momento.

Esse recalque coletivo, em que se guarda e impede que informações importantes do passado sejam narradas, geram constantes intermitências e interferências na vida das pessoas,

⁷³ Disponível em: <http://paulgravett.com/articles/article/keiji_nakazawa> Acesso em 22/07/2020

tanto no aspecto pessoal (de conviver com o trauma), quanto das ritualizações coletivas que dizem respeito a esse trauma. A vida de Nakazawa permite perceber esses dois aspectos, retornarei a eles a seguir.

Os dias que se sucederam após a queda da bomba atômica foram de pura catástrofe. Mortes, incêndios, não ter onde dormir, comer e tomar água. Falta de toda e qualquer assistência, a procura por (corpos) familiares e afins. Todas as amarguras possíveis e imagináveis quando se trata de um bombardeio nuclear sob uma população de extrema maioria de civis.

Conforme os dias foram passando, iniciou-se um processo de ocupação do Japão por parte das tropas aliadas e uma certa reorganização na sociedade japonesa. Hiroshima começa a reconstruir escolas (algo que vai levar, pelo menos, 2 anos para iniciar com êxito), criam centros de pesquisas com relação aos *hibakushas*, que comentei anteriormente e uma organização política e econômica que vai se consolidar na elaboração da constituição democrática de 1947, promulgada após o julgamento de alguns militares do alto escalão do império japonês.

Nesse meio tempo é que se passa boa parte da narrativa de Gen – Pés-descalços. Tal questão, para elucidar, motivou-me a escolher o título desta tese, ou seja, pensar como foi a vida das pessoas após a bomba atômica. Como será que foi viver no 7 de agosto de 1945 em Hiroshima? Nakazawa acaba seguindo a vida, carregando um trauma físico, pois perde o cabelo devido a radiação, mas que alguns anos depois recupera. Esse reinício permitiu a ele, quando estava prestes a se formar no ensino fundamental, que conseguisse um emprego como confeccionador de placas. Ali aprendeu a técnica de pintura, desenho entre outras coisas, além, é claro, de ganhar algum dinheiro para ajudar sua mãe. Com esse dinheiro e o retorno do seu irmão do exército, alguns meses após a bomba atômica a situação da família começou a melhorar. Depois de ler alguns mangás de Osamu Tezuka no final da década de 1950, Nakazawa (2010), muda-se para Tóquio em 1961 para trabalhar como assistente dos produtores de mangá no Japão.

Aqui cabe uma explicação sobre a cultura e indústria do mangá japonês, sobretudo aquela praticada na década de 1960. Segundo Gravett (2007), existe uma produção em grandíssima escala deste tipo de histórias em quadrinhos nos anos que se seguiram após a ocupação japonesa. Quanto mais melhoravam as finanças japonesas, mais acesso ao papel e mais produção de mangás existiam. Diferentemente do que hoje em dia se pratica no Ocidente, os mangás são (pois ainda se faz isso no Japão de 2020) publicados em uma grande coletânea (semanal ou mensal) por editora. Portanto, embora a demanda fosse imensa, poucas histórias

inéditas conseguiram figurar nestas coletâneas. Porém, era necessária uma infinidade de assistentes (desenhistas, arte-finalistas, letristas, coloristas -quando aplicável- roteiristas) para produzir em tão larga escala e em tão pouco tempo histórias inéditas.

É nesse contexto que Nakazawa vai para Tóquio. Trabalhando como assistente. Um destaque que o próprio Nakazawa admite em uma entrevista para o Hiroshima Peace Media Center⁷⁴ é que trabalhar como assistente era um negócio interessante. Você tinha estabilidade e salário fixo garantido. Vender material autoral era um risco. Você podia ser descartado caso a história não vingasse no mercado, bem como ficaria na dependência dos direitos autorais para sobreviver. Ainda nesta entrevista supracitada, Nakazawa relata que tentava publicar, aos poucos, suas histórias autorais. E após algumas tentativas consegue pequenos êxitos em suas próprias histórias iniciando sua trajetória como mangaka, não mais como assistente.

Neste intermeio Nakazawa conhece sua esposa, ao qual relata que estava extremamente receoso de divulgar para seus sogros que era um *hibakusha*, com o medo de passar pelo estigma que Ibuse (2011) narrara alguns anos antes. Até aqui Nakazawa (2010) evitava falar a palavra bomba atômica, buscando o seu passado. Porém, como argumenta LaCapra (2005), determinados gatilhos sempre podem reativar um recalque e obrigar a pessoa a repetir e atuar sobre aquele passado traumático. Seu pai, um anti-imperialista convicto, já possuía críticas agudas aos EUA e ao imperador japonês com relação a guerra. Isso havia rendido a prisão dele, meses antes da bomba atômica por mais de 120 dias, fator que deixou a família com um estigma de serem traidores da pátria e sem sua principal fonte renda. Toda essa tradição anti-imperialista havia sido ensinada para Nakazawa, no entanto, em sua estadia em Tóquio não era um momento para expor esse lado, tanto para evitar retaliações em seus empregos, quanto a exposição social nociva para uma convivência harmoniosa.

O gatilho em que essa situação virará é quando sua mãe morre, em 1966. Ainda vivendo em Tóquio, explica em entrevista concedida a Alan Gleason⁷⁵, Nakazawa diz que recebeu a notícia da morte de sua mãe por telegrama. Ao retornar para Hiroshima e verificar o corpo cremado constatou que os ossos, que deveriam estar junto com as cinzas, estavam quebrados, fragmentados devido a radiação. Ao perceber o impacto da bomba no corpo, Nakazawa comenta que nunca tinha refletido sobre ela e: “quanto mais eu pensava, mais óbvio era que os japoneses não tinham confrontado essas questões. Eles não aceitaram sua própria

⁷⁴ Disponível em: <<http://www.hiroshimapeacemedia.jp/?m=2012&cat=156>> Acesso em: 22/07/2020.

⁷⁵ Disponível em: <<http://www.tcj.com/keiji-nakazawa-interview/>> Acesso em: 23/07/2020

responsabilidade pela guerra. Decidi que a partir daí, escreveria sobre a bomba e a guerra, e colocaria a culpa onde ela pertencia⁷⁶. E, assim surge o início da carreira do mangaka que melhor representou a bomba atômica.

Segundo Assmann (2011, p.25), “quando uma memória embutida no corpo é totalmente cortada da consciência, estamos falando de um trauma”. O trauma de Nakazawa, recalcado tanto por questões sociais (o preconceito contra *hibakusha*) quanto por questões políticas (sua postura intransigente para a responsabilização do estado japonês para com a guerra e dos EUA para com a bomba atômica) emergiram do inconsciente para um estágio necessário do consciente em que precisava ser exposto, narrado. Foi fazendo aquilo que melhor sabia fazer que Nakazawa começou a falar sobre a bomba atômica.

No entanto, ainda antes de publicar *Gen*, Nakazawa (2011) escreveu um pequeno mangá, para ser publicado numa revista mensal japonesa, que em tradução literal seria “Na Chuva Negra⁷⁷”, publicado inicialmente em 1968, porém escrito alguns anos antes. Essa demora entre o período de escrita e publicação, dado o contexto efervescente dos mangás no Japão se dava, justamente, por nenhuma editora querer se responsabilizar pela publicação de uma obra transgressora que falava da bomba atômica e buscava colocar a “culpa onde ela pertencia”. Segundo Michele Manson: “Barefoot *Gen*, publicado mais tarde por Nakazawa, se assemelha aos esforços dos ativistas, mas seu “Na Chuva Negra” é uma instanciação singular de indignação legítima e sofrimento não resolvido que merece consideração crítica por si só”.⁷⁸ (MANSON, 2016, p. 79).

Todo esse prelúdio foi para nos levar até o começo da publicação de *Gen – Pés-descalços*⁷⁹. Que inicia sua publicação em 1972, depois de ser incentivado por parte de amigos e alguns editores. Após diversas recusas de algumas editoras, busca encontrar uma mensal capaz de suplantar a publicação de uma obra densa, mas ainda em construção. *Gen* começa a ser publicado em 1972 e depois é rotacionando por três outras editoras até ser concluída sua história em 1982. Segundo o historiador Yuki Tanaka: “Nakazawa publicou muitos outros mangás interessantes além de *Hadashi no Gen* (*Gen – Pés-descalço*), mas infelizmente este

⁷⁶ Texto original: “The more I thought about it, the more obvious it was that the Japanese had not confronted these issues at all. They hadn’t accepted their own responsibility for the war. I decided from then on, I’d write about the bomb and the war, and pin the blame where it belonged”

⁷⁷ Título original: “黒い雨にうたれて” (*Kuroi ame ni uta rete*)

⁷⁸ Texto original: “Nakazawa’s later Barefoot *Gen* resembles the activist efforts, but his Black Series is a singular instantiation of rightful indignation and unresolved grief that deserves critical consideration in its own right”.

⁷⁹ Título original: “はだしのゲン” (*Hadashi no Gen*)

mangá mais conhecido sobre o bombardeio atômico sombreou todos os outros⁸⁰” (TANAKA; NORIMATSU, 2012, p.1).

Essa rodagem não impediu que o mangá circulasse entre as grandes editoras e se tornasse um sucesso de vendas. Porém, a principal parte da popularização da obra estava por vir. Todos os mangás considerados “clássicos” ou muito bons, eram encadernados e vendidos como livros, semelhante aos formatos vendidos no Brasil. Os outros, publicados naquelas coletâneas, lá ficavam, pois eram considerados descartáveis, histórias típicas para aquela semana. Ao procurar uma das maiores editoras de mangás japonesa, a Shueisha, que editava a revista *Weekly Shonen Jump* (que havia publicado partes do Gen), teve seu trabalho negado para o formato livro. Nakazawa, na mesma entrevista supracitada ao Hiroshima Peace Media Center⁸¹, diz que: “não publicariam ‘Gen Pés-descalços’ em formato de livro, mesmo quando eles já tinham serializado a história em sua revista? Eles me disseram que não iriam publicá-lo como um livro porque então o nome da empresa sempre estaria ligado a ele⁸²”. E continua: “se o mangá for impresso apenas em forma de revista, a história desaparecerá — é algo para ser ‘lido e jogado fora’. Os chefes da empresa não queriam uma conexão clara com ‘Gen - Pés-descalços’ [presumivelmente porque o material poderia ser visto como controverso⁸³]”. Tudo isso ocorria enquanto outro mangá de Nakazawa estava sendo publicado como livro pela mesma editora. Esse outro manga, não tratava da bomba atômica.

Essa luta pela publicação, vejam bem, estamos falando em meados da década de 1980, quase quarenta anos depois do lançamento da bomba atômica e ainda se sofria censuras implícitas na divulgação de obras. Em 1976, houve uma versão do filme em *live action* que Nakazawa não apreciou, pois a falta de recursos do filme fez com que o efeito em representar um apocalipse nuclear fosse muito mal elaborado. No final, com ajuda de amigos Nakazawa conseguiu publicar Gen por outra editora, O livro foi dividido em 10 volumes, que somados dão um pouco menos de 3 mil páginas. Traduzido com muito esforço para o inglês, também em 1976, foi a partir de um projeto denominado “Project Gen” sediado em Tóquio, no qual voluntários se dispunham a traduzir a obra para o inglês. Nakazawa foi um dos primeiros

⁸⁰ Texto original: “Nakazawa published many other interesting manga apart from Hadashi no Gen (Barefoot Gen), but unfortunately this best-know manga on atomic bombing over shadowed all the others”

⁸¹ Disponível em: <<http://www.hiroshimapeacemedia.jp/?p=24182>> Acesso em 22/07/2020.

⁸² Texto original: “wouldn’t publish it as a book because then the name of the company would always be attached to it”.

⁸³ Texto original: “If manga is printed only in magazine form, the story will disappear--it’s something to be “read and discarded.” The heads of the company didn’t want an overt connection to “Barefoot Gen” [presumably because the material could be seen as controversial]”.

mangakas a ter sua obra publicada no Ocidente. As vendas em solo estadunidense inicialmente foram baixas, porém nas décadas seguintes foi traduzido para mais de vinte idiomas, estima-se que tenha vendido quase 15 milhões de cópias, segundo o site⁸⁴ responsável por manter o legado da sua obra viva, sem contar aquelas que foram doadas para instituições de ensino (o que provavelmente dobraria o número de livros lidos sobre a estória de Nakazawa. Depois, em 1983 o próprio Nakazawa dirigiu a adaptação do seu mangá para anime, difundindo ainda mais os seus personagens e sua narrativa memorial.

Nakazawa, embora fumante, foi acometido por um câncer de pulmão muito provavelmente por consequência da radiação a qual foi exposto na explosão atômica, e morreu em 2012. Desde 2009, com problemas motores e para enxergar já não conseguia produzir mangás, porém extremamente ativo sempre palestrou e participou ativamente de movimentos em torno da causa antinuclear e anti-imperialista, inclusive pela manutenção da desmilitarização do exército japonês, pauta questionada pelo então Primeiro-Ministro japonês Shinzo Abe (NAKAZAWA,2010).

No entanto outro fator chama a atenção. Nakazawa é, certamente, a pessoa mais conhecida (ou ao menos seus personagens) fora do Japão quando se fala de bomba atômica, talvez perca apenas para Sadako Sasaki. Mesmo assim, sempre se recusou a participar das cerimônias de rememoração realizadas nos dias em que as bombas caíram. Um dos cidadãos mais representativos de Hiroshima não tem uma estátua sua, como diversos outros, incluindo Sadako. O único monumento, até julho de 2020, em sua homenagem foi colocado na frente do campo de treinamento do time de baseball da cidade, esporte pelo qual era apaixonado e do qual escreveu seu mangá mais famoso no Japão “O surgimento dos Hiroshima Carps⁸⁵”, em tradução literal.

Sua recusa a participar das cerimônias de rememoração, aquelas que segundo Nora (2008) e Huyssen (2014), corroboram por um excesso de memória em que não se permite compreender o passado, justamente por estar narrando apenas aqueles aspectos que as instituições insistem cotidianamente em dizer que é o correto. Em uma entrevista, pouco antes de morrer, para o jornal Mainichi Shimbun⁸⁶, ao ser questionado sobre nunca ter participado dessas cerimônias ele explica o motivo dizendo que não vai: “porque não importa, assumo a

⁸⁴ Disponível em: <<http://hadashinogen.jp/category/voice>> Acesso em 23/07/2020

⁸⁵ Título original: “広島カープ誕生物語” (Hiroshima kâpu tanjō monogatari)

⁸⁶ Disponível:

<<https://web.archive.org/web/20121225072919/http://mainichi.jp/select/news/20121225k0000e040132000c.html>> Acessado em 23/07/2020

responsabilidade pela guerra. Faça a Declaração de Paz e toque a campainha. Não é assim. Eu tenho que estar com mais raiva”⁸⁷” e continua “Eu vi isso como uma despedida da minha vida atual”⁸⁸, ao comentar a sua participação da cerimônia em 2011, depois de ter doado os originas de Gen-Pés-descalços para a cidade e já ter sido diagnosticado com câncer. Quando indagado sobre como se sentiu na cerimônia Nakazawa responde: “eu me senti vazio”⁸⁹”

Esse vazio ao ver a comemoração sem justiça parece remeter aquilo que Pedro Caldas (2015) destaca sobre o Primo Levi quando ele narra o esvaziamento das pessoas ante a morte no campo de concentração. Esse vazio que Nakazawa se remete no fim da sua vida está completamente ligado a falta de responsabilização e punição (dentro do que Jaspers (2018) considerou como atribuição possível de culpa política e culpa criminal, respectivamente) dos envolvidos na guerra e com a bomba atômica. A existência perde sentido, uma sensação de humilhação ante a comemoração de algo que parece glorificar-se como vítima, algo que Nakazawa sempre foi contra. Colocar-se em posição de vítima em nada deveria anistiar a população e o estado imperial no seu colonialismo e participação na guerra.

Uma rápida reportagem do jornal Mainichi Shimbun⁹⁰ apresenta que Nakazawa, em 2009, teria escrito uma carta para Barack Obama, então presidente dos EUA. Esta carta, segundo o tradutor de Nakazawa nos EUA, afirma a reportagem, não teria chegado as mãos de Obama, mas nela: “ele pede uma visita a Hiroshima e Nagasaki para ouvir as vozes dos *hibakusha*”⁹¹” A reportagem que data de 26 de maio de 2016, um dia antes da visita do então presidente dos EUA – pela primeira vez, e sem pedir qualquer tipo de desculpas formais – a uma cidade atingida pela bomba atômica.

Nisto, duas coisas precisam ser destacadas. A primeira é que a reportagem destaca que o pedido de Nakazawa seria para uma visita as duas cidades (Hiroshima e Nagasaki), num entendimento de não hierarquiza-las, muito envolto naquelas discussões sobre como a memória da bomba atômica em Hiroshima está muito mais próxima da narrativa feita em torno de Sadako Sasaki do que de as histórias de Nakazawa. Outra questão é que sem um pedido de desculpas formal e com o uso político da visita por parte do Primeiro-Ministro Shinzo Abe, provavelmente

⁸⁷Texto original: “だって全然問わないからね、戦争責任を。平和宣言やって、鐘鳴らして。こんなもんじゃないだろう。もっと怒りを持たねばならない” (Datte zenzen towanaikara ne, sensō sekinin o. Heiwa sengen yatte, kane narashite. Kon'na mon janaidarou. Motto ikari o motaneba naranai)

⁸⁸ Texto original: “今生の別れのつもりで見届けたが、(ハトが飛ぶ演出など) (konjōnowakare no tsumori de mitodoketaga)

⁸⁹ Texto original: “空虚に感じた」とやはり手厳しかった” (kūkyo ni kanjita' to yahari tekibishikatta)

⁹⁰ Disponível em: <<https://mainichi.jp/articles/20160526/dde/041/040/057000c>> Acesso em 23/07/2020

⁹¹ Texto original: “広島と長崎を訪ねて被爆者の声を聞く” (Hiroshima to Nagasaki o tazunete hibakusha no koe o kiku)

Nakazawa teria, novamente, se sentido vazio. Abe, em seu discurso oficial⁹² em Hiroshima no dia 6 de agosto em 2016 reforça seu esforço em negociar, em âmbito mundial, a abolição de armas nucleares. O que não foi explicitado em sua fala é que essa pacificação nuclear é uma contrapartida para obter a permissão de militarizar o exército japonês, como aponta Linda Sieg em reportagem⁹³ ao *Japan Times*, dizendo que: “O Primeiro-Ministro Shinzo Abe voltou ao poder há sete anos, comprometendo-se a reforçar as defesas do país em resposta a uma ameaça crescente da China e com o objetivo de alterar a Constituição pacifista⁹⁴”.

Toda esta digressão biográfica de Nakazawa é para demonstrar que sua vida está completamente atravessada por sua obra. Sua obra, por sua vez, é completamente atravessada pela bomba atômica. Até aqui foi possível compreender as diversas culturas de passado em que a obra foi produzida e publicada no Japão. Isso permitirá a você, caro leitor, um entendimento mais elucidativo da obra, a qual jamais conseguiria esgotar em uma análise, sobretudo pela densidade e quantidade de questões possíveis de serem abordadas.

É interessante notar que Nakazawa não constrói personagens ficcionais para colocar num cenário em que viveu. Tampouco se coloca diretamente dentro do mangá. Justamente este entremeio entre uma biografia e uma autobiografia interessa problematizar. A biografia, como aponta Benito Schimidt (2014), se encontra, sobretudo, no limiar ético entre aquele que espia pelo buraco da fechadura (o biógrafo) e o biografado que terá sua vida exposta. No caso de uma autobiografia essas questões não são abandonadas, mas assumem outra tônica, uma vez que quem espia pelo buraco da fechadura e quem é biografado são a mesma pessoa. Essa característica dual permite ao biógrafo um acesso amplo as fontes e memórias, mas, ao mesmo tempo, tem que se autocensurar (ou não) para preservar elementos dos quais não sente a necessidade ou lhe incomodam narrar.

Jean Starobinski (2011) ao estudar a primeira autobiografia ocidental, que Rousseau elabora, examina com bastante precisão elementos fundacionais de uma autobiografia. Em um tom altamente poético, atribuindo boa parte de sua reflexão ao pensamento de Rousseau, o crítico literário suíço argumenta que a primeira coisa que uma autobiografia vai questionar é a legitimidade e reconhecimento do eu por parte da sociedade. No caso, qual era a legitimidade e reconhecimento da história de vida de Nakazawa antes de publicar seus mangás por parte da

⁹² Disponível em: <http://www.kantei.go.jp/jp/97_abe/statement/2016/0806hiroshima_aisatsu.html> Acesso em 23/07/2020

⁹³ Disponível em: <<https://www.japantimes.co.jp/news/2019/11/19/national/politics-diplomacy/shinzo-abe-revise-constitution/#.XxpInnuSnIU>> Acesso em 23/07/2020

⁹⁴ Texto original: “Prime Minister Shinzo Abe surged back to power seven years ago, pledging to bolster the nation’s defenses in response to a growing threat from China and aiming to amend the pacifist Constitution”.

sociedade japonesa? Starobinski (2011) afirma que uma autobiografia é sempre um exercício de autoafirmação, de reconhecimento. Aquela pessoa que se sente reconhecida e legitimada em uma sociedade não sente a necessidade de escrever sobre si própria.

Ao analisar o ato transgressor de Rousseau, o autor citado acima questiona o lugar de fala do autobiografado, uma vez que pessoas em cargos de poder, como bispos e reis, nas palavras do filósofo francês, tem uma legitimidade social e do cargo que faz com que sua história narrada por si mesmo traga elementos da liturgia do cargo e da vida social de quem tem destaque naquela sociedade. Toda vida pode ser narrada, no entanto, por mais agitada e envolvente que seja sua trajetória, se a narrativa não construir um enredo capaz de envolver o leitor, a vida mais interessante passa a ser completamente desinteressante. No entanto, Rousseau, pobre, sem nenhum grande cargo no currículo, o que teria de importante para narrar sobre si mesmo? É justamente por essa transgressão que o gênero autobiográfico permite uma compreensão de seres genéricos e poderosos, cada um destacando aquilo que percebe de melhor e pior de si e do mundo e apresentam um relato que somente o próprio autor pode verificar, mas sobretudo em uma narrativa que busque cativar o leitor.

Uma autobiografia é, sempre, um exercício de narração do seu próprio passado. É nela que se encontram os dilemas da vida do autobiografado, em que se lembra de muita coisa, se estuda lembrar outras, se esquece de muito e, o que mais me interessa, se tenta negar a lembrança de outras. A memória, para a historiografia em geral, só pode ser compreendida quando narrada. Uma autobiografia manifesta elementos do inconsciente, sejam aqueles que foram narrados, sejam os que foram suprimidos intencionalmente ou fruto de um processo natural da memória humana (LACAPRA, 1982).

Embora Rousseau não vivesse em um contexto traumático sequer semelhante ao de Nakazawa, é preciso entender que: “sua autobiografia será um ato de liberdade” (STAROBINSKI, 2011), e complementarmente, um exercício de reviver o passado e se deleitar ou sofrer novamente com o vivido, a partir de um novo filtro imposto pelo presente. E é justamente aí que Nakazawa se encontra. O contexto em que escreve sua obra faz com que ele tenha uma visão semelhante à de Primo Levi, porém com lugares de fala bastante distintos. Quando Pedro Caldas cita Levi afirmando que: “[...] solicitados ou forçados a exprimir um juízo, tentam, de todo modo, desviar-se da discussão, e passam a falar de armas nucleares, bombardeios indiscriminados, dos processos de Nuremberg, dos problemáticos campos de trabalho soviéticos” (CALDAS, 2015, p.144 apud LEVI, 2015, p.52).

Nota-se que para os sobreviventes, seus traumas nunca são levados a sério. Suas culturas de passado não se organizam de maneira a fazer com que sua memória seja representativa de suas dores, aponte para uma justiça, com direito a culpados e políticas de reparação. Como aponta Sebastián Conrad (2010), tanto o Japão, quanto a Alemanha do pós-guerra se reorganizaram e, cada um ao seu modo, implantaram políticas de reparação. A falta de reconhecimento da responsabilidade da guerra por parte do governo japonês é, certamente, segundo Yuki Tanaka (2014), um dos principais fatores que dificultam a lida com esse passado. No entanto, como alerta Primo Levi (2010, p.6) “nada mais poderia acontecer de tão puro e bom para apagar o nosso passado”.

Esse ressentimento de Nakazawa, também presente em Levi, é fruto da dificuldade em que as sociedades do pós-guerra têm (e tiveram) em assumir suas responsabilidades e serem punidas. Por isso, quando a vítima é um sobrevivente cria-se uma instância diferenciada e o “dever de memória” estabelece-se construindo uma legitimidade extremamente favorável. Tudo aquilo que Sadako não pôde – narrar sua própria memória – foi permitido a Nakazawa. E, como aponta Aleida Assmann (2011, p.26): “a arte começa a se ocupar mais fortemente da memória justamente no momento em que a sociedade faz pressão para que a memória se perca ou seja apagada”. Por isso, nesta tese, enxergo o exercício narrativo de Nakazawa como um claro instrumento de luta política que encontra na arte a forma mais efetiva de se expressar e narrar as memórias de seu passado traumático.

O mangá “Gen – Pés-descalços” será analisado em três distintas categorias. A primeira é sobre os momentos em que Nakazawa fala em nome de outras pessoas, exercendo o seu dever de memória. Para Paul Ricoeur (2007, p.48), o: “dever de memória consiste essencialmente em dever de não esquecer”. Partindo da ideia de que existe uma dívida do passado em relação ao futuro. Essa dívida, argumenta o filósofo francês, se sustenta a partir do caráter traumático do passado que está (ou é) esquecido, desta forma: “a dívida obriga. Se se trata de um dever de memória, é em virtude da dívida que, vertendo a memória em direção ao futuro, se envia, propriamente, a memória para o futuro: tu lembrarás! Tu não esquecerás” (RICOEUR, 2007, p.344). Quando se trata de um sobrevivente, pesa sobre ele esse dever de falar em nome de. A autoridade como sobrevivente permite que ele seja testemunha e vítima, fazendo com que sua fala possa ser corporificada, afinal as marcas do seu passado, para parafrasear Ricoeur, estão no seu próprio corpo.

O segundo aspecto a ser analisado são os momentos em que Nakazawa se expressa em um caráter pessoal, narrando a sua história especificamente, como uma forma de perlaborar o

trauma (GAGNEBIN, 2009). Partindo do pressuposto de que memória é, sobretudo, uma discussão sobre o tempo e linguagem, a identidade e história são ligadas por ela (GAGNEBIN, 2020). História é, sobretudo, uma narração. Identidade é narrar sobre si mesmo. No entanto, a identidade se transforma dependendo da diversidade de experiências e narrações que você faz sobre si mesmo. É uma identidade da enunciação (RICOEUR, 2007). Memória, identidade e história estão conectadas pelo tempo, e o exercício autobiográfico de Nakazawa faz parte de um processo de conexão consigo mesmo. Uma vez que “o trauma é a impossibilidade da narração” (ASSMANN, 2011, p.283), a busca por uma autocompreensão, em uma jornada sobre o entendimento de si mesmo, é fundamental para que se entenda como a bomba atômica (o evento) foi utilizada na narrativa de Nakazawa, principalmente na busca por “colocar a culpa onde ela pertencia”. Mais que um exercício de perlaboração (LACAPRA, 2005), afinal, como diz Ricoeur (2007), não existe perlaboração se não houver justiça, a jornada de Nakazawa é um exercício de denunciar as injustiças.

Por fim, e não menos importante, analisarei as estratégias narrativas na construção do enredo, por parte de Nakazawa. Tomando por base aquilo que Pedro Caldas (2015) chamou de variações experimentais. Gen não é entretenimento. Não é para ser divertido. Diverte também, mas não deveria ser visto somente assim. É uma história envolvente, não linear, completamente aberta em que não há no que se segurar para compreender externamente a narrativa, a qualquer momento situações cotidianas acumuladas podem ser percebidas como mais caóticas que a própria explosão atômica. A narrativa, sobretudo, perpassa por variações experimentais que tem em sua estrutura uma lógica psicanalítica de como o trauma consegue ser narrado, justamente sem uma lógica clara, a partir de experimentos narrativos variados na busca de estabelecer um sentido para o indizível e inenarrável passado. Partindo da premissa de que testemunhar é um método, e por meio de seus personagens é que Nakazawa testemunha, é preciso compreender alguns elementos estruturantes dessa narrativa.

A factualidade da memória pode ser verificada. Mas quando se fala de sobreviventes e discursos autobiográficos grande parte das narrativas estão gravadas no corpo, física e/ou mentalmente falando. No caso de Nakazawa, não percebo discursos que desvalidem os aspectos factuais (a queda da bomba, como as pessoas estavam e como agiram depois), o que é altamente questionado, motivo pelo qual teve tanta dificuldade em conseguir publicar sua obra, são suas posições políticas e morais as quais assume abertamente na construção de seus personagens. Isso evidencia uma questão largamente discutida na historiografia, sobre o papel da empiria na historiografia. No caso de Nakazawa, um discurso memorial, com toda a validação de ser um

sobrevivente, a verificabilidade, em si, não é o postulado a ser criticado. Foca-se, sobretudo nas posições políticas e ideológicas de autor. Por isso, coaduno com Hayden White (2014) ao pensar que a história – assim como faz Nakazawa em seu mangá – deve ser utilizada para fins práticos na vida pública, mobilizando além da factualidade um discurso ético e político capaz de forjar e fundamentar projetos de futuros mais equitativos para a sociedade.

Nakazawa vive em um momento contestador, sobretudo do movimento pacifista (antinuclear) e da esquerda japonesa. Intelectuais como Kenzaburo Oe e Shuichi Kato estão altamente engajados neste projeto de sociedade que visa denunciar o estado imperial, o colaboracionismo de uma parcela significativa da população japonesa com relação ao projeto colonialista de seu país e exigir o reconhecimento e uma efetiva política de reparação por parte dos EUA, por terem lançado a bomba atômica sob civis. Portanto, embora sua voz tenha tido mais alcance, ele não é um pregador solitário no deserto, há quem concorde e há quem o escute. Existem estudos consideráveis sobre o mangá “Gen – Pés descalços”. Todos os que tive acesso tratam esta obra como uma autobiografia. Esta classificação é totalmente pertinente para a forma como a obra é construída. No entanto, minha abordagem analítica será diferente. Acredito que, das narrativas sobre a bomba atômica, Gen seja a mais complexa já produzida.

A obra de Nakazawa é, sobretudo, uma autobiografia. E como tal narra sua história de vida antes, durante e, principalmente depois da bomba atômica lançada sob Hiroshima. Sua narrativa é moldada a partir da sua memória como sobrevivente, no entanto, a forma como a história foi escrita e as alterações propositais e de grande impacto realizadas entre a factualidade da sua vida e a narrativa dos mangás permite afirmar que seria simplificar esta obra classificá-la como uma autobiografia. Nakazawa não está, apenas, perlaborando sua história, revisando as memórias nefastas de um sobrevivente da bomba atômica. Ele escreve uma obra que tem como objetivo, como mencionei acima, lutar pela justiça (em todos os sentidos, desde apontar os culpados pela bomba até mesmo denunciar o abandono da sociedade japonesa no pós-bomba o que gerou uma desigualdade social muito grande), buscar a paz e registrar vários personagens da vida real invisíveis ao mundo como pessoas afetadas pela bomba atômica nos seus mais cotidianos afazeres. A obra é um entremeio entre uma autobiografia e uma obra ficcional ambientada no passado.

Gen torna-se uma crônica em que o tempo cronológico não é o principal guia temporal. Ao longo da leitura da obra, em diversos momentos, não se sabe a exatidão de quando aquela cena narrada se passa. Isso, me parece, proposital. Uma das características do trauma é a impossibilidade de se distanciar do passado. O passado-presente, como diz Huyssen (2014),

estabelece-se e se impõe. Essa cronologia incerta faz compreender que as coisas demoraram, porém, dependendo de como se lê, o tempo pode ter passado mais ou menos rápido. Cenas que envolvem baseball, por exemplo, esporte favorito de Nakazawa, são representadas em quase metade de um dos volumes. Enquanto cenas que tratam da violência da polícia imperial contra o seu pai duram pouquíssimas páginas. Ambas não estão explicitadas na obra quanto tempo duraram, mas em sua autobiografia explica que seu pai ficou preso por quatro meses, enquanto a situação envolvendo o jogo de baseball decorreu em um dia. Esse jogo narrativo permite compreender que a obra define sua temporalidade. A linearidade está presente, porém implícita e, muitas vezes confusa. Mas afinal, ser vítima da bomba atômica permite esclarecer algo?

Na tentativa de responder a essa pergunta, cabe lembrar que dentro da perspectiva que propus no início desta tese, Gen faz parte daquilo que denominei como brilho de mil sóis. O sol, luz em excesso, cega, turva a visão, confunde, não permite compreensão exata. Por isso a narrativa se concentra em um espaço-tempo próprio, um cenário único, Hiroshima, entre 1945 e 1955, porém, detalhes temporais mais exatos são extremamente difíceis de serem identificados. Se perder no tempo é o sinônimo que Nakazawa encontrou para se perder na narrativa traumática. Afinal: “passado é mais indomável do que parece, e a narrativa, por mais que atribua sentido e forma, não possui plenos poderes de escolha e arbítrio, e, por isto, pode se fazer absolutamente presente” (CALDAS, 2015, p.145).

A mídia, pensando aqui em mídia corporativa pertencente ao *mainstream* comunicacional, e a forma em que é consumida, assistida e presenciada, constitui aquilo que Douglas Kellner (2001) chamou de “cultura da mídia”. Esta cultura da mídia quando analisada na perspectiva da Teoria Crítica, ou de uma análise criteriosa sobre seus discursos e interesses envolvidos nos processos representacionais e suas formas de consumo/recepção, podem servir de instrumento para uma compreensão de que a sociedade não é hegemônica, nem se estabelece apenas a partir do que as instituições de poderes demandam. Os processos de resistência e denúncia das opressões sempre existem, sejam eles com maior ou menor grau de intervenção no debate da arena pública.

Neste sentido, o que proponho nesta parte do texto é uma análise de uma produção japonesa que se “inconfirma” com o discurso oficial sobre o passado recente japonês. Se por um lado a parte do passado japonês que mais chama atenção da mídia são elementos que partem de mitologias, histórias de samurais, seus discursos sobre honradez e lealdade – algo bem discutível segundo Harootunian (2006), por outro, destaco o trabalho de uma vida de Keiji Nakazawa, autor da frase utilizada como epígrafe desta parte do texto, na qual a produção do

mangá “Hadashi no Gen”⁹⁵ me permite inferir sobre questões complexas da relação entre memória, história e esquecimento, bem como compreender a forma com que expor aquilo que Chakrabarty (2007) chamou de “feridas históricas” permite/propicia uma relação diferenciada com o passado.

A estória de Nakazawa (2010) conta a trajetória do garoto Gen Nakaoka, residente em Hiroshima antes, durante e depois da bomba atômica ser lançada sob sua cidade. No entanto, esse mangá não pode ser simplesmente classificado como uma autobiografia. Um dos primeiros motivos é que ele é abertamente autobiográfico, porém existem fortes elementos intencionalmente ficcionais existentes na obra. Gen, com fortes inspirações autobiográficas foi uma forma de falar sobre aquele passado traumático que tanto afetava a vida de seu autor, tendo ele sido censurado em diversos momentos em tentativas de desenhar sobre este evento. O mangá narra diversos elementos sobre o processo que envolve a bomba atômica, indo muito além de uma discussão memorial, mas realizando uma crítica social, uma análise das posturas de diversos espectros, desde o Japão imperial – da qual seu pai, segundo o autor, era crítico e sofreu grande represália por ter essa postura – até a política nuclear dos EUA e, principalmente, o obscuro período de ocupação do Japão que deixou rastros de censura incalculáveis.

Quando Todorov (2000) comenta como a memória é um lugar que abriga o que não pode ser esquecido no momento, mas, sobretudo, o que deve ser esquecido naquele contexto, levando aos abusos de memória, esses esquecimentos, elementos tão complexos (afinal como se faz alguém esquecer algo que se lembra?) exigem uma reconstrução no discurso, que obriga a colocar em xeque a possibilidade de sua memória estar mentido, da sua versão não ser a (mais) correta. A circulação nos ambientes públicos de apenas uma memória de tipo ideal permite a desqualificação de outros tipos de memória. Esse é um dos complexos legados deixados pela construção da narrativa memorial de Sadako Sasaki.

A ficção, neste sentido, torna-se um escudo inicial importante para expiar o fato de se representar uma memória impossível sobre o passado. No caso de Gen é evidente que o discurso ficcional foi o caminho encontrado por Nakazawa para falar sobre a bomba atômica sem a necessidade de entrar na seara de “comprovação” do que foi dito. Vale lembrar de Vidal-Naquet (1987), que afirma que esconder e apagar as evidências de um crime são práticas máximas de

⁹⁵ O nome listado no texto se refere ao título original em japonês colocado sob o alfabeto ocidental. No entanto o nome e a versão de análise que utilizamos para realizar este texto trata-se da versão traduzida pela Editora Conrad sob o título “Gen – Pés-descalços”.

violências praticadas no século XX. O caso da bomba atômica não foi diferente. Não cabe exigir da ficção a aporia da verdade, mas compreender suas estruturas narrativas e posturas éticas e políticas na construção de um discurso sobre o passado.

Nakazawa como bom ficcionista vai a fundo em elementos que talvez só a ficção poderia ser capaz de narrar. A riqueza de detalhes existentes nas suas representações da forma como o ensino japonês foi reestruturado, a organização política, o tratamento dado as pessoas que sobreviveram à bomba atômica em Hiroshima – além dos milhares desabrigados e feridos durante os últimos meses de guerra pelas tropas dos EUA – permitem compreender que a bomba atômica não é um processo estanque, que acabou no dia 9 de agosto de 1945. Pelo contrário, como diz na epígrafe, a bomba atômica existe até hoje, suas consequências físicas em seus sobreviventes, sua falta de punição e, principalmente, suas consequências políticas ainda estão vivas e pulsantes.

Neste sentido, Nakazawa desfaz, de uma vez por todas, o mito da “rápida reestruturação” do Japão devido ao seu “investimento em educação”, é possível compreender que este processo foi bem mais complexo e desenvolvido com muito mais interesse do que os japoneses demandavam. Além disso, repito, a memória de Nakazawa não pode ser classificada simplesmente como autobiográfica, uma vez que se trata também de uma espécie de discussão historiográfica-ficcional, ou, nos termos de Linda Hutcheon (1991), uma metaficção historiográfica, realizando um debate, por meio da ficção, contra as versões românticas sobre o passado japonês (e que se pretende como uma narrativa verdadeira sobre determinado aspecto do passado). Sadako, ou menções as narrativas memoriais construídas sobre ela, inexistem na obra de Nakazawa, uma ausência sintomática de que a ideia de “paz para todos” sem a noção de “punição aos culpados”, ou uma revisão a postura imperialista e autoritária do Japão durante a guerra é algo inviável para uma conciliação com o passado.

Se analisarmos a cultura japonesa, em termos hegemônicos, mas não generalizante, como aponta Seaton (2010), o ato de musealizar ou erguer monumentos no Japão é uma das principais, e mais recorrentes, formas de construir lugares de memória e estabilizar o passado. A não existência de algo deste porte com relação a *Magnum opus* de Nakazawa é um grande indício do quanto este tipo de memória não é bem aceita na arena pública japonesa. Gen não é a memória possível, ela escapa a lógica de conformação, subtrai-se do sistema de tipo ideal imposto a partir da memória de Sadako Sasaki. É preciso compreender que tanto a memória de Sadako quanto a estória de Gen têm crianças como protagonistas. São dois sobreviventes da

bomba na mesma cidade, porém, demandam coisas diferentes. Enquanto a memória oficial de Sadako pede pela “paz na Terra”, a estória de Nakazawa busca apontar os crimes, os criminosos e suas dinâmicas internas

Gen busca denunciar os horrores vividos, já que em memórias como a de Sadako (seja pelo fato de ter sido uma vítima, não uma sobrevivente, ou pelo fato da construção de uma narrativa em torno dela a partir de uma perspectiva anistiadora) há muito pouco espaço para entender o que foi a chuva negra, a perda de toda sua família, comer comida podre por anos (e não por uma simples falta de comida, mas, também, por uma política de austeridade imposta pela ocupação que manteve as crianças órfãs japonesas em situações de inanição grave), entre outros. Se num exercício memorial de lembrar fundamos o passado, como aponta Cruz (2014), é possível dizer que Nakazawa fundou um passado pertinente aos sobreviventes e aqueles que se indignam com a forma pela qual o passado japonês recente é tratado. Ele não pretende falar em nome dos sobreviventes num sentido autoritário, mas fala como um sobrevivente, sob a ótica de quem viu e viveu a destruição do seu país, seja pelas armas, seja pela política japonesa ou por parte dos EUA.

Esta obra permite além de lembrar do passado esquecido uma discussão profunda sobre aquilo que Anders (2011) mais questionava: a falha da humanidade enquanto humanos. Gen não se trata de passado, mas sobretudo de futuro, de perceber que tudo que aconteceu está cada vez mais perto de voltar a acontecer. Que, ao contrário do que se pensa, as armas nucleares, a guerra e a insensatez estão cada vez mais presentes na vida cotidiana do ser humano. E se, como afirma Gruner (2010), não conseguirmos nos chocar com o genocídio ameríndio e com a escravidão de africanos nas Américas, como nos chocaríamos com bombas atômicas lançadas sobre um dos mais temíveis países do eixo, durante a Segunda Guerra Mundial?

O trabalho de luto, argumenta Freud (2011a), necessita de uma materialidade visível para a compreensão da perda. Por isso, a importância dos corpos é tão grande para os familiares. Essa corporificação da perda faz suprir a ausência (uma ideia de vazio que poderá ser preenchido) pela compreensão de que não mais estará presente. A bomba atômica, só em Hiroshima, impediu que isso fosse feito com mais de 70 mil pessoas simplesmente por desintegraram-se no calor (não restando, sequer, cinzas) ou carbonizaram a ponto de ficarem irreconhecíveis.

Quando o luto tem que ser elaborado pelo sobrevivente, vítima e testemunha, é preciso atentar-se que: “o testemunho é uma condição necessária para ação e em certos casos é tudo

que se pode esperar de alguém que passou por uma experiência limite⁹⁶”. (LACAPRA, 2009). Essa ação de testemunhar pode se manifestar com um dever, uma obrigação moral imposta sobre si mesmo, obrigando-o a narrar com relação a um passado traumático muito além da sua vida, falando sobre uma coletividade que também estava naquele contexto, mas não pode ou consegue representar-se a si e aos seus.

Esse ato de falar em nome de alguém é praticamente inevitável, quando se trata de uma história em quadrinhos (um mangá, em termos mais preciso) em que os personagens precisam se expressar. Porém, quando envolve uma história autobiográfica alguns personagens são destacados de determinada maneira que permite compreender como Nakazawa assumiu seu dever de memória e buscou dar voz aqueles que historicamente estavam sufocados, com relação à bomba atômica.

Um dos primeiros casos mais emblemáticos, em que um personagem representa uma coletividade muito maior é o pai de Gen Nakaoka, e todo o seu discurso antimilitar e anti-imperialista. O pai de Nakazawa, como dito anteriormente, tinha posições políticas extremamente críticas ao governo japonês. No entanto, seu o alter ego, o pai do Gen, é representado de maneira abrangente, principalmente no discurso, que pode ser interpretado como uma forma narrativa de representar uma ideia.

Minha proposta analítica é compreender que determinados personagens têm em sua personalidade um discurso altamente perceptível na sociedade japonesa durante a Segunda Guerra Mundial. Questões que são discutidas na historiografia, emergem a partir da narrativa memorial de Nakazawa. Esses personagens podem representar uma coletividade muito maior, uma ideologia ou pensamento comum daquela época. Quando estes possuem discursos destoantes da maioria, a discrepância entre quem apoia um discurso ou outro é, para mim, uma evidência da tentativa de Nakazawa demonstrar uma hegemonia discursiva sobre aquele aspecto. No entanto, não se pode esquecer que a obra não foi escrita em 1945, são quase trinta anos depois que ela começa a ser escrita. Isto mostra, que toda essa (nova) vivência memorial de Keiji Nakazawa está, como afirma Walter Benjamin (1996), procurando dar voz aos mortos do seu presente, daqueles que não tiveram suas memórias, histórias, corpos e dignidades representadas. Em outras palavras, é uma busca pela “justa memória” (RICOEUR, 2007).

Daikichi Nakaoka é o nome do personagem que é pai do protagonista da história. O sr. Nakaoka é representado com um semblante sisudo, com uma postura ética ilibada e

⁹⁶ Texto original: “El testimonio es una condición necesaria de la acción y en ciertos casos es todo lo que cabe esperar de alguien que ha pasado por una experiencia límite”.

personalidade forte. Artesão, não se vê como artista por não perceber o seu trabalho valorizado. Toda aparição de Daikichi no mangá é envolvida em uma discussão anti-militarizada, anti-imperialista (principalmente ligado ao EUA) e anti-imperador. Interessante notar que em nenhum momento é citado algo como anti-stalinista ou anticomunista. Em uma emblemática cena, logo no início do mangá, percebe-se uma discussão entre soldados imperiais e o sr. Nakaoka, principalmente sobre a postura militarizada e imperialista. Veja abaixo:

FIGURA 9 - VISÃO SOBRE A GUERRA



Fonte: NAKAZAWA, 2011, vol.1, p.13

Para compreender melhor o contexto de enunciação deste tipo de discurso é preciso atentar-se a duas coisas. Primeiramente ao aspecto das possibilidades, ou não, de emitir discursos contrário a guerra em um Japão Imperial. Segundo argumenta o cientista político japonês Morihide Katayama (2012), do ponto de vista conceitual, o Japão não se enquadrava nem como fascista, nem como totalitarista. Ao analisar os discursos de soldados japoneses ele remonta a Primeira Guerra Mundial e ao sentimento constante de ultranacionalismo surgido ali

para compreender que o Japão só não se tornou um estado fascista por excelência principalmente por se tratar de um estado arraigado nas tradições imperiais japonesas, que não se apresentava como algo novo e, com isso, dificultava grandes modificações do ponto de vista cultural e econômico. O que se vê segundo o autor supracitado é uma intensificação de uma tradição imperialista e colonizadora.

Embora a presença de Josef Albert Meisinger, alto oficial nazista, na condição de embaixador alemão no Japão na década de 1940, tenha influenciado e assessorado o governo em várias questões que dizem respeito a radicalização de uma postura fascista, os japoneses negaram-se, por exemplo, a perseguir os judeus em Xangai por não acreditarem ser uma questão pela qual haviam de se preocupar. A busca por subjugar os povos da Ásia era sua prioridade (KATAYAMA, 2012). No entanto, como afirma Carol Gluck (1990), esse processo dentro do Japão, para o povo japonês, foi construído aos poucos, gestado desde antes da era Showa, mas atingindo seu apogeu sob o comando de Hirohito.

Gluck comenta que o imperador japonês e a elite política do país iniciaram, desde o fim da Segunda Guerra Sino-Japonesa, um processo declarado de expurgo, perseguição e exílio de entidades e pessoas que passassem a ser críticas do regime. Até a Primeira Guerra Mundial isso se manteve estável, tendo sido completamente abalado a partir da crise de 1929 que fez com que surgisse com muita força movimentos socialistas, anarquistas e sindicalistas. Isso demandou uma repressão ainda maior por parte do governo e uma busca sistemática em coibir esse tipo de pensamento. Portanto, o caso do pai do Gen, como uma voz destoante, pode ser interpretado como fruto desses movimentos sociais e populares que se ramificaram no Japão desde o início do século XX, como forma de resistir a exploração imperialista e militarizada (sempre na busca invadir e conquistar territórios alheios) por parte do Estado japonês.

A segunda questão é sobre o projeto de país defendido pelo personagem, que, uma vez sendo este o alter ego de seu pai, influenciou-o diretamente na construção de um projeto de país e de mundo que passa diretamente pela busca daquilo que Mateus Pereira (2015), para o caso brasileiro, argumenta: a necessidade de punição e justiça aos crimes do passado para a elaboração de um projeto nacional pautado em políticas democráticas e favoráveis ao dissenso. Na sua autobiografia em prosa, na qual explica que Gen é Keiji, mas que as diferenças factuais de sua própria vida foram para universalizar ainda mais a história, poupar desgastes com alguns nomes conhecidos de seus familiares e afins, afirma que: “papai me disse que coisa horrível é o sistema imperial: que a guerra havia começado por ordem do imperador, e que, como

resultado, fomos queimados pela bomba atômica⁹⁷” (NAKAZAWA, 2010, p.104). E ao comentar sobre o ato de curvar-se ante ao imperador em sua visita a Hiroshima em 1947 ele diz que: “fiquei surpreso com a pouca consciência sobre a guerra que o diretor, os professores, os chefes locais e os pais demonstraram: querer agradecer a esse imperador, ainda impune⁹⁸” (NAKAZAWA, 2010, p.104). Essa postura permite entender que, na visão de Keiji Nakazawa, muitas pessoas mesmo depois da bomba atômica ainda cultuavam o imperador, acreditavam em sua santidade ou, pelo menos, inocência com relação a guerra. Isso é fulcral na sua narrativa, expondo como o imperador e o exército imperial, com apoio maciço da sociedade contribuiu para fazer e continuar a guerra, “essa guerra que é errada” como fala Daikichi Nakaoka na imagem acima.

Essa colaboração, no caso francês, foi extremamente analisada por Henry Rousso (1994). O colaboracionismo, argumenta o historiador supracitado, cria um estigma, uma marca, indelével. Um peso que faz com que a sensação seja de um passado que não passa. Repetido, sem ser aprofundado, sem permitir outras narrativas, mas sempre presente. Esse passado colaboracionista no Japão, denunciado por Nakazawa, não pode ser comparado friamente ao caso francês. A crítica aqui é dirigida tanto aos que durante a guerra corroboram por espontânea vontade em vigiar, punir e lutar por causas claramente segregacionistas, colonizatórias e racistas, e, também, uma incisão ainda maior no discurso quanto a falta de tomada de consciência por parte do povo japonês da sua responsabilidade e conivência, como das autoridades locais e nacionais (dos professores da escola ao imperador) nesse processo. Vejamos a cena abaixo.

⁹⁷ Texto original: “Dad had told me what a horrible thing the emperor system is: that the war had begun at the order of the emperor, that as a result we were burned out by the atomic bomb, many people were killed, and even now many injured bomb victims were suffering and groaning”.

⁹⁸ Texto original: “I was stunned at how little awareness about the war the principal, teachers, local bosses, and parents showed: to want to thank that emperor, still unpunished”

FIGURA 10 - O TRAIADOR SUJO?



Fonte: NAKAZAWA, 2011, vol.1, p.67-68

Depois de ter ficado alguns dias detido, o pai de Gen, que havia confrontado guardas imperiais por sua postura contrária a guerra e ao imperador, retorna a sua casa. Antes mesmo de entrar na casa é recebido com pedras e insultos. Vale ressaltar que a língua é uma dinâmica cultural. Portanto, para ofender alguém a partir da fala em português, provavelmente, recorreríamos aos ditos “palavrões”. No Japão, não é usual, muito menos em mangás e literatura o uso destes termos chulos. No entanto, é possível ofender uma pessoa em língua japonesa com termos que em português não atingem a mesma significância. A tradução brasileira de Drik Sada, corretamente, interpretou o kanji “汚い” (kitanai) como sujo, perfeito do ponto de vista literal. Mas nessa expressão, pode-se perceber que, culturalmente falando, o termo sujo remonta a aspectos importantes do *bushido*, principalmente os ideais de lealdade e honra. Ser acusado de traidor e sujo por seus vizinhos e antigos amigos permite compreender a responsabilidade civil pela guerra e, como o próprio Nakazawa falou, “como resultado, fomos queimados pela bomba atômica”.

Outro conflito narrado por Nakazawa, ainda focado em seu pai é quando seu irmão mais velho resolve se alistar e servir ao exército imperial. Com medo e revolta pelas represálias que a família vinha sofrendo pela postura de seu pai, Koji Nakaoka decide ir para a guerra, motivo de desespero e frustração de seu pai. É interessante notar que, como dito acima, visões contrárias a postura do imperador eram altamente combatidas. Porém, Nakazawa representa seu pai como alguém que consegue antever o resultado da guerra. Num sentido bastante semelhante ao que Pedro Caldas comenta sobre o Primo Levi, quando o literato italiano, por meio de seus personagens, afirma que: “guerra é sempre” (CALDAS, 2015, p.143 apud LEVI, 1997, p.57).

Esse porvir da guerra é altamente complexo para um cidadão da periferia de Hiroshima, artesão e sem nenhuma pessoa com quem dialogasse ou que contemplasse a mesma postura política. A essa voz solitária no deserto proponho pensar como a representação de um discurso altamente minoritário, talvez quase inexistente em 1945, o período máximo da repressão imperial japonesa frente a provável derrota na guerra. A condenação quase que total deste tipo de discurso contestador pelas autoridades, civis e militares, em contrapartida, demonstra como a hegemonia desta versão oficial da história japonesa (a mesma que alavanca a memória de Sadako Sasaki) em torno da rendição incondicional é um problema claro a ser enfrentado na sociedade japonesa. Nakazawa com isso, não apenas denuncia tal situação, mas através de sua narrativa memorial busca compreender como se construiu e se enraizou este discurso e essas memórias. A tentativa de dizer algo como: “eu vi, eu vivi e foi assim” busca fazer-se entender e refletir sobre muito mais do que o evento de 1945 da bomba atômica, mas toda a dinâmica desencadeada na sociedade japonesa depois disso.

Como afirma Aleida Assmann (2011, p.283): “as recordações se reconstroem sob a pressão específica de um determinado presente, mas também em quadros institucionais específicos que operam sua seleção e definem seus contornos”. Por isso, a memória do pai de Nakazawa transposta em Gen é uma lembrança do mangaka mediada pelo presente do Japão das décadas de 1970 e 1980, período este, como afirma Seaton (2010), em que o país nipônico despontava como o lugar da tecnologia e do futuro, não tendo tempo para perder com o passado. Isso, porém, aliado a constante presença deste passado que não passa, sobretudo pela pressão dos países vítimas do império japonês (principalmente China e Coreia do Sul) e pelo movimento organizado de setores civis organizados (principalmente estudantes – universitários e secundaristas –, sindicatos, movimentos de esquerda e antinuclear), fez emergir a necessidade de compreender o discurso de seu pai como uma voz solitária, alguém que estava certo, mas

que ninguém reparou (tanto no passado, como até o seu presente). Essas culturas de passado dinamizam a memória e buscam nas narrativas as respostas possíveis a estas angústias.

A perspicácia de Nakazawa em encadear sua narrativa é tamanha que em Gen – Pés-descalços o único que respeita, compreende e se sente representado pelo discurso do sr. Nakaoka não é japonês. É justamente um coreano (naquele contexto a Coreia era um país unificado) que estava em Hiroshima não por condições apazáveis. Veja a imagem abaixo:

FIGURA 11 - SR. PAK: O COREANO



Fonte: NAKAZAWA, 2010, vol.1, p.70

Ao declarar “Sr. Pak, fico feliz, pelo menos uma pessoa me entende”, o pai do Gen, no excerto acima, evidencia o quanto essa voz dissonante e contrária as políticas imperiais só eram escutadas por aqueles que sofriam com o colonialismo japonês. Se o sr. Nakaoka tem aparição muito restrita, basicamente é um personagem fixo no volume, depois com a sua morte pela bomba atômica ele torna-se um personagem esporádico, sendo retomado em alguns *flashbacks*. Porém, o seu legado antimilitarista é assumido por Gen e, desde a bomba atômica o dever de memória transformou a vida do garoto sobrevivente.

Provavelmente para Keiji Nakazawa perceber o esfacelamento dos ossos de sua mãe por conta da radiação tenha sido crucial para que repensasse o quanto seu pai tinha razão e, ao reconstruir sua própria memória, narra sua vida como aquele que encampou o legado de seu pai ainda criança. No mangá Gen inicia sua luta e manifestação contra a militarização, os EUA e o imperador, buscando colocar a culpa onde ela deveria estar, desde sua tenra infância. Cada desafio em busca de comida, sofrimentos pela radiação, humilhação por parte das tropas dos EUA, perda de familiares e amigos, não ter onde morar, não ter onde estudar e afins, gerava no personagem um ressentimento ainda maior justamente por perceber que tudo isso poderia ter sido evitado, uma vez que essa estória foi escrita em um outro contexto em que já se sabia o resultado dessas práticas. Só que esse ressentimento também é uma culpa.

E uma culpa moral, tendo em vista que ao redesenhar sua trajetória Nakazawa admitiu só falar da bomba atômica em 1966, depois da morte da sua mãe. No mangá ele representa-se como uma criança politizada e astuta para denunciar as mazelas daquela sociedade japonesa. É interessante pensar que a mãe de Gen, a ficcional, morre muito mais cedo que a mãe de Nakazawa. No mangá a personagem morre alguns anos após a bomba, depois de dar à luz e ver sua filha morrer, em breve contrai um câncer que a leva a morte. Esse trabalho de luto adiantado na ficção revela a necessidade de saber antes as origens dos problemas do passado para ter um melhor futuro. Falar e ser ouvido já bastaria. Era preciso falar. E é isso que Gen vai fazer! Ouvir e dar voz aqueles que não foram escutados no contexto da bomba.

E essa é capacidade ficcional da arte – alterar elementos factuais para tornar a narrativa mais impactante e até pedagógica – que a historiografia não pode (e não faz), como argumentava Certeau (1982), e que, muitas vezes acaba dificultando perceber outras culturas de passado no mesmo contexto. Não se trata de um falseamento, em termos. São realocações de personagens e narrativas para que se compreenda que havia outras vozes no passado, outras culturas de pensar e entender a sociedade e a temporalidade. Como a factualidade da vida de Nakazawa não permitia a ele entender como quase ninguém questionava esta memória e história

oficial, utiliza-se do recurso ficcional para que a partir do que seu pai lhe dizia fizesse com que ele tomasse a consciência e agisse para que o mundo se tornasse algo melhor.

Essa análise acima leva em conta que: “o historiador pode eliminar ou atenuar excessivamente o peso diacrônico do passado, incluindo as consequências de um trauma, vendo o passado exclusivamente em termos de usos e abusos do presente, por exemplo, como capital simbólico na política de memória⁹⁹” (LACAPRA, 2005, p.61). Por isso, o capital simbólico nesta política memorial é justamente a disputa para perceber e compreender como a sociedade japonesa construiu e legitimou tal versão do passado que traz consequências sérias para o presente.

Sr. Pak, o coreano, é um personagem que pouquíssimo aparece nas histórias. Tem sua participação reduzida e normalmente atrelada a mensagens solidárias, pacifistas e humanitárias. A existência desse personagem faz alusão a morte de mais de 20 mil coreanos em Hiroshima, por causa da bomba atômica. Esse número elevado de coreanos se dava pela condição de trabalho análogo a escravidão ou como prisioneiros de guerra, condições que foram submetidos desde 1910, quando o Japão anexou a Coreia (KIMURA, 1995).

Outro personagem que Nakazawa faz questão de dar voz é Natsue, uma jovem aparentemente pouco debilitada, com o rosto coberto cicatrizes e que passa os dias fabricando, aparentemente, um vaso de cerâmica. Após a bomba atômica, diversas crianças tornaram-se órfãs e passaram a viver em bandos como forma de sobrevivência. Natsue foi encontrada por Gen e seus amigos após a morte da sua mãe, a personagem em questão é obcecada por terminar de fabricar este objeto, o que gerou alguns conflitos. Ao desenvolver uma relação afetuosa e carinhosa com a personagem, Gen descobre que ela era uma *hibakusha*, que tinha vergonha da sua condição física, consequência da radiação. A sua condição de fragilidade pela doença só aumentava e cada vez mais insistia em produzir aquele objeto. Em uma cena chocante, em que Gen perde mais uma presença feminina na sua vida (havia perdido o irmão, no 6 de agosto de 1945, e a pouco a mãe), Natsue morre. A morte dela gera outra emblemática cena ao descobrir que ela fabricara uma urna, e não um vaso, para poder ter suas cinzas depositadas em um lugar e não ser cremada e ter seus restos classificados como indigente, como acontecia com muitas pessoas mais pobres (NAKAZAWA, 2015, vol.8).

⁹⁹ Texto original: “El historiador puede eliminar o atenuar excesivamente el peso diacrónico del pasado, incluidas las secuelas del trauma, viendo el pasado exclusivamente en términos de los usos y abusos del presente, por ejemplo, como capital simbólico en la política de la memoria”

Conforme os anos vão passando, a voz de seu pai que ecoava no deserto, agora encampada por Gen, começa a reverberar. Encontram-se não só críticas ferrenhas a bomba atômica, aos EUA e ao imperador por parte de Gen. Mas também aparecerem denúncias e relatos de outras pessoas sobre a posição política de cada um desses agentes supracitados – como o exemplo do personagem que foi torturado e obrigado a servir de espião na Coréia do Norte durante a Guerra da Coréia, por parte do GHQ.

Neste contexto, provavelmente na década de 1950, no mangá começam a aparecer manifestações por paz, por independência dos EUA, contrárias a bomba atômica, entre outras. Por isso, Gen Nakaoka começa a ser representado apenas como uma engrenagem de um movimento muito maior. A crítica a violência do GHQ é sempre destacada, porém contrastada pela inexistência do contraditório no período em que seu pai era vivo (há pelo menos 5 anos antes, uma vez que a imagem acima está situada em 1950). Nakazawa parece remeter, sem anistiar, a ideia de que o imperialismo japonês possuía um caráter fascista e totalitário, agindo na vida pública e privada e obrigando a formulação de um consenso. As inúmeras denúncias que Nakazawa faz, colocando palavras e imagens e alçando a voz de pessoas que se diziam, no contexto em que escreveu a obra, não ter participação nenhuma na guerra ou com a bomba atômica é muito importante de ser destacada. Por isso, seu dever de memória não era só lembrar dos vencidos que haviam sido esquecidos. Estava incluso em seu porvir uma aporia em busca de representar e dar vida aos opressores anistiados ou esquecidos.

As diversas vozes que ecoam a partir da sua narrativa permitiriam muitas outras análises e ponderações. No entanto, como forma de objetivar e buscar compreender como o passado sobre a bomba atômica é mobilizado na sua narrativa memorial focarei em entender as variações experimentais que o autor realiza para tentar expressar, narrar, atuar e quem sabe perlaborar o seu trauma.

Essa busca por compreender a si mesmo, a jornada em torno de si, no caso de Nakazawa, assume-se como uma postura ética e estética bem elucidada. Ao falar da bomba atômica, o autor em nenhum momento recorre ao cogumelo atômico para explicar algo. O clarão, a explosão e todos os sentimentos envolvidos nisso, desde a incapacidade de se chocar com o terror, como uma forma de recalcar no inconsciente aquelas vivências para poder sobreviver, até as questões envolvendo a participação dos diversos setores sociais na produção, lançamento e perduração do sofrimento a partir da bomba atômica são temáticas presentes na obra. A memória de Nakazawa é registrada por meios nos quais quando seus personagens não falam, eles utilizam-se de um recurso bastante comum em HQ que é a utilização de um narrador onisciente que

explica e contextualiza a situação para o leitor. No caso de Gen – Pés-descalços sempre quando há essa narração existe a presença de sol, chuva, ou lua e alguma explicação política para algum fato. Assim foi o momento que coloca Einstein como um dos culpados pela produção da bomba atômica (NAKAZAWA, 2010) ou quando fala da visita do imperador a Hiroshima em 1947, sendo aclamado pela população (NAKAZAWA, 2015). Esse recurso narrativo permite explicitar a opinião de Nakazawa, sem a possibilidade de proteção de dizer que determinado enunciado foi feito pelo personagem. É ali que desnuda-se a opinião do autor e ele expressa toda sua indignação para todos aqueles fatores que listei acima.

Figura 12 - Movimentos sociais na década de 1950 em Hiroshima



Fonte: NAKAZAWA, 2015, p.42

Quando Benjamin (2009), preocupado com a enunciação coletiva de memórias, se questiona como pode se fazer jus aos mortos e vencidos, é preciso refletir sobre o quanto podemos escutar estas narrativas memoriais, criticá-las e, sobretudo, refletir a partir delas. A história precisa dar conta de organizar e alavancar estas memórias, trabalhar com elas para a construção de uma narrativa que faça justiça aos mortos. Essa perspectiva é uma premissa

importante de análise desta tese. Principalmente levando em consideração aquilo que Huyssen (2014) chama de trauma do futuro, ou seja, o trauma como uma filosofia da história pautada pela dor ou felicidade em relação ao porvir. Essa perspectiva de um futuro traumático é necessária ser repensada, a essencialização do trauma (estamos todos traumatizados, como argumenta Agambem (2008)) recai num esvaziamento do processo psicanalítico de valorizar a perlaboração no processo de repetição e renarração de um passado que deixou marcas.

Entendo que: “variações experimentais são, de fato, aleatórias e abertas, pois reapresentam um passado recente e doloroso” (CALDAS, 2015, p.144). desta forma, nesta terceira etapa de análise, gostaria de destacar uma das variações experimentais por parte de Nakazawa. Segundo Caldas (2015), as metáforas são parte fundamental na construção de uma narrativa sobre um trauma. No caso de Gen, o próprio nome e seus símbolos são afeitos a essa problemática. O nome Gen deriva dos kanji “元素” (genso) que em tradução literal significa “elemento”, parte inicial da palavra elemento químico. Provavelmente o alter ego de Nakazawa tenha tido seu nome definido por uma série de questões, uma delas diz respeito a noção do átomo de uranio (elemento químico) utilizado para fazer a bomba atômica. A mesma questão motivou sua maior inspiração artística, Osamu Tezuka, a nomear seu personagem mais famoso de “鉄腕アトム” (Tetsuwan Atomu), em tradução literal “Poderoso Atom”, que no Brasil ficou conhecido como *Astroboy*.

Outro símbolo importante, este com uma conexão imagética ainda mais forte é o trigo. Segundo a enciclopédia Herder Lexikon o símbolo do trigo possui diversos significados em diferentes contextos, destacaria a ideia de que os trigos: “são considerados símbolos do nascimento e da morte, ou então da morte e do renascimento” e, complementando “na Grécia antiga, a espiga, por ser fruto do seio materno da terra, simboliza também o fruto do ventre humano” (HERDER LEXIKON, 1998, p.196). Nakazawa explica o simbolismo do trigo numa acepção muito semelhante a essa ideia de morte e renascimento. Veja a imagem abaixo da primeira cena da primeira página do mangá.

FIGURA 13 - PISE NO TRIGO PARA CRESCER MAIS FORTE



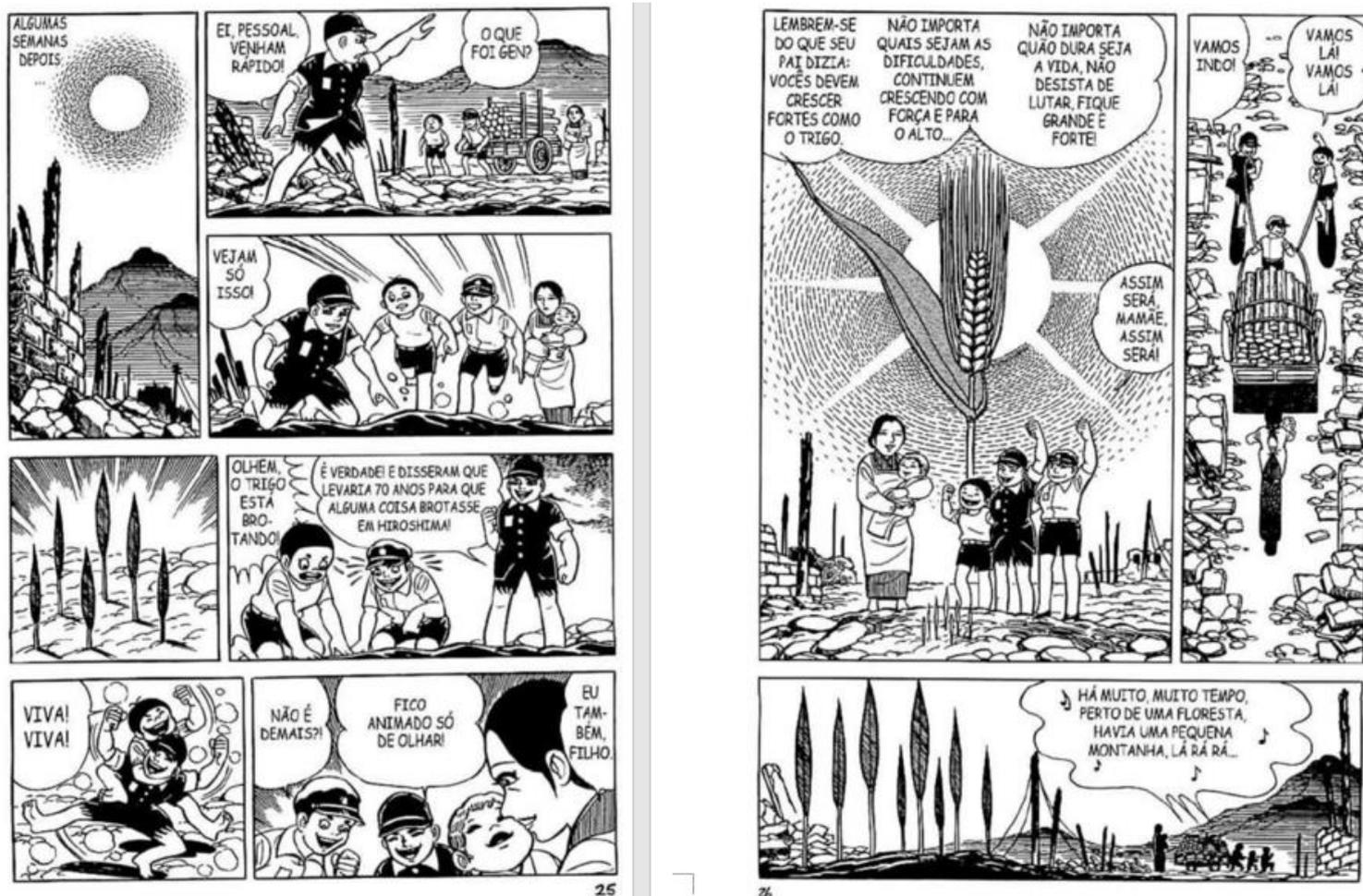
Fonte: NAKAZAWA, 2010, vol. 1, p.1

Esta imagem acima está num contexto anterior a queda da bomba atômica. Nela é possível perceber o pai de Gen Nakaoka ensinando seus filhos a milenar técnica de plantação de trigo. Uma das formas de compreender aquilo que Lifton (1967) chamou de “falha de responsabilidade”, ou seja: “quanto maior a relação de proximidade com uma pessoa que alguém deixou de ajudar (ou mais, que mais tarde eu pensei que deveria ter ajudado), maior a

sensação de ser responsável pela morte dessa pessoa¹⁰⁰” (LIFTON, 1967, p.37). Dois fatores precisam ser levados em consideração: 1) o pai de Nakazawa morre durante a explosão atômica. Esta cena é narrada por ele em Gen – pés-descalços. Não é à toa que na primeira cena do mangá, na abertura, apareça os dois membros juntos e confraternizando. Ao celebrarem felizes a plantação e tratamento do trigo, estão celebrando a vida. Essa celebração será interrompida pela bomba atômica e uma forma de representar isso, tentando compreender os motivos pelo qual ele (Nakazawa) está vivo e seu pai e irmãos mortos, é demonstrando a transcendência de tudo aquilo que é pisoteado e volta a crescer mais forte.

Depois de todo o caos dos primeiros dias após a explosão, ainda em meio a extremas desigualdades e antes da ocupação aliada no Japão iniciar, Gen parece ter um sinal de que tudo vai ficar bem. Em um tom completamente otimista o protagonista encontra brotos de trigo.

FIGURA 14 - TRIGO RENASCE APÓS A BOMBA ATÔMICA



Fonte: NAKAZAWA, 2011a, p.25-26

¹⁰⁰ Texto original: “The closer the relationship to a person one failed to help (or later thought one should have helped), the greater one’s sense of being responsible for that person’s death”.

Isso me leva ao segundo aspecto de compreensão do trigo como símbolo. É a característica seriada em que a obra foi produzida. Nakazawa (2010), em sua autobiografia afirma que sabia qual histórias queria contar desde o início, porém nunca conseguiu precisar o tamanho da sua história. Desta forma, quando ele fez a primeira página, provavelmente ele já estava projetando retomar a metáfora do trigo como renascimento. Esse renascer, de certa maneira expiador e esperançoso, é um alívio na leitura densa e violenta que antecede os dias após a bomba atômica. Porém, uma página após ela é, novamente, soterrada por uma dose de pessimismo ao anunciar o desembarque do General Douglas MacArthur como líder da ocupação aliada no Japão. Avançando ainda mais na narrativa, Gen começa a perder o seu cabelo devido a radiação. Uma das características fundamentais do mangá é a sua capacidade de misturar emoções e colocar os personagens em constantes questionamentos a respeito de suas posturas éticas. Gen era capaz de zombar e debochar de uma pessoa que estava ficando careca, pois não entendia que aquilo era fruto da radiação, até que, um quadro depois, ele fica completamente consternado com aquela situação (NAKAZAWA, 2012). Em seguida, foi sua vez, e gradativamente foi perdendo seu cabelo e, junto com ele a esperança. A luta por algum mísero dinheiro ou comida, uma busca por um lar, para fugir da violência de milícias e criminosos parecia ser perdida. Eis que surge novamente o trigo e seu pai para lhe mostrarem que o caminho trilhado é só o início, mas é possível.

FIGURA 15 - O TRIGO REASCENDE A ESPERANÇA



Fonte: NAKAZAWA, 2012, p.268.

O trigo não é um simples renascer, é um sinal de esperança. Não é salutar que Gen é incansável em sofrer e, minutos depois, sorrir, aventurar-se e novamente sofrer. Marcado pelo seu constante senso de altruísmo, a esperança em um mundo melhor parece defini-lo como um utópico, num sentido de sempre pensar numa sociedade ideal. Porém, pode ser apenas uma forma que Nakazawa encontrou para falar sobre como obteve energia e motivação para viver perante o caos. Ainda considero a primeira hipótese mais pertinente, sobretudo porque este

símbolo que percorre toda a trajetória de Gen Nakaoka. Não acidentalmente é o signo mais impactante da bandeira do Partido Comunista Japonês (PCJ). A analogia utilizada por Nakazawa para se referir as dores da guerra e a possibilidade de continuar vivendo se deu a partir de uma realidade rural a qual presenciou na sua infância numa Hiroshima pré-bomba atômica.

FIGURA 16 - BANDEIRA DO PARTIDO COMUNISTA JAPONÊS



Fonte: <https://ameblo.jp/2430fuji/entry-11038718550.html>

O trigo quando plantado em pequena quantidade tem como tradição, desde o Japão feudal, ser pisoteado ao brotar para que o costumeiro vento nipônico não destrua a plantação. O PCJ, fundado em 1922, adota o trigo como um dos símbolos máximos ao representar os camponeses. Não encontrei nenhuma referência que associe Nakazawa ao PCJ, porém todas as suas ideias defendidas com relação à política e economia japonesa se assemelham aos prognósticos defendidos pelo partido desde a década de 1970. Essa concepção de crítica ao imperador e uma defesa intransigente contra o imperialismo estadunidense são pauta tanto do partido quanto de Nakazawa. Embora possa ser apenas uma coincidência simbólica, penso ser possível perceber uma certa inspiração do autor de Gen em utilizar o trigo como símbolo do seu renascer, do seu recomeço. Lembrando, que: “não é um recomeço que apaga o passado, que simplesmente ‘segue em frente’, como se fosse possível se distanciar com segurança do passado, mas antes uma narrativa de recomeço que carrega baldes de excrementos” (CALDAS, 2015, p.140). E esses baldes, cheios de sujeira, são carregados até hoje. E isso Keiji Nakazawa deixa claro nas últimas páginas em que encerra sua decalogia, após ficcionalizar sobre a sua (e do seu entorno) história desde a bomba atômica até sua ida para Tóquio.

FIGURA 17 - VARIAÇÕES EXPERIMENTAIS DO TRIGO COMO SOFRIMENTO



Fonte: NAKAZAWA, 2016, p. 256-257

Ao declarar: “Que venham os sofrimentos! Para mim, eles não são nada! Nada vai me vencer!” (NAKAZAWA, 2016, p.257), dentro das suas variações experimentais para conseguir

narrar um trauma, percebe-se que: “na dificuldade em ser ouvido, e, assim, podemos pensar tanto em um limite da escuta, da recepção, como habitualmente mencionamos o da representação” (CALDAS, 2015, p.143) estabelece-se este tipo de experimentação. Por isso, em um ato budista (e sartreano) reconhece-se o absurdo do mundo e passa a se conviver com ele. Assim como Gagnebin (2020), ao examinar os textos de Theodore Adorno sobre o passado traumático do Holocausto, não coloca em termos a necessidade de se lembrar deste evento, mas sobretudo não repeti-lo. Gen – Pés-descalços é um epitáfio que clama pelo fim das armas e energia nuclear, sem que com isso se esqueça e deixe de lutar por justiça e responsabilização dos envolvidos na bomba atômica. Afinal, é preciso entender que: “certamente, a vontade e a coragem de se lhe opor, de ousar confrontar o não dito do passado para trazê-lo à memória e à fala, a fim de poder inventar uma outra ordem da vida em comum, essa coragem e essa vontade não faltam” (GAGNEBIN, 2020, p.213).

Assim como Daniel Mantovani, para Nakazawa narrar o seu passado foi um exercício de compreensão de si próprio. E mais que isso, foi um exercício de entender as situações e reverter a lógica, afinal quem jogou a bomba é que deveria estar traumatizado. É como se houvesse uma busca para a relação entre a testemunha e o narrador. Se a memória só se efetiva quando narrada, é preciso lembrar que “nem todo mundo que tem algo a dizer testemunha sobre isso¹⁰¹” (SVAMPA, 2016, p.176). Como apresentei, Nakazawa até 1966 não tinha uma memória, ou melhor, uma narrativa sobre suas lembranças. Quando escreve Gen realiza um trabalho que certamente demandou um exame mental, e, também, um estudo denso da realidade vivida a partir de outras experiências e demandas. Um outro dilema a ser superado era a ausência de discussões sobre a dupla aceção da culpa pela bomba atômica no espaço público: de um lado o império japonês causador da guerra e perpetuador do sofrimento; por outro os EUA que lançaram a bomba, ocuparam o Japão instalando um regime de violência e censura.

A busca de Nakazawa não é só pessoal, mas seu dever de memória é encarado como a busca por uma inscrição forte, pensando a partir da definição de Mateus Pereira (2015), na memória coletiva e global. Keiji Nakazawa faz uma memória a contrapelo, parafraseando Benjamin (1996), ou seja, a busca por estabelecer uma memória anti-hegemonica, sobretudo pautada na sua autoridade como testemunha e sobrevivente. Abolindo a ideia da testemunha imparcial, o observador neutro, e passando a exercer sua posição completamente engajada, buscando mobilizar não só a partir das emoções e factuais, mas também da estética,

¹⁰¹ Texto original: “No todo aquel que tenga algo para contar da testimonio sobre ello”

demonstrada que aquele lindo cogumelo atômico que insiste em ilustrar livros didáticos no Ocidente esconde horrores muito maiores até do que a própria explosão da bomba atômica.

Como uma forma de epílogo deste capítulo, termino com um fragmento do mangá analisado que sintetiza esta discussão teórica que apresentou aspectos importantes sobre como o passado da bomba atômica foi manipulado (no sentido da ação de usar algo) de forma consciente para produzir sentimentos e reflexões que permitam uma perlaboração coletiva de um trauma, junto com uma luta constante por paz **E** justiça, demonstrando que não há possibilidade de dissociar ambas na busca de uma sociedade igualitária e a serviço da classe oprimida, como desejava Benjamin (1996).

FIGURA 18 - A BOMBA ATÔMICA E A MEMÓRIA



CAPÍTULO 3 – Esquecimento: do silenciamento a conformação do passado

O segredo para a paz é a justiça
Reverendo Al Sharpton

Miguelanxo Prado é um quadrinista galego que em sua obra-prima “Ardalén” conta a história de um senhor chamado Fidel, que um dia é confrontado pela jovem Sabela para saber sobre seu avô, ao qual, segundo a investigação da moça, ele teria conhecido na juventude. Fidel, agora muito idoso, com a memória completamente afetada, transita entre a negação inicial, as narrativas inverossímeis e a revelação de alguns aspectos do passado vivido com o avô de Sabela, das quais jamais se terá certeza se, e como, ocorreram. Sabela, por outro lado, alternou entre a indignação de perceber uma testemunha refutando-se da responsabilidade de testemunhar, a compaixão para com o esquecer involuntário da idade e, a compreensão de que não ter uma narrativa completa e totalmente coerente do passado faça parte da vida, afinal o passado não é coerente. A vida pretérita de Fidel com o avô de Sabela enquanto marinheiro embarcado e suas aventuras em Cuba são parcialmente reveladas, e permitem entender que lembrar, nem sempre, é um ato voluntário.

O esquecimento, tema deste capítulo, terá como objetivo central compreender alguns aspectos para além deste tipo de esquecimento involuntário que acometia Fidel, para isso caberá aqui algumas digressões introdutórias ao assunto. Início com uma premissa bastante simples, *a priori*, mas que precisa ser bem desenvolvida para ser compreendida. O esquecimento, por excelência, só existe em casos como o de Fidel. O idoso da obra de Miguelanxo Prado não consegue lembrar, esqueceu. Seja por incapacidade neurológica, seja por traumas sofridos, recalcamientos ou outra questão de ordem patológica e/ou psíquicas. Assim, neste momento temos um esquecimento estabelecido. Porém, é preciso ressaltar, nem mesmo este tipo de esquecimento é, em muitos casos, irreversível. Dependendo dos estímulos feitos a memória reprimida pode voltar a ser narrada, trabalho esse, por exemplo, executado por um psicanalista.

Esta discussão foi tematizada com muita profundidade por alguns teóricos e filósofos da história. Paul Ricoeur é fundamental neste debate pois além de tipologizar, estabelece um debate e um diálogo importante com outras áreas do conhecimento a respeito do ato de esquecer. Quando Ricoeur (2007) refuta a ideia que limita o esquecer a um ato patológico/neurológico, o autor amplia a concepção do ato de não lembrar para um não poder lembrar e do não querer lembrar.

É preciso entender como é “criar de maneira deliberada um esquecimento”¹⁰² (SVAMPA, 2016, p.46). E é sobre esse esquecimento forçado que vou me dedicar neste capítulo. Para isso, as categorias criadas por Paul Ricoeur (2007) são fundamentais. O esquecimento relacionado com uma memória impedida é aquele caracterizado por problemas neuronais ou psicológicos, como o trauma e afins. Este tipo de esquecimento é o que ocasionou o silêncio de Nakazawa por mais de duas décadas para narrar suas memórias sobre a bomba atômica.

O segundo tipo de esquecimento é aquele conectado diretamente a uma memória manipulada: é caracterizada por duas ações conjuntas. De um lado as instituições ou redes de poder superiores que causam demandas de esquecimento. Junto a isso, existe um desinteresse por determinado assunto, um desejo de esquecer. Por isso, o esquecimento ligado a memória manipulada é aquele que está diretamente conectado a organizações estabelecidas com o objetivo de gerar amnésias e esquecimento, não construindo demandas para lembrar e, com isso, a sociedade passa a não falar e, por consequência, a esquecer aspectos do passado que eram fundamentais para as elites, por inconformar o seu passado estável e homogêneo.

Por outro lado, ainda segundo Ricoeur (2007), o esquecimento forçado é aquele que implica em algum tipo de anistia para poder conviver com determinadas narrativas do passado. Em coalisão ao termo anistia está, para o filósofo francês, a ideia de amnésia. O esquecimento forçado é instituído por políticas sociais com a função de apaziguar relações sociais tensas e intensas em determinados contextos. Por isso, a anistia implica em não narrar-se memórias, em prol da ideia de paz. A anistia, embora possa ser um recurso legal, não exige justiça e, como isso, constrói um ato de esquecer coletivo através da imposição que só serve aos perpetuadores dos crimes, que mesmo sem nenhum tipo de punição criminal, possuem suas narrativas protegidas de qualquer questionamento ou difamação. Por esse motivo que tanto Ricoeur (2007), quanto Bevernage (2018) se dedicam a analisar, o caso da África do Sul, em que o perdão foi concedido a todos aqueles que confessaram publicamente seus crimes. Aqui, adiantando uma discussão, percebe-se que a ideia de paz, justiça e direito a verdade estão completamente imbricadas.

Com relação a bomba atômica o esquecimento se dá tanto por vias forçadas, no caso a anistia a determinados grupos sociais no pós-guerra, quanto por estratégias de *ars oblivionalis*, na qual, segundo Eco e Migiel (1988), na impossibilidade de se fazer esquecer, se faz lembrar de outras coisas ou versões soterrando a primeira. Temas abordados neste capítulo.

¹⁰² Texto original: “crear de manera deliberada un olvido”

3.1) Anistia forçada: O Julgamento de Tóquio e as políticas de esquecimento

Conformar
con.for.mar
kõfur'mar

verbo transitivo e pronominal

1. *dar ou adquirir uma determinada forma; formar(-se)*
1. *pôr(-se) em harmonia ou de acordo com; adaptar(-se); conciliar(-se)*

verbo pronominal

1. *aceitar com resignação; resignar-se*

2. *concordar com; identificar-se*

Do latim conformāre, «dar forma a»

Infopédia – Dicionário Digital

O espanhol Santos Julia (2003), ao pensar o ato de colocar algo no esquecimento, aponta elementos importantes para a reflexão sobre o fazer historiográfico. Segundo o autor supracitado as pesquisas factuais sobre feridas históricas são cruciais. Os repetidos e acumulados dados sobre esse passado são extremamente importantes. Porém, de nada adianta estes dados, mesmo que haja punição aos criminosos e responsáveis pelas crueldades no passado, como indica Mateus Pereira (2015), se não inserir essas discussões no debate público, sobretudo na política. Isso se faz relevante para a assimilação da importância desse tipo de conhecimento sobre o passado.

Se é preciso inserir a memória na política, como afirma Julia (2003), é preciso, também, compreender o papel que os historiadores assumem neste contexto, compreendendo limitações e possibilidades. Hayden White (2018), ao estabelecer a dissociação entre o passado prático e o passado histórico, deixa claro que para os historiadores a capacidade de estudar e compreender a factualidade do passado é algo facilmente realizável. No entanto, o seu passado, histórico, permanece encastelado em livros, artigos e teses e pouco dialoga com a sociedade, não constrói (ou auxilia) a construir passados com fins práticos aos quais as pessoas possam se servir do tempo pretérito para edificar e justificar projetos que solucionem problemas no presente. Esse passado histórico alijado das necessidades mundanas serve como um bom repositório de informações, mas necessita um aprofundamento em questões éticas e estéticas para que essa historiografia produzida possa virar ou produzir memórias justas.

Ao analisar políticas amnésicas e anistiadoras é preciso entender que a história faz parte de um universo que colabora e analisa a sociedade, as respostas e interações a essa atuação tornam-se parte de uma memória coletiva. Por isso a importância de políticas públicas de

memórias justas, diversas e democráticas. A história pode ser uma grande aliada para a elaboração e fundamentação destas práticas, bem como ser um dos argumentos impeditivos para que elas se realizem.

Por isso, uma anistia é um ato que permite todo o tipo de estudo e investigação, mas nenhuma, ou pouca inscrição, afinal: “a chave que explica esta singularidade está na representação que aqueles que sofreram construíram esse passado: uma apresentação que visa encerrá-lo através de uma anistia geral.¹⁰³” (JULIA, 2003, p.24). Esta visão de que quem sofre construiu um passado anistiador, pensado por Julia para o caso espanhol, permite entender que as políticas anistiadoras são capazes de fornecer uma estabilidade provisória e uma reorganização narrativa do passado de forma que ofereça soluções rápidas para questões complexas. Isso ocorre no caso japonês aqui analisado. Uma vez que boa parte da população japonesa assume a postura de vítima da guerra devido as bombas atômicas e ignora os crimes de guerra pelo Japão, desta forma está estabelecida a ideia de enclausuramento do passado dentro de uma lógica anistiadora.

As políticas de esquecimento confundem-se com políticas de memória ou anti-memoriais, porém não são sinônimas. As políticas de esquecimento possuem um elemento extra: a tentativa forçada de induzir um esquecimento, causando uma amnésia social com relação a algum determinado tema. Políticas de memória implicam, necessariamente, em lembrar elementos pretéritos em detrimento de esquecer outros, no entanto, este ato de esquecer está envolto num exercício propositivo da lembrança e não do apagamento intencional ocorrido nas políticas de esquecimento. No caso japonês a política de esquecimento com relação a Segunda Guerra Mundial não se trata de uma amnésia geral, ou soterramento total deste passado. Estas políticas de esquecimento são pautadas, sobretudo, por uma promoção de amnésia social com relação a elementos do passado que subjuguem o Japão a posição de algoz e alçam memórias e versões oficiais da história e na memória coletiva nas quais o Japão é vítima, mas que não demanda de “justiça punitiva”, uma vez que exigir punição a seus algozes exigiria, também, uma punição a si próprio.

Alguns elementos permitem deixar mais claro essa questão. As políticas de esquecimento praticadas pelo estado e instituições japonesas construíram um discurso sobre a bomba atômica na qual o Japão é inteiramente visto como uma vítima, mas que não demanda

¹⁰³ Texto original: “la clave que explica esa singularidad radica en la representación que de ese pasado construyeron quienes lo habían sufrido: una representación dirigida a clausurarlo por medio de una amnistía general”.

por punição aos EUA pelo lançamento dos artefatos nucleares. Isso se deve a ideia de que ao pedir punição por um crime de guerra, o Japão necessariamente deveria ser julgado pelos seus crimes, algo que iria contra as suas políticas de esquecimento.

Além disso, as políticas de esquecimento têm como características uma união com políticas de memória, ou nas palavras de Traverso (2013), a construção de uma memória política, na qual apenas uma versão, ou um modelo político e ideológico de memória é – e pode ser – legitimado na arena pública. Outros elementos que extrapolem a concepção deste tipo de memória são relegados ao esquecimento, ou a uma participação ínfima na sociedade civil, sem apoio institucional para a preservação e promulgação deste tipo de memória em prol de outras. Tal questão foi debatida ao longo do capítulo anterior, como o caso de Sadako Sasaki (1943-1955).

O exercício de conformação do passado de acordo com um jogo de poder que entra na seara da disputa pela legitimidade do mesmo, conforme afirma Svampa (2016). Essa relação de poder não pode ser definida apenas por quem detém o monopólio da verdade ou pelo jogo entre algozes e vítimas, ela se estabelece de forma caótica e desorganizada, assim como a vida e o passado, tentando estabelecer uma interpretação e um sentido para os eventos passados, para que com isso as ações executadas no presente, ou as latências e eventos não elaborados possam ser repensados, revistos e reaprendidos de forma a conformar o passado, mantendo o passado estável, se possível estático e imóvel, sem intervir ou incomodar o presente nas suas tentativas de refazer um outro caminho.

Com isso, tanto a mídia, quanto as políticas estatais e a historiografia japonesa sobre a bomba atômica têm em sua produção características em comum: a heterogeneidade, a divergência de abordagem e interesses conflitantes. Isso é preciso ser destacado, uma vez que não há uma uniformidade na produção e essa tentativa de conformar o passado dito acima é, por vezes, contraposta a sucessivas tentativas de abrir falhas, fendas e feridas históricas em meio a tentativa hegemônica de conformar o passado.

Conformar, palavra de origem latina (*conformare*) que significa dar forma a algo, moldar. Na acepção mais livre e denotativa, conformar pode significar manipular, concordar de forma forçada ou até mesmo ser obrigado a acreditar que é a única possibilidade de “formar algo”. Neste sentido, conformar o passado é o ato de adequar, dar forma, enquadrar uma única narrativa sobre o passado dentro de limites representacionais/interpretativo estipulados por determinados agentes sociais. Porém, não se trata de um simples ato de redescobrir eventos passados, senão substancialmente de ações deliberadas, sejam elas de forma consciente ou não,

com o intuito de enquadrar as narrativas sobre o passado dentro de um molde possível, impossibilitando que com isso seja possível e/ou legítimo falar do passado a partir do que está fora das margens aceitáveis do molde.

Esse molde é formado a partir daquilo que Svampa (2016) definiu como “história oficial”, ou seja, as versões oficiais do passado que são determinadas de forma deliberada e objetiva, ou de forma circunstancial para que o caótico e fragmentado presente se torne um organizado e unificado passado. Essa unidade forjada é necessária para que a “comunidade imaginada”, como analisa Anderson (2008), não se dissolva e seja atacada. A “nação”, neste sentido, precisa se construir a partir de alguns mártires, eventos-chave e silenciamentos de eventos passados que coloquem em risco a difamação de seus heróis e/ou desestabilização da narrativa estruturante desse Estado. Svampa (2016) alerta, a partir de uma leitura de Koselleck, para a imbricada relação entre o direito e a conformação do passado construindo um aparato legal de oficialização jurídica da história. Em um certo sentido, as leis determinam visões de mundo hegemônicas em um dado contexto, pensando-se numa característica temporal duradoura. Essa visão jurídica sobre o passado, que pode hoje legislar sobre determinadas ações como incorretas em virtudes de experiências pretéritas, afirma o que pode e o que não pode ser aceito como comportamento no presente. Isso imbrica em uma alteração direta na formulação de políticas públicas e, principalmente, na intervenção ética e política do debate, a qual mencionava Julia (2003).

Desta forma, quando mencionar o termo história oficial, estarei me referindo ao aparato jurídico e institucional que molda e organiza o passado em uma narrativa que busca a unidade do passado, tornando-o coeso e homogêneo a todos os pertencentes àquele grupo identitário. Cabe lembrar, por sua vez, que a história oficial não é um ente imutável em que sua narrativa permanece sempre a mesma. As pressões, as contra-memórias, as pautas de movimentos sociais e de grupos identitários ameaçados ou suprimidos pelo *status quo* remodelam e rearticulam uma nova narrativa oficial do passado (RICOEUR, 2007). No entanto, essa alteração na história oficial é lenta, gradual e sempre tendenciosa aos dominantes. Em uma perspectiva geral pode-se dizer que a memória justa dificilmente é contemplada pela história oficial, pois ela desestabiliza, complexifica e dificulta a homogeneização do passado. Por isso, muito mais do que fazer lembrar, a história oficial busca fazer esquecer. Utilizando-se da estratégia argumentada por Umberto Eco e Marilyn Migiel (1988), o esquecimento se dá a partir da criação de uma narrativa mais simples (e com isso incompleta ou propositalmente adulterada), mais divulgada (por datas comemorativas, currículos escolares, pela mídia *mainstream* entre

outras) para suprimir outras memórias e histórias que possam contestar a ordem vigente, torna a busca por fazer uma história a contrapelo, como dizia Benjamin (1996), uma necessidade urgente.

No caso japonês, do pós-guerra, os moldes sobre o que é possível falar do passado não foram construídos a mãos (ou ideologias) únicas. A narrativa oficial da história japonesa após 1945 é fruto constante de uma construção complexa, que passa por questões que vão desde uma forma de organização social intra-elites que permitiu que a principal alegação dos EUA para lançar a bomba atômica (derrotar o perigoso Império Japonês) tivesse seu principal representante político (o Imperador) ganhado anistia por parte dos EUA em troca de subserviência e adequações as narrativas de sua biografia, para que fosse possível conformar esse passado de acordo com interesses escusos por parte dos EUA e de uma elite política japonesa preocupada em se anistiar e expiar os crimes de guerras por ela (ou em nome dela) perpetrados.

A ocupação estadunidense no Japão, de 1945 até 1952, é uma das principais responsáveis pela construção de um discurso uno sobre o passado recente japonês, permitindo a construção de uma memória política capaz de catapultar, no espaço público, alguns eventos do passado (principalmente o glorioso passado medieval japonês, distante de eventos que pudessem ser associados a Era Showa) e negligenciar a história contemporânea do Japão. Durante a ocupação estadunidense, segundo Braw (1991), a censura e destruição de fontes foi um dos elementos centrais aliado à reforma total no sistema de ensino japonês para a construção de uma narrativa oficial sobre a bomba atômica (na postura de vítima, numa perspectiva como apresentei com relação a Sadako Sasaki) e a criação de um silêncio institucional sobre outras memórias sobre o passado recente japonês, como o massacre de Nanking, as “mulheres de conforto” entre outros.

Uma questão fica pairando no ar, quando se trata da tentativa de confrontar as versões oficiais da história japonesa: é possível construir outras versões e pleitear espaço na arena pública de forma democrática com outras versões que não sejam a de uma conciliação, impunidade e subserviência aos EUA? Essa pergunta é praticamente retórica. Não há possibilidade de não haver uma deslegitimação de outras versões sobre o passado japonês do pós-guerra que não mencionem a conciliação (forçada) e a conseqüente impunidade ao imperador (no caso Hirohito). As outras versões existentes, e são muitas, circulam em lugares subalternos, nas quais sua legitimidade é sempre contestada, pouco veiculada e sempre atrelada a uma ideia de tentativa de desestabilizar a nação e o passado intacto e glorioso. Em outras

palavras, os discursos que contestam a atuação dos EUA e do imperador durante a guerra não possuem uma inscrição, quiçá uma inscrição frágil, nos termos apontado por Mateus Pereira (2015).

Não é exclusividade do Japão possuir essa relação entre as versões “oficiais da história”, as memórias públicas reorganizam essa relação com o passado e as versões que questionam as mesmas, principalmente no que tange a discussões sobre a desestabilização da falida comunidade imaginada do Estado-Nação e/ou em situações em que uma anistia é imposta obrigando – a partir da lei – a existir uma política de amnésia social com relação a um passado difícil.

Porém, o caso japonês traz elementos importantes para se pensar como, segundo Yuko Shibata (2015), a ideia de que falar da bomba atômica implica, para a história oficial japonesa, em falar do Japão na posição de vítima, quando, em suma, a historiografia japonesa (em toda a sua pluralidade) e as memórias fragmentadas (PEREIRA, 2015), cada uma dentro das suas redes de narração e mediação (incluindo aqui espaços de mediação e comunicação de seus discursos) tentam desestabilizar esse discurso oficial de vitimização construída por parte do Estado e outras instituições que sentem a necessidade de manter o *status quo*, incluindo aqui os governos e elite dos EUA (tanto no período de ocupação, quanto nos dias atuais como um importante aliado na Ásia).

Em outras palavras, o que pretendo estudar neste tópico é como o esquecimento, forçado e manipulado, é, em grandíssima parte das vezes, existente em uma memória social e coletiva. Por isso, a historiografia, tema do próximo capítulo, reage a estas organizações da sociedade e contribui ou contrapõe-se a esses estímulos da memória. Assim como Ricoeur (2007), Elizabeth Jelin (2018), se apresenta como uma apologética da memória, porém buscando elementos que possam permitir aos intelectuais eticamente engajados, e aqui se incluem os historiadores, possibilidades de intervenção para que os processos de inscrição sejam efetivamente capazes de dar conta da pluralidade das memórias fragmentadas, tornando-as memórias compartilhadas (PEREIRA, 2015). Uma das discussões levantadas por Jelin (2018), a qual retornarei em outros tópicos, é a linha tênue entre o esquecimento e o silenciamento.

Esquecer, argumenta a autora, pode ser um ato natural, como apresentei no início deste capítulo, o personagem Fidel, de Miguelanxo Prado. Porém, o esquecimento pode ser construído a partir de ações de instituições e agentes políticos que organizam elementos da sociedade a fim de contribuir para o esquecimento. Esse é o caso relacionado as vítimas da bomba atômica e as violências que sofreram dos médicos dos EUA com coletas de dados e

afins, uma vez que praticamente todos os indícios destas ações foram descartados, como lembrar? A resistência desses atos foi a memória e, posteriormente, com a abertura de novos arquivos entre outras fontes de pesquisa, pode-se comprovar aquilo que os sobreviventes já narravam (BRAW, 1991). Por isso, reforço aquilo que aponta Paul Ricoeur (2007), esquecer a partir da memória manipulada só é possível a partir da ocultação de fontes e narrativas que lembrem determinados aspectos sobre o passado e ocultação de outros que se quer conscientemente esconder.

O silenciamento, no entanto, aponta Jelin (2018), tem uma forma de atuar semelhante, mas sua pujança está em, justamente, atuar para suprimir – muitas vezes até violentamente – outras usando o artifício da lei. Como aponta Svampa (2016), reprimir, impedir e combater versões e narrativas das quais consideram inválidas, incorretas ou imorais. Ressalto que não se trata de uma disputa por narrativas dentro de um espectro acadêmico, sobre qual é mais válida que a outra, ou como verificar sua referencialidade. Pelo contrário, os argumentos de uma prática de silenciamento são completamente políticos e engajados numa postura autoritária e conformadora do passado a partir da visão de mundo que pretende defender um passado coeso, homogêneo e em que as fraturas sociais não existiam ou, pelo menos, não se evidenciaram naquele período traumático em que se disputa por uma hegemonia narrativa.

Falar sobre a Segunda Guerra Mundial no Japão e suas políticas institucionais com relação a esse passado não podem ser pensadas e desconectadas da lógica de organização do passado estabelecida pelos japoneses no pós-guerra. Dois fatores tornam-se fundamentais nesse processo: o Julgamento dos crimes de guerra praticados pelos japoneses no Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente e a ocupação no Japão pelos Estados Unidos que perdurou de 1945 até 1952, reorganizando desde o sistema político, econômico, e, também, escolar japonês. Neste sentido, pensar a reorganização do passado japonês após 1945 é pensar nas políticas impostas pelos EUA e a continuidade daquilo, como apresentei no primeiro capítulo, que foi iniciado na Era Meiji.

O Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente foi autorizado a começar seus trabalhos por Douglas MacArthur em 1946. No entanto, ainda em 1945, segundo Richard Minear (1971), os principais ministros e generais do império japonês foram presos. O autor encontrou fontes que indicam que MacArthur ordenava a prisão imediata de 40 pessoas do oficialato japonês. Ou seja, antes mesmo do julgamento já se sabia quem se deveria/poderia punir. O imperador e sua família não estavam nesta lista. O Tribunal de Tóquio, como ficou

conhecido, tinha sua fundamentação teórica e jurídica completamente embasada com a experiência anterior do Tribunal de Nuremberg e o julgamento de oficiais nazistas.

Embora não seja o escopo deste trabalho tratar dos temas relacionados a perpetuação temporal pela formulação conceitual dos crimes julgados pelo IMTFE, é preciso ponderar algumas questões a respeito disso, pois vão impactar na construção de uma memória coletiva pautada em esquecimentos forçados. O tribunal em questão classificou os crimes a serem julgados em três níveis: A) Crimes contra a paz: cometidos por agentes responsáveis pela causa e continuação da guerra. Pessoas com poder o suficiente para poder parar ou evitar a guerra ou conflitos pontuais B) Crimes contra a humanidade: cometidos contra outras nações e que não estavam previstos em códigos ou tratados anteriores; C) Crimes de guerras convencionais: crimes contra os códigos estabelecidos anteriormente, dos quais o Japão era signatário.

É interessante destacar que nenhuma das três tipificações, durante a elaboração e existência do tribunal, fala sobre a imprescritibilidade dos crimes. Todavia, essas três tipificações, em acordos posteriores, foram consideradas crimes imprescritíveis, de acordo com o direito internacional, segundo Ana Velloso (2006). Isso, traz um novo problema para a conformação de narrativas sobre o passado, sobretudo no tecido social da memória japonesa sobre a guerra. Como afirma Berber Bevernage (2018), o crime imprescritível é atemporal. Ou seja, é um crime que está deslocado das noções de espaço e, sobretudo, tempo. Independentemente do contexto, por convenção, ele deve ser julgado. É a culpa jurídica em sua ação máxima. Enquanto houver crimes contra humanidade em que seus culpados não foram julgados, nesta perspectiva, o passado não poderá passar, nos termos de Rousso (1994), ou não será perlaborado, nos termos de LaCapra (2009). Ainda neste sentido, gostaria de deixar um questionamento, suscitado a partir da leitura das propostas de Mateus Pereira (2015) para o caso brasileiro, e que buscarei responder ao longo deste tópico: O julgamento, tanto como rito, quanto punição, é suficiente para realizar inscrições no tecido social?

Segundo Herbert Bix (2005), historiador estadunidense com grande profundidade nos estudos a respeito dos julgamentos do IMTFE, argumenta que a estratégia elaborada por MacArthur, com a anuência de Truman, era utilizar o imperador para facilitar e incluir a população no projeto da ocupação aliada em solo japonês, sobretudo construindo as bases anticomunistas necessárias para o pós-guerra. Uma vertente historiográfica, analisada no próximo capítulo, defende que as bombas atômicas foram lançadas com o claro objetivo de demonstrar poderio bélico por parte dos EUA. Eu me coaduno com esta perspectiva, desta forma, ao ter o imperador como aliado os EUA conseguiriam ter uma tarefa muito mais fácil

para explicar a guerra, que não eram os vilões e construir uma narrativa e uma política de acordo com os seus interesses no Japão.

Como anistiar o imperador sem ter culpados? Cria-se! Como argumenta Bix (2005), a família real contribuiu para encontrar e denunciar ministros e oficiais militares para serem presos e julgados no tribunal. Ainda segundo o historiador supracitado, houve uma negociação muito intensa para que os oficiais presos e futuros réus não mencionassem a culpa do imperador em nenhuma de suas ações. Tal tarefa não obteve êxito máximo, porém, nenhuma das denúncias foi acatada pelo tribunal alegando ausência de provas evidentes da participação do imperador em algum dos crimes julgados.

Uma das primeiras críticas que o tribunal recebe, também replicada por alguns durante o julgamento de Eichmann em 1961 em Jerusalém, como aponta Hannah Arendt (2014) é a imparcialidade dos juízes. O dilema é: pode julgar quem é uma das partes reclamante? A explicação formal, aponta Dower (1999), foi justamente a existência de crimes que transcendiam o caráter nacional, portanto todos teriam sido afetados por tais ações. Essa universalização do crime traz uma dimensão importante que é negligenciada quando se fala sobre as bombas atômicas.

O IMTFE foi formado por 11 juízes, cada juiz era representante de um país membro dos aliados que sofreu diretamente com as ações do império japonês. Estes países são: Austrália, Canadá, China, França, Índia, Holanda, Nova Zelândia, Filipinas, União Soviética, Reino Unido e Estados Unidos. Presidido pelo juiz australiano William Web. Estes países também forneceram promotores para apresentarem as denúncias. A defesa era composta majoritariamente por japoneses. Ressalto que um dos principais argumentos da defesa era sobre a impossibilidade de personalizar o crime quando se age em nome e sob as ordens da nação. Esse argumento tinha como fundo uma pauta anistiadora, afinal, ambos os lados expiavam seus erros em um pedido de desculpas mútuo e o Japão, em contrapartida, capitulava com a ocupação estadunidense. Segundo Bix (2005) essa alternativa não foi aceita devido a necessidade de responder a um anseio da população estadunidense envolvida no esforço de guerra graças aos cruéis e insolentes japoneses que atacaram Pearl Harbor, os motivos seriam mais profundos que esses.

Essa obsessão por punir os criminosos de Pearl Harbor pode ser vista, claramente, como uma retórica política para justificar o não julgamento da família imperial. Digo isso pelo fato de que a chamada “Operação Vingança”, em 1943, derrubou o avião do então almirante Isoroku Yamamoto, considerado o grande responsável por planejar o ataque as bases dos EUA no

Oceano Pacífico, dois anos antes. Se fosse a busca por um culpado, isto já estaria resolvido. Mas o discurso era julgar todos os outros envolvidos, segundo Bix (2005). Por outro lado, essa “vingança”, ainda em guerra, personificando o ato de Pearl Harbor, gerou uma comoção muito maior entre os nacionalistas japoneses. O corpo de Yamamoto foi achado em uma ilha australiana, foi cremado e seu funeral lotou as ruas de Tóquio. Foi agraciado com a “Cruz de Ferro” nazista, como o único não-germânico a receber tal honraria, justamente após a sua morte como um herói de guerra que atacou os EUA.

Neste contexto, aponta Dower (1999), fortalece-se as bases de uma política nacionalista extremada capaz de colocar a população japonesa na extrema pobreza no esforço de guerra, em contrapartida justificava-se guerrear contra quem mata um grande líder que não estava em batalha, e sim em um voo de deslocamento entre bases militares. Além disso, com a morte de Yamamoto tem-se o início de um discurso narrativo muito forte no Japão de que os militares que lutaram na guerra, independentemente do motivo pelo qual guerreavam, protegiam o povo japonês e, por isso, devem ser homenageados, questão que voltarei alguns parágrafos a frente.

Os resultados obtidos pelo Tribunal de Tóquio permitiram a construção de uma “culpa histórica” que pairou sob o Japão responsabilizando o contexto e não todos os seus agentes. Desta forma, o principal líder político responsável direto pelas ações do exército imperial japonês não sofreu punições pelos seus atos, pelo contrário, a política do imperador Showa manteve-se intacta até os dias atuais, atuando como representante legal de um poder divino na Terra e sua representatividade embora simbólica (e não política) nos dias de hoje, gera efeitos de uma anistia, embora a família real sequer teve uma acusação formal contra ela.

Grande parte dos perpetradores de crimes (na maioria, crimes de guerra) claramente comprovados são anistiados em pacto entre elites, mas que se justifica como o melhor para “pacificar a nação”, conforme afirma Akira Kimura (2010). A ideia de que o Tribunal de Tóquio continuasse suas atividades após a primeira fase, em 1948, foi brevemente abandonada em virtude dos conflitos que eclodiram na região asiática, principalmente na China e na Coreia. Isso fez com que grande parte dos presos que seriam julgados ganhassem a liberdade sem julgamento, como, também, muitos dos que não cometeram crimes contra a paz (segundo os critérios do Tribunal) e não foram condenados à morte foram soltos menos de 10 anos depois do julgamento. Por isso, retorno a pergunta que fiz anteriormente. O julgamento, por si só não define a justiça necessária, como argumenta Svampa (2016).

Segundo Awaya Kentaro (2006), os julgamentos no Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente, com atuação marcante do juiz indiano Radhabinod Pal da Corte

Internacional em representação da Índia é fundamental para entender o processo de construção de um esquecimento a partir de memórias impedidas e silenciamentos forçados. Este juiz, considerou todos os japoneses inocentes em todas as acusações, questionou a legitimidade do tribunal, principalmente pela ausência de juízes japoneses no mesmo, e problematizou a falta de julgamento dos crimes de guerra praticados pelo EUA, como a bomba atômica e os bombardeios com bombas incendiárias em Tóquio.

Segundo Orr (2001), na década de 1960 Pal visitou o Japão, depois dos julgamentos e suas arguições, de mais de 1200 páginas (facilmente acessadas pela internet ou de compra em livros em edições em e-book ou de bolso a preços bastante baixos) justificando os motivos pelos quais inocentou cada japonês, e foi ovacionado por grande parte da população, principalmente pela aclamação e cobertura que recebeu da mídia *mainstream* japonesa.

O professor de literatura da Dokkyo University, Akira Nakamura (1999), um negacionista japonês, conhecido pela projeção nacional a partir de polêmicas para apresentar suas teses negacionistas traz um elemento fundamental a ser refletido sobre as nuances do esquecimento. Ao fazer o prefácio de uma das edições do livro de Pal (1999), na versão em inglês, deixa evidente uma estratégia operativa de grande parte dos negacionistas, mas que surte efeitos rápidos e efetivos nas sociedades. Ao argumentar sobre a reação de Pal ao visitar Hiroshima, em 1952, ele estava preocupado com a memória dos japoneses sobre a bomba atômica. Segundo Nakamura (1999), sensibilizado pela placa na Praça da Paz de Hiroshima em que os japoneses se desculparam pelos erros o juiz Pal argumentaria que: “‘Por que os japoneses deveriam se desculpar com os japoneses?’ ele disse ressentido: ‘Não foram os japoneses que lançaram as bombas atômicas’¹⁰⁴”. E, complementa Nakamura (1999, p. V) externando sua opinião “gostaria de saber o que ele teria dito ou, a propósito, que julgamento o Tribunal teria proferido no Japão se soubessem naquele momento sobre a ordem do Imperador de interromper um projeto das forças armadas japonesas para construir uma arma atômica¹⁰⁵” (NAKAMURA, 1999, p. V).

Nota-se, nesta perspectiva, o uso da atuação e discursos de Radhabinod Pal como uma forma de justificar a inocência do imperador e afirmar a vitimização do país asiático, em virtude das bombas atômicas. Além de evidenciar que a tradição de construir heróis de togas com

¹⁰⁴ Texto original: “‘Why should the Japanese apologize to the Japanese?’ he said with resentment, ‘it is not the Japanese who dropped the atomic bombs’”

¹⁰⁵ Texto original: “I would like to know what he would have said or, for that matter, what judgment the Tribunal would have passed on Japan if they had known at that time about the Emperor's order to stop a project by the Japanese military to build an atomic weapon”.

atuações duvidosas não é exclusiva do ocidente, muito menos do Brasil, o discurso de Nakamura mostra como pautas negacionistas, segundo Vidal-Naquet (1987), podem (e normalmente são) fundamentadas em aspectos evidenciáveis. Os negacionistas utilizam-se das pesquisas realizadas, das evidências existentes para, conscientemente distorcer, inventar e negar aspectos comprovados e fundamentais para a existência e sobrevivência de memórias divididas no espaço público. Nakamura, cometeu, entre outros fiascos públicos, desde encenações com uma *katana* em desfiles pró-imperador (justificando uma autodefesa a uma ameaça de morte recebida) até processos contra a empresa estatal de mídia japonesa NHK (em virtude de versões não negacionistas e críticas aos seus livros apresentada em seus programas), conforme apontou o obituário feito pelo jornal Mainichi Shimbun¹⁰⁶, que demonstram que a vertente negacionista não é mais amplamente aceita pela população japonesa.

Porém, a sua existência e atuação em diversos locais institucionais, a circulação de discursos como a negação da existência das “mulheres de conforto”, tema do próximo capítulo, sem nenhum posicionamento claro por parte do poder público deixam evidenciar como as radicalizações negacionistas alimentam discursos conservadores e homogeneizadores do passado. Mesmo com situações conflitantes e colocando uma falsa oposição entre a mídia *mainstream* e as teses negacionistas, é perceptível, ao menos no caso japonês supracitado, como ambas se alimentam de um sentimento amnésico e anistiador do pós-guerra motivado, sobretudo, pelo uso das armas atômicas lançadas sob o Japão para defender seu estatuto inviolável como vítima.

Ainda nesta seara, em defesa da construção de uma memória coletiva pautada em esquecimentos forçados dos crimes do império japonês e, da responsabilidade dos EUA ante as bombas atômicas, em 1997, data em que se comemorava o cinquentenário da independência indiana o santuário xintoísta Toyokuni-jinja, em Kyoto, construiu um monumento em homenagem ao “herói” indiano no Japão, como símbolo da prova da cordialidade entre Índia e Japão. Nesta relação, como aponta Svampa (2016) ao retomar Koselleck, o direito torna-se um grande aliado da conformação do passado por narrativas oficiais.

¹⁰⁶ Disponível em: <<http://mainichi.jp/select/person/news/20100629k0000e060032000c.html>> Acesso em 28/07/2020

FIGURA 19 - MONUMENTO EM HOMENAGEM AO JUIZ RADHABINOD PAL



Fonte: Wikimedia Commons

Depois, em 2005, em nova lembrança, agora em virtude do sexagésimo do fim da segunda grande guerra, foi construído um monumento no Santuário de Yasukuni em sua homenagem. Tal santuário é fruto de reflexões de Yuki Miyamoto (2012) que argumenta que sua construção se deu durante a Era Meiji para celebrar a vitória deste novo regime e homenagear seus mortos. O livro das almas contém os nomes dos heróis de guerra. Durante a ocupação aliada ao Japão o santuário deixou de pertencer ao estado japonês e passou a controle de autoridades xintoístas. Isso exacerbou ainda mais as problemáticas em torno da memória japonesa, uma vez que encontram-se 12 criminosos de guerra sendo homenageados neste local. Esse número refere-se apenas aos que foram julgados pelo Tribunal de Tóquio com relação a Segunda Guerra Mundial, excetuando aqueles que já tiveram comprovadas sua participação em crimes imprescritíveis, antes, durante e depois da guerra em questão. Além disso, o governo de direita japonês, então liderado por Shinzo Abe, faz anualmente uma visita ao santuário em homenagem aos seus heróis de guerra. Tal questão já exemplifica como a memória pública japonesa da guerra, por parte das elites e de uma parcela significativa da população – incluindo nesta seara setores religiosos – apoiaram e apoiam a guerra, as suas justificativas e vem na bomba atômica o evento mais condenável para sustentarem-se na posição de vítima, como aponta Takenaka (2015)

Toda essa questão deixou um legado de impunidade para a sociedade japonesa na qual a confusão existente entre um estado expansionista imperial, para um regime parlamentarista monárquico, de cunho liberal, de reformas estruturais e educacionais é algo que precisa ser levado em conta sobre qual Japão estamos falando quando nos referimos da conformação do passado japonês do pós-guerra. O juiz Radhabinod Pal, segundo Yuki Tanaka (2011), foi um dos grandes responsáveis por construir o discurso jurídico, com a retórica formal e “imparcial”, por se tratar de alguém de um outro país, um terceiro, capaz de anistiar praticamente todos os militares japoneses acusados de crimes de guerra e trazer à tona os crimes praticados pelos Aliados. Os EUA, por outro lado, muito mais preocupado com o anticomunismo do que com os crimes cometidos pelos japoneses, permite a soltura e o não julgamento de grande parte dos envolvidos na guerra no lado japonês, incluído diversos militares de alta patente, o que auxiliou na ideia de que realmente tratava-se de um julgamento injusto.

O Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente julgou diversos setores da política imperial japonesa, principalmente os envolvidos em acusações sobre crimes de guerra. Muitos dos que foram levados a julgamento foram considerados culpados e executados, no entanto, membros da família imperial (inclusive o imperador Hirohito e o príncipe Asaka – envolvido diretamente em todas as decisões políticas e militares, incluindo no famigerado episódio de Nanking em 1937) receberam anistia total e irrestrita por parte dos aliados, não sendo formulada a eles nem sequer uma acusação. Vale destacar que além da família imperial, setores de uma elite política diretamente envolvidos nos processos de guerra por parte do Japão na Segunda Guerra Mundial receberam anistia e, futuramente, ocuparam cargos políticos importantes, com apoio dos EUA após a ocupação. Um deles é o caso de Nobusuke Kishi, avô de Shinzo Abe (ex-Primeiro-Ministro japonês) e primeiro-ministro japonês entre os anos de 1957 e 1960.

Ironicamente, Abe tem como uma das suas principais plataformas políticas o uso exagerado de um discurso militarista – buscando militarizar as forças armadas do Japão – uma lógica política de subserviência aos EUA, principalmente no controle e ameaça a seus inimigos políticos na Ásia, principalmente a Coreia do Norte. Tal questão é reveladora de como as elites políticas no Japão se reorganizam e se mantêm no poder, tendo Abe recentemente como Primeiro-Ministro defendendo ideias bem semelhantes à de seu avô.

Kishi, neste mesmo sentido, foi acusado (e preso por 3 anos) de executar prisioneiros de guerra de forma cruel, envolvido diretamente, segundo mostra Tanaka (2018) no processo de prostituição e exploração sexual forçada de japonesas e chinesas, o que ficou conhecido

como “mulheres de conforto”. Kishi foi solto 3 anos depois sem ir a julgamento, tendo sido inocentado em seus autos sem ao menos ter audiências ou investigações formais. O mesmo aconteceu com o dono da proeminente empresa Nissan (Yoshisuke Aikawa) e posterior multinacional do gênero automobilístico.

Aikawa foi preso logo após a guerra, envolvido em graves denúncias por crimes de guerra, teve sua inocência declarada em 1947 sem ter sido ao menos investigado. Tais questões mostram que mais do que uma derrota na Segunda Guerra Mundial, o Japão passou por um processo de conciliação forçada, na qual o passado traumático recente obteve uma simbólica punição de efeitos pálidos, como aponta Akiko Hashimoto (2015), uma vez que os principais articuladores políticos do pós-guerra, seja a família real ou líderes políticos civis como Kishi e militares, foram, em sua grande maioria, anistiados. A dissolução do exército japonês, por parte da ocupação dos EUA, fez com que boa parte dos oficiais fossem utilizados nas guardas protetivas e tivesse, sequer, investigada sua postura durante a guerra.

Neste contexto de reconstrução política e econômica japonesa surge a necessidade de conformar narrativas sobre o passado, construir lugares de memória e narrativas oficiais sobre o passado da Segunda Guerra Mundial no Japão. A primeira saída encontrada é a busca pela preservação da biografia do imperador Showa. Tal operação foi tão bem-sucedida que seus efeitos foram perceptíveis até no Brasil, através do grupo radical denominado Shindo Renmei (Liga do Caminho dos Súditos), os quais atacavam lavouras de descendentes japoneses no interior paulista que criticavam ou contestavam a política e a autoridade do imperador japonês em idos da década de 1940-50, ameaçando-os, matando-os, entre outras (DEZEM, 2000).

Porém, para além da construção do discurso oficial sobre a legitimidade do imperador, há a construção de um discurso sobre o passado japonês que se refere claramente a uma forma única de se falar da bomba atômica: um discurso que apela para a vitimização, sem mencionar os algozes e muito menos clamar por justiça. Pautada numa lógica cultural, muito bem discutida por Kato (2012), de que o passado, para esta cultura, não ocupa uma posição de demanda, mas sim é visto como algo que passou, deslocado e afastado do presente. Tal percepção, apontada como a “lógica oriental”, por muitos, pode ser repensada como ponto de tensão entre a concepção de tempo para grande parte dos japoneses e o efeito de eventos traumáticos para essas sociedades.

É de extremo preconceito associar a “lógica oriental” a uma tentativa de expiar os erros do passado, uma vez que, segundo Kato (2012), fica evidente a relação entre passado e presente na sociedade japonesa desde o século XIX pautada em tentativas (muitas bem-sucedidas) de

“modernização” e ampliação do sistema capitalista em seu entorno. Isso permite dizer que a “lógica oriental” que explica por que o Japão é um caso diferente na história é, em síntese, uma lógica inapropriada, uma vez que é construída em cima de padrões e modelos eurocêntricos.

Segundo Kato (2012), a lógica temporal japonesa é composta pela relação entre passado e presente-futuro, uma vez que para os japoneses, tanto em questão linguística (só existem 2 tempos verbais na língua japonesa: passado e presente), como cultural. O passado é visto como tudo aquilo que passou, aquilo que nos trouxe até aqui. Já o presente é o momento de execução dos planos e passos necessários para construção de um futuro. Tal percepção tenta transparecer como algo genuinamente japonês e oriental, quando, em tese, segundo Kato (2012), é uma derivação do pensamento ocidental de transformar o presente em um processo mais longo, no qual dificilmente conseguimos nos desvencilhar, fazendo com que a relação entre presente e futuro seja inexistente ou mediada de forma a estabelecer uma lógica não de sucessão, mas de continuidade. O futuro exerce um papel central na confirmação dos objetivos do presente, nada mais capitalista e ocidental que isso.

Porém, existem elementos de características culturais no Japão que se diferenciam e precisam ser compreendidos neste processo de conformação do passado japonês. Tal processo diz respeito ao papel exercido pela oralidade na cultura japonesa como forma de difundir e estabelecer uma lógica de transcendentalidade de costumes, o que pode ser chamado de tradição, na clássica acepção do termo. Desta forma, o passado vivenciado, da memória pública, do caráter lúdico e afetivo não é definido pelo que circula e se aprende apenas na escola ou se discute na historiografia, mas sobretudo nas práticas religiosas, na tradição oral e nas festas públicas que tem grande adesão de uma parte significativa da população diversa do Japão. Segundo Kato (2012), essa característica da oralidade não pode ser confundida com uma lógica ágrafa, na qual a tradição oral só existe em lugares sem tradição escrita. Pelo contrário, segundo o autor supracitado, é a escrita que permite a perpetuação da tradição oral e sua difusão pelos japoneses de forma mais acelerada e com poucas mudanças, dando um caráter de imutabilidade. Tal questão pode ser percebida com as lendas japonesas e a constituição de memórias sobre o passado japonês entrecortadas por interesses políticos e defendidas na arena pública por características de extrema dificuldade em se realizar o contraponto.

Uma das formas de esquecer, argumenta Eco e Migiel (1988), é colocar outras narrativas, com mais pujança em sobreposição aquela a ser esquecida. A analogia feita pelo filósofo italiano utiliza-se de uma metáfora de simples entendimento. Em uma situação em que se profere um discurso, uma forma de promover o esquecimento deste é impedir a escuta do que

é dito. Portanto, se durante a fala eu falar mais alto, não será possível entender e, portanto, será esquecido, ou, diria, silenciado. Esta prática de sobreposição de discursos como promotor de silêncios e esquecimentos é o que tentei mostrar até aqui ao analisar o caso do Tribunal de Tóquio. O julgamento, por si só, poderia ter cumprido um rito essencial para a inscrição da sociedade japonesa. No entanto, o que foi alavancado do julgamento destes japoneses foi a fala em defesa do nacionalismo (lutaram em nome da nação) e da vitimização (como julgar se foram vítimas das bombas atômicas e bombas incendiárias).

Por isso, retornando a um questionamento feito alguns parágrafos acima, o julgamento do IMTFE não concedeu uma anistia formal, perante a lei. Mas simbolicamente ao julgar seletivamente, sem explicações públicas sobre a escolha dos réus e a posterior soltura de boa parte dos prováveis criminosos, deixa claro que o rito de julgar, importantíssimo para a compreensão social do crime, não foi cumprido. Essa espécie de luto elaborado coletivamente a partir do juízo de crimes imprescritíveis (BERVERNAGE, 2018), não foi possível no Japão, justamente por não alcançar a potencialidade educativa do direito. Ou seja, o objetivo do Tribunal, aponta Bix (2005), era prestar contas com o Ocidente pela guerra na Ásia. Por isso, punir os culpados por Pearl Harbor. No entanto, os crimes japoneses foram praticamente todos revelados no tribunal. Porém, como personalizou-se os crimes a poucos réus, fez-se entender que aqueles eram os culpados e, toda e qualquer reivindicação *a posteriori* com demandas mais amplas, ou políticas de reparação, deveriam ser combatidas, pois se trataria de uma perspectiva revisionista-negacionista que estaria objetivamente refutando o ato democrático do julgamento.

Ao transporem toda a culpa da guerra ao líder das forças armadas japonesas, Hideki Tojo foi considerado o principal culpado de todos os crimes cometido pelos japoneses durante a guerra. Isso, além de anistiar o imperador, gerou também a ideia de que o silêncio sobre os crimes era o mais necessário. Embora fosse amplamente divulgado pelos grupos de esquerda ou associações populares que reivindicavam o direito a verdade e reparação, o consagrado historiador marxista japonês Inoue Kiyoshi (1991) em um estudo de enorme aprofundamento traz inúmeras evidências sobre a responsabilidade clara, direta e objetiva do imperador no comando e ciência dos diversos crimes de guerra (da classe A, B e C do Tribunal de Tóquio) cometidos pelo Japão por parte do então líder japonês durante a Segunda Guerra Mundial. Se ignorava, por completo, aquilo que Jaspers (2018) chamou de culpa política. Por isso, os movimentos sociais japoneses da década de 1950 se tornaram tão expressivos. Justamente por perceber a existência de memórias de vítimas e evidências jurídicas que comprovavam os

crimes de guerras japoneses. O silenciamento envolve uma discussão moral. Silencia-se em nome de algo que define o certo e o errado, que não pode ser questionado. Portanto, falar do passado traumático japonês só poderá ser feito se for na perspectiva de vítima. Esta perspectiva tem de ser semelhante a construída em torno da memória de Sadako Sasaki, em que se lamenta a bomba atômica, sem contestar seus algozes.

Desta forma, volto àquilo que Julia (2003) argumenta sobre a necessidade de inserir – para além da punição – as discussões sobre o passado traumático no ambiente político. No caso japonês isso serviu para legitimar posturas. E, neste sentido, a bomba atômica é sempre o elemento sacralizador do Japão com seu estatuto de vítima. Por isso, o Japão não busca acusar ninguém, como forma de não ser acusado. Neste sentido, as políticas de memória no Japão, por parte de um discurso oficial (suas instituições e elites interessadas na manutenção do *status quo*) são voltadas para monumentalizar aqueles que justificam a posição de vítima e utilizam-se desta postura para fazer acordos políticos, e uniformizar e conformar o passado japonês. Essa anistia japonesa não vem por vias legais, porém cria amnésias, como alertava Ricoeur, e está fortemente baseada na ideia de que poucos malvados foram responsáveis por atitudes horrendas, os demais anistiados (NAKAJIMA, 2007).

3.2) *Latência atômica: de Godzilla a Bob Esponja*

LATÊNCIA

substantivo feminino

1. **POR EXTENSÃO:** período durante o qual algo se elabora, antes de assumir existência efetiva.

2. **MEDICINA:** intervalo entre o começo de um estímulo e o início de uma reação associada a este estímulo; tempo de reação.

Oxford Languages

Uma das ideias mais importantes que quero destacar nesta tese é a compreensão de que as bombas atômicas lançadas sob o Japão são o início de uma era, a *Nuclear Age* (GERSON, 2007). Este período, em termos, ainda não acabou, afinal a produção e existência de armas nucleares ainda está em um número extremamente alto, mesmo com diversas campanhas mundiais com relação ao desarmamento nuclear. Por isso, é importante entender que nuclearidade, nesta tese, é vista como uma construção estética, narrativa e simbólica sobre a tecnologia nuclear introjetada no inconsciente coletivo que se expressa em diferentes contextos de variadas maneiras. Vejam que meu argumento está centrado em torno da palavra “tecnologia nuclear”, pois abrange desde a energia nuclear, as armas atômicas como advento

científico/militar e, também, sobre a bomba atômica no Japão e suas consequências. A nuclearidade construiu representações, narrativas e universos variados dentro da cultura da mídia (KELLNER, 2001) que embora extremamente ampla e complexa, suas referências – embora inconscientes – são, sempre, as bombas atômicas lançadas sob Hiroshima e Nagasaki em 1945.

Estas representações da nuclearidade são percebidas através de representações, paródias e pastiches. Porém, ela pode ser compreendida também através de latências. Segundo o *Dicionário Oxford Languages*¹⁰⁷, latência, conforme afirma minha epígrafe deste tópico, tem duas acepções, uma médica e outra social. Na perspectiva social latência pode ser vista como o “período durante o qual algo se elabora, antes de assumir existência efetiva”, neste sentido ela não necessariamente é uma representação, muito menos um imaginário, nos termos da história cultural francesa ((CHARTIER 1991); (BACZKO, 1985)). Trata-se de algo que está em elaboração, não está pronto ainda, não tem uma “existência”, não são representações de algo que existiu, nem diretamente do simbólico ou do seu conjunto. Seria algo semelhante com o ser-em-si antes de sua existência (o ser para si), na visão de Sartre (2015), a diferença estabelecida nesta visão é que a existência da latência está diretamente condicionada a sua outra acepção dicionarizada, na visão médica, latência é um “intervalo entre o começo de um estímulo e o início de uma reação associada a este estímulo; tempo de reação”.

Latência não é uso, é resposta a um estímulo. A latência é o tempo entre o estímulo e a reação. Este estímulo pode ser algo social e coletivo ou pessoal e subjetivo que reage à alguma manifestação de um passado recalcado no inconsciente. Essa latência, ou seja, esse tempo entre o evento referência e a sua manifestação de forma difusa e complexa tempos depois é uma mostra de como o inconsciente coletivo trabalha. É um jogo em que parte dele é consciente e intencional e outra parte é performance (manifestando-se inconscientemente o que estava recalcado).

Por isso, a partir desta incitação é que ela pode existir. No entanto, ela é algo que não está pronta, está em constante formação e mutação. São elementos do inconsciente coletivo, nos termos de Carl Jung (2000), que formam arquétipos (aspectos estéticos e narrativos que inconscientemente estabelecem padrões, normas, possibilidades e escolhas) a partir de um estímulo exterior. Embora Jung (2000) considere que o inconsciente coletivo não se altere por estímulos conscientes, ele é afetado quando há ações coletivas de grande ruptura social em que

¹⁰⁷ Disponível em: <<http://bitly.ws/9dno>> Acesso em 29/07/2020

se estabelecem novos valores e padrões que passaram a ser compartilhados em grande parte dos indivíduos de determinado grupo social.

Visto isto, a bomba atômica, nesta tese, será vista como o estímulo para latências presente em diversas manifestações sociais. Desde discursos políticos, manifestos de movimentos sociais e, principalmente na arte a partir da cultura da mídia (KELLNER, 2001) noto uma latência muito grande da nuclearidade. A bomba atômica em si não precisa estar presente explicitamente nas obras analisadas, uma vez que estou buscando compreender os estímulos que este artefato causou no inconsciente coletivo incentivando e construindo padrões estéticos (que eu defini no tópico estética desta tese) em produções midiáticas que constroem narrativas em torno deste legado, muitas vezes invisível e inconsciente em torno da nuclearidade. Neste tópico, diferente da representação direta com este objetivo de representar a bomba atômica, feita por Nakazawa em Gen Pés-descalços, vou buscar explicitar nos elementos midiáticos analisando os estímulos recebidos pela nuclearidade para estabelecerem seus padrões estéticos e narrativos.

Ao definir o que entendo por latência surge uma outra questão fundamental para esta tese: qual a relação da latência com o esquecimento? Se a latência é formada por estímulos formadores de uma existência, ou seja, algo que é formado, inspirado e relacionado com determinada narrativa e/ou concepção estética do passado que, direta ou indiretamente, se manifesta em determinado presente como uma forma de expressão do inconsciente coletivo que ou recalca algo ou é fruto de pulsões necessárias para a sobrevivência humana. Com isso, parece que estou definindo um tipo de memória, um certo lembrar indireto, um pouco confuso e complexo. No entanto, por se tratar de uma lembrança ausente, ou seja, por não cumprir a aporia da fidedignidade da memória, como aponta Ricoeur (2007), trata-se de um esquecimento.

A latência, nesta acepção não pode ser causada intencionalmente de maneira fácil, muito menos ser evitada *a posteriori*. Os legados invisíveis do passado não estão presentes apenas nas relações políticas, ideológicas e estruturais de cada sociedade, como aponta Cornel West (2001), eles fazem-se presentes em visões estéticas e simbólicas que moldam e constroem formas de se narrar determinados aspectos enquadrando em modelos pré-existentes, concebidos em outro contexto, mas, devido ao rearranjo do poder, necessita ser mantido e perpetuado. West (2001) está preocupado em entender o legado da escravidão africana nos EUA, no entanto, ao refletir sobre como determinados elementos do passado recontam e remontam a padrões existentes no presente, sem que com isso exista uma noção de referencialidade (uma busca objetiva por representar algo como verdadeiro). A latência, não exclui essa busca por uma pretensão a

verdade num discurso ficcional (num sentido literário) sobre o passado, o que Linda Hutcheon (1991) chamou de metaficção historiográfica. Também são latências essas produções que usam determinada narrativa e estética do passado como motes para construção de suas histórias. No entanto, as versões inconscientes, indiretas, manifestadas a partir da difusão de símbolos e discursos sobre um aspecto do passado corresponde a essa ausência presente.

Essa relação entre a falta e a presença, entre o que está ali e o que não está, estabelece um dilema no ato de esquecer. Quando algo está latente, não é possível esquecer, mas, devido ao caráter metafórico da latência, fica diluído em narrativas complexas e de difícil associação com determinados aspectos do passado. Essas latências, invisíveis a olhos desatentos, perpetuam padrões que não devem ser combatidos, afinal trata-se da livre expressão humana. Porém, devem ser compreendidos em sua complexidade para que valores e posições eticamente fossem contestados e disputados (principalmente aqueles que desrespeitam a dignidade humana e não corroboram com visões e versões opressoras do passado, seguindo o pensamento benjaminiano).

Por isso, a noção de *ars oblivionalis* apresentada por Umberto Eco e Marilyn Migiel (1988) como uma impossibilidade de se estabelecer uma técnica de esquecimento, no entanto, uma sobreposição narrativa e estética sobre determinadas visões e aspectos do passado faz com que haja um esquecimento forçado, mesmo que não intencional, por parte de grupos que não foram afetados diretamente por aquele passado traumático. Por isso, Jeanne Marie Gagnebin (2009) ao comentar sobre Theodore Adorno e sua Dialética Negativa, sobretudo em relação ao que pensava sobre o passado e a *Shoah*, argumenta que o filósofo alemão: “não diz que nós devemos lembrar sempre de Auschwitz; mas sim que devemos fazer tudo para que algo semelhante não aconteça, para que Auschwitz não se repita” (GAGNEBIN, 2009, p.100). Esta noção, *a priori* semelhante as formulações da narrativa em torno de Sadako Sasaki – não busca justiça, apenas projeta para o futuro a não repetição – é expandida para um uso prático do passado a partir da memória. Assim com Hayden White (2014) formula sua tese de um uso prático da história, Adorno (2008) propõe que a memória do Holocausto seja uma lembrança para além de um culto do passado, que sirva de “instrumento de análise para melhor esclarecer o presente” (GAGNEBIN, 2009, p.101).

Essa busca contra o esquecimento, mas também critica a um lembrar pontual, esporádico e celebrativo, carrega consigo um aspecto importante a se entender que é quando o lembrar é imposto por um trauma ou pela dramaticidade do passado. Esse ato de lembrar que não permite esquecer, porém, como já alertava Adorno na década de 1960, remete a sérios

riscos de um lembrar inútil para a elaboração de projetos políticos eficazes contra o retorno do fascismo. Por isso, como alerta Julia (2003), a importância dessas memórias compartilhadas na esfera política.

No caso da bomba atômica, há uma imposição do lembrar que o próprio ato impõe. Este lembrar, no caso da bomba é ainda mais amplo, afinal os “dois lados” se impõem a obrigação de lembrar. O Japão enquanto vítima dessa atrocidade e os EUA como construtores deste advento que teria salvado milhões de vidas de estadunidenses – segundo a justificativa de Truman para o lançamento (ALPEROVITZ, 1995). Por isso, a vigilância de Adorno em não esquecer pode chegar ao ponto de anistiar (e por consequência criar uma amnésia). O ato de não lembrar em profusão sobre questões pretéritas torna-se algo apenas circunscrito em elementos simbólicos e que não impacta na formulação de projetos para o futuro, estes são fundamentais para entender que a latência é um fenômeno esquecido e que, por motivos variados, pessoais ou coletivos, pode ressurgir do inconsciente coletivo a partir de padrões estéticos e narrativos sobre determinados aspectos do passado.

Em outras palavras, a latência compõe o universo da mnemohistória proposta por Jan Assmann (1998), sendo assim é possível perceber as formas como as culturas de passado interpretaram e expressaram visões estéticas e narrativas sobre um determinado momento pretérito. A bomba atômica aqui é percebida na nuclearidade, ou seja, quando se fala em perigo nuclear, em desastres radioativos tem-se como um referencial as bombas atômicas japonesas. Tal questão foi complementada e catapultada pela explosão do reator nuclear de Chernobyl, em 1986, e que, ao analisar as memórias narradas por Svetlana Aleksievitch em seu livro “Vozes de Chernobyl” consigo perceber uma latência constante das bombas atômicas, e um medo muito grande dos efeitos da radiação e extinção da humanidade por ter um referencial existente no passado sobre isso.

Quando Aleksievitch dá voz a Nadiejda Burakova (habitante do povoado de Joiniki, na Bielorrússia), e ela diz que: “o homem armado com machado e arco ou com lança-granadas e câmara de gás não pode matar todo mundo. Mas o homem com o átomo... Neste caso, toda a Terra está em perigo” (ALEKSIEVITCH, 2016, p.280). Gostaria de salientar que não estou, em nada, diminuindo o impacto da experiência para os moradores da Bielorrússia nas décadas de 1980 e 1990, no entanto, grande parte das narrativas possuem um referencial anterior que estava latente. Este referencial é a bomba atômica e Chernobyl foi o estímulo necessário para a formulação de uma representação ainda em construção devido a sua não materialização até então.

Esses símbolos, narrativas e construções estéticas sobre as armas nucleares, suas capacidades e efeitos moldaram um padrão não-linear que se manifesta em diferentes contextos e demandas. Escolhi analisar três produções da cultura da mídia produzidas em contextos e espaços diferentes, bem como intencionalidades e objetivos completamente distintos. O que elas têm em comum? A manifestação latente da bomba atômica. Essa latência não significa a construção de uma narrativa única e linear sobre este aspecto do passado, mas sim a busca por uma referencialidade que estabeleça um padrão de como foi e como poderá ser se ocorrer algo semelhante, de novo. Neste sentido, a ficção onde essa latência se manifesta é uma forma de falar sobre um passado que mesmo sem ter sido estudado, se sabe algo sobre ele. Este saber se deve, certamente, ao inconsciente coletivo que construiu arquétipos baseados em narrativas, símbolos, concepções éticas e estéticas deste passado.

Minha primeira proposição interpretativa a respeito da latência atômica é que ela só tem a pujança que tem pois, ao contrário do Holocausto – como desejava Adorno (2009) – as estruturas de poder se organizaram para multiplicar exponencialmente a produção deste tipo de armamento. Portanto a ideia de não repetição do evento tão manifesta no filósofo alemão para o Holocausto se dilui, quando pensada para a bomba atômica. Essas representações da bomba atômica que se manifestam a partir de determinados gatilhos só ocorrem devido a geopolítica da Guerra Fria e dos usos que foram feitos sobre o passado em relação as bombas atômicas.

Enquanto o Holocausto foi visto como um evento-limite (LACAPRA, 2009), ou seja, o horror maior que além de não poder ser repetido, jamais superado – imaginando existir uma escala de horror. Essa inatingibilidade do Holocausto permite entender como um acidente, um acaso que ocorreu, mas que deve ser evitado a todo o custo sua repetição. Isso acaba silenciando ou inferiorizando diversos outros eventos traumáticos e cruéis, como a escravidão africana, para relembrar a provocação intelectual de Aimée Césaire (1978) referido no capítulo anterior.

Neste sentido, embora muitos intelectuais criticassem as formas de como era feito, houve um processo de desnazificação da Alemanha bastante amplo, bem como sua fragmentação em quatro zonas e posteriormente em dois países, a divisão da capital ao meio que impediria qualquer possibilidade de perpetuação de um novo regime fascista na Alemanha e, principalmente, de um novo Holocausto em solo germânico. No entanto, segundo Enzo Traverso (2013), as atenções das políticas internacionais do pós-guerra estavam voltadas para o impedimento de um novo conflito em escala mundial e impedir que novos Holocaustos acontecessem, principalmente na Europa.

Com relação a bomba atômica a situação é completamente distinta. Ao lançar-se a bomba atômica, embora houvesse o choque sobre a crueldade e os danos causados por ela, o entendimento geral foi compreender que um país que se julgasse no direito de intervir na esfera global só o poderia se possuísse armas nucleares. Esse processo faz com que a corrida nuclear seja um dos principais tópicos da Guerra Fria. Possuir os códigos nucleares seria a comprovação da autoridade em negociar sem fazer a guerra. Neste sentido, se o Holocausto era o evento-limite jamais repetível (ADORNO, 2009), a bomba atômica era só um prenúncio do que poderia acontecer ao mundo caso utilizassem mais armas deste porte (ANDERS, 2011). A bomba atômica não é um evento-limite, ou melhor, as narrativas construídas em torno da bomba atômica a tornam um evento-limite-possível, pois a desconfiança de uma ideia de paz nuclear armada era tão grande que a possibilidade de um extermínio humano devido a um botão apertado sem intenção foi tema de diversos filmes, livros e digressões filosóficas.

Esse discurso que realoca a bomba atômica como um evento-limite-possível é complementado quando se estabelece a lógica da diplomacia atômica. Alperovitz (1969) argumenta que não bastava aos EUA demonstrar o poder nuclear à URSS com o lançamento das bombas atômicas. Cientistas já haviam alertado que o desenvolvimento de armas nucleares era um fato inevitável para qualquer nação. Bastava ter fontes de materiais radioativos (urânio, plutônio etc.) e a disposição para financiar um projeto bilionário. Com isso, os EUA, na visão de Alperovitz (1995), em nenhum momento acreditava que teria a hegemonia na produção nuclear.

O Projeto Manhattan, por exemplo, já contava com apoio financeiro e científico do Canadá e Inglaterra, neste sentido a exclusividade não era um horizonte possível. O interesse era justamente sair na frente nesta corrida, estabelecer a vanguarda tanto em quantidade como em qualidade em relação aos artefatos produzidos e, quando a URSS produzisse a sua arma atômica e iniciasse aquilo que Gar Alperovitz (1969) chamou de diplomacia atômica. Esse processo iria evitar a guerra direta contra uma nação potente como os soviéticos e permitiria a busca por uma eficiência moral, em que a ciência estadunidense seria redentora e salvadora da humanidade, enquanto os soviéticos, seriam os invejosos e cruéis que criaram a bomba atômica para utilizá-la para fins nefastos. Diferentemente dos EUA que a utilizou para salvar vidas de estadunidenses em caso de uma invasão por terra ao Japão.

Robert Jacobs (2016) chama a atenção para este processo que inicia em 1949, com o primeiro teste nuclear soviético, no Cazaquistão, em que a narrativa sobre a bomba atômica passa, mais uma vez, por uma lógica de forja de um novo discurso supressor de outra narrativa

do passado. Esse novo discurso coloca os EUA como vítima da URSS em relação a possibilidade dos soviéticos utilizarem a bomba atômica sob os estadunidenses. Essa inversão entre o algoz – único a lançar uma bomba atômica sobre seres humanos – para a vítima da perseguição soviética, construiu o argumento sobre a necessidade de se defender a todo custo e construir mais armas, barreiras espaciais, implantar espiões e afins. Em outras palavras, Jacobs (2016) alerta que é a partir de 1949 que tem-se a explicação dos motivos pelos quais todo apocalipse nuclear em filmes e livros atinge, majoritariamente, os EUA.

Ao problematizar um dos argumentos pensados pelos psicanalistas Robert Lifton e Greg Mitchell (1996) no seu livro “Hiroshima in America”, Jacobs e Broderick (2012) afirmam, ao contrário do que os estudiosos da psicanálise pensavam (sobre o desaparecimento de um trauma das bombas atômicas nos EUA), era possível perceber que o trauma das bombas atômicas: “se tornou onipresente na cultura americana e permaneceu assim durante a Guerra Fria e além, particularmente com uma postura que estabelece a América como vítima nuclear, não perpetrador nuclear¹⁰⁸” (JACOBS; BRODERICK, 2012, p. 1).

Os autores supracitados analisam a exposição “Nuke York, New York”, na Hartell Gallery, da Cornell University em 2011, que abrigava um gama de representações sobre o medo nuclear nos EUA. Ali foram expostos livros, filmes, cartazes, jornais e afins, na exposição, segundo os autores, fica evidenciado diversas produções, narrativas e memórias relacionadas ao medo nuclear nos EUA, em geral com o sinal invertido, realocando os estadunidenses para a posição de vítima da perseguição soviética e sua ameaça nuclear. Eventos como a crise dos mísseis em Cuba em 1962 contribuíram muito para que isso ocorresse. Uma das conclusões que o texto dos autores supracitado traz é que essa associação dos EUA como vítima das armas nucleares é catalisada a partir de determinados eventos. Por exemplo, o nome dado ao local onde se encontravam as ruínas dos atentados de 11 de setembro de 2001 foi dado de “marco zero”, mesmo nome utilizado para se referir a localidade demarcada para ser lançada a bomba atômica, o seu epicentro. Estas correlações linguísticas, dar o mesmo nome para algo semelhante, porém com sentido inverso, quando manifestadas, representam justamente esta latência, adormecida, mas não inexistente como apontavam os psicanalistas.

Toda essa fulguração em relação as armas nucleares e suas latências só existe pelo fato da contínua e maciça produção de armas e testes nucleares nos anos que se seguiram. Alguns eventos foram chaves para a compreensão da operacionalidade destas latências. A Guerra da

¹⁰⁸ Texto original: “it became ubiquitous in American culture and remained so throughout the Cold War and beyond, particularly as shorthand for America as nuclear victim, not nuclear perpetrator”.

Coréia, entre 1950 e 1953 foi, certamente, um dos momentos de maior tensão sobre a possibilidade de uma guerra nuclear. Segundo Fred Halliday (1989), no início do confronto alguns aviões estadunidenses (representando as tropas de ‘pacificação’ enviada pela ONU) foram abatidos pelos soviéticos na Coréia. A ideia de “guerra fria” ainda não estava bem consolidada e havia uma evidente possibilidade da eclosão de uma guerra nuclear. Este medo, fez com que Truman tirasse das Forças Armadas dos EUA o controle sobre o uso, ou não, de armas atômicas. Essa passagem, segundo Alperovitz (1995), entre a decisão militar para a decisão civil compõe a ideia de diplomacia atômica.

Esse medo de uma guerra nuclear tão próxima geograficamente e temporalmente do Japão, aliado ao recente teste nuclear dos soviéticos, fez com que se construíssem arquétipos sobre uma guerra nuclear na qual quase todos os cenários eram compostos por uma concepção estética dividida entre a noção do “cogumelo atômico” ou o “brilho de mil sóis”. O caso mais famoso e emblemático deste momento é o filme de 1954 dirigido por Ishiro Honda, chamado *ゴジラ* (Gojira), que no Brasil ficou conhecido como Godzilla.

Este filme não pretende tratar da bomba atômica, nem fazer uma alusão direta aquilo que aconteceu em Hiroshima e Nagasaki. Sua premissa é mostrar os efeitos nocivos da nuclearidade. E, como já argumentei, sempre que se fala em nuclearidade o padrão referencial (que não é um evento-limite, pois pode facilmente ser ultrapassado) são as bombas atômicas.

O filme em questão fala sobre o surgimento de um réptil gigantesco devido a radiação causada por testes nucleares próximos ao Japão, no Oceano Pacífico. O filme faz uma clara alusão aos testes nucleares feitos pelos EUA em 1954 no Atol de Bikini, distante uns 3500 Km de Tóquio. Esse novo teste, no Oceano Pacífico, logo após a Guerra da Coréia deveria ter passado despercebido, ou, pelo menos com muito mais descrição. O imponderável que trouxe novamente a pauta nuclear à tona foi a descoberta de um navio japonês que foi atingido pela chuva negra causada pela radiação decorrente da bomba de hidrogênio lançada no teste. A “Operação Castle Bravo”, segundo Tanaka (2005a), tinha como objetivo realizar e estudar o teste com esta bomba altamente poderosa e ainda mais potente que as bombas de urânio e plutônio utilizadas no Japão. Com um adendo importante: a matéria-prima para sua produção é muito mais barata e fácil de conseguir, embora necessite de uma arma nuclear “tradicional” para sua ativação.

Esta chuva atingiu um barco japonês, o primeiro caso de exposição da radioatividade de uma bomba de hidrogênio. O barco Daigo Fukuryu Maru¹⁰⁹, que em uma tradução literal para o português seria algo em torno de “Dragão da Sorte 5”, foi um navio de pesca japonês tripulado por 23 pessoas que foram altamente afetadas pela radiação. Devido as características do barco, não foi possível fugir da radiação, mesmo avistando a explosão no horizonte. Um operador de rádio do barco morreu meses depois, a maioria dos tripulantes ficaram alguns meses internados e sofreram consequências severas da radiação, como queimaduras, perda de cabelo, náuseas e até mesmo aparecimento de linfomas. Boa parte de depoimentos e imagens deste evento poder ser vista no documentário "Bikini: Mon Amour" de Oliver Herbrich de 1987, no qual ele apresenta algumas mazelas e cenários com relação ao teste nuclear no Atol de Bikini realizado no início do ano de 1954.

O “Dragão da Sorte 5” estava distante uns 150 Km do epicentro da bomba de hidrogênio segundo Aaron Kerner (2007). A atuação estadunidense na Micronésia era constante desde 1946. Foram 23 testes feitos com um total de mais de 60 bombas nucleares lançadas sobre esta região do Pacífico entre 1956 e 1958, o fim dos testes nucleares na região. A região ainda hoje sofre consequências da radiação, partes do Atol de Bikini submergiram no oceano, ilhas deixaram de existir e moradores foram forçadamente retirados daquela região. Um dos dilemas mais sádicos e problemáticos do mundo atual, com relação a nuclearidade, é o domo de Runit, instalação de lixo nuclear feita pelos EUA na década de 1970 na região de Enewetak, nas Ilhas Marshall. O domo de concreto tem como objetivo abrigar lixo radioativo referente aos testes nucleares feito pelos EUA. Grupos antinucleares como o ICAN¹¹⁰, Prêmio Nobel da Paz em 2017, vem denunciando a instalação por comprovar rachaduras consideráveis no domo, principalmente com o aumento gradativo do nível do mar correndo um sério risco de quebrar a proteção e liberar a radioatividade ali contida.

Os EUA após o incidente com o barco sofreram pressão tanto da ONU, quanto de seus aliados ocidentais para, ao menos, reconhecer sua responsabilidade, segundo Tanaka (1955). Em breve, Dwight Eisenhower, presidente dos EUA assumiu a responsabilidade, ofereceu assistência médica e indenização as famílias. Segundo Tanaka (1955) muitas famílias negaram o atendimento médico dos EUA devido ao medo de serem fruto dos estudos ‘científicos’ dos estadunidenses e não alvo de uma cura para seus males. As marcas da bomba atômica ainda

¹⁰⁹ Termo original: “第五福龍丸” (Daigo Fukuryu Maru)

¹¹⁰

Disponível

em:

<https://www.icanw.org/the_environmental_legacy_of_nuclear_production_five_case_studies>

Acesso em

30/07/2020

eram muito presentes no Japão, embora pouco faladas, ou ditas na perspectiva da narrativa sobre Sadako Sasaki.

O barco “Dragão da Sorte 5”, havia pescado toneladas de atum. Tinham não só consumido o atum durante a pesca, como também vendido o mesmo no mercado, o que disseminou o pânico gerado justamente pela possibilidade de disseminar material radioativo para a população (KERNER, 2007). Esse medo do retorno da radiação, do sofrimento por causa de armas nucleares no Japão reacendeu discussões políticas intensas. Fortaleceu os grupos de esquerda, sobretudo o PCJ que já conclamava contra as armas e tecnologias nucleares, e parte da população civil organizada que se manifestava contra. Em vista disso, os EUA, percebendo a influência da URSS, da China e da Coreia do Norte numa perspectiva socialista na região, se viu obrigado a retroceder em uma política ostensiva e tentou apaziguar os ânimos.

Porém, essa apropriação, aponta Kerner (2007), teve profundas raízes na sociedade japonesa a partir de articulações políticas dos EUA. Com o macarthismo estadunidense ainda em vigor isso acabou disseminando a ideia de luta anticomunista num patamar completamente diferente até então. Após o incidente com o barco em questão e a explosão de movimentos de sociais contrários as armas nucleares – não necessariamente as posturas dos EUA – falar da bomba atômica ou da nuclearidade como um todo, passou a ser visto como uma plataforma comunista.

Criticar a bomba seria visto como um movimento de esquerda, principalmente depois das manifestações da “Primeira Conferência Mundial de Hiroshima contra as bombas atômicas e de hidrogênio”¹¹¹, em 1955. Tal conferência foi alvo de passeata e manifestação de pessoas do mundo inteiro, desde intelectuais como Bertrand Russell até o movimento de estudantes secundaristas. Kenzaburo Oe (2011) em seu livro de 1962 em que descreve o clima das próximas edições deste mesmo encontro relata a efervescência ocorrida em 1955 contra as armas nucleares. Marguerite Duras e Alain Resnais ao escreverem e dirigirem, respectivamente, o filme “Hiroshima Mon Amour” de 1959, representam cenas das manifestações ocorridas quando a conferência está sendo realizada. Menções ao caso dos 23 tripulantes podem ser percebidas.

Essa proeminência do PCJ na luta antinuclear em que ele: “tem usado com tanta frequência a bomba atômica como arma política que qualquer representação simpática de suas

¹¹¹ Termo original: “1st World Conference Against Atomic and Hydrogen Bombs”

vítimas passou a significar no Japão que o diretor ou produtor é provavelmente comunista¹¹²” (KERNER, 2007). Desta forma, a supressão e violência com a qual foram tratados os movimentos antinucleares no Japão depois do incidente de 1954 sofreu uma ação de mão-dupla. Por um lado, a consciência real da nuclearidade. Por outro, dentro daquela narrativa que Robert Jacobs e Mick Broderick (2012) alerta sobre a vitimização dos EUA com relação a bomba atômica, alicerça o argumento contrário a bomba como um discurso comunista.

Segundo Kerner (2007), a situação foi tão intensa que os movimentos antinucleares eclodiram no mundo, principalmente no Japão. Esses movimentos fazem coro ao que Nakazawa (2013) narra em relação a Hiroshima no mesmo período. Além disso, o Primeiro-Ministro do Japão após a ocupação, Shigeru Yoshida, um grande aliado político dos EUA, teve de interceder para uma retratação pública por parte dos estadunidenses que veio em forma de dinheiro e a garantia de que para novos testes tomariam melhores precauções no futuro. O Japão, ironicamente, foi vítima mais uma vez por armas nucleares e, com esse contexto formado estava evidente a possibilidade de um novo acidente, dado que os testes provavelmente continuariam. É depois do “Dragão da Sorte 5” que se presta a atenção para sobreviventes da bomba atômica no Japão, não obstante é neste contexto que está sendo feito o monumento a Sadako Sasaki e a construção da narrativa em torno da sua memória

Por isso, grande parte da produção midiática sobre a bomba atômica já receberia a pecha de comunista ou engajada com discursos de esquerda. Isso já diminuiria o orçamento publicitário, bem como a circulação dessas obras num contexto de Guerra Fria. Esse silêncio implícito, imposto a partir de uma memória impedida por fins políticos (RICOEUR, 2007), faz com que o inconsciente coletivo mantenha recalcado os arquétipos sobre a bomba atômica, principalmente dos *hibakushas* com marcas visíveis de sofrimento, fruto da estética a partir do brilho de mil sóis bastante difundida neste contexto após a ocupação. Lembro que este sofrimento mostrado não é, necessariamente, causa para buscar justiça e apontar culpados.

Para compreender como esse silenciamento imposto recalçou elementos estéticos, éticos e políticos sobre a bomba atômica é preciso compreender a relação entre o afeto e memória. Aleida Assmann (2011), ao falar da relação da memória cultural com o afeto, alerta que: “o afeto como potencializador da percepção conserva elementos da recordação que ingressam na memória de armazenamento como partes sem um todo ou como micronarrativas dobradas e lá ficam lado a lado, desconexas” (ASSMANN, 2011, p. 282). Isto constitui-se em uma forma

¹¹² Texto original: “The Party has so frequently used the bomb as a political weapon that any sympathetic rendering of its victims has come to mean in Japan that the director or producer is probably Communist”.

anedótica de falar desse passado. Essa memória que é uma parte de um todo, ou essa micronarrativa é o que estou chamando de latência. A arte, por excelência, em sua capacidade imaginativa de criar narrativas torna-se o espaço propício para o desenvolvimento de anedotas sobre o passado. Narrativas deste tipo, segundo a autora supracitada, são muito comuns em situações traumáticas, em que o passado é experienciado por narrativas entrecortadas em virtude da incapacidade de lembrar com clareza, tarefa da qual a arte consegue, por não disciplinar o passado, fazer de forma criativa e efetiva exercitar a imaginação histórica (WHITE, 1988). Esta arte que é espelho do processo de esquecimento e, ao mesmo tempo, régua para medir o ponto que esse esquecer atinge é o que vou analisar a seguir (ASSMANN, 2011). Buscando compreender justamente como a latência, essa representação fraca ou incompleta, do passado se manifesta em determinados contextos para se referenciar a um evento específico sobre o passado.

O filme “Gojira” inicia um gênero de filmes conhecidos como “kaiju eiga¹¹³”, ou seja, os filmes de monstros gigantes muito famosos no Japão e depois exportados para o mundo todo. O filme em questão, lançado em 1954, contou com a produção de efeitos especiais de Eiji Tsuburaya, que posteriormente produziria os efeitos da famosa série Ultraman. Do ponto de vista técnico, Gojira é um marco na construção de personagens gigantescos, destruição de prédios e ruas entre outras coisas deste porte.

A primeira cena do filme é fundamental para a compreensão da latência da nuclearidade, bem como a imposição de um impedimento a memória, recalçando-a e tornando-a uma anedota, uma micronarrativa incompleta. Logo no início um barco pescador é atacado pelo monstro gigantesco e o operador de rádio do barco some no mar. Essa alusão ao “Dragão da Sorte 5” é marcante, justamente por deixar evidente um cenário que havia sido repetidamente noticiado nas rádios e jornais japoneses.

Gojira, logo se descobre, era um ser pré-histórico que vivia em algum confim do planeta Terra e que foi completamente afetado pela radiação, fruto dos testes estadunidenses com as bombas nucleares. Esse monstro só existe, pois foi afetado pela radiação. Antes, era um ser comum, isolado, que não incomodava ninguém. Gojira é a bomba atômica, um ser irracional, destruidor de tudo onde passa, sem motivos e possibilidades de ser parado. Entre outras características, Gojira não consegue sofrer ferimento por armas normais produzidas pelo ser

¹¹³ Termo original: “怪獣映画”

humano, e, além disso, possui um sopro radioativo extremamente mortal. Gojira é a criação humana que fugiu do seu controle e pode levá-la a própria destruição.

Gojira ataca os japoneses, assim como a bomba atômica afetou o Japão. Afinal: “enquanto o discurso histórico, em conjunto com a censura, tendia a negar a carga emocional associada aos ataques atômicos, Gojira facilitou a descarga de emoções centrais ao trabalho¹¹⁴” (KERNER, 2007, p.114). Esse estigma da nuclearidade sob os nipônicos permite compreender que além da bomba atômica (quanto artefato) ele representa os *hibakusha* (quanto vítimas). Ser *hibakusha*, como apresenta Ibuse (2011) era um fardo em dois sentidos. O primeiro pessoal, por carregar a memória daquilo que quer se esquecer na pele. Principalmente os *hibakushas* que possuíam marcas, cicatrizes, queimaduras e hematomas visíveis, impossíveis de esconder seu passado como vítima. Esse peso de relembrar o sofrimento sempre, sem poder recalcar, por estar, literalmente, latejando sob sua pele é um ponto importante.

Porém, a bomba atômica não é um evento que se encerra sob si mesmo, como argumenta Anders (2011), a radiação continua causando estragos até hoje. Tais danos são alvos de estudos para compreender sua profusão. A prova disso, argumenta Kerner (2007), é que no teste em Bikini em 1954 a ideia dos físicos era ter uma explosão de magnitude muito menor do que foi obtida, no entanto, assim como o Gojira, não é possível controlar o monstro depois de produzi-lo. A radiação com seus danos incalculáveis gera concepções estéticas sobre um sobrevivente completamente diferente de tudo aquilo que se conhecia. Uma visão fantasmagórica, peles queimadas, derretidas. Seres que estão vivos, mas mortos ao mesmo tempo. Moribundos, com tanta dor que são incapazes de gritar, faltam forças. Por isso, é preciso lembrar que: “o corpo estabiliza lembranças por meio de habituação” (ASSMANN, 2011, p.24). Esse habituar-se a viver significou conviver com o preconceito, com a privação pessoal de não querer ter descendentes – com o medo de dar vida a seres mutantes ou afetados pela radiação – e, nos casos mais extremos, porém não incomuns – o suicídio, por não conseguir continuar vivendo com esse fardo cotidianamente.

¹¹⁴ Texto original: “While historical discourse, in conjunction with censorship, tended to disavow the emotional charge associated with the atomic attacks, Gojira facilitated a discharge of emotions central to the working”

FIGURA 20 - GOJIRA E HIBAKUSHA



Fonte: Gojira: Wikimedia Commons/ Hibakusha: <https://www-sdc.med.nagasaki-u.ac.jp/abomb/english/disaster/Keloid-E.html> (Montagem minha)

Em um livro de fotografias sobre sobreviventes da bomba atômica, logo na abertura do livro lê-se que: “mesmo aqueles... [que sobreviveram] nada mais eram do que esqueletos fantasmagóricos, com suas partes internas destruídas pela terrível explosão, como se fossem pisoteadas por uma multidão de monstros gigantesco¹¹⁵”(SASAKI, 1954, p.11). Gojira é o monstro que pisoteia e é pisado. Se repararmos com atenção, a construção estética de Gojira é completamente associada a visão do “brilho de mil sóis”, os queloides, ou seja, o crescimento da pele de maneira excessiva em virtude de uma cicatriz, que se acumula sobre o corpo dando um aspecto de derretimento e até anomalia está presente no filme de 1954. Diferentemente das versões estadunidenses do filme que o transformaram, gradativamente, em um réptil ou algo semelhante. Gojira é, também, o ser fruto das armas nucleares. Em forma de anedota, Gojira se refere a uma latência da bomba atômica. Provavelmente tenha sido esta a intenção dos roteiristas, diretores e produtores, o que mostra que a partir de determinados eventos a latência da bomba atômica se manifesta e, mesmo se referindo ao acontecido em Bikini, o seu referente máximo sobre a nuclearidade é a bomba atômica lançada sob Hiroshima e Nagasaki.

Em um breve ensaio, Yuki Tanaka (2005) comenta que o projeto do Gojira não seria o primeiro a ser apresentado por Honda. Mas a necessidade de captar financiamento para um projeto anterior pouco chamativo, apresentou a ideia de um filme com monstros gigantes e armas. Tanaka chama a atenção que o filme apresentado com essa premissa, utilizou-se da narrativa ficcional para falar de muitos elementos do pós-guerra. Para além dos *hibakushas*, a

¹¹⁵ Texto original: “Even those . . . [who survived] were nothing but ghostly skeletons with their inner parts blown away by the terrible blast, as if trampled all over by a crowd of gigantic monsters”

destruição das cidades causadas pelo Gojira criara um cenário muito semelhante a destruição causada pelos B-29 nos bombardeios aéreos sobre as cidades japonesas (TANAKA, 2005).

Hayden White (1999) ao definir o que ele chama de eventos modernistas, estabelece que a narrativa modernista confunde os envolvidos, sendo difícil identificar o vilão e o herói, o caráter chocante ou traumático do evento, bem como sua instantaneidade com que é narrado dificulta uma elaboração narrativa mais aprofundada e coerente. Além disso, alerta White (1999), uma narrativa que se apresente como “realista” e imparcial não consegue dar conta das dimensões e emaranhados complexos que esses eventos modernistas apresentam. Gojira é um desses casos. Importante lembrar que: “no Japão, hibakusha e seus filhos são tratados como mutantes, uma ameaça onipresente à estrutura e à saúde do próprio Japão. Essa estranheza também está inscrita no corpo de Gojira, e é a forma corporal do monstro que o diferencia de qualquer outro monstro, principalmente de sua reconfiguração americana, Godzilla ¹¹⁶” (KERNER, 2007, p. 116).

Gojira é herói e vilão. Foi rapidamente exportado para os EUA e, dois anos depois, um novo filme (“Godzilla, King of the Monsters”) surge da parceria entre Terry Morse e Ishiro Honda (diretor do filme Gojira em 1954). Surge uma narrativa semelhante, mas que “esquece” o incidente do barco “Dragão da Sorte 5” e começa a tratar o gigantesco ser destruidor como um reptiliano ou alienígena. Em 2019 existiam mais de 50 versões de Godzilla (ou Gojira), em diversos formatos como filmes, séries, animações entre outras. Nos últimos filmes do Godzilla (agora com nome ocidentalizado) as armas humanas mais comuns são capazes de afugentá-lo e destruí-lo. A anedota de Godzilla permite entender que a bomba atômica quando se trata de nuclearidade é o evento-limite-possível, é o máximo que chegamos, mas que existe a possibilidade de ser ainda pior.

Vale frisar que aquilo que nomeio como nuclearidade, autores como Richard Maguire (2012) chamam de “cultura nuclear”. Não utilizo este termo, pois não acredito que a nuclearidade componha uma cultura propriamente dita, ela compartilha símbolos e códigos, sobretudo estéticos e narrativos, a respeito do perigo ou vantagens da tecnologia nuclear. Porém, ela não possui uma dinâmica constante e reprodutiva cotidiana, podendo ficar submersa por muito tempo e ressurgir com determinados gatilhos, por isso não considero o termo cultura o mais apropriado.

¹¹⁶ Texto original: “In Japan, hibakusha and their children are treated like mutants, an omnipresent threat to the structure and health of Japan itself. Such foreignness is also inscribed on Gojira’s body, and it is the monster’s corporeal form that sets it apart from any other monster, most especially from its American reconfiguration, Godzilla”.

Essa nuclearidade pode ser sentida (como uma latência) tanto por experiências pessoais, como ver um filme/documentário sobre o assunto, ou uma viagem para algum lugar que foi afetado pela radiação, quanto de forma coletiva como em um confronto bélico com uma nação que diz ter ogivas nucleares. Essa latência é percebida como uma tônica da Guerra Fria, algo quase consensual entre os historiadores. No entanto, meu argumento é que ela não segue uma perspectiva narrativa e estética linear (é bem mais complexa que isso), muito menos pode ser percebida como nacionalizada (circunscrita a determinado Estado-Nação), embora possua características marcantes do lugar de origem, trata-se de uma memória global (ASSMANN; CONRAD, 2010) onde praticamente todas as pessoas, direta ou indiretamente, possuem algum referencial da sua existência.

Neste sentido, chamo a atenção para o filme dirigido Stanley Kubrick: “Dr. Fantástico”¹¹⁷ (lançado em 1964). Este clássico do cinema possui o roteiro elaborado por Peter George (1958), autor do livro “Red Alert” que inspirou a realização do filme que ele mesmo roteirizou junto com o escritor estadunidense Terry Southern. George e Kubrick escreveram juntos o roteiro do filme, a primeira versão tratava-se de um suspense político, aos tons de “Red Alert”, segundo Rodney Hill e Gene Phillips (2002). Peter George havia escrito seu livro e publicado em 1958, tratava-se de um romance sobre o devaneio de um alto oficial da Força Aérea dos Estados Unidos da América que ao inventar um ataque nuclear dos soviéticos espera que seus subordinados atuem com uma contrapartida atômica. Essa iniciativa de inventar um ataque para reivindicar uma resposta era o medo que, desde a Guerra da Coreia, cercava boa parte do mundo na década de 1950. George havia servido na Força Aérea do Reino Unido, na Segunda Guerra Mundial, a ameaça de uma guerra nuclear era algo constante para sua realidade. O dilema ético entre quem transporta a bomba atômica e lança e a frieza de quem determina o lançamento e em nada se envolve, são dilemas deste livro. Estas reflexões também são objetos de estudo de boa parte das reflexões filosóficas de Gunther Anders (2018), propondo desta forma aquilo que ele chamou de obsolescência do ódio. Para o autor não é mais necessário odiar seu inimigo para lutar ou exterminá-lo, bastava um apertar (ou programar) um botão e estava feito o estrago.

O livro ao mostrar este ataque estadunidense, partindo de uma iniciativa sádica de um oficial, que depois se suicida para não ter de compactuar com um recuo na sua proposta, deixa evidente a parte tecnocrata da bomba atômica. A visão do cogumelo atômica é uma estética,

¹¹⁷ Título original: “Dr. Strangelove or: How I Learned to Stop Worrying and Love the Bomb”

propositalmente tão forte no livro que dos poucos personagens, nenhum era ou seria alvo do artefato atômico, e todos os cenários estavam em torno daqueles que mandavam ou obedeciam a ordens com relação ao ataque. Ao contatar os soviéticos, o presidente dos EUA, segundo o livro de George (1958), foi informado que ao ser atacada por uma arma nuclear, a URSS possuía um sistema de proteção que responde automaticamente ao ataque com outro míssil nuclear. Após diversos incidentes todos os aviões que lançariam a bomba foram interceptados e o pior foi evitado. Porém, como demonstração do sadismo de quem ordena, George constrói o personagem que representa o presidente dos EUA como alguém que era capaz de dizer que caso fosse impossível interceptar o ataque nuclear ele disporia da cidade de Atlanta como um alvo a ser atingido pelos soviéticos e colocar tudo em paridade evitando um conflito nuclear e, portanto, o extermínio da humanidade.

Esse escárnio de Peter George (1958) com relação as posturas tecnocratas tem, também, um referente latente da bomba atômica. Um referente que não está focado na ideia dos sobreviventes, mas sim dos algozes. A visão do cogumelo atômico, neste caso, vai questionar a condição de vítima nuclear em que os EUA se colocavam na década de 1950 (em diante), como argumenta Jacobs e Broderick (2012). Kubrick desenha junto com George um roteiro bastante semelhante ao livro. Porém, não contente com o desenvolver do roteiro, aparentando se tratar de um suspense comum com a temática da Guerra Fria, resolve convidar Terry Southern para realizar adaptações necessárias (HILL; PHILLIPS, 2002). Southern constrói um roteiro satírico, com um humor ácido, em que para rir é necessário recalcar os estímulos éticos de uma sociedade, principalmente em questões sobre o valor da vida humana.

A tecnocracia foi elevada, a construção estética foi completamente arquitetada para tornar o filme um deboche muito bem arquitetado em torno da possibilidade de uma guerra nuclear por simples devaneios de um oficial militar. Mesmo que se argumentasse que a bomba atômica, desde Truman, passou a ser controlada pelo presidente dos EUA, o filme em questão demonstra que tanto os ministros como o próprio presidente são pessoas que seriam capazes de determinar um holocausto atômico devido a interesses escusos. Dr. Strangelove, um alemão naturalizado estadunidense, uma pessoa mais velha, com certa deficiência física (anda em cadeira de rodas), tem uma compulsão motora em sua mão direita que insiste em saudar o presidente com um aceno nazista e chamando-o de “Fuher”. Aqui, novamente, se manifesta a latência da bomba atômica. Mesmo se tratando de uma sátira contextual da década de 1960 sobre a possibilidade de uma guerra nuclear, o referente é o ocorrido em Nagasaki e Hiroshima.

A associação entre Strangelove (que o nome já indica: “amor estranho”) e o nazismo ocorre em duas vias. Primeiro na participação de cientistas nazistas na venda de informação e elaboração da bomba atômica (RHODES, 1986), e segundo na perspectiva política de demonstrar que o uso de armas nucleares contra qualquer tipo de população é uma postura fascista, por mais democrático que possa aparentar. Por isso, Joyce Evans (2018) argumenta que a bomba atômica não apresenta-se nas produções midiáticas de uma forma linear, ou numa crítica de mesmo sentido. Os dois exemplos pensados neste tópico até aqui demonstram como concepções estéticas completamente distintas são mobilizadas para representar algo latente em seu contexto.

No filme o estrago final não é possível de ser evitado. O ataque nuclear dos EUA aos soviéticos se efetiva e surge a necessidade de se pensar em como sobreviver a resposta nuclear da URSS. Surge a ideia sádica de Strangelove de esconder uma parcela pequena da população em minas subterrâneas, por 100 anos, e depois disso essas pessoas poderiam sair e reconstruir o seu mundo. A visão de distopia de George em que o devaneio de um oficial foi controlado e tudo se saiu bem, foi substituída no filme de Kubrick por uma hecatombe nuclear que dizimaria a vida naquelas regiões, demonstrando que o ceticismo para com as armas nucleares só era possível por já ter experienciado, mesmo sem se ter acesso a muitos detalhes de como foi, em Nagasaki, Hiroshima.

Já o livro “Andróides sonham com ovelhas elétricas”, de Philip Dick, lançado em 1968, também conhecido como “Blade Runner” devido ao filme baseado nesta obra, se passa em um cenário distópico. Num mundo após uma guerra nuclear em que robôs se tornam mais “humanos” (no que se refere a moral e sentimentos) que os próprios seres humanos. Tal livro foi adaptado na obra cinematográfica do contexto cyberpunk sob o título “Blade Runner”, dirigido por Ridley Scott e lançado em 1982. O enredo trata sobre a perda de sentimentos humanos, como o senso de solidariedade e empatia, tópicos importantes na obra de Philip Dick. Essa representação da destruição de um senso de “natureza humana”, questão muito debatida por intelectuais de esquerda durante a Guerra Fria, como no caso do célebre debate de Chomsky e Foucault (2006) sobre a existência (ou não) de um senso de solidariedade natural nos seres humanos. Para Dick a natureza humana é uma impossibilidade em um mundo que convive com a nuclearidade.

Este tópico, recorrente na literatura de Philip Dick, apresenta uma nova preocupação com relação a uma ruptura na forma de perceber o tempo, uma vez que para o literato a nuclearidade, o medo da extinção da raça humana, definiu a forma como a sociedade se organizou e se

relacionou. Neste sentido, é possível perceber que Dick ao descrever as relações pessoais e econômicas da Guerra Fria em contextos distópicos (normalmente após uma guerra nuclear) deixa claro que o senso de coletividade e de solidariedade dá espaço a pensamentos autoritários (com características racistas, eugenistas e fascistas) e individualistas, em que o “salve-se quem puder” passa a ser a regra obrigatória. Porém, a mão invisível do mercado passa a ser guiada pelo braço forte de um estado regulador e, sobretudo, financiador não só dos desastres econômicos, como do acirramento das desigualdades que utilizaram do medo das armas nucleares (um perigo existente durante a Guerra Fria) como justificativa para implantação de políticas de desigualdade e privatizações que acabariam no desenvolvimento de um neoliberalismo severo.

Desta forma, o que Dick deixa evidenciar nos seus livros desde a década de 1960 é que se não usássemos a bomba atômica que atingiu o Japão em 1945 como objeto de reflexão sobre o tipo de humanos que estamos nos tornando, esse projeto faria com que a ciência, o dinheiro e as ideologias autoritárias exercessem uma força gigantesca para suprimir toda e qualquer tipo de resistência ao *status quo*. *Blade Runner* é um exemplo claro disso. Androides são mais humanos que humanos. O lucro, a busca pela satisfação individual é a regra do mundo agora. E isso só foi possível de ser pensado a partir da perspectiva de um mundo que poderia se extinguir.

No entanto, no vocabulário liberal (ou futuramente neoliberal) o risco da extinção humana nunca foi um tópico, afinal “se eu possuir mais armas nucleares antes do meu inimigo, jamais correrei o risco de ser extinto”. Nesta corrida nuclear insana, quem perdeu, e Dick já alertava, são as minorias já historicamente excluídas, que passaram a viver em um mundo ainda mais desigual, e embora tendo conquistado direitos civis importantes, o Estado passou a se eximir de responsabilidades legais que deveria ter para com esses “novos cidadãos”. Quando Dick (1965) relata em “Os Sobreviventes” que há uma escala de sobreviventes do atentado nuclear em que negros ocupam o último escalão de auxílio governamental, ele nos mostra que este novo mundo que está sendo construído se pauta na desigualdade já existente. O que muda é que antes esses negros não eram vistos como cidadãos. Agora eles são e, talvez por isso, o Estado desiste de cuidar destes.

A bomba atômica gerou uma latência da nuclearidade que faz com que a estrutura das sociedades humanas, organizadas por elites governamentais egocêntricas e belicistas, se reorganizem não em prol de conceitos do humanismo ou de redes de solidariedade e igualdade. Pelo contrário, a nuclearidade fez com que o ser humano despertasse o seu lado mais cruel.

Aquela parte humana que Anders (2011a) fala que é fruto da obsolescência do ser humano, no qual o importar-se com o humano é menos importante do que o importar-se consigo e com o seu dinheiro. Neste terreno fértil de proliferação do medo e do egocentrismo, sentir-se pertencido a algo que te proteja e te faça prosperar é muito importante.

Por isso, após a Segunda Guerra Mundial, argumenta Anders (2011a), as democracias com líderes populistas ganham força praticamente na mesma proporção que líderes autoritários, ditadores e até fascistas. Isso tudo pode ser compreendido pela forma como a nuclearidade foi tratada ao longo da Guerra Fria, determinante para se entender que exatamente ao contrário do Holocausto, a bomba atômica não foi vista como o evento limite, o máximo da destruição humana. Ela foi vista como o princípio. Princípio moral, científico e financeiro que definiria o rumo das vidas humanas e impossibilitaria qualquer capacidade de resistência e luta contra uma força de poder tão desigual. Em outras palavras é impossível resistir às bombas atômicas sem possuir bombas atômicas, ao menos no desenho geopolítico do século XX e nas primeiras décadas do século XXI

Um dos principais mangakas japoneses, Osamu Tezuka, considerado o fundador deste gênero, foi altamente influenciado por esta latência da bomba atômica. Embora não utilize o conceito de latência, Yuki Tanaka (2010, p.8). argumenta que: “parece que, mesmo inconscientemente, Tezuka foi influenciado por essa ideia super otimista para o uso da energia nuclear, apesar de seu profundo medo do abuso do conhecimento científico¹¹⁸”. Ou seja, esse uso inconsciente é fruto da latência da bomba atômica ocasionada por determinados gatilhos. O historiador japonês complementa dizendo que: “em 1960, ele usou a palavra ‘Uran’ (Uranium) para o recém-criado robô irmão do Astro Boy, o que implica que, no início dos anos 60, Tezuka ainda era influenciado pela ideia de ‘usos pacíficos da energia nuclear’¹¹⁹” (TANAKA, 2010, p.8).

A memória, como alerta Aleida Assmann (2011) é fruto da construção do presente. Como lembramos do passado é fundamental para a construção da narrativa. Esquecer-se do passado também é uma demanda do tempo vivido. Embora não se possa escolher tudo o que se quer esquecer e lembrar, pode-se manter acomodado em cima do soterramento de narrativas do passado. Se Osamu Tezuka manifestava-se a favor da energia nuclear para fins pacíficos, e

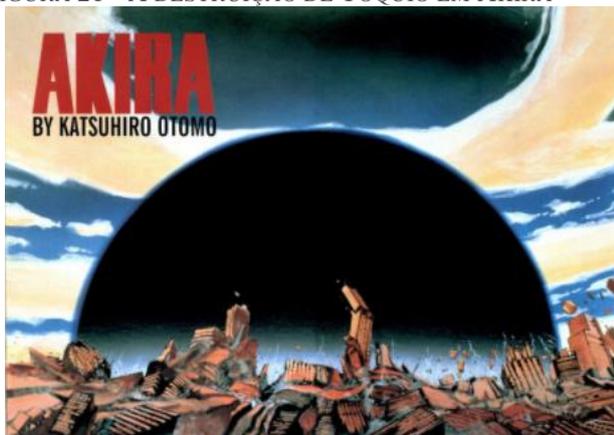
¹¹⁸ Texto original: "Tezuka was influenced by this over-optimistic idea for the use of nuclear energy, despite his deep fear of the abuse of scientific knowledge".

¹¹⁹ Texto original: "In 1960, he used the word "Uran" (Uranium) for the newly created sister robot of Astro Boy, which implies that in the early 1960s, Tezuka was still influenced by the idea of "peaceful uses of nuclear energy"

complemente contrário as armas nucleares no contexto em que produzia nas décadas de 1950 e 1970, nos anos de 1980 um novo redesenho contextual e geracional se estabelece e faz com os anos oitenta não permaneça com o mesmo otimismo e padrão estético dos mangás japoneses de outrora.

Neste contexto surge o mangá “Akira”¹²⁰ de Katsuhiro Otomo, que foi publicado entre 1982 e 1990, em um modelo seriado semelhante como ocorreu com Gen – Pés-descalços. O seu início é marcado pela seguinte frase: “No dia 6 de dezembro de 1982, às 17H32, houve um lançamento de um novo modelo de bomba na região de Kanto, no sudoeste do Japão” (OTOMO, 2017, vol.1, p.3). Numa página inteira, na parte de cima, escura, representa-se o infinito do universo e em contraposição à parte inferior da página onde Otomo desenha o planeta Terra em uma vista aérea, enxergando-se parcialmente o globo terrestre. Na página seguinte, em página dupla vê-se um artefato explodindo, criando uma espécie de domo preto sob um local não tão grande e a destruição completa da região. Uma imagem sem presença de humanos, apenas estragos materiais.

FIGURA 21 - A DESTRUIÇÃO DE TÓQUIO EM AKIRA



Fonte: Fonte: OTOMO, 2017, vol.1, p.6-7

Esse início emblemático do mangá diz muito sobre a sua narrativa e como a latência da bomba atômica se manifesta nele. Logo após, essa bomba teria começado a Terceira Guerra Mundial. Esta guerra, é descoberta praticamente no meio do mangá (são quase 2200 páginas, que no Brasil foram divididas em 6 volumes), e foi causada devido aos poderes sobrenaturais que uma criança desenvolveu. Aos poucos o mangá informa que essa criança chama-se Akira e tem o poder de telecinese incomparável a qualquer outro ser. As nações possuem armas nucleares, mas a maior arma fica no Japão, guardada sob proteção militar, ela se chama Akira.

¹²⁰ Título original: アキラ (Akira), lançado em 1982.

Envolta num contexto cyberpunk, ou seja, segundo William Gibson (2014), um mundo que existe alta tecnologia contrastada pela baixa qualidade de vida, a narrativa se desenrola. Esse é o mundo, típico da década de 1980, em que as ideias sobre a era da informatização e robotização deixava de ser uma realidade distante e passava a integrar-se diretamente na vida cotidiana das pessoas. Porém, é também neste contexto que as práticas neoliberais sucateiam e dilaceram o estado de bem-estar social, deixando uma parcela gigantesca da população à deriva e explorada pelo grande capital (HARVEY, 2008).

Esse mundo tecnológico, que não significa um mundo melhor, pelo contrário, é edificador e vítima das suas próprias construções. É um mundo não linear, de narrativas juvenis confusas e que depois de experimentar certa liberdade dos anos 1960 e 1970, em que a luta pelos direitos civis foi uma pauta importante, os anos 1980 tornaram-se esvaziados de sentido pleno para os países considerados ricos. Estes países, em seus índices, já haviam atingindo um bom nível social em cada setor importante. Porém, como argumenta Tsurumi (2010), não pensavam no sacrifício corpóreo e psíquico para chegar até esse patamar (isso partindo da premissa de que realmente possuíam esta qualidade de vida, não eram apenas índices). Vale lembrar que: “no final dos anos 80, o Japão havia se tornado uma superpotência econômica, superando os Estados Unidos e a Europa; e Tóquio, o arquétipo da metrópole cyberpunk, a capital consumidora chamativa do mundo¹²¹” (FREIBERG, 2009, posição 228).

Herman Kahn (1970), futurólogo pertencente a uma *think tank* estadunidense anticomunista, escreve um livro em 1970 apontando que o Japão era o país do futuro, a grande potência mundial a ser batida. A ideia de Kahn, segundo Fábio Andrioni (2014), era defender a necessidade de uma política nuclear ostensiva para conter os soviéticos, uma vez que eles possuíam muito mais habitantes e em um confronto sem armas nucleares seria muito difícil sobreviver. O Japão, nesta perspectiva, aparecia como o país da organização, disciplina e tecnologia. A robótica, os computadores, microchips e afins eram tarefas japonesas de produzir e construir em um novo mundo. Essa projeção, a curto prazo se confirmou. O Japão da década de 1980, segundo Harootunian (2000), de fato tornou-se essa potência.

É neste contexto, globalmente falando e no Japão, que surge Akira. As cidades tornam-se espaços apertados, abafados, sufocantes. Poluídas visual e sonoramente. A insegurança torna-se rotina, a profusão de armas é algo cada vez maior durante a Guerra Fria. Na área

¹²¹ Texto original: “By the late 1980s, Japan had become an economic superpower, outperforming the United States and Europe; and Tokyo, the archetype of the cyberpunk metropolis, the glitzy consumer capital of the world. Japanese youth of today have grown up in a highly controlled and highly pressured society, bent on capital accumulation and industrial expansionism”

epistemológica começa-se a problematizar pensamentos a muito tempo cristalizados, como as ideias de verdade, o tensionamento entre ficção e humanidades, a contestação de padrões normalizantes de sexualidade e as teorias subalternas ou pós-coloniais advindas dos países colonizados e empoderando-se em um discurso emancipador e autônomo para compreender-se a si próprio. Esse novo mundo, como aponta Linda Hutcheon (1991), é constituído por uma quebra clara nos arquétipos, sobretudo do herói. A diluição entre herói e vilão, as histórias com infinitudes de personagens, nenhum linear, todos com caráter e moral completamente duvidosa. A violência gratuita e injustificada, bem como um mundo ficcional existente sem a explicação da origem fazem parte destas narrativas da pós-modernidade que tem na década de 1980 um período de grande expansão.

Não obstante, alerta Fred Halliday (1989), que esse período passou a ser conhecido como “Segunda Guerra Fria”, ou seja, esse momento político, econômico e cultural da década de 1980 marcado justamente por uma ruptura em determinadas tendências que inaugurou novas práticas. A principal delas é encampada por Ronald Regan nos EUA, que adota uma política belicista, de caça as drogas e comunistas. A tensão com a URSS, que estavam de certa forma controladas (principalmente no contido governo de Jimmy Carter), foram catapultadas para pontos extremos em que uma guerra nuclear esteve muito próxima. Esse momento de tensão da década de 1980, no Japão, representou uma organização clara de movimentos sociais altamente engajados na luta antinuclear, inaugurando uma nova onda submersa na década de 1970 (CARTER, 2014).

Entre o crescimento financeiro e o esgotamento físico e mental, o Japão da década de 1980 é o cenário de Akira. Como fruto dessa pós-modernidade, Katsuhiro Otomo admite em uma entrevista¹²² à “NBC Universal Entertainment Japan” (distribuidora da animação feita por Otomo baseada em seu mangá) em 1988 ele afirma que Akira é fruto da sua vontade de viver como no filme “Butch Cassidy” de George Hill de 1969. O desejo, segundo Otomo na mesma entrevista, era poder sair por aí, sem rumo, sem depender de ninguém, em busca de uma liberdade incerta, sem planos. A busca era por esse futuro da incerteza, mas que só seria livre se não houvesse Estado, instituições e tudo aquilo que pode conter e reger o ser humano. Imbuído nesta visão de mundo, Akira é uma história complexa. Apresenta diversos personagens, não explica muitas questões e coloca diversas elipses muito difíceis de serem preenchidas. A

¹²² Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MTbmHI9tFTw>> Acesso 31/07/2020

primeira é entender por que Akira tem esses superpoderes psíquicos. E, seguindo esta lógica narrativa pós-moderna, não se tem essa informação ao longo das mais de 2 mil páginas.

Akira não é o personagem principal. Na verdade, ele é quase onipresente, está sendo evocado desde as primeiras páginas, mas só aparece depois de decorrer mais de 500 páginas. A história está centrada em uma gangue de motoqueiros, crianças/adolescentes, em que suas motos e roupas são de cor vermelha. Segundo Freiberg (2009) o vermelho nas cores desta gangue faz alusão aos movimentos de esquerda japoneses da década de 1950 e sua pauta anti-sistêmica (contra o imperador e contra os EUA). Esses transgressores da lei fazem disputas de corridas em vias públicas, disputam território com outras gangues, picham, usam drogas. Não há quase menção a sexo, muito menos a estupro, prática comum em uma estética pós-moderna como no filme “Laranja Mecânica” de Stanley Kubrick 1971.

Essa gangue é interceptada por um ancião-criança que fugiu da ala de investigações psiquiátricas do governo e, a partir daí começa-se a estruturar a narrativa. Kaneda é o líder desta gangue. Tetsuo, o mais jovem do grupo é quem sofre um acidente para não afetar o ancião-criança. Depois disso, Tetsuo é levado para o setor militar de investigações e descobrem que aqueles anciões-meninos que estão lá, são seres com poderes psíquicos que estão sendo controlados pelos militares. Tetsuo acaba desenvolvendo poderes psíquicos e descobre a existência de alguém com um poder maior que o seu e resolve confrontá-lo. Esse outro ser poderoso é Akira, que estava preso em uma redoma num complexo militar gigantesco, quase inacessível.

Estes anciões-crianças tratam-se de crianças que vivem dopadas (em determinado momento parecem tomar apenas placebo e estão ali apenas para um controle estatal) e estão sob os cuidados dos militares para que seus poderes não se tornem tão poderosos como os de Akira (o causador da guerra). A chave interpretativa que ofereço para entender a latência da nuclearidade nesta obra é a compreensão de Akira como a própria nuclearidade. Ele não é a bomba atômica em si. Ele é o poder nuclear, aquele capaz de gerar energia e destruir o universo. Akira e os demais telecinéticos podem controlar os outros e, também contagiá-los (de forma involuntária). São vítimas e algozes ao mesmo tempo. Essas crianças, com exceção de Akira e Tetsuo, são crianças-anciãs, pois sofrem com os seus poderes. Tal poderio não trouxe benefício para o mundo, apenas guerra e destruição. Estes pequenos sofredores são os *hibakushas* da pós-modernidade. São os afetados pelo poder da nuclearidade e mesmo sendo crianças ou anciões é visível seu efeito.

FIGURA 22 - HIBAKUSHAS PÓS-MODERNOS



Fonte: OTOMO, 2017, vol.1, p.156

A história não explica se eles são crianças envelhecidas devido a nocividade do seu poder, ou velhos que não conseguem crescer devida a sua condição. Essa ambiguidade também é uma forma de compreender o dilema dos *hibakushas* que expliquei mais acima. Percebe-se a semelhança estética entre a pele retorcida e a fragilidade causada por uma doença incerta. Manifestações latentes da bomba atômica para uma geração que pouco sabia (no Japão) sobre Hiroshima e Nagasaki (FREIBERG, 2009).

Ironicamente, a história se passa 38 anos após a Terceira Guerra Mundial, ou seja, em 2020. Neste momento ocorriam manifestações contrárias e preparativas para as Olimpíadas de Neo-Tóquio. Se a pandemia do COVID-19 não houvesse assolado o mundo, as Olimpíadas de Verão seriam em Tóquio em 2020. Porém, o referencial não é o mesmo, não se trata da realidade futura, pura e simplesmente. É um novo universo que se passa na chamada Neo-Tóquio, ou seja, na cidade reconstruída menos de 30 anos depois da hecatombe causada por Akira e o confronto com outras nações. Essa destruição e reconstrução “rápida”, com altos custos humanos, como problematizei em *Gen – Pés-descalços*, é uma tônica na obra de Otomo.

Quando Akira consegue se libertar, Tetsuo se alia a ele e inicia um processo de perseguição militar a eles, seguida de explosões causadas pela telecinese, críticas aos militares (violentos, burros e ineficientes), aos professores (vistos como ultrapassados e adoradores da ordem social) entre outros setores. Um dos principais alvos de crítica na obra de Otomo são os cientistas. Estes que criam armas e realizam testes em pessoas sem nenhum código de ética, são capazes das maiores brutalidades em nome das descobertas científicas. Não é à toa que esse dilema entre a ciência libertária e a ciência destruidora (retomando a frase dita por Oppenheimer

após a explosão no teste de Trinity) se apresenta com uma força gigantesca após a bomba atômica. Independente de qual lado do dilema você se posicionar, certamente deverá passar pela bomba atômica para refletir. Aqui temos um dos primeiros elementos em que a latência da nuclearidade se manifesta em Akira: a desconfiança e contestação dos cientistas.

FIGURA 23 - CIENTISTAS DO MAL



Fonte: OTOMO, 2018, vol.2, p.105

A questão torna-se geracional, do confronto entre os jovens e velhos. Os jovens transgressores que descobrem o poder, mas depois não conseguem controlá-lo e os velhos (donos do poder institucional) que tentam contê-los e não conseguem. Essa disputa entre gerações, esta ideia de falha enquanto sociedade é fruto da obsolescência do ser humano causada pela bomba atômica e pelas máquinas, segundo Gunther Anders (2011a). Para o filósofo alemão a bomba tornou obsoleto, ultrapassada a ideia de precisar de exércitos para lutar e vencer a guerra. As máquinas, aqui entendidas como o processo de informatização e robotização no mercado de trabalho, fizeram, em escala exponencial, que o ser humano deixasse de ser protagonista na produção e passasse a ser o controlador (quando necessário). Esta disputa está presente na obra em questão, principalmente quando demonstram que Akira e Tetsuo não podem ser controlados e que suas máquinas, consideradas suas perfeições, são incapazes de contê-las.

Otomo, em sua obra, não constrói um projeto de futuro, ele apresenta uma nova leitura do presente, envolto em aspectos inescapáveis do passado: a hecatombe nuclear. É uma metáfora confusa, uma anedota complexa, para dizer que o Japão está fadado a catástrofes nucleares. A história escrita na década de 1980 transcorre em 2020, tudo isso sem saber sequer da existência do ocorrido em Fukushima em 2011, mas com o conhecimento, ao longo da escrita, do que foi Chernobyl. O anime “Akira”, dirigido por Otomo, foi lançado em 1988. Sucesso nacional e internacional imediato. O anime possui sutis diferenças com o mangá, entre elas é a

não existência corpórea de Akira. Na animação depois da terceira grande guerra ele foi morto e cortado em pedaços para estudos, embora sua fama e memória o precedam, ali ele não aparece. Essa não existência material de Akira, na animação, permite ainda mais, compreender que a latência da nuclearidade é representada por Otomo.

Akira não é uma narrativa de crítica social, trata-se de um confronto geracional em que a nuclearidade se faz presente. Parafraseando Belchior, a história trata-se de um dilema em que apesar de terem protestado, feito todo o tipo de transgressão possível, ainda são os mesmos e vivem como os pais deles, há quarenta anos antes da Terceira Guerra Mundial (em que estavam em confronto para conter essa força descontrolada que é Akira/nuclearidade).

Novamente esbarro no dilema sobre saber se Otomo realiza propositalmente essas representações ou trata-se de uma latência inerte a sua experiência. Na minha pesquisa não obtive evidências de que Otomo tenha tomado as bombas atômicas e a nuclearidade como uma influência para as suas histórias. Como um mangá feito para adultos, fica transparecendo o conflito social em que o autor percebe na sociedade em que vive. Porém, na mesma entrevista concedida por Otomo citada algumas páginas atrás, ele afirma ter sido influenciado por Mitsuteru Yokoyama (2009) e seu mangá Tetsujin 28-gō¹²³ (em tradução literal “Homem de Ferro número 28”) que inicia sua publicação em 1956. Se Otomo, por sua vez não busca uma referencialidade direta em alguma questão nuclear, certamente Yokoyama o faz.

A estória de Yokoyama passa-se em torno do Dr. Kaneda (mesmo nome que Otomo dá ao seu personagem principal em Akira) que constrói um robô gigante para auxiliar o império japonês a vencer a guerra. Não conseguindo terminar a tempo, Kaneda morre e transforma o robô de guerra em brinquedo para seu filho. A história se desenvolve em torno do filho de Kaneda utilizando o robô para lutar contra inimigos (alienígenas e afins) e combater o crime. O número 28 é referente ao número de tentativas de Kaneda em criar o robô. Esse número é o mesmo que Akira recebe dos militares, na obra de Otomo.

Essas referencialidades dão a entender que Kaneda (o jovem membro de uma gangue de ladrões motociclistas menores de idade) criou Akira (jovem com poder telecinético incontrolável). Se Kaneda representa uma parcela da juventude japonesa da década de 1980 e Akira a nuclearidade, pode-se ler a narrativa de Otomo como uma forma de memória impedida da bomba atômica, portanto um esquecimento forçado nos termos de Ricoeur (2007), em que

¹²³ Título original: “鉄人 28 号” (Tetsujin Nijūhachi-gō)”

os jovens inertes em transgressões banalizadas não atuam para defender a sua existência ante as armas nucleares.

Embora a história de Otomo possa ser classificada como um pastiche, nos termos definidos por Fredric Jameson (2002), uma vez que não busca uma referencialidade no “real”, baseia-se apenas em outros textos e representações mediadas, não acredito que seja o suficiente para compreendê-la. Ao final, o desfecho é redentor, dentro da possibilidade de uma narrativa pós-moderna. Não há, como o filme de “Dr Strangelove” uma explosão nuclear que colocou ou colocará fim a humanidade. Ocorrem uma infinidade de explosões que destroem, machucam, matam, mas que permitem ao mundo resistir. Neste sentido: “para o Japão, ao contrário do Ocidente, pós-moderno não significa sublime nuclear, mas pós-nuclear, e a questão não é se a sobrevivência é possível, mas como sobreviver no que sempre foi reconhecido como uma existência precária”¹²⁴. É pensar que a bomba atômica em si não é o problema, a tensão está em como a humanidade chegou até aí e o que ela fez e faz depois disso.

Ainda nesta perspectiva de compreender outras latências da bomba atômica, o último elemento a ser analisado neste tópico é a animação “Bob Esponja”¹²⁵, que começou a ser produzida em 1999, e está em plena confecção de novos episódios em 2020. Esse desenho infantil, altamente conhecido no mundo inteiro tornou-se famoso por razões exógenas aos objetivos de compreensão desta tese. Criado por Stephen Hillenburg, estadunidense nascido em 1961, biólogo marinho de formação, começou sua carreira na década de 1980 no *Orange County Marine Institute* (atualmente conhecido como *Ocean Institute*). Este instituto tem como objetivo promover atividades educativas entre crianças e os animais marinhos.

Para facilitar sua tarefa, o jovem Hillenburg, inspirado pelas histórias em quadrinhos de super-heróis, bem como as *graphic novels* (novelas gráficas em que apresentam uma história mais densa – para adultos – e terminam em um único volume ou em poucas edições) desse contexto ele publica uma revista educativa chamada “The Intertidal Zone”, lançada em pela primeira vez em 1989. Com o objetivo de ser uma revista educativa e engraçada para ensinar sobre o ecossistema marinho para os estudantes que visitavam o instituto.

¹²⁴ Texto original: “For Japan, then, unlike for the West, postmodern means not nuclear sublime but postnuclear, and the issue is not whether survival is possible, but how to survive in what has always been recognized as a precarious existence”

¹²⁵ Título original: “SpongeBob SquarePants”.

FIGURA 24 - THE INTERDITAL ZONE



Fonte: <https://www.washingtonpost.com/nation/2018/11/28/spongebobs-incredible-journey-bob-sponge-marine-institutes-comic-book-global-stardom/>

Nesta revista surgem os principais personagens e enredos da animação mais famosa da Nickelodeon. Com o sucesso repentino que a revistinha surtiu no público local, segundo apurou o jornal “The Washington Post” em reportagem¹²⁶ de Meagan Flynn, Stephen vai buscar uma formação acadêmica na área que sempre pensou em atuar: em animação. Inicia seus estudos em 1989 e tem seu primeiro emprego como parte da equipe de produção da Nickelodeon em “A vida moderna de Rocko¹²⁷” (1993-1996) e depois como roteirista em “Os Anjinhos¹²⁸” (1991-2004). Depois de criar dois curtas metragens, começou a desenvolver os personagens de sua história em quadrinhos educativa e conseguiu uma oportunidade de distribuir na própria emissora em que trabalhava, estreando a animação “Bob Esboja Calça-quadrada” em 1999. Produzida pela Nickelodeon e animada (o processo de finalização dos quadros e coloração) pela empresa coreana “Rough Draft Korea”, prática comum dos estúdios de animação para baratear a produção, terceirizando a etapa intermediária entre o roteiro e *storyboard* e a dublagem e pós-produção.

Aqui surgem elementos muito importantes para esta tese. É neste momento de construção da animação, no final da década de 1990, que Stephen Hillenburg constrói os

¹²⁶ Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/nation/2018/11/28/spongebobs-incredible-journey-bob-sponge-marine-institutes-comic-book-global-stardom/>> Acesso em 31/07/2020

¹²⁷ Título original: “Rock Life, Modern Life”

¹²⁸ Título original: “Rugrats”

cenários, enredos e complexifica seus personagens. Neste contexto, como aponta Chakrabarty (2018), o mundo está passando por uma onda ecológica, em que eventos para discutir o impacto do ser humano no ambiente é cada vez maior. Bob Esponja representa a vida marinha, sua relação entre seres humanos e animais é um conflito constante, seja com pescadores e seus anzóis, seja com o lixo jogado ao mar, ou os navios afundados. A estória se passa em um cenário, como apontei no início deste tópico, propício para discutir a pauta ecológica e, ao mesmo tempo, justificar o antropomorfismo dos personagens.

Todos os personagens desta animação vivem no fundo do mar, são seres marinhos um tanto quanto antropomórficos, normalmente acrescidos de pernas e bocas. Vê-se mexilhão, caracol, caranguejo, peixes variados, esponjas e assim por diante. Como forma de ampliar o humor, investindo no humor físico – como aponta Hillenburg na entrevista supracitada – o personagem principal, ao contrário de sua HQ é uma espoja de lavar louças que contrasta com a fauna marinha e vive no fundo mar.

O local onde vivem é que chama a atenção, pois o nome dado pelo criador é “Bikini Botton”, em português brasileiro ficou conhecido como “Fenda do Biquini”. Este lugar onde vivem estes seres animados no fundo do Oceano é uma referência clara ao “Bikini Atoll”, ou seja, ao Atol de Biquini, lugar de testes nucleares dos EUA durante as décadas de 1940 e 1950.

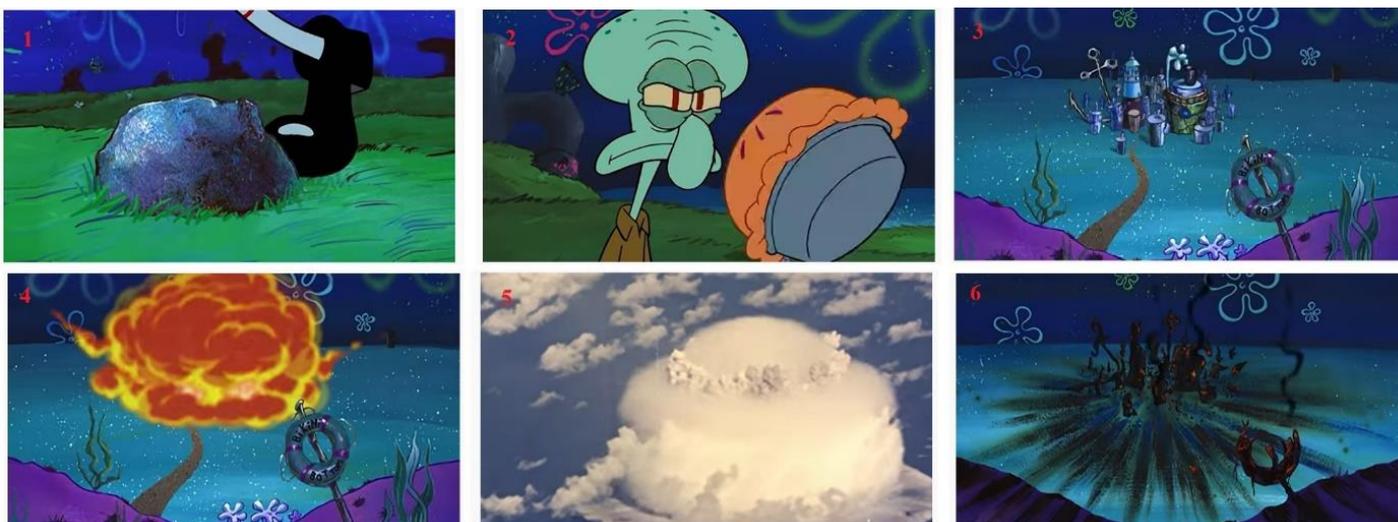
Provavelmente a recorrência de Hillenburg a essa referencialidade de Bikini seja por relações pessoais (lembranças, viagens e afins), do que por uma conjuntura contextual do momento de sua criação. Porém, é preciso lembrar que a década de 1990, junto dos movimentos ecológicos, surgiram movimentos antinucleares, sobretudo na Oceania pautando o perigo da radiação e lixo nuclear naquela região para o meio ambiente (CARTER, 2014).

A latência da nuclearidade se faz presente quando ao escolher o lugar onde a história irá decorrer, Hillenburg opta por conceituá-lo e classificá-lo numa região onde a fauna marinha foi completamente atingida, a água (do mar) contaminada da região não podia servir para a vida aquática, muito menos para alimentação humana (CARTER, 2014). Ao nomear como “Fenda do Bikini” o criador de Bob Esponja recoloca no espaço público um elemento esquecido na pauta cotidiana: o efeito da radiação, podendo criar inclusive seres mutantes no fundo do oceano. Essa brincadeira, que tem certo tom de inspiração em Godzilla (um ser que surge do fundo do mar devido a radiação) permite entender que a bomba atômica, quando se trata de assuntos relacionados a capacidade do ser humano em destruir seu habitat natural, acaba retornando. Mesmo que a narrativa não esteja relacionada com a bomba atômica em si, a estética construída por Hillenburg é extremamente ligada a essa latência. A partir da perspectiva do cogumelo

atômico, acredita-se que embaixo do cogumelo vivam seres mutantes, outras espécies exóticas surgem como uma esponja de louças com calças e seus amigos para viver abaixo de um atol onde foram realizados diversos testes nucleares.

Solidificando um pouco mais o argumento, destaco um episódio em específico que chama a atenção. O nome do episódio é “Morrendo Por Uma Torta”¹²⁹.

FIGURA 25 - BOB ESPONJA E O ATOL DE BIKINI



Fonte: BOB ESPONJA, Temp. 2., EP.24, 00:09:32-00:10:01

Este episódio narra, como de costume, cenas antípodas entre Bob Esponja e sua inocência e bondade extrema contrastando com a ganância do dono da lanchonete em que trabalha, o senhor Siriguejo, e seu mal-humorado colega de trabalho e vizinho, o Lula Molusco. Porém, no final deste episódio, depois de comer uma torta com explosivos, Bob Esponja explode. A explosão é representada pelas imagens reais da explosão no Atol de Bikini em 1946 na chamada “Operação Crossroads”.

No fotograma acima é possível perceber na imagem nº5 o uso da gravação oficial¹³⁰ da explosão realizada pelos EUA na Oceania. Como parte da estética da nuclearidade, latente na produção de Bob Esponja, Stephen constrói imagens e cenários pautado num ambiente afetado pela nuclearidade. Essa micronarrativa, incompleta sobre a nuclearidade é a demonstração da latência da nuclearidade em diferentes contextos. Poderia enumerar aqui diversas outras produções, desde animações como “Hora da Aventura”, séries como “Dark”, a série de jogos “Fallout” entre outros. Porém, meu argumento neste tópico é demonstrar que a nuclearidade é uma manifestação do medo da tecnologia nuclear tendo como referente máximo de evento-

¹²⁹ Título original: “Dying for Pie”

¹³⁰ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JvjmsU48TSc>> Acesso em 31/07/2020

limite-possível a bomba atômica. Este período de elaboração antes de algo assumir a sua existência, este atraso na chegada da informação (que é o significado de latência no jargão da informática) é ocasionado devido a narrativas e imagens recalcadas no inconsciente coletivo e que são narradas em determinados contextos devido a algum estímulo específico.

Embora Dominick LaCapra (2005, p.47) alerte que: “mesmo eventos extremamente destrutivos e desconcertantes, como o Holocausto ou o bombardeio de Hiroshima e Nagasaki, podem se tornar ocasiões propícias para a sublime sacralização negativa ou deslocada¹³¹”. Ou seja, até mesmo estes eventos altamente chocantes podem ser construídos envoltos de uma sacralização negativa, um sublime que acaba compondo percepções estéticas e narrativas que não deem conta da complexidade em representar estes eventos.

A latência da bomba atômica, naquilo que chamo de evento-limite-possível, ou seja, pensando que armas nucleares lançadas sob civis foi algo ruim, mas que pode ser ainda muito pior, acaba se manifestando em diversos contextos e regiões por tratar-se de uma memória global (ZWIGENBERG, 2014), na qual mesmo com distorções e imperfeições, boa parte do mundo tem algum referencial narrativo e/ou estético sobre esse evento. Por isso, essa formação de uma representação de algo que ainda não existe, mas que se relaciona diretamente com aquilo que já existiu permite entender que o passado-presente (HUYSSSEN, 2014) não é um problema apenas das vítimas diretas e seus algozes, são marcas mais profundas cravadas no inconsciente coletivo que podem retornar dependendo do estímulo que for recebido.

¹³¹ Texto original: “Incluso acontecimientos extremadamente destructivos que desconciertan, como el Holocausto o el bombardeo de Hiroshima y Nagasaki, pueden convertirse en ocasiones propicias para lo sublime negativo o la sacralización desplazada.”

CAPÍTULO 4 – História: a arte de brincar com o passado?

Claro que temos que conversar. Há outras versões que você precisa conhecer. Espero que venha me visitar. Quase já não me mexo, engordei demais. A história é o único lugar onde consigo descansar desse pesadelo que tento acordar.

Ricardo Piglia

A pandemia da COVID-19 está servindo para muitas pessoas refletirem sobre o papel social do historiador em 2020 e, sobretudo, da capacidade da história (como disciplina) organizar e estabelecer uma narrativa coerente ante ao caos político e sanitário. O livro publicado em 2020 por Valdeci Lopes, Mateus Pereira e Mayra Marques (2020), intitulado “Almanaque da COVID-19”, ampliou os horizontes sobre o que pode ser o trabalho do historiador e como este fazer pode ajudar a construir uma sociedade melhor. Ao propor uma pausa nesse mundo infodêmico e frenético, de notícias em “tempo real”, com profusões de narrativas, falsas e bem referenciadas, vê-se que o historiador pode oferecer um certo prazer, quando os autores organizam as evidências em uma narrativa que é complexa, crítica, mas capaz de apontar questões importantes e, o principal, a partir de todo o embasamento chamar a ação.

Esse trecho que compõe a epígrafe neste capítulo foi retirado do livro de Ricardo Piglia chamado “Respiração Artificial”. O livro, percorrido por uma intrigante relação entre um historiador e um escritor, apresenta, conforme citado acima, uma visão positiva, terapêutica da história. Em toda minha trajetória como professor de história e historiador mantinha alijada a possibilidade de pensar a história como “único lugar onde” eu pudesse descansar do pesadelo que tento acordar.

Este capítulo terá um objetivo duplo. Primeiro de argumentar que a história, como disciplina acadêmica estruturada, e a historiografia podem servir para fazer justiça aos mortos (numa perspectiva benjaminiana), e, dessa forma, serve como um discurso que colabora para realização do trabalho de um luto coletivo (LACAPRA, 1999) e para a inscrição e construção de uma memória justa (RICOEUR, 2007) e, por contrapartida, um esquecimento justo (YERUSHALMI, 2017).

Na introdução desta tese problematizei algumas definições e aporias da história, diferenciando história de passado, pela perspectiva proposta por Alun Munslow (2009). Retomo esta ideia de que passado é algo que não existe, e só pode ser mobilizado mediante uma narrativa ou representações (partindo do pressuposto que uma latência é uma representação fraca, sem

um referencial direto facilmente percebível). A história, por outro lado, como disciplina acadêmica se propõe como aquela que organiza, sistematiza e analisa discursos, narrativas e representações do passado construindo uma outra narrativa, imersa no seu próprio contexto de produção. Esta narrativa produzida pelo historiador é só uma das muitas narrativas possíveis sobre o passado. Seu caráter ficcional, de criar e explorar as capacidades que a escrita oferece, teoricamente deveria ser controlado pelo limite que a referencialidade (ou seja, a interpretação que se faz das fontes) traz, como aponta Hayden White (2005).

É preciso atentar-se para alguns fatores que diferem substancialmente a história das outras narrativas sobre o passado. Isso, em nada, significa a superioridade ou maior capacidade de inscrição ou contribuição da historiografia no debate público. O primeiro é a relação que a disciplina de história, construída no século XIX europeu, estabeleceu com o Estado-Nação, sua aporia em justificá-lo e construir suas bases identitárias (KOSELLECK, 2013). Essa visão vem sendo alvo de críticas há algumas décadas, e com elas, uma certa transformação no fazer historiográfico, sobretudo no conceito de fontes, nas relações entre ficção e ciência, nos estudos dos oprimidos, nas pautas identitárias entre outras questões tornam-se objetos dessa historiografia no século XXI (PIHLAINEN, 2014).

Porém, a ausência de um Estado-Nação patrocinador e organizador dessa historiografia (que ainda é bastante marginal, longe de ser consensual, tanto no Ocidente como no Oriente) cria um problema sobre como organizar o conhecimento histórico para que ele tenha alguma serventia social (DUMOULIN, 2017). Por isso, este capítulo parte de uma lógica apologética da memória, como sugere Ricoeur (2007), e busca compreender que a história é “uma arte ou, entre muitas aspas, uma ‘ciência’ - que tenta responder perguntas que a memória suscita. A história nasce, então, da memória¹³²” (TRAVERSO, 2018 p.21). Essa arte que visa responder as perguntas suscitadas pela memória não significa um submetimento da história por ela. Pelo contrário, a história, como aponta Paul Ricoeur (2007), deve submeter a memória sob uma rígida análise de problematização, combatendo os abusos da memória, e os esquecimentos forçados e manipulados. A história pode atuar no espaço público permitindo a diversidade de interpretações sem negacionismos e revisionismos. Afinal, como alerta Mateus Pereira (2015), é através da história que a memória (a justa memória) ganha um senso de justiça

As discussões que proponho neste capítulo permitem perceber como as questões levantas pela memória da bomba atômica são tratadas em diferentes culturas de passado, em

¹³² Texto original: “un arte o, entre muchas comillas, de una ‘ciencia’ – que intenta responder cuestiones que la memoria suscita. La historia nasce entonces de la memoria”

que memória e esquecimento ficam imbricadas em confrontos negacionistas ou éticos e políticos de interpretações de um passado histórico (existente apenas para os historiadores) frente a problemáticas mais amplas demandadas pela sociedade em que se pretende usar o passado como justificativa para projetos políticos com intervenção no presente (WHITE, 2014).

No primeiro momento analisarei como para a historiografia japonesa, mais especificamente aquela que se dedica a estudar a bomba atômica, em diferentes contextos se reorganiza e mobiliza aspectos do passado (um uso) para pautar discussões políticas intensas no seu presente. O segundo ponto a ser discutido é sobre como a heterogeneidade da historiografia estadunidense, marcada também pela internacionalização e, por consequência, presença de japoneses em seu fazer historiográfico, viu, reviu e usou a bomba atômica como forma de responder ou problematizar as perguntas demandadas pela memória.

4.1) *O ferrão da história: as “Mulheres de conforto” e o “Massacre de Nanquim”*

Isso é um tabu, e poucos historiadores japoneses o tocam. Não podemos apenas protestar que somos vítimas inocentes da bomba sem expiar os crimes que o Japão cometeu. As lágrimas que derramam para as vítimas das bombas atômicas também devem ser acompanhadas de orações para aqueles que foram vítimas dos atos criminosos do Japão durante a guerra¹³³.

Tsuyoshi Hasegawa

A análise que apresento neste tópico é um estudo sobre a história da historiografia japonesa em relação a bomba atômica, realizando uma reflexão a respeito das implicações éticas e políticas desse fazer historiográfico, principalmente no que concerne ao dilema entre falar do Japão como vítima (bomba atômica) e como algoz (“mulheres de conforto” e “massacre de Nanquim”).

Compreendo o esforço realizado aqui como um exercício de história da historiografia analítica da historicidade, como propõe Valdeci Lopes (2013). Nesta perspectiva, argumenta o autor a partir da retomada do conceito de historicidade de Heidegger, deve-se levar em conta

¹³³ Texto original: “That’s taboo, and few Japanese historians touch upon it. We cannot only protest that we are innocent victims of the bomb without atoning for the crimes that Japan committed. Tears that pour out for the victims of the atomic bombs must also be accompanied by prayers for those who fell victim to Japan’s criminal acts during the war”.

que: “a analítica da historiografia teria como objeto próprio pensar as diferentes formas de acesso ao passado e como a experiência histórica revelada nesses momentos pode ser atingida por uma investigação das formas de continuidade e descontinuidade, isto é, de transmissão”. (ARAÚJO, 2013, p.41). Nas páginas a seguir tentarei demonstrar como essa historicidade é construída pela historiografia japonesa sobre a bomba atômica, buscando compreender como as culturas de passado interpretaram e mobilizaram narrativas sobre esse passado como pautas importantes para questões políticas e identitárias de determinado contexto.

Desta forma, é preciso lembrar, como aponte no capítulo 1, alguns aspectos sobre a formação da historiografia japonesa (nos moldes ocidentais de história) são fatores cruciais para o entendimento de como uma parcela significativa de historiadores que tratam sobre a bomba atômica veem o evento dentro do próprio país. Para isso, é preciso compreender que o Japão do pós-guerra foi marcadamente influenciado por uma historiografia marxista. A partir de um grupo de intelectuais que se dedicaram a estudar o desenvolvimento do capitalismo no Japão a partir de uma lógica marxista. O grupo se intitulou como “Kozaha”¹³⁴ (Escola Koza, como ficou conhecido em português). Este grupo, ainda durante o desenvolvimento da Era Showa, partia do pressuposto que a ocidentalização do Japão durante a Era Meiji transformou as relações sociais, econômicas do país, porém sustentando-se a em ideias xenófobas e autoritárias (típicas do feudalismo japonês).

Neste sentido, para esta historiografia ativa entre os anos de 1930 até o final da Segunda Guerra Mundial, a chave explicativa para o Japão e seu presente estava na continuidade das políticas culturais e feudais em que a desigualdade de classe (embora não por critérios exclusivos de acumulação de capital) foi o fator que se manteve desde a Era Meiji até a Era Showa, havendo intervenções em questões financeiras, porém de regulada interferência na estrutura social. Argumento semelhante leva Morihide Katayama (2012) a argumentar que o Japão da Era Showa tratava-se de um fascismo inacabado, justamente por não alterar a ordem vigente anteriormente.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o início do que se convencionou chamar de Guerra Fria, o Japão obteve um enorme salto financeiro. O fim da Guerra da Coreia efetivou os nipônicos como o principal aliado dos EUA na Ásia, vigilante constante dos inimigos comunistas ao lado (URSS, China e Coreia do Norte). Isso, aliado a ascensão do PLD ao governo, constrói-se um contexto político completamente diferente daquele em que as

¹³⁴ Termo original: “講座派”

explicações marxistas davam conta de explicar. As perguntas feitas eram outras, pois não mais interessava entender como se originou o capitalismo no Japão, uma vez que esse já era uma realidade constituída, mas sim buscar fundamentar-se de maneira a construir um discurso nacional em uma nação dilacerada pela guerra.

É aqui que vale a reflexão proposta por Sebastian Conrad (2010). Para o autor, o mais efetivo ao estudar a historiografia de determinado país (tanto em comparação como em perspectiva) é compreender quais perguntas foram feitas e foram possíveis de serem realizadas em virtude dos contextos sociais e políticos que viviam. Em outras palavras, como se organizava determinadas culturas de passado (NICOLAZZI, 2019) para compreender o seu presente a partir do passado.

Por isso, a Guerra da Coreia pode ser vista como um marco fundacional do Japão contemporâneo. O primeiro motivo é que ela soterrou a possibilidade de uma guerra nuclear, afinal havia um temor muito grande sobre o uso de armas nucleares em guerras posteriores, algo que não foi feito, segundo Alperovitz (1995), por perceber a potência diplomática do uso do artefato como poder de barganha política e econômica. Além disso, outro fator de enfraquecimento dos discursos marxistas, que reverberou bastante no Oriente, são as denúncias do stalinismo por Nikita Khrushchov em 1956 e a chamada Revolução Húngara, no mesmo ano, estremecendo a potência do discurso marxista.

O marxismo era majoritário no ambiente acadêmico, mas vinha sofrendo críticas severas, principalmente desde que Mao Tse-Tung toma o poder na China em 1949. No entanto, argumenta Gayle (2015), a narrativa da memória coletiva e o domínio do espaço público que vinha ganhando força com manifestações e organizações populares, estudantis e trabalhistas, como argumentei ao analisar o mangá de Keiji Nakazawa, sofrem cada vez mais pressões, censuras e acabam perdendo qualquer apoio popular numa onda crescente de anticomunismo no mundo em virtude dos confrontos e disputas ideológicas travadas na década de 1950. Para essa historiografia da Escola de Koza, a bomba atômica não era uma pauta de pesquisa. Primeiro por se tratar de um evento recente e não ter distanciamento necessário para tal. Segundo, e não menos importante, é a necessidade de uma construção analítica de longo prazo, buscando as origens remotas das lutas de classes, por isso, o período Meiji tornava-se um dos principais focos, compreendendo a Segunda Guerra Mundial como uma consequência do capitalismo instaurado no país. Muito pouco foi produzido, pensado e refletido sobre a bomba atômica no Japão nesses momentos que sucedem a guerra pela historiografia nipônica.

Sob liderança de Shikegi Toyama (1991), este pensamento marxista atinge outras formas de pensar que divergiam, e muito, das pautas do PCJ, por exemplo. A principal delas foi o rápido reconhecimento de Toyama e a grande parte da Escola de Koza do caráter fascista do império japonês e a aceitação da derrota na guerra, por parte do grupo. Isso, fez com que considerassem a ocupação legítima, em virtude de serem derrotados, porém sem contestar as feridas históricas as quais, neste contexto, pouco tinham sido denunciadas pela historiografia (como o Massacre de Nanquim, as práticas canibais de soldados japoneses, as “mulheres de conforto” e afins). Embora essa vertente historiográfica seja atuante até hoje, ela perdeu sua força vertiginosamente a partir do fim da década de 1950.

É neste período, em meados da década de 1950, segundo Conrad (2011), que a visão historiográfica institucional do Japão sofre um novo “giro”, para utilizar um termo ocidental. A nova perspectiva analítica instituída vai partir de uma história social de modelo weberiano, inspirado, sobretudo, na sociologia estadunidense. Segundo Stefan Tanaka (2004) esse tipo de discurso historiográfico possui um caráter analítico mais empirista e menos voltado as problematizações teóricas e conceituais. Porém, longe de um retorno ao positivismo de bases budistas ou nacionalistas da historiografia japonesa dos fins do século XIX e início do XX. Aqui inicia-se no Japão um forte movimento de revisão das teses da Escola de Koza. Destaco que, conforme alerta Enzo Traverso (2018), não se trata de um negacionismo, afinal estou falando, de um modo geral, de um grupo de historiadores japoneses das décadas de 1950 e 1960 que se dedicam a perceber a história em uma perspectiva que reconstruísse padrões nacionalistas, sobretudo buscando elementos comuns numa entidade coletiva, no caso Ásia, para não recorrer a uma volta às origens políticas recentes do país. Aqui se inicia um movimento historiográfico importante por pautar um distanciamento entre o Ocidente e o Oriente (anteriormente colocado como o causador de inúmeros conflitos desde a Era Meiji, principalmente no que se refere a imposição do capitalismo na sociedade japonesa).

Essa historiografia de cunho weberiana também, segundo Conrad (2010a), pontuou um pouco as questões relacionadas a guerra e as bombas atômicas, porém sempre em um caráter ensaístico ou palestras, pois seu caráter empirista ainda impossibilitava uma reflexão sobre os elementos presentes. As áreas de economia política e ciências políticas, no Japão da década de 1950, começam a problematizar mais fortemente o tema da guerra e seus derivados, principalmente com a eclosão da Guerra do Vietnã e o componente descolonizador que assolou o mundo naquele contexto. A grande preocupação historiográfica, neste momento, é aproximar

o Japão das tradições democráticas, sobretudo ocidentais como forma de uma derrota efetiva do imperialismo japonês.

Pouquíssimo espaço restou para historiadores que defendiam questões ultranacionalistas. Poucos como Hiraizumi Kiyoshi (1953) continuaram esse tipo de produção até a década de 1960, diferentemente da Escola de Kyoto, que a partir das suas teorias filosóficas nos anos 1930, fundamentou as bases intelectuais do imperialismo japonês, sobretudo ao desenvolver ideias pautadas no nacionalismo e na potência do império japonês. A Escola de Kyoto, no entanto, como afirma Naoki Sakai (2008) não defende o fascismo, ao menos não o modelo europeu, mas um imperialismo que buscava justificar a expansão do Japão como aquele que domina as ideias, os mercados e as culturas, porém sem a necessidade de uma base étnica. Em outras palavras, um imperialismo multicultural, que acabou reverberando no imperialismo japonês que estendeu seus domínios para grande parte da Ásia, adicionando, a contragosto da Escola de Kyoto, afirma Sakai (2008), o elemento de superioridade étnica causadora de grande parte dos crimes de guerra cometidos pelo Japão.

Este cenário, poderia afirmar, demonstra que a segunda fase da Escola de Kyoto, sob liderança de Nishitani (2017), tem como foco premissas a fenomenologia voltada para discussões sobre a consciência, o ser e a subjetividade. Abandonando as pautas nacionalistas de outrora. Essa ausência de justificativas nacionalistas tanto na filosofia como na historiografia demonstram como a anistia ao imperador Hirohito trazia dinâmicas impactantes na produção de conhecimento no Japão.

Essa historiografia weberiana supracitada, assim como os marxistas, tinha severas críticas aos ocidentais e ao sistema de ocupação do Japão no pós-guerra que, ainda segundo Sakai (2008), pouco se refletiu sobre os motivos que levaram a esta ocupação. Neste sentido, retomo os últimos parágrafos do capítulo 2, no qual Keiji Nakazawa define que é primordial para uma crítica do passado japonês passar, obrigatoriamente, por uma busca por justiça em sentido amplo, tanto com relação ao imperador causador da miséria, da guerra e seus crimes, quanto aos EUA pela bomba atômica e perpetuação de práticas imperiais após o confronto.

Uma perspectiva historiográfica que passou a ser adota por weberianos, segundo Conrad (2010a), encontra no argumento que o Japão ao ignorar a Ásia e se ocidentalizar acabou causando um déficit civilizacional no continente e permitiu a ascensão de um governo imperialista. Otsuka Hisao (1994), célebre historiador japonês durante o pós-guerra, se destaca por liderar um movimento que pensava a inclusão do Japão no bloco ocidental da Guerra Fria e, por isso, ainda mais corresponsável pelo comunismo presente na Ásia dominada pelo Japão

em tempos de guerra. Surge aqui uma crítica contundente ao imperialismo japonês, agora estudando fortemente o período recente do país, porém sem tecer grandes críticas ao posicionamento dos EUA em solo nipônico. Esta vertente historiográfica consolida aquilo que a memória coletiva já estava em estágio avançado de inscrição: a postura do Japão como vítima. Neste modelo, as bombas atômicas tornaram o país alvo de algo que foi causado pelo império japonês, evocando aquilo que chamei de síndrome do Moby Dick, com a inculcação de uma culpa que não é, diretamente, sua.

O acidente com o navio “Dragão da Sorte 5”, que abordei acima, foi fundamental para reativar essas discussões historiográficas a respeito da bomba atômica e o papel de vítima por parte do Japão, como aponta Conrad (2010). Ainda segundo o autor supracitado, fora alguns poucos membros desta historiografia marcadamente voltada para as discussões de cunho weberiano ou marxistas, a historiografia japonesa como um todo começava cada vez mais a se distanciar das temáticas críticas ao colonialismo, principalmente na China e na Coreia, dos crimes de guerra.

Em 1959 a publicação do livro “A história da Era Showa¹³⁵”, pelos marxistas (com alguma influência weberiana) Shigeki Toyama, Seiichi Imai, e Akira Fujiwara pode ser vista como a pá de cal na produção marxista japonesa. O livro foi publicado em um contexto político completamente anticomunista, marcado pelos eventos que listei acima, e acabou sendo duramente criticado por tentar apresentar a relação estabelecida entre o imperador e os EUA, postura vista como inaceitável, uma vez que a guerra havia sido travada contra os estadunidenses. A partir daí, a ascensão do Partido Liberal Democrático Japonês e as políticas de incentivo a pesquisa restritas a parcerias público-privado ou fundos de investimentos, tornou raro o apoio formal a projetos que pautassem uma crítica ao imperador Showa e a estrutura colonizadora.

No entanto, em contrapartida, é neste período, na década de 1960, envolto nas discussões descoloniais na Ásia e na África que começam a emergir críticas, estudos e posicionamentos políticos contra os japoneses por parte das nações vizinhas. A historiografia chinesa, coreana e australiana, por exemplo, iniciam uma revisão do período de ocupação japonesa e começam a perceber uma série de práticas que desvirtuavam de uma colonização em sentido amplo, mas que estavam claramente falando de crimes de guerra que poderiam gerar punições graves aos perpetradores.

¹³⁵ Título original: “昭和史” (Showa-shi)

Dos anos 1970 em diante, a historiografia japonesa passou a se dedicar mais aos estudos de um passado longínquo, distanciado do período de guerras, como forma de evitar falar sobre temas polêmicos. Não obstante, surgem grupos de historiadores nas décadas de 1960 e 1970 que começam a pesquisar em arquivos de países vizinhos e, junto com o que havia de fontes e arquivos no Japão, começam a denunciar os crimes de guerras japoneses. É neste grupo, por exemplo, que surgem com influência na historiografia japonesa nomes como Yuki Tanaka (2001), que pesquisa na Austrália, Rússia, Coréia do Sul e China, para elaborar sua narrativa a respeito dos casos de escravidão sexual perpetuados por soldados japoneses sob povos dominados, principalmente com coreanas. Este grupo de historiadores também motivados pelos movimentos dos *hibakushas* e antinucleares começam a investigar, registrar, arquivar, narrar e problematizar a memória e produzir uma historiografia a respeito da bomba atômica, em perspectiva crítica, na busca de uma construção de uma história a contrapelo, para retomar um argumento já defendido anteriormente.

Sebastian Conrad (2010), ao realizar uma pesquisa de cunho transnacional entre a Alemanha e o Japão do pós-guerra, analisando o processo de reconstituição nacional em cada país, destaca algo que é fundamental neste momento: enquanto na Alemanha ocorreram pedidos formais de desculpas pelo nazismo durante os anos subsequentes do pós-guerra, no Japão sucede-se o inverso. No caso alemão estes atos eram isolados, segundo o autor supracitado, uma vez que, muitas vezes, eram organizados politicamente para afetar reputações num contexto de disputas políticas entre a Alemanha Ocidental e a Alemanha Oriental. Isso vinha acompanhado de um silêncio da historiografia que só vai mudar após a unificação e da produção massiva de historiadores aliada a políticas públicas e jurídicas de organização de uma memória coletiva justa.

No caso japonês, por outra via, não houve pedidos de desculpas formal, pelo contrário, há uma anistia. Porém, diferentemente do que se apresenta no caso alemão, segundo Conrad (2010), tem-se uma historiografia atuante completamente crítica e questionadora do poder instituído, sobretudo a parte marxista que conecta, como apresentei acima, o desenvolvimento do capitalismo na Era Meiji com o imperialismo na Era Showa.

As décadas de 1980 e 1990 inauguram um novo período na historiografia japonesa. Num contexto, como apresentado no capítulo anterior, em que o país nipônico estava em grande crescimento econômico e o Estado de Bem-estar Social deixava a desejar em vários aspectos, como o aumento da desigualdade e, principalmente, com objetivos econômicos escusos, as políticas públicas e externas adotavam uma postura de negligenciar as narrativas do passado

que pudessem manchar a imagem do Japão como um país pacífico, ordeiro, organizado, próspero e *high tech* (HAROOTUNIAN, 2000).

Esse crescimento japonês, não obstante, viu seus países vizinhos entrarem fortemente no cenário econômico mundial. Os chamados Tigres Asiáticos tornaram-se uma grande potência em produção de produtos em larga escala a baixo custo, junto com a alta industrialização da China e Coréia do Sul (LIN, 2011). Este contexto econômico fez com que os discursos produzidos nas academias chinesas e coreanas, para citar apenas dois exemplos, aliados com o início da chamada “Guerras de História” australiana (MACINTYRE; CLARK, 2003), começassem a ganhar espaço no ambiente acadêmico internacional. Os historiadores japoneses que já possuíam uma visão crítica sobre a postura do Japão na guerra e contrário as bombas atômicas, numa narrativa que busca apontar os culpados, mantiveram-se nesta linha de pensamento e somaram forças com relação a esses estrangeiros que revisam o seu passado recente da guerra quando ficaram sob domínio do império japonês.

Interessante sublinhar que para o contexto historiográfico brasileiro essa internacionalização e cooperação mútua entre pesquisadores de países diferentes possuem algumas explicações. A primeira delas é que na China, por exemplo, o debate sobre as “mulheres de conforto” e o “massacre de Nanquim” eram temas quase consensuais (KISHIMOTO, 2009). No entanto, como trata-se de conflito entre nações, estas produções só teriam efeito se fossem reconhecidos pelos pares (internacionais) e sobretudo pelo país que perpetuou os atos analisados. A outra questão, além da legitimidade, é o compartilhamento de dados e fontes fundamentais para elaboração de uma pesquisa mais aprofundada sobre o tema. É o caso de Yuki Tanaka (1993) e Tsuyoshi Hasegawa (2006) que produzem boa parte de seus estudos consultando fontes estrangeiras.

Este contexto ficará ainda mais intenso, dentro do Japão, quando em 1989 morre Hirohito. Neste contexto surge um fenômeno que Pierre Nora (2008) comenta para o caso francês, e que aqui também acomete os nipônicos: o estímulo da produção historiográfica a partir de datas rememorativas. A morte do imperador é propulsora de publicações, muitas delas acadêmicas em tons rememorativos e/ou até comemorativos. É preciso lembrar que esse movimento historiográfico, marcadamente nos anos 1990, torna-se alvo de uma ebulição de intelectuais que produzem após a morte do imperador Showa, uma vez que: “de repente, no início da década de 1990, os arquivos renderam seus segredos, soldados e funcionários descobriram seus diários, relatos anteriormente marginalizados vieram à tona e a mídia

conduziu um vigoroso debate público sobre as consequências da agressão japonesa.¹³⁶ (KINGSTON, 2019, p.2)

Como forma de elucidar essa trajetória da historiografia japonesa na metade do século XX, principalmente debatendo a postura dos historiadores com relação a Segunda Guerra Mundial, sobretudo a bomba atômica, realizarei um exercício de análise um pouco mais detalhado sobre as “mulheres de conforto” e o “massacre de Nanquim”. Não irei realizar um debate historiográfico estrito, pois são muitos interlocutores. Meu objetivo será demonstrar como a historicidade do próprio fazer historiográfico foi se construindo ao longo do tempo. Compreender esta dinâmica dual entre herói e vítima é fundamental para pensarmos e repensarmos não só sobre o caso japonês aqui estudado, mas em outros lugares onde os discursos conciliadores ainda permanecem latentes na historiografia.

Reforço, novamente, a questão da internacionalização do sistema universitário japonês, com um foco especial na pós-graduação. A presença maciça de estrangeiros no corpo discente é extremamente comum, bem como a presença de professores ou pesquisadores estrangeiros pesquisando e lecionando no Japão. Por isso, boa parte do debate sobre a Segunda Guerra Mundial na historiografia (excetuam-se as áreas do direito e médicas) japonesa passa por uma presença muito grande de historiadores de outras nacionalidades (BROWNLEE, 1999).

Reconheço, também, que há uma limitação da pesquisa devido a dificuldades por encontrar bibliografias em japonês, no entanto, o levantamento que fiz inclui desde pesquisas em acervos virtuais convencionais, busquei em plataformas como o *Hiroshima Peace Media*, o *Hiroshima Peace Research Journal* e entrevistas com professores atuantes na área, no caso de Yuki Tanaka. Por isso, reforço, não busco esgotar o debate nestas linhas que seguem, nem estabelecer posições definitivas. Apenas buscarei compreender dois aspectos fundamentais: 1) como uma historiografia voltada a legitimar o Estado-nação se vê encurralada quando se trata de passados traumáticos de colonização/dominação/exploração entre países diferentes, ou seja, como reagiu a historiografia japonesa (em sua heterogeneidade) às demandas internacionais e dos movimentos sociais japoneses da década de 1980 em diante por reconhecimento e aprofundamento nas pesquisas sobre a responsabilidade do imperador e crimes de guerras cometidos em nome dele; 2) compreender como os usos e as construções de determinadas narrativas sobre eventos do passado são construídas e mobilizadas no presente propondo não

¹³⁶ Texto original: “Suddenly in the early 1990s the archives yielded their secrets, soldiers and officials discovered their diaries, previously marginalized accounts came to the fore and the media conducted a vigorous public debate about the baleful consequences of Japanese aggression”.

só uma nova interpretação, mas, como afirma Ricoeur (2007), atribuindo um senso de justiça a memória. Ou seja, como a bomba atômica foi utilizada por diferentes discursos para justificar uma postura política e ética com relação as tensões citadas no item anterior.

Ainda antes da Segunda Guerra Mundial ter iniciado formalmente, em 1939, crimes de guerra japoneses eram denunciados. Essas denúncias afetaram a própria produção historiográfica em um contexto de alta censura e violência durante a Era Showa das décadas de 1930 e 1940. Um dos primeiros crimes (ainda não classificado como crime contra humanidade) a serem considerados como perpetrados pelo império japonês é o chamado “mulheres de conforto”. Antes de mais nada é preciso compreender a própria historicidade do termo. Usado para definir práticas de escravidão e servidão sexual de mulheres aos soldados japoneses. Este nome deriva de uma concepção machista normalmente utilizada em anúncios para atrair as futuras vítimas.

As “mulheres de conforto”, argumenta Yuki Tanaka (2001), trata-se de uma prática deliberada e organizada de deslocamento e confinamento de mulheres (a grande maioria coreanas, mas há também chinesas, filipinas, e, em menor número de japonesas – ou coreanas residentes a um tempo no Japão em virtude da colonização desde 1910, entre outras) para que fossem alvo de abuso sexual pelos soldados japoneses. Pesquisas mais recentes (YOSHIMI, 2002) apontam que grande parte dessas mulheres eram capturadas por anúncios mentirosos que ofereciam trabalho (com um salário fixo em contexto de guerra) em troca de serviços domésticos. Yoshimi (2002) alerta que muitas eram adolescentes e não sabiam ler, portanto os anúncios serviam apenas como armadilhas para enganar e aprisioná-las.

No entanto, o surgimento desse crime sistemático e organizado passa por um crivo patriarcal em torno do tema. A prática das “mulheres de conforto”, termo pejorativo para definir a exploração sexual de mulheres, termo rejeitado pelas vítimas e, embora muito usual por parte da historiografia especializada, não utilizarei mais a partir daqui. Quando for me referir a esses crimes irei mencionar como “prática de escravidão sexual”, considerando que o ato de nomear tem um poder importante na legitimação ou não de determinadas práticas. Além disso, essa prática de escravidão sexual era algo realizado pelo império japonês desde a Era Meiji, e foi intensificada com as guerras do fim do século XIX e início do século XX, principalmente as guerras Russo-japonesas e sino-japonesas.

Essa prática existente, argumenta Yoshimi (2002), foi completamente alterada e ampliada. Sua escala na Segunda Guerra Sino-Japonesa não permite estabelecer parâmetros com o que existia antes, tamanha a discrepância da quantidade, durabilidade e brutalidade que

tais atos foram realizados. A justificativa dessa prática de confinamento de mulheres para a escravidão sexual não advém de uma moralidade contrária ao estupro, pois havia um pagamento, um certo ato consensual. Pelo contrário, argumenta Yoshimi (2002), tratava-se de uma política que buscava impedir a disseminação de doenças sexualmente transmissíveis, principalmente a sífilis. Ao confinar estas mulheres, os soldados teriam a segurança de não serem contaminados. Devido a duração da guerra, de 1937 até 1945, a ocupação de vários territórios além dos limites do Japão, fez com que o número de mulheres exploradas sexualmente fosse muito grande, a exatidão desses números é fruto de debate que em breve tratarei.

Uma das questões centrais tratadas por Yoshimi (2002) é saber se o imperador e o alto comando japonês tinham consciência desta prática de exploração sexual. O historiador supracitado encontrou fontes de que o tio-avô de Hirohito, o Príncipe Kan'in Haruhito, era um dos organizadores destas práticas em Shangai. Além disso, o exército japonês confeccionou uma série de documentos regulamentando esta prática. Desde dias e horários permitidos, o salário a ser pago (algo que comprovou que na maioria dos casos não foram realizados) até mesmo a proibição de armas e álcool nos estabelecimentos. O autor referenciado acima ainda comenta sobre as práticas de morte a mulheres que adoeciam, pausa durante o ciclo menstrual entre outras questões do tipo. A *Kempeitai*, polícia secreta japonesa, ficou a cargo da maioria destes recrutamentos forçados, seja com propostas enganosas, seja pelo uso da força (YOSHIMI, 2002).

De forma resumida, esta prática descrita acima, violenta, cruel e machista não era uma novidade para os asiáticos, que já vinham denunciando coisas semelhantes desde o início do século XIX. A prostituição no Japão, durante a década de 1930 era legalizada, ou seja, era permitida por lei desde que houvesse contribuição tributária. O Japão tornou-se alvo de turismo sexual, seja de países asiáticos ou comerciantes e visitantes estrangeiros (SANDERS, 2006). A problemática da exploração sexual de mulheres por parte do Japão nas décadas de 1930 e 1940, embora muito maior e mais violentas, não só não chocou a comunidade internacional, como foi utilizada (com a desculpa de se tratarem de prostíbulos) pela ocupação aliada no país até o fim de 1945 de forma velada, classificadas como café ou casas de shows de 1946 em diante. Tudo isso gera um outro debate mais profundo, que a historiografia vai enfrentar, entre a diferenciação da prostituição e da exploração sexual forçada, partindo da premissa da voluntariedade e consenso de uma, para a escravização e obrigação da outra.

Aqui é preciso fazer uma ponderação, toda essa discussão trata de crimes, passíveis de se identificar os criminosos (culpa criminal) e responsabilizar o estado (culpa política) por seus

atos. Neste sentido diversos historiadores processaram, ou foram processados, bem como tiveram suas obras censuradas devido a contestação de visões oficiais estabelecidas não só sobre a bomba atômica, como argumentei nos outros capítulos, mas sobre a dignidade e moralidade do exército imperial e o imperador, a partir da denúncia dos crimes de guerra e responsabilização.

Esse dilema entre o historiador e juiz, altamente debatido na historiografia ocidental ((ROUSSO, 1994) / (VIDAL-NAQUET, 1987) / TRAVERSO (2018)), não é um debate teórico frequente no Japão por parte dos historiadores, mesmo que muitos tenham participado de processos judiciais por conta de suas pesquisas. Ao longo deste tópico elencarei alguns casos específicos importantes para reflexão.

Segundo Yoshimi (2002), ao pesquisar em diversos acervos, na China, Japão, Austrália, e Filipinas, foi possível mapear que foram criados em torno de 2 mil prostíbulo (casas em que estas mulheres ficavam para serem escravizadas sexualmente) e o número de mulheres violentadas ficaria algo em torno de, no mínimo, 50 mil, podendo extrapolar 200 mil mulheres, uma vez que o governo Showa e a posterior censura aliada ao Japão destruíram muitas fontes oficiais necessárias para contabilização. O estigma social causado nessas mulheres, faz com que muitas vítimas não tenham coragem de assumir publicamente, o que deixa esse número ainda mais impreciso (CHANG, 1997).

Essa imprecisão é característica comum da pesquisa histórica, como argumenta Vidal-Naquet (1987). Quando se trata de crimes em que os agentes causadores do dano fazem parte do Estado, as políticas de produção documental, acesso à informação e arquivamento são completamente esvaídas. Por isso, pode-se dizer que uma pesquisa eticamente comprometida, em contextos como o referido acima, dificilmente consegue estabelecer certezas numéricas com relação a vítimas e aos danos. Isso fica evidente no caso de Hiroshima, em que até hoje não se sabe a exatidão de mortos, tanto por um ocultamento de dados por parte dos EUA no período de ocupação, como pela ausência de corpos que desintegraram frente a explosão. Ressalto, que as “guerras de história” (MACINTYRE; CLARK, 2003, p.9), ou seja, os conflitos narrativos historiográficos sobre quais devem ser as versões e posições éticas válidas sobre determinado assunto, só serão possíveis se o conceito de produção historiográfica for alargado. Por isso, não considerarei apenas historiadores de formação como parte produtora de historiografia. Utilizo o mesmo critério estabelecido por Antoon De Baets (2018) no que ele chamou de “produtores de história”, ou seja, todos aqueles que coletam dados, analisam e comunicam por algum suporte estes dados.

Um dos historiadores que mais se destacou tanto no ambiente universitário, quanto na esfera pública é Ikuhiko Hata (1986). Um negacionista-revisionista que iniciou sua trajetória de pesquisa com relação a exploração sexual de mulheres por parte do Japão a partir da desvalidação de testemunhos que comprovavam a existência dos casos como algo sistemático. Seu principal argumento era de que o governo coreano colaborou com a criação de prostíbulos, mas que estes eram frequentados pelos militares particularmente, sem nenhum sistema organizado, muito menos com anuência do imperador. Hata doutorou-se na *University of Tokyo* e boa parte da sua carreira foi feita como historiador do Ministério das Finanças do Japão. Sua ligação institucional pode ser vista como uma relação quase servil. O seu argumento concentrava-se não em uma simples negação, pelo contrário, era o questionamento da validade das fontes e testemunhos.

Um jornalista na década de 1960 encontrou imagens em livros de fotografias sobre a Segunda Guerra Mundial que teriam sido tiradas nos lugares onde essas mulheres eram submetidas a exploração. Kakou Senda (1973) publica em 1962 um livro em que resolve investigar quem eram aquelas mulheres. Descobre elementos importantes sobre a escravização sexual do exército japonês, principalmente a partir de entrevistas a vítimas e soldados japoneses. Seu livro chamado “Mulheres de Conforto Militar¹³⁷” foi bastante aclamado pelo universo acadêmico e bastante discreto no público em geral. Ganhou um filme homônimo em 1974, dirigido por Takamori Ryuichi. O filme também teve discreta aceitação, porém academicamente acendeu uma fagulha memorial importante para o debate historiográfico.

Seiji Yoshida (1977) estabeleceu um relato de extrema importância para a historiografia do tema. Corroborando a tese de que a memória suscita questões para a história, é possível perceber que mesmo com todas as tentativas é impossível soterrar completamente as memórias dissidentes da versão oficial, algum vestígio sempre permanece. Seiji, que depois da guerra filiou-se no PCJ, ganhou a vida como escritor, tendo passado uma parte de sua vida na Coreia, só retornando para o Japão em 1947. Até 1977 era desconhecido do grande público. Porém, nesse ano publica um livro que supostamente seria de memórias, intitulado: “Mulheres de conforto coreanas e o povo japonês¹³⁸” (YOSHIDA, 1977). O sucesso do livro é estrondoso, inclusive na Coreia do Sul, lugar onde a maior parte das vítimas desse crime se concentravam.

¹³⁷ Título original: “從軍慰安婦” (Jugun'ianfu)

¹³⁸ Título original: “朝鮮人慰安婦と日本人” (Chōsen hito ianfu to nihonjin)

Aproveitando este sucesso, Yoshida (1983) publica a continuação de suas memórias em “Meus crimes de guerra: O transporte forçado de coreanas¹³⁹”, em 1983.

Ambos os livros relatam a participação de Seiji Yoshida em uma posição de extrema legitimidade, como algoz. Em um exercício contrário do falsário espanhol Enric Marco relatado por Caroline Bauer e Fernando Nicolazzi (2016), no qual tentou-se criar a narrativa e a memória de uma vítima do Holocausto que não existia. O caso de Seiji se apresenta como um perpetrador. Hata (1986a) vai ser um dos primeiros a apontar incongruências e falsidades no discurso de Seiji. Porém, a autoridade da testemunha sobrevivente, como argumenta Seligmann-Silva (2005), catapultou sua fala e legitimou.

Durante boa parte da década de 1970 e 1980, Yoshida publica uma série de relatos sobre sua experiência como alguém que colaborou para a escravização sexual de coreanas, estava arrependido e, principalmente denunciou permitindo reestabelecer a verdade. Essas reportagens¹⁴⁰, em boa parte, foram publicadas no jornal de grande sucesso no Japão: Asahi Shimbun. Além disso, volta a Coreia do Sul, torna-se palestrante e divulga os horrores cometidos sobre um crime não falado (ASKEW, 2004).

Sua narrativa memorial é tão importante que o relatório da ONU com relação as “mulheres de conforto”, organizado por uma ativista dos direitos humanos indiana, publicado em 1996, tem como uma das suas bases argumentativas os relatos de Seiji Yoshida. Ainda em 1996, depois de muito ser questionado por incongruências entre os seus dois livros, e por não haver registros de alguns fatos narrados por ele (como o aprisionamento de mulheres de uma fábrica em uma cidade pequena na Coreia do Sul), Ikuhiko Hata (1986) tem um papel fundamental em deslegitimar o relato de Seiji. Depois de denunciar as discrepâncias factuais entre o que Seiji apresentava e as fontes, Hata, outros historiadores e a mídia criam um ambiente de pressão que faz com que Seiji admita que seus livros não são memórias, mas apenas “ficções”.

Seu relato é extremamente emotivo, fundamentado do ponto de vista cronológico e contextual. Tudo o que ele relatava fazia sentido, era crível, retomando a ideia de Hartog sobre a importância de crer para compreender narrativas históricas. O problema de Yoshida, diferentemente de Enric Marco, era que suas narrativas se apresentavam tão confusas quanto a sua história pessoal. E mesmo demorando décadas para admitir sua farsa, em um dos seus relatos dizia ter estudado em determinada escola, algo que Hata (1986) facilmente descobriu

¹³⁹ Título original: “私の戦争犯罪” (Watashi no sensō hanzai)

¹⁴⁰ Disponível em: <<https://cutt.ly/YdGXuTh>> Acesso em 01/08/2020

não ser verdade, afinal tratava-se de uma simples verificação de dados escolares, inaugurando uma Guerra de História muito mais ampla.

Yoshida, antes de admitir sua farsa, possibilitou uma gama gigantesca de relatos sobre o caso. Embora uma boa parcela da sociedade japonesa tenha se voltado contra ele, como aponta a reportagem do Japan Times¹⁴¹, desde 1977, com o seu primeiro livro, e a série de reportagens publicadas por um jornal de ampla circulação, Seiji tornou-se o porta-voz de uma vergonha nacional, fez, como representante do Estado, o papel de pedir desculpas pelos seus atos (ASKEW, 2004).

O impacto da sua narrativa foi tão grande que a pressão internacional obrigou os EUA a liberarem seus arquivos militares sobre o período de ocupação no Japão para pesquisa, no início da década de 1990. É assim que Yoshiaki Yoshimi (2002), citado anteriormente, consegue comprovar a relação entre o império japonês e a prática de escravização sexual. Desta forma, quando o público fica sabendo que Yoshida estava forjando uma memória que não existia, os historiadores que já apontavam esses crimes, há décadas, conseguem comprovar por uma gama de fontes aquilo que alertavam anteriormente.

Além disso, o relato de Seiji Yoshida era falso, mas permitiu surgirem diversos outros relatos verdadeiros. Vale pensar que justamente por não ter participado do crime, não havia recalcado esta narrativa sobre seu passado. Desta forma podia falar livremente. Porém, sua fala não é uma mera invenção. Permitiu-se construir uma narrativa totalmente verossímil, apenas os personagens (incluindo ele mesmo) é que não existiam. Isso motivou o secretário-chefe de gabinete Yohei Kono a pedir formalmente desculpas a Coreia do Sul, dois dias antes das comemorações em Hiroshima em 1993.

O agosto simbólico do passado japonês é certamente algo interessante de perceber. Entre outras coisas, no discurso ele reconhece a culpa do Japão, do imperador no processo de coerção e servidão sexual das mulheres. Hata (1999) foi um dos primeiros a investigar e buscar encontrar erros e mentiras no discurso de Kono. A queda do Primeiro-Ministro japonês, ainda em agosto de 1993, do qual Kono fazia parte do governo, impediu um pedido formal de desculpas por parte da autoridade máxima, ficando restrito a um representante. Depois disso, os governos conservadores de direita no Japão nunca mais cogitaram realizar este pedido que parecia tão próximo na década 1990.

¹⁴¹ Disponível em: <<http://www.asahi.com/ajw/articles/AJ201412230056.html>> Acesso em 01/08/2020

Toda essa discussão sobre o processo de escravidão sexual pode parecer distante do foco deste tópico, ou seja, de compreender a relação entre esse evento e a bomba atômica na produção historiográfica japonesa. No entanto, isso faz emergir práticas historiográficas que disputam legitimidades entre si. Conformadores do passado, presentes em universidades como professores, vão abandonar seus clássicos temas de pesquisa e se dedicar a estudar o que chamam de “mulheres de conforto”, para defender a coesão do seu passado completamente em disputa e fraturado.

Desde o pedido de desculpas do representante do Primeiro-Ministro até a admissão de farsa por Yoshida, ou seja, entre 1993 e 1996 parecia ter ocorrido uma inscrição frágil na memória pública japonesa sobre o caso de escravidão sexual de mulheres. Como afirma Mateus Pereira (2015), o reconhecimento de culpa (responsabilidade) por parte do Estado é fundamental para um processo de inscrição. Os movimentos internacionais, como o que citei acima protocolado na ONU, bem como associações coreanas e chinesas ampliaram suas ações. Os movimentos de esquerda japoneses também estiveram ativos com esta pauta.

Porém, os que mais tentaram aproveitar este contexto para problematizar foram os historiadores, principalmente aqueles dedicados a uma pesquisa séria, eticamente engajada com o respeito a vida e aos direitos humanos e contrários a posturas do imperador durante a guerra bem como apontando culpados para as bombas atômicas. Por isso, nomes já atuantes como Yuki Tanaka (2011), Tsuyoshi Hasegawa (2006), Yoshiaki Yoshimi (2002) entre outros, começam a problematizar outras questões além do processo de escravidão sexual. Ao fraturar a ideia consolidada – de um império sólido, justo e leal, no qual os que haviam cometido crimes tratavam-se de alguns militares, casos pontuais e que já foram punidos –, poderiam intervir ainda mais no debate, no questionamento da memória pública do Japão enquanto vítima. Por isso, os produtores de história supracitados, apenas para exemplificar um grupo ainda maior, começam a pautar discussões sobre como a bomba atômica estava sendo utilizada num processo fundamental de anistia para o imperador Showa (já falecido neste contexto, mas questionando sua memória).

A década de 1990, no Japão, é marcada por esta ruptura. Movimentos sociais e alas conservadoras se mobilizaram de todas as formas em uma guerra de história e de memória que até hoje está em andamento. Em um texto publicado no Japan Times¹⁴² a ex-ministra da Defesa Yuriko Koike diz: “Mas é claro que **ninguém se beneficiará de uma nova rodada de um**

¹⁴² Disponível em: < <https://www.japantimes.co.jp/opinion/2014/09/01/commentary/japan-commentary/putting-an-end-to-the-japan-korea-history-wars/#.XyY3qihKjIU> > Acesso em 1/08/2020

acalorado debate histórico. Para evitar isso, são necessários líderes políticos como De Gaulle e Adenauer¹⁴³”. Depois, ao continuar explanando sobre a sua visão de democratas liberais em relação aos governantes da França e Alemanha Ocidental, conclui: “somente quando pudermos discutir o passado sem pôr em risco o futuro é que os países do nordeste da Ásia poderão estabelecer uma estrutura de paz verdadeiramente durável¹⁴⁴”.

Essa oração que coloquei em negrito no discurso de Koike, em 2014, explicita as questões que a memória impõe a historiografia. Estas questões implicam, diretamente, em compreender uma acepção dupla: só é possível questionar a postura do imperador e os crimes de guerra do Japão se, por outro lado, compreender que a bomba atômica tem servido como um bode expiatório para políticas nefastas, sobretudo de dominação na Ásia, como a própria ex-ministra deixa transparecer ao final de sua fala.

Esse passado cristalizado e homogêneo, precisa ser esfacelado para a construção efetiva de uma democracia, para fazer justiça as vítimas, aos descendentes de criminosos que não sabem que são, ao povo japonês que não consegue conviver com este trauma de maneira saudável, causando a repetição e atuação constante. Desde Yoshida em 1977 até Koike em 2014, os contextos mudaram completamente, mas a busca pelo passado idealizado segue a mesma. O que mudou nesses 37 anos, substancialmente, foi a historiografia. Os discursos negacionistas ainda ocupam espaços significativos na academia, questão que veremos a seguir, no entanto, posições críticas a essa postura são muito mais aceitas, internacionalizaram-se e complexificaram o debate.

Se a bomba atômica é um evento-limite-possível, quando se trata da latência, com relação a memória coletiva japonesa ela é uma memória forte (TRAVERSO, 2018), ou seja, tem inscrições fortes, que apresentam o Japão como uma vítima incontestada. E realmente, não se trata de contestar a condição de vítima do Japão, mas sobretudo de compreender que o processo de vitimização sem apontar culpados cria uma anistia e uma amnésia social que não permite fazer esse passado passar. Enquanto perdurar este estatuto da vítima, a bomba atômica será o bode expiatório da memória oficial japonesa.

¹⁴³ Texto original: “but it is clear that no one will benefit from a new round of heated historical debate. To avoid this, political leaders like de Gaulle and Adenauer are needed.”

¹⁴⁴ Texto original: “only when we can discuss the past without endangering the future will the countries of Northeast Asia be able to establish a truly durable structure of peace”.

Destarte, o uso da farsa de Yoshida é utilizado como estratégia de deslegitimação de todas as testemunhas e historiadores que confirmam não só a existência pretérita das práticas de servidão sexual por parte do império japonês, como corroboram a tese de anuência do imperador e da alta cúpula, esse grupo negacionista (que não é maioria nas universidades japonesas, mas tem bastante respaldo na sociedade civil). Vale compreender que aquela possibilidade de inscrição frágil com relação às práticas de servidão sexual anteriores a descoberta da farsa de Yoshida, desfez-se rapidamente quando veio à tona. O que leva a crer que a inscrição frágil não tinha acontecido, tratava-se de um movimento em transição que não conseguiu completar seu rumo. Diferentemente do caso analisado por Bauer e Nicolazzi (2016), a memória de um farsante do Holocausto em nada abalou o discurso das vítimas ou a historiografia sobre o tema, trata-se de uma memória forte, nos termos de Enzo Traverso (2018).

Por outra via, quando Yoshida assume ter ficcionalizado sua memória, tem-se uma mobilização social muito grande em torno disso, buscando não só a deslegitimação da sua obra e legado, como busca por indenizações contra o Asahi Shimbun por ter veiculado suas memórias, e, junto com tudo isso, a descrença generalizada pela historiografia produzida. Muito antes do debate sobre *fake News*, no Japão acentuou-se a ideia de investigar historiadores, buscar detalhes e erros para bradar em relação a isso como portadores de uma moral e técnica superior que permite defender sua tese central.

O uso do fazer historiográfico, ou seja, o rigor das fontes, como única discussão possível não dá conta de responder aos questionamentos da memória e suas complexidades. É necessário um claro debate ético e político sobre o passado, ao contrário do que estabelece a ex-ministra. É preciso, compreender que erros pontuais são comuns a qualquer produção historiográfica. Isso não tem relação alguma com invalidações de fontes e testemunhas por critérios rasos, como, por exemplo, “são chineses e querem prejudicar o Japão” entre outros.

Toda vez que tenta-se descentralizar o debate com relação aos crimes de guerra, recai-se no dilema da bomba atômica. Como questionar os crimes do império, se fomos vítimas do artefato mais cruel e mortal de todos? Essa resposta foi encarada pelo historiador Ienaga Saburo (1978), que na década de 1950 escreveu um livro didático questionando a postura dos EUA em relação a bomba atômica, a participação de civis na morte de muitos okinawanos, e a política imperial japonesa como grande responsável pela guerra no país. O livro inicialmente foi censurado pela GHQ. Após a ocupação, em 1953, o livro foi autorizado a ser publicado desde que fizesse alterações no que chamaram de erros factuais. Saburo realizou algumas correções,

porém a substancialidade da crítica de sua obra perdurou. Teve o livro publicado em 1953 sob o título “Nova história do Japão”.

Depois disso Saburo atualizou a obra mais duas vezes, em todas elas o governo exigia revisões e alterações em pontos que questionavam a atuação do imperador ou imputava culpa sobre quem soltou as bombas atômicas. Segundo o próprio Saburo (1978), no livro que dedicou-se a contar sua odisseia, sempre realizou algumas modificações, porém respeitava sua integridade. No entanto, Yoshiko Nozaki (2008), ao analisar as obras de Saburo pôde perceber que uma das principais mudanças realizadas em suas edições era a perda de detalhes e críticas sobre a bomba atômica no formato de texto, buscando acrescentar o debate por outros elementos, como imagens, para evitar a censura.

Toda essa tensão e articulação para publicar suas obras fez com que Ienaga Saburo, que era professor universitário, processasse o governo japonês por uso indevido de poder para definir o que deveria ou não escrever por critérios não “científicos”. Os processos, ao todo foram três, um para cada nova versão censurada pelos critérios escusos. Nos dois primeiros processos ele perdeu em todas as instâncias, sendo que iniciou o trâmite legal em 1965 e só foi terminar 1993. O terceiro processo conseguiu um êxito, embora a justiça tenha considerado a ação constitucional, viu abuso de poder na censura. É interessante notar, como argumenta Nozaki (2008), que o argumento da justiça foi pautado em ‘estudar’ cada elemento apontado como incorreto pelos censores e questionado por Saburo. Neste sentido, literalmente, a justiça estava decidindo quais eram as verdades ou mentiras (pois a discussão com relação a censura era travada nestes termos) sobre o passado japonês.

Saburo (2000), em um dos melhores livros escritos sobre a Segunda Guerra Mundial que já li, expressa aquilo que seus livros didáticos não puderam ter. Ele diz que: “a bomba atômica foi minimizada como apenas um ‘novo tipo de bomba’. As autoridades destruíram seus cérebros inventando maneiras de encobrir a verdade¹⁴⁵” (SABURO, 2000, posição 223,5). Talvez essa frase, envolta no meio do livro de um autor censurado durante uma democracia por questionar o passado idealizado, nos permita refletir sobre o papel do historiador. Se autoridades destruíram cérebros, os historiadores devem ajudar a reconstruí-los, afinal uma das funções sociais da história apontadas por Dumoulin (2017) é a função pedagógica, do ensinar. Esse esforço de Saburo em poder ensinar sobre o passado através de uma narrativa complexa, densa, crítica e eticamente engajada deve ser levado em consideração como uma forma de

¹⁴⁵ Texto original: “the atomic bomb was minimized as just a “new type bomb.” The authorities wracked their brains devising ways to cover up the truth”

utilizar o passado como justificativa para ações práticas no presente visando uma sociedade melhor (WHITE, 2018).

Este debate sobre tensões geradas com relação a exploração sexual das mulheres é um dos vários *topos* da historiografia japonesa que dificultam falar amplamente sobre a bomba atômica. Antes de se ver como vítima, parece ser necessário ser visto (internamente, pela população japonesa) como algoz. É preciso, neste ponto de vista, escancarar as feridas históricas para construir uma memória justa ricoeuriana. Para um país com a tradição do *bushido*, pautada sobretudo na lealdade e na honra, o exército imperial é acusado (algo fartamente comprovado) de crimes em temáticas condenadas socialmente e recalcadas como tabu sociais públicos (FREUD, 2013), o que não significa que não sejam praticadas no ambiente privado. Todas as práticas de crimes cometidos pelo exército imperial derivam de estupro coletivo, mutilação e massacre, canibalismo e animalização dos prisioneiros de guerra. Nenhuma das características do *bushido* pode ser percebida aqui.

Partindo da leitura de Conrad (2010) de que o imperador Showa é uma continuação do projeto Meiji, que, por sua vez, não rompe completamente com as tradições feudais de hierarquia, lealdade e respeito, faz-se necessário compreender que uma acusação de exploração sexual poderia ser admitida ou imputada a uma ou outra pessoa e, com isso, resolver-se-ia o problema, em termos, pois não precisaria haver punição. No entanto, reconhecer a existência dos crimes, independente de quem cometeu, significa assumir uma postura não tradicional de tempo, é admitir que os costumes e a cultura são fluídos e isso implica compreender que as interpretações do passado são dinâmicas e atendem a demandas do presente. Desfazendo biografias alicerçadas a exploração alheia e confrontando estruturas de poder já estabelecidas.

Um dos casos mais latentes sobre isso é o chamado “Massacre de Nanquim”, ou “Estupro de Nanquim”. Diferentemente do que ocorrera com a exploração sexual de mulheres, o caso de Nanquim foi filmado, registrado, denunciado e houve algumas punições logo no pós-guerra, o que dá ao caso outra dinâmica. O Massacre de Nanquim, segundo Iris Chang (1997), foi um evento que durou em torno de 6 semanas, iniciado em dezembro de 1937 durante a Segunda Guerra Sino-Japonesa. Quando os japoneses chegaram à cidade em questão, à época a capital da China, iniciaram um processo de rendição, desarmamento e homicídio de chineses. Estima-se que mais de 300 mil chineses foram mortos, muitas destas mulheres, que foram estupradas e vários destes mutilados antes e depois da sua morte. Grande parte dos altos oficiais envolvidos neste episódio foram julgados pelo Tribunal Militar Internacional para o Extremo

Oriente ou pelo Tribunal de Crimes de Guerra de Nanquim, criado especialmente pela China para julgar crimes praticados contra os chineses.

O missionário católico estadunidense John Magee vivia em Nanquim em 1937 e gravou cerca de duas horas de vídeo¹⁴⁶ sobre esses acontecimentos. Após a Segunda Guerra Mundial ele foi uma testemunha-chave para a condenação dos culpados. Essa condenação, indiretamente, transmitiu a ideia de organização do passado por parte do Japão, sem precisar questionar, pois se houve crime, já foi julgado. Por isso, os estudos que apontam a culpa da família imperial neste processo são fundamentais, pois a forma de buscar justiça é estabelecendo a responsabilidade a quem tem, para que a culpa seja imputada pelas instituições competentes (VIDAL-NAQUET, 1987).

No entanto, o caráter anistiador, e, portanto, amnésico, da rendição incondicional é o perdão a família real. Com isso, anistiou-se o príncipe Asaka, tio de Hirohito e comandante das tropas em Nanquim, ou seja, o principal responsável por tudo que foi praticado ali (CHANG, 1997).

Segundo a autora supracitada, já em 1938 representantes do governo chinês na Liga das Nações denunciaram as atrocidades japonesas, considerando abusos, mesmo em tempos de guerra. Ainda neste ano, argumenta a autora supracitada, o Partido Comunista Chinês, isolado nas montanhas organizando sua guerrilha, também produziu manifestos contrários ao que foi feito pelos japoneses em Nanking. Saburo (2000) alerta que ao longo das décadas seguintes os livros didáticos do Japão, produzidos por historiadores, tinham problemas semelhantes aos seus devido a nomenclatura (massacre, estupro, invasão, conflito de Nanquim) e o grau de informação que trazia (número de mortos, tipos de crimes etc.). Demonstrando, mais uma vez, que o passado japonês estruturado em uma narrativa uníssona e estável não pode ser questionada, sob risco da lei ser usada contra quem ousar interferir. Isso nem sempre se concretiza, mas a relação desigual de forças que impõem uma censura faz com que muitos historiadores prefiram não estudar esta temática. O levantamento feito pela *Network of Concerned Historians*¹⁴⁷, que tem o objetivo de denunciar e arquivar registros sobre casos de censura ao trabalho de historiadores por fins políticos e/ou ideológicos coordenado por Antoon De Baets, mostra que no Japão todos os casos de perseguição e censura a historiadores estão ligados a discussões sobre os crimes de guerra ou bomba atômica.

¹⁴⁶

Disponível

em:

<https://news.cgtn.com/news/3d3d514e7a676a4d31457a6333566d54/share_p.html%20%20John%20Magee>

Acesso em 02/08/2020

¹⁴⁷ Disponível em: <<http://www.concernedhistorians.org/content/le.html>> Acesso em 0/08/2020.

É preciso destacar, também, que Harold Timperley (1938), jornalista estadunidense, cobrindo a China em 1937, registra por telegrama a situação vivida pelos chineses em Nanquim no momento da invasão japonesa neste ano. Ele publicou em 1938 o livro “What War Means”, no qual apresentava entrevistas, sua percepção e alguns documentos que conseguiu obter para falar desse período. Estas versões recentes do massacre, principalmente no Ocidente, foram levadas ao esquecimento com o advento da Segunda Guerra Mundial (corroborando com a teoria de Umberto Eco e Marilyn Migiel (1988), de forjar o esquecimento ao substituir uma narrativa por outra) e posteriormente a descoberta do Holocausto. No entanto, argumenta Chang (1997), que conforme a Europa foi se estabilizando, os conflitos sociais na China foram minorando, e assim foi possível começar a ter outras visões mais amplas do ocorrido em Nanquim.

Em 1965 o soldado japonês Ikkaku Shimono (1966) publica o livro: “A Verdade da Estratégia de Nanking - Registro de Guerra da Sexta Divisão de Kumamoto”. No livro em que fala “a verdade”, a única possível, na sua visão, descreve os crimes de Nanquim como banalidades da guerra e defende a teoria de que os chineses eram ainda mais cruéis. Este é um caso em que a memória interfere e traz questionamentos a historiografia, não só memórias subalternas, mas memórias que tentam legitimar e justificar atrocidades recalcadas, silenciadas e anistiadas. Essas memórias quando retornam à arena pública mobilizam historiadores a reagir e a complexificar o debate

Tomio Hora (1982) publica um livro, em 1967, sobre o chamado “concurso dos 100”, no qual dois soldados japoneses teriam competido para ver quem matava 100 chineses primeiro em Nanking. Tal história, que mais parecia uma lenda espartana, acabou sendo confirmada por Hora através de entrevistas e registros deixados por soldados e oficiais sobre os dias em Nanking. Tal evento foi questionado de diversas formas, uma delas alegava que o concurso não ocorreu e era mentira. Esta visão completamente negacionista era liderada por historiadores como Hata (2018). Outros historiadores mais conservadores diziam que se tratava de um ato isolado, sem ampliação geral desta prática para outros casos, sendo assim, não tratar-se-ia de um massacre, mas de um desvio de conduta de dois soldados, em meio a combatentes íntegros que haviam lutado bravamente em um contexto de guerra, em que a lógica é matar ou morrer, desta forma não teriam cometido crime algum.

Esse argumento é facilmente desconstruído por ser uma mentira, sem sustentação ética ou empírica. As filmagens (mais de uma hora) realizadas pelo missionário estadunidense John Magee e divulgados em 1946 para o mundo inteiro a partir da atuação do TMFE e do Tribunal

de Nanquim trazem elementos suficientes para comprovar que não se tratavam de ações isoladas. Isso, sem mencionar as inúmeras outras fontes de testemunhas deste processo. Nestes julgamentos, entre outros condenados, os soldados do concurso dos 100 foram mortos depois de serem criminalizados perante o juiz do tribunal.

Em seu livro intitulado: “Nankin Jiken¹⁴⁸”, Hora (1982), refuta as teses negacionistas do massacre. Baseando-se em fontes chinesas e japonesas estabelece uma narrativa contundente em demonstrar os atos de crueldade deliberadamente praticados pelo exército e soldados japoneses, nos quais as autoridades não só sabiam da existência deles, como incentivavam ou ignoravam sua existência anuindo o que estava sendo feito. Esta percepção do passado japonês foi muito bem aceita na China, na qual as marcas são diferentes dos casos das escravizadas sexualmente. O estigma da sobrevivente que foi abusada sexualmente é completamente constrangedor na sociedade, torna-se muito mais difícil de se obter testemunhos. Ver a morte de pessoas de forma brutal, o estupro acompanhado de morte gera revolta, e com isso pode-se denunciar como uma forma de redenção de expiar o mal afligido por um senso de justiça que está no ato de narrar a dor alheia que foi observada. Uma certa desculpa (no sentido de tirar a culpa) por não ter impedido a morte ou violência extrema de alguém (LIFTON, 1967).

Tokushi Kasahara (1997) é um historiador conhecido por suas pesquisas contundentes sobre o Massacre de Nanquim, iniciadas na década de 1980. O autor estima que tenham sido mortos, mutilados e estupradas mais de 100 mil pessoas (talvez o dobro, uma vez que a mesma imprecisão citada para o caso de exploração sexual se encaixa aqui) em um período de 6 semanas.

Kasahara (1997) foi acusado por Ikuhiko Hata (1998), o mesmo historiador negacionista-revisionista com relação aos crimes de exploração sexual, de falsificar uma imagem. Ocorre que Kasahara (1997) havia retirado uma imagem de um álbum e colocou a mesma legenda contida nele, sem apurar a informação. Hata, com um discurso objetivista e empirista, acusa-o de falsificador. A editora de Kasahara suspende a publicação do livro, pede desculpas, confecciona uma errata e só então torna a vendê-lo (KASAHARA, 1997). Hata atua no campo da objetividade quando lhe favorece, quando descobre incongruências que desestabilizam narrativas que defendam a perspectiva construída em cima de Sadako Sasaki. Ele busca constantemente desmoralizar e profanar biografias com o intuito de fortalecer sua argumentação. O discurso da empiria é apenas uma fachada científica em que se esconde para

¹⁴⁸ Título original: “Massacre de Nanquim”.

definir o que vale e o que está eliminado, quanto a fonte, o que é ideológico e articulação comunista, e o que é a defesa da verdade, mesmo que isso implique defender criminosos de guerra ignorando a existência das factuais referenciadas por inúmeras fontes.

Debates acalorados, muitos deles travados de forma injusta, com manipulações de fontes e alterações de citações para corroborar ideias maiores. Isso fica evidenciado nos debates realizados por Shudo Higashinakano (1998) e a jornalista estadunidense de ascendência chinesa: Iris Chang (1997) sobre o Massacre de Nanquim. Shudo Higashinakano manipula as fontes a fim de desmentir Chang, que publicara seu livro alguns meses antes, em 1997. Tratava-se de uma busca pela desmoralização acadêmica do seu "inimigo" sob argumentos técnicos: o mau uso de fontes, datações incorretas, contextualizações incertas etc. Shudo Higashinakano, é um historiador formado, com mestrado e doutorado na área, professor universitário de história intelectual na *Asia University of Japan*. E, no entanto, sua área de atuação é história intelectual alemã. O fato que fez com que migrasse seu interesse pelo Japão da Segunda Guerra Mundial é quando percebe ter o passado imperial nipônico, que deveria estar assentado sob os pilares da honra e valentia, confrontado por narrativas que demonstram (objetiva, factualmente e eticamente posicionadas) as atrocidades mais esdrúxulas possíveis: o estupro e mutilações, enterramento de pessoas vivas etc.

Higashinakano foi processado e acabou sendo condenado por fraudar propositalmente as narrativas sobre o passado e caluniar uma testemunha do Massacre de Nanking em seu livro (HIGASHINAKANO, 1998). A vítima havia sido filmada pelo missionário católico e exercia seu ativismo destacando e comprovando seu lugar de fala. Shudo vocifera contra a vítima, dizendo ser mentira ser ela naquele vídeo, sem nenhum critério para tal. A vítima, que era chinesa, entrou com um processo na Suprema Corte Japonesa que condenou Higashinakano a pagar uma indenização de quase 40 mil dólares (ASKEW, 2004). O valor alto se deve a difusão que ambos os livros tiveram, tanto de Chang quanto de Higashinakano, provavelmente isso se deve as atenções voltadas para à China em grande crescimento econômico e a tentativa de estabilização política depois das manifestações intensas de 1989 (ASKEW, 2004).

Essa tensa relação entre a verdade factual e o negacionismo, sempre, esbarra nos limites éticos de condução da pesquisa histórica pelo historiador. Essa migração de área, por si só, não significaria um embate entre a história leiga e a história acadêmica, no entanto o seu *modus operandi* leva a concluir que isto acaba ocorrendo. Uma vez que é nesta seara discursiva que fica desvelado que as matrizes disciplinares que discutem apenas as objetividades, as análises de fontes e afins não dão conta de responder os limites éticos e o respeito a vida humana. Fontes

históricas nos trazem a objetividade do fato, negá-las não pode ser **APENAS** um ato narrativo, é preciso, para isso, um contexto comprobatório do contrário para que a narrativa falseadora seja construída. O que Higashinakano faz é apenas a negação a partir de um discurso objetivista e acusatório, colocando todas as evidências encontradas em xeque, afinal elas afetam diretamente a sua visão do estável e glorioso passado japonês.

Tanaka (2001), renomado historiador japonês, tem uma de suas primeiras publicações, na década de 1980, abordando o tema das mulheres de conforto sob uma ótica de denúncia, uma vez que tal assunto no ambiente acadêmico ainda era incipiente. Seu livro (TANAKA, 1993) sobre os crimes japoneses cometidos na Oceania é um exemplo claro de uma tentativa de denunciar esse passado silenciado e, sobretudo, pleitear uma função para os intelectuais: a de questionar a conformação do passado e o *status quo*.

No entanto, como aponta Saburo (2000), após a reforma educacional de 1947 (gerida pelos EUA) uma das características centrais da universidade japonesa é a internacionalização. Diversos estudantes estudam no estrangeiro e retornam ao Japão, da mesma forma que muitos estrangeiros vão para o Japão estudar, sendo assim, o intercâmbio intelectual é uma das práticas mais recorrentes nas universidades japonesas.

Tanaka foi um dos primeiros intelectuais a enfrentar o problema de falar sobre a bomba atômica historiograficamente e militantemente sem ignorar os crimes de guerras cometidos pelo Japão. Tal questão pode ser percebida no livro organizado por Tanaka e Young (2010), nos quais os artigos que compõem a obra realizam uma densa discussão sobre o bombardeamento contra populações civis, sejam eles praticados pelo exército japonês, seja a bomba atômica. Em uma situação comum, se pensarmos em outras culturas historiográficas, não haveria por que existir um dilema entre estabelecer uma lógica de complexidade e balanceamento entre um estudo crítico de eventos cruéis, seja o Japão na função de vítima (bomba atômica, no caso) ou na função de algoz (o massacre de Nanking, no caso).

Isso se faz peculiar no Japão devido àquilo que Sato (2012) chamou de peculiaridades da historiografia do leste asiático, na qual o papel que a historiografia assumiu neste continente é semelhante ao Ocidente, a partir do século XX: de crítica ao *status quo*. O diferencial que deve ser destacado é a capacidade de a historiografia intervir no debate na arena pública. Por mais divulgação midiática que se tenha, seja o ensino primário, seja nos livros didáticos (SATO, BOOTH e MATTHEWS, 1995) a história recente do Japão, de modo geral, não é pauta de estudos, considerando que o que deve ser estudado em história na escola é o “passado longínquo”, morto e superado (NOZAKI, 2008). O caso de Saburo deixa isso evidente.

Essa questão traz uma discussão sobre a importância que a historiografia assume na sociedade japonesa. A historiografia japonesa, em geral, conforme afirma Okamoto (1993), tende a voltar suas discussões para um passado distante, normalmente atrelado ao passado medieval japonês. Dentro do escopo de análise, questões que envolvem o processo de invasão estadunidense no Japão no século XIX, passando pela Segunda Guerra Mundial e chegando a eventos ainda mais recentes, ocupam pequenos espaços nos departamentos de história do Japão, porém, vale ressaltar, não são inexistentes.

Uma peculiaridade importante a se destacar é a presença de muitos historiadores negacionistas em universidades, o que torna o debate mais complexo devido a legitimidade e liturgia do cargo em torno do que é falado. No entanto, pesquisas por temáticas mais contemporâneas, embora mais marginalizadas estão em fase de grande crescimento. Muitas delas motivadas por patrocínios e incentivos estrangeiros (como a coleção da Oxford sobre escrita da história que abarca diversas discussões sobre a Ásia) e na atuação de intelectuais estrangeiros como professores e pesquisadores no Japão, é o caso de Philip Seaton (2010), da Hokkaido University e Robert Jacobs (2016) da Hiroshima City University, entre muitos outros, que tem como seu foco de estudos questões que envolvem a memória traumática do Japão do pós-guerra. No próximo tópico analisarei a historiografia dos EUA, e lá será possível perceber uma quantidade enorme de historiadores descendentes de japoneses que se dedicam a estudar fortemente esse período contemporâneo do Japão.

Essa correlação de forças entre a pesquisa acadêmica – que busca compreender os meandros de um presente fragmentado e dilacerado – e uma tentativa de conformação historiográfica de se estudar o passado como um fim em si mesmo, distanciado do presente e que em nada tem a influenciar é a tensão que deve-se compreender. Desta forma, intelectuais que decidem além de academicamente estudar esse passado recente, vão para as mídias, para movimentos sociais e estabelecem relações com intelectuais de outras partes do globo, difundindo suas pesquisas e suas demandas sobre uma tentativa de reconciliação com esse passado, e contribuem para aquilo que Yosef Yerushalmi (2017) argumenta, na possibilidade do historiador contribuir com suas pesquisas para produções de outras memórias, mais justas (tanto juridicamente quanto narrativamente em termo éticos).

A atuação de Yuki Tanaka e Ienaga Saburo, por exemplo, são uma das formas de escancarar essas feridas históricas seja para os japoneses, seja para o mundo. Ao falar dos crimes de guerras cometidos pelo Japão, da necessidade de punição dos mesmos e no momento em que politicamente o movimento nuclear vem crescendo no Japão, muitos desses intelectuais

assumem um papel importante na liderança e resistência de parte de uma intelectualidade que nunca conseguiu conceber a produção de uma energia (nuclear) sempre nociva à saúde possa ser uma saída coerente. Tanaka, neste caso, é o exemplo mais claro de inconformação com o passado japonês.

Até aqui procurei realizar uma incursão a elementos teóricos capazes de permitir a compreensão do processo de conformar o passado a partir de experiências históricas possíveis de serem interpretadas com relação ao passado japonês após a Segunda Guerra Mundial. Para isso, foi necessário fazer uma discussão sobre como a historiografia japonesa do pós-guerra se constituiu, suas nuances e alguns estudos de casos para compreender como o passado japonês é conformado, moldado por um discurso oficial (incluindo historiadores que pretendem proteger o *status quo*) e alargado, deformado por uma historiografia heterogênea, mas atuante.

Se a história, como Certeau (1982) apontava, é uma espécie de sepultura, o que nos cabe, enquanto historiadores, é a tentativa de elaborar este luto, de vingar os mortos, nos termos benjaminianos, tentando permitir que a relação das sociedades com seus passados traumáticos não seja mediada pelo trauma ou pelo seu caráter insuperável. A partir desta perspectiva a história poderia ajudar a exorcizar o passado, demonstrando que as tentativas das narrativas oficiais, totalizantes são, em sua essência, favorecedoras da desigualdade, com cunho forte de afirmação de identidade e negação da alteridade. Essa exorcização do passado permite uma cisão entre passado e presente, fazendo com que o “passado que não passa” passe, tornando-se algo constitutivo do presente, mas não o presente por excelência.

Há uma naturalização da distância entre passado e presente – uma ideia natural de que eles são separados, ninguém sabe onde começa e onde termina, mas é uma ideia de que eles estão separados, como se o historiador não criasse isso, ele apenas vê a distância. No entanto, é preciso destacar, que para Certeau (1982) a história não só analisa essa distância, mas a cria. Como uma forma de perlaboração, a história ganha um “sentido etnológico e quase religioso do termo, a escrita representa o papel de um *rito de sepultamento*; ela exorciza a morte introduzindo-a no discurso. (CERTEAU, 1982, p.106 – grifo do autor). Como forma de marcar o passado, de criar um distanciamento, a história e sua função simbólica, por entremeio da linguagem, enterra os mortos e busca dar sentido ao presente a partir do sepultamento destes.

Os casos estudados até aqui (as obras de Nakazawa, por exemplo), sobre a inconformação com o passado japonês do pós-guerra apontam elementos importantes para promover essa “sepultação do passado”, uma tentativa de mostrar que para elaborar um luto a historiografia necessita realizar um profundo trabalho de destotalizar os eventos do passado

centralizados em torno de uma narrativa única. Necessita-se de uma compreensão não maniqueísta deste passado e de uma produção analítica crítica que demande por justiça aos mortos, na mesma medida que demande punição aos culpados. Segundo Pereira (2015), não há elaboração de luto sem que a justiça haja com rigor contra os criminosos (sejam eles os representantes do Estado ou parte da população civil).

Para Berber Bevernage (2015) o presente aponta para elementos do passado que não foram elaborados e por causa disso geram problemas dentro do seu próprio contexto. Segundo o autor acima, esses elementos não elaborados tornam-se parte constitutiva do presente, sendo praticamente inviável a construção de uma nova temporalidade e de uma relação saudável com o passado, quando não se permite ver o passado com algo que passou e que suas feridas já cicatrizaram e pode-se seguir em frente. Desta forma, o problema não é mais o “passado”, mas sobretudo sobre como o presente vai lidar com isso.

Pensando que o tempo é uma questão política (OSBORNE, 2011) as narrativas oficiais sobre a bomba atômica tentam realizar uma espécie de superação do passado por meio do silenciamento. Neste sentido, para a história oficial japonesa a bomba atômica já passou (quando se trata de apontar culpados), não faz parte do presente, porém é presente quando é utilizada para justificar ações políticas claras de proteger determinada elite política. Algo semelhante ocorre com relação ao senso comum sobre a escravidão no Brasil, em que o discurso afasta o presente do passado nefasto, mas presentifica-se para justificar (de forma naturalizada) a segregação e exploração dos negros dentro de uma estrutura racializada (ALMEIDA, 2018). No entanto, a ausência de uma elaboração deste passado no presente, por mais silenciado que ele seja, sempre emergirá causando tensões que só poderão ser resolvidas através do exercício do poder, no estabelecimento de políticas do tempo insensíveis a questões pendentes do passado, tornando terra arrasada toda e qualquer tentativa de reconciliação com esse traumático, ou no mínimo doloroso, passado.

Ao estabelecer a ideia de que Sadako Sasaki é o único tipo de memória pública possível de um sobrevivente da bomba atômica, o Japão utiliza-se da noção estranha de “filosofia oriental” para justificar a ausência de demanda por punição aos EUA (os responsáveis e perpetradores da bomba atômica) nas memórias de seus sobreviventes. Para Jacques Ranciere (2010) em todas as sociedades há um tempo tomado como normal, esse tempo é um tempo em que os grupos dominantes o usam para realizar formas de dominação e controle. Porém, esse tempo dominante não é o único tempo possível, existem diversas temporalidades e formas de perceber o tempo. Esses ritmos temporais e formas de perceber o tempo, nos quais o autor

supracitado formula a partir das noções de utopia e heterotopia em Foucault, permitem compreender que a relação estabelecida entre a forma dominante de organização temporal e as outras formas existentes se dá por meio de um jogo de poder e conflitos simbólicos, na qual a história oficial é uma das grandes agentes que contribuí na conformação desse *status quo*.

Isso deixa evidente que as feridas históricas sobre o passado japonês expostas por determinados sujeitos ou instituições sociais analisadas nestes textos permitem não só a compreensão de formas possíveis de questionar a conformação do passado recente japonês, mas também de possibilidades de entender que toda tentativa totalizante do passado impede qualquer possibilidade de conciliação com o mesmo, impedindo uma possível elaboração e um eterno silenciamento de eventos tão importantes para compreensão da essência do ser humano, como no caso estudado, a criação e uso de um artefato que poderia/pode extinguir a humanidade: a bomba atômica.

Evento de tal magnitude que, segundo Crutzen e Stoermer (2000), a partir da eclosão da bomba atômica definitivamente a Terra inaugurou uma outra era geológica, na qual é denominada de antropoceno. Esse período geológico que se localiza como o último do quaternário é considerado como a época de domínio humano do planeta (iniciada com a Revolução Industrial), nas quais ele conseguiu intervir nos processos mais profundos da estrutura geológica da Terra, desde a formação de rochas até novos minérios. A humanidade alcançou a escala geológica de ação no planeta, com processos irreversíveis. Tudo isso, entre outros, catalisado pelo uso de elementos radiativos que intervém na dinâmica da Terra de maneira devastadora, como no caso da fissão de urânio utilizado na bomba atômica.

Por isso, a historiografia japonesa sobre a bomba atômica não pode ser percebida dissociada do seu dilema maior que é mensuração entre vítima e algoz na qual as demandas de memória impõem a história. Neste embate, os historiadores eticamente engajados estabelecem uma resistência e atuação capazes de sepultar e vingar seus mortos, algo que é, muitas vezes, visto como um desfavor por parte do Estado e da história oficial.

4.2) Erramos? De quem é a culpa? A historiografia estadunidense sobre a bomba atômica

Armas nucleares, hoje, são elementos que fazem parte do mundo contemporâneo. Embora invisíveis aos olhos da maioria dos seres humanos, é sabido da sua existência e sabe-se que elas representam perigo, caso sejam utilizadas. Embora essa noção de perigo seja ampla, com maior ou menor grau, em geral, aprende-se a conviver com a ideia da existência de armas que colocam o futuro da humanidade em evidente perigo de extinção. Tal herança simbólica

está arraigada ao final de um dos eventos mais marcantes do século XX: a Segunda Guerra Mundial. Durante o desfecho de um dos maiores conflitos do século XX, deu-se a inserção de um dos eventos-chave para o entendimento deste período que foi o lançamento das duas bombas atômicas sob as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, em 6 e 9 de agosto de 1945, respectivamente.

Neste tópico busco compreender as narrativas historiográficas e as disputas políticas e ideológicas envolvidas na historiografia estadunidense que se dedicam a estudar a bomba atômica. Meu foco principal nesta parte do texto é elucidar como se deu, em uma historiografia tão heterogênea como a estadunidense, a construção de uma narrativa histórica oficial sobre o passado e como diferentes setores da sociedade, principalmente historiadores contrários a essa postura reagiram ou propuseram novas narrativas.

Faz-se necessário destacar que a historiografia global sobre esta questão é controversa e carregada de disputas políticas e ideológicas. Uma das discussões mais contundentes no século XX sobre a bomba atômica ocorre no limiar da Guerra Fria e por ela perpassam até a fatídica data de 1995, quando fazem exatos 50 anos do lançamento das bombas atômicas, e ganham novo vigor nos primeiros anos do século XXI.

A primeira questão central a ser apontada é a compreensão de que a historiografia estadunidense sobre a bomba atômica inicia sua produção de duas formas: 1) militares ou seus apoiadores ainda nas décadas de 1940 até a década de 1960 (quando as tensões no Vietnã mudam os rumos dessa discussão), em geral louvando o advento científico e defendendo o discurso de Truman (de que a bomba atômica teria salvado mais vidas de estadunidenses); 2) uma intelectualidade engajada a denunciar a bomba atômica como um crime e postular projetos urgentes de desarmamento nuclear.

No primeiro grupo destaca-se a produção de Hebert Feis (1961). Defensor voraz da atuação dos EUA na Segunda Guerra Mundial, e principalmente da necessidade de se utilizar a bomba atômica para salvar vidas americanas. Aqui inicia-se uma argumentação que será fruto de muita discussão historiográfica posteriormente: negar a importância da invasão soviética ao Japão para a rendição dos mesmos e, ao mesmo tempo, justificar que a rendição da guerra só aconteceu por causa de duas bombas atômicas e com a ameaça de uma terceira. Ou seja, constrói-se um discurso do Japão como um país cruel, vil e inconsequente incapaz de ter um ato de hombridade e não expor seu povo a tamanha destruição. Feis (1961) não nega a destruição causada pela bomba atômica, apenas considera-a justificada, pois essa salvaria vidas

de soldados estadunidenses em caso de uma invasão por terra. Esse argumento sobre a equação de vida, ou eles ou nós, deixa evidenciar que a bomba atômica é tratada como uma necessidade, um “mal necessário”.

Em contrapartida, em uma visão crítica desta postura encontra-se William Appleman Williams (1959). Historiador das relações internacionais dos EUA no século XX, pertencente a um grupo de intelectuais de esquerda que depois viria a ser chamado de *New Left*, Williams (1959), embora sem se aprofundar muito no tema, defende a ideia de que a bomba atômica foi utilizada com o objetivo de intimidar a URSS e não precisar dividir o Japão em zonas de interesse, como na Alemanha e na Coreia.

Quero destacar que essa historiografia inicial também reage a perguntas latentes da memória pública sobre o evento. Os relatos do jornalista Jersey (2020) e de Takashi Nagai (1959) já havia cruzado o Pacífico e trazido à tona os horrores acontecidos em Hiroshima e Nagasaki. Nesse contexto a pergunta a ser respondida era: “por que jogamos as bombas atômicas? Era necessário?”. Os dois historiadores citados fazem parte de um movimento maior, com outros intelectuais envolvidos, vou me restringir a citar estes dois pois são os que mais se dedicaram a pensar aspectos fundamentais sobre a bomba atômica.

Williams (1959), assim como outros intelectuais da década de 1960, se vê imbuído na necessidade de responder e resistir as demandas de uma memória culpada em constante repetição, parafraseando Aleida Assmann (2011), na arena pública estadunidense. Essa memória precisa de uma autoafirmação, de justificativas plausíveis para aquilo que a sua concepção de certo e errado estabelece. Lifton e Mitchell (1996) argumentam que essa memória culpada é capaz de qualquer articulação para reafirmar uma postura de inocência, chegando a radicais ainda maiores como a alocação do algoz como vítima (JACOBS, 2016).

Em uma analogia, pode-se dizer que a memória culpada é aquela em que inconscientemente sente-se responsável pelo crime, porém por se tratar de um ato bárbaro é preciso negar e lutar com todas as forças para justificar tais ações, com o medo de conviver com a reputação de criminoso. Isso pode ser visto nas memórias feitas do Paul Tibbets (1978), o piloto do Enola Gay, que em todo o momento não admite um resquício de arrependimento ou culpa. Gunther Anders (2012), ao problematizar o diário do piloto, em tom reflexivo, deixa evidenciar que provavelmente a estratégia de Tibbets é poder conviver com a atrocidade feita, mesmo que sequer soubesse, como alguma precisão, o que realmente a bomba atômica causou de danos.

Em 1955, a partir da organização internacional de intelectuais, principalmente físicos arrependidos de participarem da bomba atômica ou contrários ao seu uso militar, em virtude do caso do “Dragão da Sorte 5” dois anos antes, organizam um manifesto contundente contrário as armas nucleares que estabeleceu um novo padrão na luta antinuclear no EUA e Europa. Essa conferência em que cientistas e intelectuais se reuniram, sob a batuta de Bertrand Russell, lançou um manifesto poderoso e contundente o qual transcrevo abaixo. A tradução do manifesto foi feita por Fernando Barros (2005):

O manifesto Russell-Einstein

Na situação na qual se encontra a humanidade, acreditamos que os cientistas devam realizar uma conferência sobre os perigos que surgiram com o desenvolvimento de armas de destruição maciça, com o propósito de considerarem uma resolução, cujo escopo é proposto em anexo. Falamos nessa ocasião não como membros dessa ou daquela nação, continente ou crença, mas como membros da espécie biológica dos Homens, cuja sobrevivência é duvidosa. O Mundo está repleto de conflitos; mas, sobrepondo-se a todos, paira a tremenda confrontação entre comunismo e anticomunismo. Quase todos que são politicamente conscientes têm fortes sentimentos sobre esta questão central e suas consequências; mas é nosso apelo que ponham de lado esses sentimentos e que todos se considerem apenas como membros de uma espécie biológica com uma história espetacular e cujo desaparecimento nenhum de nós poderia desejar. É nosso propósito não emitir qualquer conceito cujo sentido tenda mais para um grupo do que para o outro. Todos, igualmente, estão em perigo, mas, se o perigo for compreendido, existe a esperança de que, juntos, possamos evitá-lo. Teremos que aprender a pensar de modo diferente. Não deveremos perguntar sobre quais os meios nos levariam a uma vitória militar, qualquer que seja o lado que preferimos, porque esses recursos não existem mais; a questão que deveremos fazer para nós mesmos é: como poderemos evitar o conflito militar cuja consequência seria o desastre para todos? O público em geral, mesmo pessoas em posições de autoridade, não dominam o significado da participação de uma guerra com bombas atômicas. Elas ainda pensam que cidades poderiam ser devastadas e reconhecem que as novas bombas são mais poderosas. Assim, se a bomba atômica pôde devastar Hiroshima, a bomba H poderia ser capaz de arrasar cidades maiores como Londres, Nova Iorque e Moscou. Não é posto em dúvida que em uma guerra com bombas de hidrogênio, grandes cidades seriam arrasadas. Mas essa seria uma das suas menores consequências. Se todos que vivem em Londres, Nova Iorque e Moscou são exterminados, o mundo poderia, em alguns séculos, ser recuperado do golpe. Mas sabemos agora, especialmente desde o teste nuclear de Bikini, que os efeitos dessas novas bombas nucleares atingirão, gradualmente, áreas bem maiores do que as previamente supostas. Afirmamos que as bombas que estão sendo produzidas agora são 2.500 vezes mais poderosas do que aquela

que arrasou Hiroshima. Uma bomba de tal porte, explodindo perto do solo ou d'água, envia partículas radioativas para a parte superior da atmosfera. Essas partículas se depositarão vagarosamente, caindo na superfície terrestre sob a forma de poeira ou de chuva mortíferas. Foi essa deposição que infectou os pescadores japoneses e sua pesca. Ninguém conhece qual o alcance da difusão dessas partículas, mas as autoridades mais competentes concordam unanimemente que uma guerra com bombas H poderia ser o fim da espécie humana. Existe o temor de que haveria aniquilação global se muitas bombas H fossem utilizadas; a morte seria rápida apenas para uma minoria; para a maioria, seria uma lenta agonia de enfermidades e de decaimento físico. São muitos os pronunciamentos de cautela de cientistas eminentes e de autoridades em estratégia militar. Nenhum deles afirma que o pior cenário acontecerá. O que é dito é que são consequências possíveis, e que ninguém tem certeza do que ocorreria. Não constatamos que as expectativas desses especialistas dependam, em qualquer grau de intensidade, de ideologias ou preconceitos, sendo resultantes do conhecimento específico sobre essas armas. Verificamos que quanto maior é o conhecimento científico da pessoa, maior é o seu pessimismo. Eis aí, portanto, o dilema que apresentamos sem nuances, inquietante e inescapável: vamos acabar com a espécie humana, ou vamos renunciar à guerra? Mas não se enfrenta este dilema por ser tão difícil abolir a guerra. Eliminar a guerra implica em duras imposições à soberania nacional. Mas o que talvez impeça muito mais essa superação é que a palavra "humanidade" soa distante e abstrata. As pessoas dificilmente concebem que o perigo alcançaria elas próprias, filhos e netos, mas apenas uma difusa e longínqua humanidade. Elas dificilmente concebem a realidade do perigo iminente como indivíduos, assim como também para aqueles que mais prezam, de perecerem de forma tão terrível. Assim, apenas se espera que, talvez, a guerra possa continuar existindo se essas armas são proibidas. Essa esperança é ilusória. Qualquer acordo estabelecido em tempo de paz, contrário ao uso das bombas H, não seria respeitado assim que o conflito fosse deflagrado. Os dois campos iniciariam a construção dessas bombas, porque a violação unilateral levaria inevitavelmente à vitória. Se o acordo do uso de armas nucleares for parte da redução geral de armamentos, não seria alcançada a solução derradeira, mas certamente contribuiria para propósitos importantes. Primeiro, porque qualquer acordo Leste-Oeste estaria na direção desejável de aliviar a tensão atual. Segundo a eliminação das armas termonucleares, na eventualidade de cada lado acreditar que o outro está atuando com sinceridade, reduziria o medo de ataque súbito no estilo Pearl Harbor, expectativa que tem contribuído para o estado geral de apreensão dos dois lados. Devemos, portanto, manifestar que tal acordo seria bem-vindo, embora sendo apenas o primeiro passo. Como maioria dos signatários, fica aqui expresso o sentimento de neutralidade, e, na condição de seres humanos, se declara que se as questões entre o Leste e o Oeste forem decididas de modo a conseguir o reconhecimento satisfatório de qualquer cidadão, seja comunista ou anticomunista,

européu ou asiático, branco ou negro, haveria uma solução sem a guerra. Deseja-se que isso seja plenamente entendido nos dois lados. Perante nós, se assim optamos, haveria como contribuir para o progresso e a felicidade, o conhecimento e a sabedoria. Deveríamos, ao contrário, optar pela morte, por que não podemos esquecer nossas disputas? Apelamos como seres humanos a seres humanos: Lembrem-se de sua humanidade e esqueçam o resto. Se assim for feito, teremos aberto o caminho do Paraíso; se isso não for possível, nada restará a não ser o risco da aniquilação total.

Resolução: Convidamos esse Congresso, e, em seu nome, a todos os cientistas e ao público em geral, a endossarem a seguinte resolução: Cientes da constatação de que em uma eventual guerra mundial armas nucleares serão certamente utilizadas, ameaçando a existência da humanidade, conclamamos os governos que aceitem, e que reconheçam publicamente, que os interesses de estados não podem ser alcançados militarmente; instamos, conseqüentemente, que busquem meios pacíficos para a negociação das questões em pauta.

Max Born, Percy W. Bridgman, Albert Einstein, Leopold Infeld, Frederic Joliot-Curie, Herman J. Muller, Linus Pauling, Cecil F. Powell, Joseph Rotblat, Bertrand Russell, Hideki Yukawa

Percebe-se, neste clamor pelo fim das armas nucleares uma referência direta ao caso de Hiroshima e Nagasaki. O evento-limite-possível é construído a partir de discursos como esse, em que o medo da extinção humana é uma realidade. A famosa frase atribuída a Einstein sobre a vida após uma terceira guerra mundial seria com paus e pedras, devido as conseqüências de uma guerra nuclear, não se sabe se foi proferida ou não. No entanto, o manifesto sublinha-se neste sentido. Ele é publicado meses antes da declaração de guerra no Vietnã, em 1955 e menos de dois anos após a Guerra da Coréia (1950-1953). Esse discurso unificou pautas políticas diversas em manifestações contrárias as armas nucleares. Estas não clamavam, necessariamente, por uma revisão na postura oficial dos EUA sob o lançamento das armas atômicas, mas focavam em uma ideia de Nagasaki e Hiroshima poderia ser só o começo de uma nova era, a Era Nuclear (GERSON, 2007).

Reagindo a esse movimento, inaugurado por Williams (1959) e sensibilizado pelas guerras supracitadas, nas quais a ameaça nuclear era uma realidade evidente, muitos intelectuais da *New Left* começam a pensar sobre a bomba atômica. Até aqui, é preciso notar, praticamente ninguém – no campo da historiografia estadunidense – está se dedicando a pensar na visão do brilho de mil sóis e entender o sofrimento e as conseqüências ao povo japonês. Num claro exercício de recalçamento da culpa, a estética do cogumelo atômico toma conta da produção historiográfica e gira em torno de como e porque os EUA jogaram a bomba atômica. Uma

discussão eminentemente teórica e política, muito mais interpretativa do que, como no caso japonês, factual. Retornarei a esse ponto a seguir.

Uma ressalva importante, é que boa parte da historiografia especializada dos EUA tende a chamar os historiadores ligados a vertentes de esquerda ou críticas da visão oficial como “revisionistas”. Partindo da premissa de Enzo Traverso (2018) de que embora extremamente polissêmico, o conceito de revisionismo tem um tom pejorativo, enquanto o ato de revisar é algo inerente ao ofício do historiador, não utilizarei este termo ao longo das páginas a seguir, como é feito por boa parcela da historiografia estadunidense. Quando for me referir a historiadores contrários ao *status quo* deixarei isso evidenciado sem que necessite do termo revisionista.

Tal grupo compreende grande parte dos historiadores que se dedicam a falar sobre a bomba atômica neste contexto da década de 1960 até meados de 1980. Nesta seara encontram-se expoentes da *New Left*, como Noam Chomsky (1969) até Gar Alperovitz (1969). Este último inicia suas publicações em 1965, mantendo-se em constante produção até os dias de hoje. Alperovitz é, certamente, uma bibliografia inescapável quando se trata de bomba atômica nos EUA.

A sua tese principal é produzida a partir de uma extensa documentação, entre elas fontes oficiais que comprovavam a autorização de Truman para o lançamento das bombas (e não algo fruto de uma estratégia militar), utilizando, entre outros, o diário do secretário de guerra Henry Stimson para argumentar que as armas nucleares foram um pretexto para demonstrar poder a URSS. Para a historiografia contrária a Guerra do Vietnã, ao longo da década de 1970, esse discurso marcava um espaço importante em demonstrar a crueldade e o sadismo dos EUA em jogar uma bomba desta magnitude em civis como a consciência do ato apenas para intimidar um outro país.

No entanto, aquilo que era fruto de estudos diplomáticos ou esporádicos por parte dos conservadores (alguns negacionistas), ou nos termos de Walker (1990): ortodoxos, tornou-se presença marcante nos temas que envolvem a discussão sobre o passado idealizado estadunidense. Se temas como a Guerra de Secessão, a expansão para o Oeste, a questão indígena e a escravidão eram pautas polêmicas, frutos de discussões historiográficas e políticas intensas, a bomba atômica, dada as devidas proporções, também entra nessa seara. Os livros das áreas psiquiátricas em perspectiva histórica publicados por Robert Jay Lifton (1967) (1996), neste contexto, contribuíram muito para dar a dimensão ainda recalcada das vítimas sobre a

bomba atômica, no entanto seus estudos não surtiram efeitos perceptíveis na historiografia na década de 1960 e 1970.

A Guerra do Vietnã foi um período muito impactante para historiografia dos EUA, sobretudo pelo seu impacto no engajamento de muitos historiadores que outrora não estavam dedicados a pensar temas mais contemporâneos, segundo George Hopkins (2000). Desta forma, esta crise: “sem precedentes, em parte por causa do crescente desconforto com a conduta política externa dos EUA no Vietnã, e em parte por causa do surgimento do debate acadêmico sobre as origens da Guerra Fria¹⁴⁹”. (WALKER, 1990, p.99). Assim, a bomba atômica, neste contexto da década de 1970, é estudada nos EUA para responder o que urgia do presente: “quem começou a Guerra Fria?”.

Neste momento o argumento da linha historiográfica mais tecnicista, dedicada a estudar quais os motivos que levaram a bomba atômica a ser jogada, é construído e, até as primeiras décadas do século XXI existem divergências, mas é um argumento assumido como hegemônico, ou mais correto, segundo Walker (1990). A ideia central é uma solidificação da visão de Alperovitz (1969), com relação ao uso diplomático da bomba atômica, com uma mediação mais conservadora que considera que seu uso foi estritamente militar, no princípio, e político posteriormente. Esta lógica argumentativa tem muitos questionamentos internos que cada historiador irá dar o seu encaminhamento, como por exemplo a ciência de Truman, a busca por atrasar a Conferência de Potsdam para que o teste Trinity já tivesse sido realizado, o número de vidas que as bombas atômicas teriam sido salvas em caso de uma invasão terrestre, a necessidade da segunda bomba atômica (em Nagasaki) entre outras questões. É extremamente negligenciada qualquer discussão sobre a validade da guerra e a plausibilidade de usar armas nucleares contra uma população majoritariamente civil.

Como uma certa reação a produção de Alperovitz (1969), que não foi a única, nem a primeira, conforme descrevo acima, mas extremamente documentada, surgem historiadores que estudavam outras áreas ou outros enfoques anteriormente e se veem imbuídos da responsabilidade de responder e defender sua visão de passado estabilizado e idealizado. Estes tendem a defender ideias próximas a versão oficial do Governo dos EUA, corroborando com seus ideais e objetivos. Normalmente atrelados a um discurso liberal e anticomunista, este grupo é mais homogêneo do que aqueles que se opõem ao seu discurso, formado por poucos historiadores, porém extremamente significativos em termos de difusão e propagação das suas

¹⁴⁹ Texto original: “unprecedented detail, in part because of growing uneasiness about the conduct of U.S. foreign policy in Vietnam, and in part because of the emerging scholarly debate over the origins of the Cold War”.

teses por diversos meios, transcendendo a historiografia e alcançando um público ainda maior através de aparições midiáticas e/ou apropriação de suas ideias pela cultura da mídia.

Muitos desses historiadores são diplomatas ou estudiosos da diplomacia, o que os permite exercerem funções que transcendem a academia, se mantendo, muitas vezes, com cargos consultivos junto ao Governo dos EUA. O grande destaque desse grupo é Robert James Maddox (1973), o qual através de sua militância e combatividade gerou diversos debates acalorados sobre a bomba atômica no limiar da Guerra Fria. Vale destacar que este grupo, em geral, não poderia ser chamado de negacionista, pois não tendem a questionar evidências amplamente comprovadas, ou negar fontes. Questionam, sim, dentro de um discurso objetivista e empirista, a forma como essas fontes são utilizadas, e a interpretação ideológica dos dados, acreditando existir uma historiografia neutra (que deveria ser anticomunista).

Ao analisar o livro de Alperovitz, acusando-o de negligenciar fontes, construindo elipses naquilo que Gar optava por citar para forçar uma conclusão favorável à sua tese. Maddox (1973a) diz que: “O uso de evidências de Alperovitz em toda a Diplomacia Atômica levanta questões perturbadoras. O fato de um acadêmico treinado ter recorrido a essas práticas em um livro que pretende ser um estudo acadêmico é lamentável¹⁵⁰”(MADDOX, 1973a, p.933), e depois de considerar o trabalho de Alperovitz insignificante ele conclui “estudiosos, estudantes e leitores leigos têm sido mal atendidos pelo que só pode ser considerado como uma falha impressionante dos mecanismos críticos dentro da profissão histórica¹⁵¹” (MADDOX, 1973a, p.934).

Essa busca pelos mecanismos críticos da profissão, pelo objetivismo e neutralidade é feita na mesma proporção que os horrores no Vietnã são desvelados ao público, trazendo a necessidade de conformar o passado de forma a não se justificar em atitudes dos EUA qualquer responsabilidade pelo confronto externo. Vale lembrar, como argumenta Marilyn Young (1991), que a Guerra do Vietnã foi compreendida, de maneira generalizante, como uma guerra exógena, assim como na Coreia, em que os EUA interviram para acabar com o conflito. As posturas criminosas na guerra foram apontadas como consequências da Guerra Fria (num espectro de “os soviéticos fazem pior”), portanto era necessário responder: quem começou a Guerra Fria?

¹⁵⁰ Texto original: “Alperovitz's use of evidence throughout Atomic Diplomacy raises disturbing questions. That a trained scholar should have resorted to such practices in a book purporting to be a scholarly study is lamentable”.

¹⁵¹ Texto original: “That such a work, its methodology unchallenged, could have come to be considered a contribution to the historical literature on the period is far more serious. Scholars, students, and lay readers alike have been poorly served by what can only be regarded as a striking failure of the critical mechanisms within the historical profession”.

É importante notar que a historiografia da Guerra do Vietnã oferece pontos importantes para estabelecer uma comparação com relação a produção sobre a bomba atômica. Em ambos os casos têm-se crimes hediondos cometidos pelos EUA contra uma população civil em contexto de guerra. Meu principal argumento que possibilita entender a diferença na proliferação e rapidez com que a busca por uma historiografia que exponha as “feridas históricas” surgiu entre os dois contextos. Essa forma diferente da historiografia lidar com eventos traumáticos da história dos EUA está envolvida relacionada a uma das mais importantes características do evento modernista (WHITE, 1999), afinal, durante a Guerra do Vietnã as técnicas de reprodução mais imediatas, como a televisão e a fita VHS, deram uma outra dimensão ao conflito que era percebido praticamente em tempo real pela população. Isso fica evidente no documentário “Hearts and Minds” dirigido por Peter Davis e divulgado em 1974 (ganhador do Oscar), ainda durante a guerra, mostrando imagens chocantes do confronto.

Os movimentos sociais já engajados contra as guerras, sobretudo de cunho coloniais desde 1960, pelo menos, junto a exibição em tempo real dos horrores gerou, quase que instantaneamente, uma profusão de movimentos, narrativas, arquivos entre outras coisas construídas no ato em que o confronto ia se desenvolvendo. No caso da bomba atômica, é o oposto. É justamente depois de várias décadas que os horrores vão sendo revelados com maior frequência, porém, em virtude de outros confrontos, a pauta por parte dos EUA foi sendo recalçada na tentativa internalizada de justificar-se como a vítima dos soviéticos e do uso das armas nucleares como “mal necessário”.

O presente é que importa mais, ele é quem demanda as emergências de estudo e reflexão. A memória da bomba atômica foi construída na ideia, para grande parte da historiografia estadunidense (incluindo os ortodoxos), de “Hiroshima e Nagasaki nunca mais”, ou seja, uma forma de recalcar os acontecimentos do Japão para impedir novas bombas e atrocidades por parte dos EUA. Por isso é tão importante compreender quem começou a guerra fria, se foram os EUA ou os soviéticos, afinal como compreender este mundo complexo e cruel capaz de após duas bombas atômicas imergirem em diversas guerras, várias delas “guerras sujas”, com uso de armas químicas e afins.

Esse grupo ortodoxo de historiadores, embora atuem (a maioria) dentro dos limites éticos exigidos para uma pesquisa histórica, pensando a partir da proposta de Baets (2009), são muito bem-organizados e possuem um tom acusatório extremamente enraizado na sua escrita, buscando constantemente o combate de ideias entre aqueles que julgam ser seus contrários. Ao se referir ao livro de Alperovitz, o professor da Boston University chamado Michael Kort diz

que: “Depois de um tempo, o amontoado de notas parece um enxame de mosquitos que devem ser eliminados para que se possa chegar ao próprio texto¹⁵²” (KORT, 2007 p.4). Essa forma agressiva para criticar metodologias, práticas de escrita e pesquisa são utilizadas como forma de desvalidar o argumento foram estratégias fartamente utilizadas por Maddox (1973a), que desde a década de 1970 até idos dos anos 1990 se fez presente na historiografia e na esfera pública em defesa de posições que justificassem o uso militar das bombas atômicas. Enquanto o presente se esfacelava em convulsões sociais, historiadores ortodoxos buscavam manter a unicidade do passado. Neste sentido: “fortes metáforas da sociedade foram suplantadas por outras mais fracas. As coletividades imaginadas encolheram; noções de estrutura e poder diminuíram. Visto por seus atos mentais, o último quarto do século foi uma era de desagregação, uma grande era de fraturas¹⁵³” (RODGERS, 2011, p. 3)

Maddox (1995) vai além dos estudos historiográficos tradicionais, e estabelece um cálculo de probabilidade de mortos em caso de uma invasão estadunidense ao Japão, no lugar da bomba atômica. Sua conclusão é que poderiam (sim o verbo é no futuro) morrer muito mais soldados americanos do que morreram japoneses com as bombas. Maddox não só vai negligenciar os impactos da radiação e a possibilidade de extinção da humanidade pelas armas nucleares, como vai estabelecer uma narrativa capaz de defender seu ideal de nação centralizado numa pauta linear do passado, baseada nas ideias de liberdade e democracia, mesmo que para isso tenha ignorado fontes, desvalidado argumentos e acusado outros pesquisadores de emitirem boatos baseados em suas posições ideológicas.

Todo esse exercício de contrafactualidade pode ser entendido como uma necessidade evidente em estabilizar um passado fraturado, bombardeado por uma parcela da historiografia e movimentos sociais antinucleares e pacifistas que eclodiram nas décadas de 1970 nos EUA. Além disso, Maddox é um grande articulador de palavras, com seu discurso empirista, de uso estrito das fontes, da neutralidade do seu trabalho em contrapartida a manipulação e ideologização do trabalho dos “outros”, em especial a *New Left*. Ele consegue defender uma visão de mundo em que o passado não pode ser questionado, que aquilo que Peter Novick (2005) aponta como a primeira função da historiografia, ou seja, a justificação do Estado-Nação

¹⁵² Texto original: “After a while the clutter of notes seems like a swarm of gnats that must be swatted away so one can get at the text itself”

¹⁵³ Texto original: “Strong metaphors of society were supplanted by weaker ones. Imagined collectivities shrank; notions of structure and power thinned out. Viewed by its acts of mind, the last quarter of the century was an era of disaggregation, a great age of fracture”

e suas ações que precisam ser comandadas pelos agentes deste Estado, é incorporada por essa historiografia que faz essa função de defesa, de conservar o passado por autonomia e escolha própria. Com isso: “o papel do historiador objetivista é de um neutro, ou desinteressado, juiz; ele nunca deve degenerar para um advogado ou, pior ainda, propagandista” (NOVICK, 2005, p. 1-2)

É interessante notar, que o livro de Alperovitz (1969) lançado em 1965 foi amplamente traduzido e fora dos EUA e Japão (que fica no dilema entre a não rendição do imperador e a crueldade dos estadunidenses) é o interlocutor da versão mais aceita para explicar os motivos do lançamento da bomba. No Brasil, por exemplo, em plena Ditadura Civil-Militar a Biblioteca do Exército publica um livro de um pesquisador abertamente ligado a movimentos de esquerda. Na “Nota aos Leitores”, em meia página, o livro é saudado como “um arquivo precioso das batalhas da estratégia diplomática ocidental na luta contra a expansão do imperialismo soviético” (ALPEROVITZ, 1969, p.1).

Gar Alperovitz acabou sendo visto de forma ambígua. Para intelectuais mais à esquerda ou críticos da postura estadunidense na guerra, suas ideias são vistas como cruciais pois demonstrou a frieza dos EUA em lançarem um artefato deste tipo contra duas cidades inteiras. Por outro lado, para uma visão anticomunista ele representa o esforço de guerra dos EUA em impedir o avanço soviético, como no caso do Exército Brasileiro. Essa segunda leitura só é possível quando ignora-se a trajetória política e intelectual do autor, atribuindo a ele a pecha daquilo que ele estuda e critica. Neste caso, Gar é apresentado como um anticomunista, quando ele está fazendo uma crítica a essa postura do governo dos EUA frente ao contexto.

Ainda nesta perspectiva, em 1975, o historiador Martin Sherwin publicou o livro: “A World Destroyed: The Atomic Bomb and the Grand Alliance”, no qual seu argumento central é dizer que o principal motivo para o lançamento da bomba atômica, ao contrário do que apontava Alperovitz (1969), era terminar a guerra. Esse argumento permitia compreender, por exemplo, o porquê da necessidade da bomba atômica ser lançada em Nagasaki, uma vez que o Japão não se rendeu depois da bomba de Hiroshima. Analisando os aspectos políticos sobre a decisão de jogar a bomba, Sherwin (1975) é um dos primeiros a mediar a vertente de Alperovitz (1969) com as de Maddox (1973), argumentando que embora o uso da bomba tenha sido um critério militar, Truman ao assumir o governo estabelece uma postura muito mais restritiva com a URSS, o que poderia também motivar ao uso desta arma supracitada. Para ele, fica evidente que a bomba poderia influenciar na política, como pensava o alto oficialato, mas o intuito principal era encerrar a guerra rapidamente e testar aquilo que havia sido produzido por um

altíssimo custo. A centralidade da discussão, agora, não é mais se a bomba atômica era necessária, mas sim os motivos pelos quais ela foi jogada, numa discussão altamente tecnicista, pautada em documentos oficiais dos presidentes, militares e afins. Praticamente não há menção às vítimas, danos, estragos ou qualquer coisa do tipo que não seja uma visão do cogumelo atômico, distante e fria.

Ainda nesta perspectiva tecnicista surgem pesquisadores como Gregg Herken (1981) e Robert Messer (1982), que buscam aprofundar os temas discutidos anteriormente e, com a possibilidade de utilizar novos arquivos (militares, diários de vários políticos envolvidos etc.) na pesquisa que permitiram a eles compreender ainda mais a decisão de utilizar a bomba. Vale lembrar que boa parte da produção historiográfica do contexto girava em torno dessa perspectiva mais tecnicista. Isso não significa que ninguém criticasse o uso da bomba atômica na historiografia estadunidense, porém como boa parte dos historiadores envolvidos nesta temática possuíam outras especialidades ou estavam imbuídos em discussões e demandas mais presentes, como a Guerra Fria, não produziam sobre a bomba atômica em específico. É o caso do historiador marxista Gabriel Kolko (1994).

Em 1985 temos um dos primeiros pontos de virada da historiografia estadunidense sobre a bomba atômica. Até aqui, com a exceção de alguns casos esporádicos e fora do ambiente historiográfico, como, por exemplo, Robert Lifton (1967), praticamente toda a discussão sobre a bomba atômica passava por um debate a respeito da decisão de jogá-la e todas as problemáticas envolvidas nisso. Porém, em 1985 seria o período de rememoração de 40 anos do fim da Segunda Guerra Mundial. Diferentemente de uma década atrás, em que a famigerada Guerra do Vietnã recém havia terminado, seria o ano em questão do momento mais propício para rememorar a guerra.

O ano foi movimentado, o presidente Ronald Reagan celebrou o fim da guerra visitando uma base militar na Alemanha, em março de 1985. A base aérea de Bitburg foi o lugar visitado pelo então presidente, alvo de inúmeras críticas devido ao fato de estarem enterrados ali quase 50 membros comprovadamente nazistas. No seu discurso¹⁵⁴ nesta base Reagan lança mão daquilo que define sua postura política neste contexto: “Há quatro décadas, travamos uma grande guerra para levantar as trevas do mal do mundo, para permitir que homens e mulheres neste país e em todos os países vissem sob o sol da liberdade¹⁵⁵”. E, depois de destacar a

¹⁵⁴ Disponível em: <<http://www.vlib.us/amdocs/texts/reagan051985.html>> Acesso em 02/08/2020.

¹⁵⁵ Texto original: “four decades ago we waged a great war to lift the darkness of evil from the world, to let men and women in this country and in every country live in the sunshine of liberty”.

atuação do exército estadunidense na guerra e ignorar a participação da URSS diz que a “República Federal da Alemanha, a Itália e o Japão estão agora na comunidade de nações livres. Mas a luta pela liberdade não está completa, pois hoje grande parte do mundo ainda está lançado na escuridão totalitária¹⁵⁶”.

Esse tom ameaçador conclama para a luta contra um inimigo poderoso que domina grande parte do mundo, ou seja, assume um discurso em que os EUA são as vítimas e sofrem ameaças dos soviéticos, corroborando com aquilo que Pierre Nora (2008) descreve como a “era da comemoração”, na qual o discurso épico e heroico é adotado num tom comemorativo que busca destacar os grandes feitos, ignorando qualquer tipo de dissonância narrativa com relação a essa memória imputada (RICOEUR, 2007). Essa era da comemoração foi pautada sobretudo por alavancar memórias que não necessariamente fossem falsas, mas sim de perspectivas únicas, como os militares e os políticos. Compreendendo que a historiografia busca responder as questões impostas pela memória, atos comemorativos deste tipo ao mesmo tempo que são importantes para justificar uma narrativa única sobre o passado, que permite evidenciar e mobilizar narrativas dissidentes, proporcionando um debate mais amplo sobre essas memórias que, muitas vezes, é mediado pela historiografia.

É nesse contexto de 1985 que: “o derramamento de livros e artigos sobre o uso da bomba nos últimos anos foi, pelo menos em parte, rondado pelo quadragésimo aniversário de Hiroshima e pela profunda preocupação com as políticas nucleares do presidente Ronald Reagan¹⁵⁷” (WALKER, 1990, p.114). Aqui surgem livros como o de Richard Rhodes (1986), um jornalista investigativo que faz uma exaustiva pesquisa sobre como foi produzida a bomba atômica, sobretudo os bastidores, desde a carta de Einstein até o uso em Hiroshima e Nagasaki. Embora seja altamente focada nas discussões científicas, políticas e logísticas para produzir a bomba, Rhodes (1986) traz em sua narrativa os arrependimentos e questionamentos dos cientistas envolvidos com a produção da bomba atômica, bem como dados e relatos dos danos causados por ela.

Alperovitz (1986), publica uma atualização do seu livro que segue na mesma linha do anterior, com algumas revisões pontuais. No entanto, os trabalhos mais proeminentes e completos sobre a bomba atômica derivam das publicações de John Dower (1986), a partir do

¹⁵⁶ Texto original: “Federal Republic, Italy, and Japan are now in the community of free nations. But the struggle for freedom is not complete, for today much of the world is still cast in totalitarian darkness”.

¹⁵⁷ The outpouring of books and articles on the use of the bomb in the past several years was at least in part purred by the fortieth anniversary of Hiroshima and by profound concern about the nuclear policies of President Ronald Reagan.

seu livro *“War Without Mercy: Race and Power in the Pacific War”* no qual realiza um amplo estudo em fontes asiáticas para analisar como a guerra no Pacífico foi estabelecida e, sobretudo, como a bomba atômica era um ato injustificável sob qualquer escusa possível. Uma vez que sabia-se dos perigos e nocividade da radioatividade, da caótica situação que encontrava-se o império do Japão. Argumenta Dower (1986), que nenhum motivo justo pode ser apresentado como justificava para o uso da bomba atômica a não ser uma prática consciente de extrema crueldade. Sabia-se o mal que estava-se fazendo.

Além disso, Dower (1986) analisa que justificar as atrocidades dos EUA relacionando “apenas” ao que foi feito em Hiroshima e Nagasaki seria negligenciar uma série de outros bombardeios indiscriminados. Neste sentido, em 1945, depois da rendição do Japão: “sessenta e seis cidades, incluindo Hiroshima e Nagasaki, haviam sido submetidas como alvos de ataques aéreos e ataques gerais à área urbana¹⁵⁸” (DOWER, 1986, posição 113). Ao estabelecer a ideia de que os EUA bombardearam áreas civis, Dower utiliza a bomba atômica com um certo padrão equitativo para demonstrar que ela não foi o único horror da guerra cometido por parte dos estadunidenses. Ele comenta que: “o número exato de civis mortos pelas bombas incendiárias e pelas bombas atômicas é incerto, mas provavelmente foi próximo de quatrocentos mil¹⁵⁹” (DOWER, 1986, posição 113).

Neste momento surge a vítima na historiografia estadunidense sobre a bomba atômica. John Dower não está sozinho neste processo, diversos outros historiadores iniciam suas pesquisas neste momento apontando perspectivas mais amplas, para além das discussões sobre a decisão de usar a bomba atômica por parte dos EUA. Neste contexto é que Martin Sherwin fundou, em 1986, o “Nuclear Age History and Humanities Center¹⁶⁰” na Tufts University. Este centro começou a investigar a trajetória e os bastidores da produção da bomba atômica, sobretudo o Projeto Manhattan, com pesquisadores de diversas áreas e sob a liderança de Sherwin começa a surgir uma historiografia que se alimenta de fontes japonesas variadas no que se refere a compreensão social das vítimas, não apenas os tratados políticos discutidos anteriormente.

Todavia, as lembranças de 1995, na década seguinte, foram marcadas por uma ascensão radicalizada de uma perspectiva ortodoxa. Envoltos na área da queda do muro de

¹⁵⁸ Texto original: “by the time Japan surrendered, sixty-six cities, including Hiroshima and Nagasaki, had been subjected to both precision raids and general urban-area attacks”.

¹⁵⁹ Texto original: “The exact number of civilians killed by both incendiaries and the atomic bombs is uncertain, but probably was close to four hundred thousand”

¹⁶⁰ Disponível em: <<https://dl.tufts.edu/concern/eads/x633fb85p>> Acesso em 02/08/2020

Berlim e fim da URSS, grupos sociais articulavam-se para que neste ano a memória comemorada fosse ainda mais épica, fosse a memória daqueles que derrotaram o novo totalitarismo, como argumentava Reagan na citação acima. A derrocada do ideal socialista, aponta Enzo Traverso (2017, posição 113), representou a “meia-noite do século”, ou seja, o fim do socialismo, tanto como projeto em que se crê, quanto àquele que se opõe é acompanhado por uma política neoliberal ostensiva, no caso encampada por Bill Clinton (GROVER; PESCHEK, 2014), que necessita globalizar-se em termos econômicos, ao mesmo tempo que precisa afirmar as identidades nacionais e o imperialismo como forma de obter maior lucro a partir da relação entre desiguais.

Um dos pontos máximos desta busca por uma afirmação nacional frente ao contexto de derrocada soviética é expresso na proposição da exposição do Enola Gay, avião que lançou a bomba atômica sob Hiroshima no Museu Nacional do Ar e Espaço do Smithsonian Institution (NASM) em Washington, DC. A proposta da exposição foi apresentada em 1994, sob o título de “Crossroads”. Entre diversas disputas existentes, das quais Arthur Ávila (2014) trata com bastante detalhes, destacam-se as demandas por parte de setores militares pelo impedimento da exposição em contextualizar a guerra, com o intuito de impedir a musealização de memórias com relação as vítimas da bomba atômica, entre outras temáticas contrárias a idealização de um passado coeso e sem fraturas. Tal exposição, depois de um processo judicial, foi apresentada com recortes ao plano original. Desta forma: “a história heroica exigida pelos críticos de ‘Crossroads’ e mais tarde exibida no NASM, apresentou ao público uma versão higienizada do passado, focada apenas nas ações corajosas do Enola Gay e sua equipe, e não nas consequências de tais ações e seus custos” (ÁVILA, 2014, p.27). Este evento, também, foi um dos motivadores da efervescência de publicações em 1995 sobre a bomba atômica.

Neste contexto, para além de disputas pela memória pública sobre a bomba atômica, a historiografia reage em prol de questões que visam reafirmar a vitória capitalista sobre os soviéticos. Se essa derrocada socialista ocorreu no presente, ela terá que ser justificada no passado. E é isso que, novamente, Robert James Maddox tentará fazer. Maddox (1995), junto com outros historiadores como Robert Newman (1995), Herbert Bix (1995) e o japonês Sadao Asada (2011) – que tem uma carreira internacional consolidada nos EUA – entre outros, publicam livros, textos e uma profusão de eventos a partir de 1995 que vão problematizar desde a exposição do Enola Gay, até mesmo a busca por justificar o uso das bombas atômicas como algo plausível e necessário para evitar mortes de soldados estadunidenses e fazer o Japão se render. Grupos de historiadores mais moderados, mas ainda focados em discutir “por que as

bombas atômicas foram lançadas?”, uma pergunta eminentemente da Guerra Fria, também se fazem presentes a partir dos ecos gerados pelos historiadores supracitados. Entre eles destacam-se Samuel Walker (1997).

O historiador marxista Howard Zinn (2010), em 1995, escreve um ensaio que depois de alguns anos vai ser transformado em livro (junto com outro texto), em que problematiza o lançamento das bombas atômicas, as responsabilidades e a virulência do ato, bem como uma crítica severa ao bombardeio indiscriminado de bombas (incendiárias, de napalm entre outras) em mais de cem cidades japonesas. Zinn (2010), escreve este texto imbuído na ideia de marcar uma posição fortemente engajada contra a postura dos EUA na Guerra e a política imperial japonesa. Com certa limitação nos dados apresentados, o autor supracitado faz, provavelmente, a crítica mais incisiva e direta da historiografia estadunidense até aquele momento.

Da mesma forma que em 1985, uma década depois a resistência a esses discursos conservadores foi bastante significativa. Focando em falar ainda mais específico sobre a bomba atômica (e não a guerra como um todo), diversos historiadores passam a problematizar o evento a partir da memória das vítimas, e não dos algozes como o grupo de Maddox o faz. O texto de John Dower (1995) publicado em 1995 sob o título: “The Bombed: Hiroshima and Nagasaki in Japanese Memory” em uma revista acadêmica sobre diplomacia (*Diplomatic History*) traz uma perspectiva completamente dedicada a memória da vítima da bomba atômica. Essa é uma forma de abordagem historiográfica já consolidada em outras culturas de passado, como na França e Alemanha do mesmo período e, também, os EUA – quando relacionado a outros tópicos, como no caso do Vietnã (HOPKINS, 2000).

É neste contexto que surgem pesquisas como o livro organizado por, Michael Hogan (1996), intitulado “Hiroshima in History and Memory”, no qual em todo o livro apenas dois capítulos tratam da memória da vítima sobre a bomba atômica. Um destes artigos é escrito por John Dower. Outros intelectuais envolvidos por essa latência da bomba atômica e pela emergência desta memória começam a dedicar-se a pesquisar sobre o evento. Com um título irônico, o filósofo descendente de japoneses Ronald Takaki escreve o livro “Why America Dropped the Atomic Bomb” no qual centra seu argumento sobre o racismo com relação aos japoneses ao lançar a bomba atômica, apontado a prática consciente e genocida sobre a possibilidade de um extermínio de uma cidade como Hiroshima. Isso tudo era evidente, e, por isso, é que a bomba atômica foi lançada, responde Takaki (1995).

Nos anos seguintes surgem pesquisas relacionadas a essa perspectiva mais ampla da bomba atômica, lidando com as memórias das vítimas **também, e** não apenas dos seus algozes.

Esse grupo que se concebe em criticar os EUA por jogar a bomba, faz também suas pontuações sobre as políticas imperiais do Japão. Destacam-se nesta vertente os trabalhos de Laura Hein e Mark Selden (1997), Lisa Yoneyama (1999), Kyoko Selden e Robert Lifton (1996), entre outros. Destaco que esse grupo é pertencente a uma segunda geração de pesquisadores sobre a temática, com um aprofundamento muito grande sobre a perspectiva japonesa e estadunidense da guerra. Laura Hein, por exemplo, foi orientanda de doutorado de John Dower. Já Mark e Kyoko Selden foi um dos principais responsáveis por fundar o portal Japan Focus¹⁶¹ (The Asia-Pacific Journal) que além de publicar artigos de pesquisadores do mundo inteiro sobre história e política asiática, presta um excelente serviço de tradução e de comunicação de ideias sobre a temática.

Esses pesquisadores citados acima, em grande parte já realizavam pesquisas sobre a história da Ásia, porém ainda não tinham se aventurado na dedicação ao estudo da bomba atômica. É o caso de Peter Kuznick (em publicação conjunta com o japonês Akira Kimura (2011)) que já tinha uma relação com a história asiática de algumas décadas, porém passa a se dedicar a estudar a bomba atômica depois destes contextos de guerras de história mencionados acima. Kuznick é hoje o grande divulgador desta vertente historiográfica sobre a bomba atômica nos EUA e no mundo. Leciona cursos sobre a bomba atômica no Hiroshima Peace Institute e tem livros e filmes lançados com a parceria do diretor de cinema Oliver Stone em que a bomba atômica é uma das pautas problematizadas.

Essa vertente historiográfica que internacionaliza sua pesquisa, estabelece parcerias ao longo do globo e problematiza a visão da vítima que sequer é percebida pela vertente ortodoxa, seja em Maddox (2007), seja nos mais recentes como Andrew Rotter (2009). Pare estes, os trabalhos que envolvem esta perspectiva “vista de baixo” pouco contribuem para a discussão que tanto os entretém sobre os motivos que levaram ao lançamento da bomba atômica. Não é à toa, que John Dower, Mark Selden e Peter Kuznick, por exemplo, estão constantemente produzindo juntos ou em dossiês e revistas para tratar do tema. Em nacionalidades diferentes, pontos de partidas opostos, porém ambos tentam estabelecer uma historiografia que favoreça uma memória justa (RICOEUR, 2007). Para isso ocorrer é impossível que seja refletido apenas do ponto de vista dos políticos e tecnocratas, é preciso compreender o que foi causado nas vítimas, os resultados disso a longo prazo, as implicações políticas além da bomba atômica (ou outros bombardeios e a ocupação aliada, por exemplo), compreender a política de rendição incondicional não apenas como algo que impediu o término da guerra mais cedo (como

¹⁶¹ Disponível em: <<https://apjif.org/>> Acesso em 06/08/2020

argumenta Maddox (1995)), mas também entender que dar a anistia ao imperador é criar uma amnésia. A vítima emerge na historiografia dos EUA sobre a bomba atômica como um personagem central para barrar as perspectivas tecnocratas. Assim a concepção estética do brilho de mil sóis começa a ser ainda mais difundida a partir de 1995 e mantém-se em grande atividade nos dias atuais.

RÉQUIEM PARA SOBREVIVER

O binário Ocidente/Oriente ou Civilização/Barbárie, como afirma Raymond Williams (1985), não pode ser simplificado ao ponto de argumentar que a globalização e os processos migratórios de grandes massas o extinguiram, mas também não pode ser colocado como uma barreira intransponível que não permite comparações e mútuas influências, uma vez que diversos elementos convergem, se complementam e se favorecem.

Os usos do passado sobre a bomba atômica são sintomáticos desta relação entre Ocidente e Oriente, assumindo aqui que esta terminologia carrega uma semântica colonial. Afinal, uma arma lançada por uma nação ocidental (talvez a grande representante daquilo que comumente julga-se ser o modelo de nação contemporânea no Ocidente) sob uma nação oriental (provavelmente a mais proeminente nação oriental da primeira metade do século XX), com um número absurdo de mortes, desastres e tragédias continuadas pela radiação até os dias atuais permitem inúmeras reflexões. Meu foco nesta tese foi analisar alguns pontos específicos sobre os usos deste evento supracitado para mobilizar o passado em prol de determinadas causas/ações, tanto no Japão quanto nos EUA.

Tais discussões sobre o impacto da bomba atômica nas vidas humanas foram tratadas no primeiro capítulo desta tese, intitulado: “Bomba Atômica: entre evidências, enredos e narrativas”. Nesta parte tracei uma discussão teórica a partir de elementos que constituem discursos múltiplos sobre a bomba atômica: desde a sua comemoração como um artefato científico até as consequências materiais, sociais e traumáticas surgidas a partir do seu lançamento. Para isso busquei explicar o que foi, ou melhor, o que é a bomba atômica em uma concepção ampla e plural, problematizando a construção do artefato, as políticas e responsabilidades envolvidas no seu lançamento, bem como a tragédia proporcionada pela bomba e continuada pelos processos de ocupação e abandono do Japão no pós-guerra. Essas questões apresentam um ponto vista amplo, mas que permite uma incursão inicial para os capítulos seguintes que se aprofundam nas temáticas das representações e práticas memoriais.

No subcapítulo “Para além do Dia D: A Segunda Guerra em uma perspectiva global” realizei uma análise da Segunda Guerra Mundial em uma perspectiva historiográfica de cunho global, tentando demonstrar como narrativas eurocêntricas tendem a colocar a Ásia em um plano tão subjacente que nenhuma narrativa oficial, por exemplo, consegue explicar de maneira satisfatória o motivo pelo qual a China veio a integrar o Conselho de Segurança da ONU no pós-guerra. Ao realizar uma narrativa anti-eurocêntrica busco compreender os meandros que levam o conflito no Oriente a extremadas situações como o Massacre de Nanquim e o caso das

“Mulheres de Conforto”, bem como a política da Era Showa e suas relações com seus antecessores no governo japonês para uma maior contextualização daquilo que será problematizado nos capítulos seguintes: o lançamento e as consequências do lançamento das bombas atômicas sob o Japão.

No segundo subcapítulo “Trinity: do Projeto Manhattan a Nagasaki” construí um enredo problematizando o processo de construção do artefato nuclear, desde a idealização até o financiamento e produção das bombas atômicas nos EUA. Desta forma, Trinity, a primeira bomba atômica a ser lançada na Terra é para Gunther Anders (2011) o início de uma nova era para humanidade, a era em que a extinção humana está nas mãos dos próprios seres humanos. Neste tópico busquei problematizar elementos que permitam uma compreensão da amplitude do projeto de elaboração e lançamento das bombas atômicas, bem como as responsabilidades e papéis executados por diversos indivíduos e instituições neste processo. O destaque especial fica para as atuações de Vannevar Bush, Leslie Groves e Robert Oppenheimer (com a função de desenvolver a bomba no aspecto financeiro, logístico e científico), bem como o governo estadunidense sob o comando de F.D.R. e, posteriormente, Truman. Não excetuando o papel importante da Grã-Bretanha e Canadá na cooperação com o Projeto Manhattan e na autorização para o lançamento da bomba atômica.

Finalizando o primeiro capítulo, o item “‘Abraçando a Derrota’: A síndrome de Moby Dick inculcada na narrativa sobre a bomba atômica” é onde realizei às discussões historiográficas acerca da percepção que se tem da bomba atômica, tanto no Japão como nos EUA. Meu foco foi entender como a bomba foi compreendida e assimilada pela população japonesa, principalmente no que concerne a elaboração de práticas e discursos que internalização a culpa da existência da tragédia causada pela bomba atômica aos próprios japoneses. Esse sentimento de culpa inculcada ao Japão se apega a ideia de que a bomba atômica só foi lançada devido ao ataque japonês a base estadunidense de Pearl Harbor no Pacífico, portanto a bomba atômica seria apenas uma justa resposta a esse ataque. Como forma de compreender esse discurso, neste tópico, busco mostrar como a bomba atômica impactou não só fisicamente e materialmente o Japão, mas trouxe consigo uma carga discursiva que moldou narrativas que impediam (ou dificultavam muito) o dissenso e a busca por justiça, principalmente através da anistia a família imperial e o processo de ocupação aliada no Japão.

É preciso ressaltar que a questão central presente em grande parte dos estudos realizados sobre a bomba atômica tem como enfoque discussões factuais, de análises de fontes e descobertas de novas evidências sobre fatos correlatos, com pouca reflexão teórica sobre o

impacto do que já foi produzido nas diversas sociedades e contextos. Um dos principais dilemas, e que foi o princípio guia deste trabalho foi compreender a tríade relacionada ao passado: história, memória e esquecimento. O objetivo era não entender apenas a factualidade dos eventos, mas sobretudo a compreensão de como estes (embasados em fontes sólidas ou não) são mobilizados em diferentes contextos com a finalidade de conformar um passado, tornando-o estável.

O segundo capítulo, intitulado “Memória: entre lembrar e fazer ver”, é onde realizo a discussão acerca das manifestações memoriais e de suas manipulações por diferentes agentes sociais com o objetivo de conformar o passado que envolve a bomba atômica. O destaque inicial, no item “Sadako Sasaki: a construção de uma memória pública japonesa”, foi sobre como o estado japonês deu forma a uma memória inquestionável e anistiadora em torno de uma menina sobrevivente da bomba atômica que, aos 12 anos, falece em virtude dos efeitos nocivos da radiação.

A partir de uma mobilização estudantil, tem-se no governo japonês uma capitalização deste esforço juvenil para a construção de um memorial pela paz em Hiroshima. Cria-se assim uma expiação perfeita, uma vez que a narrativa envolta a memória de Sadako ficou imortalizada por ter clamado por paz, não por justiça. Esta memória proporciona relacionar que o pensamento sobre a bomba atômica seja direcionado diretamente para uma noção difusa de paz, que não permite lembrar dos elementos cruciais sobre quem jogou a bomba, os motivos que levaram a isso e a busca por justiça. Para realizar este estudo mais aprofundado sobre a escolha de uma entre milhares de sobreviventes para ser alçada ao patamar de “vítima ideal” e ser homenageada junto ao epicentro da bomba atômica foi necessário compreender o papel anistiador construído na narrativa memorial de Sadako.

“Fortes como o trigo: O mangá “Gen – Pés descalços” de Kenji Nakazawa” é o item do segundo capítulo em que a análise sobre o mangá citado no título se dá. Nakazawa é um sobrevivente da bomba atômica que faz um relato de cunho autobiográfico sobre os processos envolvidos antes, durante e depois do lançamento da bomba atômica. O exercício memorial de propõem uma narrativa em que o autor revisita seu passado décadas depois de sobreviver a bomba atômica. Através de artifícios narrativos complexos, Nakazawa codifica sua memória e sua versão sobre a bomba atômica numa perspectiva de sobrevivente, de quem viveu não só o brilho de mil sóis, mas as consequências materiais, políticas, econômicas e sociais dele.

Ao analisar a obra pude perceber como a narrativa de Nakazawa foi um exercício de perlaboração do seu trauma pessoal. Sua narrativa não trata apenas de um manifesto do lembrar

traumático, ela busca contextualizar, problematizar e dinamizar as problemáticas envolvidas em Hiroshima antes, durante e, principalmente, depois da bomba atômica. Sua memória organizada através do mangá busca uma justiça e reconhecimento das vítimas, bem como aponta os culpados (os EUA) sem com que isso anistiasse o exército japonês e até mesmo os civis colaboracionistas com o regime imperial nipônico.

No capítulo três, intitulado: “Esquecimento: do silenciamento a conformação do passado” analisei aquilo que foi esquecido. Porém não se tratou, apenas, de esquecimentos esporádicos, mas sobretudo de silenciamentos forçados e até imposições de narrativas sobre o passado que fazem com que ele seja conformado dentro de um determinado molde, se tornando inquestionável.

O primeiro tópico “Anistia forçada: O Julgamento de Tóquio e as consequentes políticas de esquecimento” é onde analisei o Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente agiu no Japão (IMTFE) e as sequelas políticas e traumas que foram deixadas a partir da atuação deste. Principalmente refletindo acerca do julgamento parcial de envolvidos na guerra que concedeu anistias a um incontável número de membros de uma elite política japonesa e, principalmente, aos principais envolvidos no governo da Era Showa. Isso ficou cristalizado na imagem do imperador Hirohito, sequer indiciado ao IMTFE, entre outros que foram ignorados ou inocentados pelo tribunal. A partir de uma análise teórica e historiográfica, neste tópico foi preciso atentar-se para a reflexão em torno das possibilidades e limitações de julgamentos de eventos traumáticos, como aponta Mateus Pereira (2015).

Finalizando o terceiro capítulo, o subitem “Latência atômica: de Godzilla a Bob Esponja” fiz uma análise sobre como a mídia, principalmente estadunidense, construiu uma latência em falar da bomba atômica. Usei, aqui, o termo latência para definir representações complexas que se manifestam com algum espasmo temporal com relação ao estímulo. Essas manifestações latentes reagem a esses estímulos construindo representações e narrativas que possuem um referencial no passado, porém mais difuso e complexo, pois trata-se de uma manifestação do inconsciente coletivo sobre determinado aspecto do passado, sobretudo de traumas. Isso ficou claro nas ficções onde as armas nucleares estão presentes, porém nunca há menção direta aos ocorridos em Hiroshima e Nagasaki.

Aqui os destaques ficam para o filme de Ishiro Honda, principalmente “Gojira”¹⁶² (lançado em 1954), marcado pelo acidente nuclear com um navio japonês no Oceano Pacífico

¹⁶² Título original: “ゴジラ” (Gojira).

na década de 1950, em que o filme traz à tona uma narrativa marcada por um monstro poderoso que ao mesmo tempo torna-se vítima da sua própria existência. Em uma alusão clara a bomba atômica, neste tópico analiso como “Gojira” é, ao mesmo tempo, o advento científico destruidor de mundos, como a vítima com queloides que tem em seu corpo as marcas daquele sofrimento, em uma latência da nuclearidade motivada pelo gatilho do acidente com o barco japonês.

Analiso, também, o filme “Doutor Fantástico” de Stanley Kubrick, na qual a narrativa foca em satirizar o alto escalão dos EUA e URSS e a possibilidade de extinção da humanidade através de um simples apertar de botão. Envoltos num contexto de tensão durante a Guerra Fria o filme evidencia a latência da nuclearidade no que tange a possibilidade de extinção do ser humano. Isso só é possível por ter como um referente primário a única arma atômica lançada sob uma população civil, no caso, àquelas que foram jogadas sob Hiroshima e Nagasaki em 1945. Já o mangá japonês “Akira”¹⁶³ de Katsuhiro Otomo (publicado de 1982-1990), está envolvido numa narrativa pós-moderna e cyberpunk em que a nuclearidade está presente, porém de forma muito metafórica. Ao existir um menino com um poder supremo capaz de destruir a cidade de Tóquio e causar um enorme confronto, temas como as consequências desse “poder” giram em torno de limiares que motivados pelo contexto de exacerbação das políticas neoliberais, do movimento pacifista e antinuclear (principalmente no Japão), pautas ecológicas entre outras questões, ativam um gatilho que tem como referente a bomba atômica para pensar as consequências dessa nuclearidade no contexto em que a obra foi criada. Com uma despretensão maior, Otomo constrói uma narrativa que percebe a nuclearidade em um contexto que as gerações jovens japonesas pouco sabiam sobre a bomba atômica. Embora metafórico, Akira permite perceber como a latência pode se manifestar a partir de estímulos recebidos que acabam encontrando um referente no passado traumático para representações deste em contextos completamente diferente.

Não menos importante, porém, é preciso destacar a animação do Cartoon Network “Bob Esponja”¹⁶⁴ (lançado em 1999) na qual se passa no Atol de Bikini, onde ocorreu um dos mais conhecidos testes com armas nucleares do pós-guerra, fato que fez com que o atol desaparecesse e, dentro do universo ficcional, construíssem um mundo de seres marinhos mutantes. Aqui o referente do passado traumático está na justificativa de existência do mundo ficcional (seres marinhos antropomórficos que vivem em um lugar com o nome semelhante de onde ocorreram testes nucleares). Devido a profissão do criador da animação ser de marinheiro a relação que

¹⁶³ Título original: アキラ(Akira).

¹⁶⁴ Título original: “SpongeBob SquarePants.

ativou o gatilho para ter na nuclearidade um elemento que perpassa a sua narrativa está na experiência pessoal do mesmo em pesquisar animais marinhos do Oceano Pacífico, muito ameaçados pelo lixo nuclear e radiação existente devido aos testes nucleares naquela região.

O último capítulo foi intitulado “História: a arte de brincar com o passado?” em menção a célebre tese de Durval Muniz de Albuquerque Junior (2007), em que fala sobre a história e a arte de **inventar** o passado. Neste capítulo analisei como a historiografia lidou com a bomba atômica e seus discursos políticos envolvidos. O primeiro tópico: “O ferrão da história: as ‘Mulheres de conforto’ e o ‘Massacre de Nanquim’” é o título do tópico no qual analisei como esquecer, ou melhor, como fazer-se esquecer pode ser visto como um ato político pela historiografia.

Uma vez que lembrar da bomba atômica implica em lembrar do Japão enquanto vítima, parte da historiografia japonesa, em que Yuki Tanaka (2011) se destaca, opta por estudar os crimes cometidos pelos japoneses na Segunda Guerra Mundial e quando fala da bomba atômica explicita o papel ativo do governo japonês para permitir aquela ação.

Por fim, no tópico: “Erramos?! De quem é a culpa? A historiografia estadunidense sobre a bomba atômica” é onde realizo uma análise sobre a produção historiográfica estadunidense que se dedica a estudar a bomba atômica, entre discussões políticas – que derivam desde acusações de doutrinações até problemáticas mais complexas sobre quem teria iniciado a Guerra Fria – e debates acadêmicos sobre fidedignidade e uso de fontes da historiografia estadunidense se viu envolvido em uma série de discussões sobre a bomba atômica. Neste tópico pretendi apresentar um panorama destas discussões e seus impactos políticos na produção de conhecimento, inclusive refletindo no que é escrito nos livros didáticos brasileiros de história sobre a bomba atômica.

Sei que enumerei como objeto de análise diversos elementos que podem ser vistos como “fontes”, no entanto, como mencionei acima, nesta tese busco compreender como as culturas de passado se organizam em torno daquilo que se narra como bomba atômica são mobilizados em contextos e motivações diferentes. Para isso, de acordo com a lógica da mnemohistória (ASSMANN, 1998), é necessário compreender os diversos espectros e discursos que circundam a temática. Isso não significa que dissequei cada objeto listado. Porém, o que propus foi uma pesquisa e uma interpretação destas “fontes” capazes de possibilitar a compreensão sobre os usos do passado atômico em determinados contextos e suas consequências políticas para as pessoas de sociedades distintas.

Além do mais, esta tese foi escrita em um momento político de extrema polarização e fragilidade, onde sobretudo é necessário assumir posição, tomar lado e dar sentido em todas as suas práticas políticas. Considero a feitura de uma tese em história um ato político, por excelência, de forma que busquei deixar evidente ao longo do texto o meu posicionamento acerca das temáticas e os motivos pelos enfoques dados neste texto. Valorizar o que é forçadamente esquecido pelo Estado, problematizar visões idílicas do passado e fragmentar as totalidades imaginadas são funções do historiador que aqui também foram vistas como atos de resistências em um mundo de golpes políticos e desrespeito a soberania popular.

Ainda finalizando esta tese preciso resolver um problema que Ricoeur (2007) apresenta no livro que muito inspirou esta tese e que deixa algumas lacunas para o caso estudado, difíceis de serem aplicadas neste contexto. A ideia de perdão ricoeuriana parte do pressuposto do estabelecimento da verdade, a realização de justiça para que com isso o perdão seja possível. No entanto, essa promulgação é o nível ideal, porém utópica. Acho importante destacar que ao invés de “somente” perdoar, seja possível estabelecer uma ideia de paz. É importante lembrar que a paz não existe. A paz está sempre sendo construída e mediada. Como diz a música de Marcelo Yuka: “paz sem voz é medo”, ousaria afirmar que a paz só é possível quando há justiça, em todos os sentidos: jurídica (criminal), histórica, social e econômica.

É importante destacar que a construção de projetos de paz não pode partir da premissa que o conceito de “paz” seja o par antitético de “violência” ou “guerra”. Pois, desta forma, recair-se-ia a uma crítica antropológica debatida largamente por Rene Girard (1990), sobre a dimensão da violência e da guerra, não da paz. A violência, segundo aponta Girard (1990), é um vínculo entre aspectos naturais (instintos) e culturais. Ou seja, a violência humana (aquela que se distingue da agressividade) é captada por um desejo mimético de reprodução, apossamento e destruição daquilo que o outro possui, segundo o autor supracitado. A guerra, essa sim, é uma articulação meramente cultural, com um objetivo claro de promover a violência (seja ela o grau e o tipo necessário) para atingir determinados objetivos.

Já Castor Ruiz (2009), pensando nos aspectos jurídicos que podem acarretar as lógicas da: “violência, por negar a alteridade humana, é, antes do que um ato (i)legítimo, uma transgressão ética” (RUIZ, 2009, p.87). Desta forma, a violência como uma dimensão cultural humana desafia a paz quando deixa o caráter circunscrito a um indivíduo (ou um grupo diminuto de pessoas). Por isso, como sinaliza José Manuel Pureza (2011), a paz sempre foi vista como algo (à esquerda e à direita) a ser conquistada, uma ontologia que deve ser preservada. Porém, ao retomar alguns outros intelectuais, Pureza (2011) argumenta que paz no

seu sentido mais contemporâneo, e ao qual eu me coaduno, deveria ser pensada como uma cultura a ser construída, vigiada, cuidada e aperfeiçoada.

Por isso, em uma cultura de paz a violência pode existir, mas deve ser dirimida ao máximo. Assim como culturas são dinâmicas, as culturas de paz são fundamentais para que cada lugar estabeleça seus modelos e princípios, deixando claro, que a paz só é possível em um mundo em que a justiça (histórica, social, criminal e econômica) se fizerem atuantes. Não falo em um sentido utópico de achar que a paz só seria possível em um mundo completamente desigual. No entanto, uma cultura de paz, como afirma Tanaka (2015), só pode ser pensada a partir do momento em que a sociedade em questão estabeleça como prioridade a luta por justiça e a busca pela manutenção e criação da paz.

Desta forma, no lugar do perdão (judaico-cristão), proposto por Ricoeur (2007), como forma de mediação entre passados difíceis e suas manifestações na memória, na história e, inclusive, no seu esquecimento, a paz e a justiça passam a ocupar um lugar central. Essa paz não pode ser utópica ao ponto de remontar as ideias de Albert Einstein (2008) da criação de uma força militar supranacional que compartilharia tecnologia e pessoal de todas as partes do globo como forma de impedir Estados-Nações de terem exércitos e/ou usá-los para fazer a guerra. A inexistência de guerra (declarada oficialmente) podem (e causam) a impossibilidade do estabelecimento de uma cultura de paz em vários lugares, inclusive no Brasil onde este tipo de conflito não é comum, e nem por isso torna-se um ambiente pacífico. Bertrand Russel (1990) ao refletir sobre o medo, chama a atenção de algo que, embora envolto em um mundo muito diferente de hoje (tomado pelos conflitos ideológicos da Guerra Fria), deixa claro ao estabelecer que pensamento idílicos e utópicos são válidos e necessários, no entanto, só fazem sentido quando estas práticas: “inspirar a ação e enobrecer os fins de uma política positiva” (RUSSELL, 1990, 203).

Por outro lado, também, Gunther Anders (2019), mais cético e sagaz, a partir de um diálogo filosófico-literário entre personagens ficcionais, deixa claro que o ódio (este sim deve ser o conceito antitético mais correto para paz – afinal os dois são culturas passíveis de serem alimentadas ou desnutridas) não pode ser eliminado da agenda humana. Ao analisar os avanços da tecnologia bélica da Primeira Guerra até a bomba atômica Anders (2019) percebe que o combate corpo a corpo exigia, para além do domínio da técnica da guerra, uma capacidade muito grande de odiar o inimigo, como forma motivadora e aglutinadora para o confronto. Com o advento dos aviões, tanques entre outros, o combate corpo a corpo foi ficando rarefeito e deu espaço a tecnologias que distanciam inimigos, tornando-os burocratas da morte que não

necessitam odiar, ao menos não na mesma proporção do que no século XIX. Isso foi catapultado pela bomba atômica, afinal, agora de dentro de uma sala o apertar de um único botão pode pôr fim a uma país inteiro, sem que com isso o algoz sequer veja o que aconteceu. Por isso: “o fim do ódio poderia anunciar o fim da humanidade, porque já não somos mais nós, seres humanos, os que combatem seres humanos (acusativo); e porque já não são mais seres humanos aqueles que nós, seres humanos, somos combatidos¹⁶⁵” (ANDERS, 2019, p. 83).

Para Ricoeur (2012), o perdão tem um caráter passivo, interno, introspectivo e transcendental. É uma forma de perlaboração de traumas, de acertar as contas com o passado a partir da aceitação da culpa. Por isso, o perdão acaba sendo possível na busca por justiça histórica, com aporia a verdade, pela construção de uma cultura de paz que tenha como premissa o estabelecimento de uma cultura social que luta contra as desigualdades e injustiças de todos os tipos, mantendo-se vigilante e ativa. Por isso, “na dimensão social só se pode perdoar onde se pode punir” (Ricoeur, 2007, p.608). Sendo assim, embora Ricoeur sinalize a necessidade de justiça para haver perdão, há a necessidade da construção daquilo que o autor chamou de espaços de liberdade. Esta liberdade, tão defendida por Sartre (2015), é fundamental para a criação de uma cultura de paz e na busca por justiça, uma vez que é somente com um amplo leque de opções sobre os rumos a tomar, o passado individual e coletivo que escolho, é que é possível ter projetos de nação e de sociedade para se viver.

Vale ressaltar, como aponta Mateus Pereira (2015), que a necessidade de estabelecer relações com passados difíceis ou traumáticos são variáveis, de acordo com contextos e culturas envolvidas, mas que necessitam de inscrições na memória coletiva destas sociedades. Estas inscrições dependem, sobretudo da capacidade do Estado em prover esta liberdade, oportunizando o direito a verdade sobre o passado traumático, a busca por justiça social e, claro, a organização política dos cidadãos pertencentes a ele como forma de vigiar, controlar e construir esta sociedade. Por isso, a necessidade de perlaborar o passado traumático, como aponta LaCapra (1999), seja pela repetição mediada, seja pela construção de uma nova narrativa sobre esse passado, é tão essencial na lida com este tipo de passado que insiste em se presentificar. Essa capacidade de narrar o passado traumático permitirá, para além do exercício teleológico do perdão, uma nova relação com ele, não de esquecimento, muito menos de superação, mas que possibilitará uma convivência com esse passado. Essa convivência permite

¹⁶⁵ Texto original: ““El fin del odio podría presagiar el fin de la humanidad, porque ya no somos más nosotros, seres humanos, los que combatimos seres humanos (acusativo); y porque ya no son más seres humanos aquellos por quienes nosotros, seres humanos somos combatidos”

refletir, rememorar, elaborar projetos e manter viva a memória daquilo que é essencial para que não volte a ocorrer.

A perlaboração é a antítese do esquecimento forçado/apagamento e da memória manipulada. No entanto, é um exercício individual e coletivo. Individual quando se trata do traumatizados em primeiro grau: as vítimas. Estas devem esperar o período de luto, elaborar este luto para depois conseguirem perlaborar suas dores e perdas. Superar a ausência é fundamental (LACAPRA, 1999). O aspecto coletivo pode envolver este grupo supracitado, porém abrange uma coletividade maior que é capaz de se traumatizar em segunda instância, ou seja, a partir das dores narradas pelas vítimas se compadece e estabelece uma relação de empatia para com ela. São as mesmas pessoas que partilham da culpa metafísica, proposta por Jaspers (2018). Este grupo deve, liderado pelo Estado, organizar formas (e aqui a história é uma delas, mas não a única) de narrar este passado traumático para que toda a sociedade possa compreender e falar sobre este momento pretérito entendendo o seu lugar.

Não se trata de um exercício de convencimento, mas sim de uma inscrição na memória coletiva sobre os impactos que determinados passados causam nas mentes e corpos de outras pessoas. Este exercício é o mais complexo e difícil de ser feito. Exige que a sociedade civil se organize, pautada uma política pública em prol do direito a verdade, a busca pela construção de uma cultura de paz e a luta por uma justiça social. Porém, como um réquiem deste trabalho, é a forma que tenho de propor reflexões que permitam que inscrições frágeis sejam feitas, para que num futuro se fortaleçam e permitam uma compreensão maior da alteridade para com o Outro, chegando num estágio de inscrição forte. É preciso, mais do que nunca, entender que o passado só existe porque foi ou é narrado e, por isso, cabe a mim propor uma nova narrativa que seja mais justa, que promova a reflexão, o dissenso, a multiplicidade de ideias, a busca por justiça social e a construção de uma cultura de paz a partir do uso do passado de forma prática.

Espero ter alcançado este objetivo!

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. **Dialética Negativa**. São Paulo: Zahar, 2009
- ADORNO, Theodor. O que significa elaborar o passado. **Primeira Versão**. vol. XXI, n.225, ano VI, jan.-abr., 2008, p.2-12
- AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e o testemunho (Homo Sacer III)**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008
- AHMAD, Eqbal. Racism and the State: The Coming Crisis of U.S.-Japanese Relations. In: HAROOTUNIAN, Harry; MIYOSHI, Masao (Org.). **Japan in the world**. Durhan: Duke University Press, 1993, p. 40-48.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História. A arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história**. Bauru (SP): Edusc, 2007.
- ALEXIEVICH, Svetlana. **Vozes de Tchernóbil: A História Oral Do Desastre Nuclear**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2018
- ALPEROVITZ, Gar. **Atomic diplomacy: Hiroshima and potsdam, the use of the atomic bomb and the American confrontation with Soviet power**. New York: Simon and Schuster, 1985
- ALPEROVITZ, Gar. **Atomic Diplomacy: Hiroshima and Potsdam**. New York: Simon and Schuster, 1965.
- ALPERTOVITZ, Gar. **The Decision to Use the Atomic Bomb, and the Architecture of an American Myth**. New York: Alfred A. Knopf, 1995.
- ANDERS, Gunther. **El piloto de Hiroshima: Más allá de los límites de la consciencia**. Barcelona: Booket, 2012.
- ANDERS, Günther. **La obsolescencia del hombre**. Sobre la destrucción de la vida en la época de la tercera revolución industrial (volumen II). Valencia: Pre-Textos, 2011a
- ANDERS, Günther. **La Obsolescencia del Hombre: (Volumen I) Sobre el alma en la época de la segunda revolución industrial**. Valência: Pré-textos, 2011.
- ANDERS, Gunther. **La obsolescencia del odio**. Valencia: Pré-textos, 2019
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.
- ANDRIONI, Fabio Sapragnas. Quando a história também é futuro: as concepções de tempo passado, de futuro e do Brasil em Herman Kahn e no Hudson Institute (1947-1979). 2014. **Tese de Doutorado** - Universidade de São Paulo (USP). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas São Paulo.

- ARAÚJO, Valdei de. História da historiografia como analítica da historicidade. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, vol. 6., n. 12, st., 2013, p. 34-44
- ARAÚJO, Valdei; PEREIRA, Mateus. **Atualismo 1.0**: como a ideia de atualização mudou o século XXI. Vitória: Editora Milfontes, /Mariana: Editora da SBTHH, 2019
- ARENDR, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paul: Companhia das Letras, 2014.
- ASADA, Sadao. Culture **Shock and Japanese-American Relations**: Historical Essays. Columbia: University of Missouri, 2011.
- ASKEW, David. New Research on the Nanjing Incident. **The Asia-Pacific Journal**, vol.2, jul.,2004
- ASSMAN, Jan. **Moses the Egyptian**: the memory of Egypt in western monotheism. Cambridge: Harvard University Press, 1998.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da Recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- ASSMANN, Aleida; CONRAD, Sebastian. Introduction. In: ASSMANN, Aleida; CONRAD, Sebastian (Org.). **Memory in a global age**: discourses, practices and trajectories. Basingstoke (USA): Palgrave Macmillan, 2010, p.1-17.
- AVILA, Arthur. A Plane, a Bomb, a Museum: the Enola Gay Controversy at the. **Storia della Storiografia**. vol.65, n.1, 2014, p.15-29
- BACZKO, Bronislaw. A Imaginação Social. In: LEACH, Edmund [et al.]. **Anthropos-Homem**. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BAETS, Antoon De. A Code of Ethics for Historians (proposal). In: **Responsible History**. New York/Oxford: Berghahn Books, 2009, p.188-196.
- BAETS, Atoon de. **Crimes against history**. New York: Routledge, 2018
- BAKER, Russ. **Family of Secrets**: The Bush Dynasty, America's Invisible Government, and the Hidden History of the Last Fifty Years. London: Bloomsbury Press, 2009.
- BARKAN, E “Introduction: Historians and Historical Reconciliation Source: **The American Historical Review**. vol.114, n.4, out., 2009, p. 899-913.
- BARROS, Fernando. Einstein e as Conferências Pugwash. **Física na Escola**, v. 6, n. 1, 2005
- BAUER, Caroline; NICOLAZZI, Fernando. O historiador e o falsário: Usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. **Varia hist**. [online]. 2016, vol.32, n.60, p.807-835.

- BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.
- BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- BERNSTEIN, Barton. The Atomic Bomb and American Foreign Policy, 1941-1945: An Historiographical Controversy. **Peace and Change**. Vol. 2, 1974, p. 1-16.
- BEVERNAGE, Berber. História, memória e violência de estado: tempo e justiça. Vitória: Milfontes, 2018
- BEVERNAGE, Berber. The past is evil/evil is past: on retrospective politics, philosophy of history, and temporal Manichaeism. **History and Theory**, vol. 54, October, 2015. p. 333-352.
- BIX, Herbert. **Hirohito and the Making of Modern Japan**. New York: HarperCollins, 2005 (E-Book)
- BIX, Herbert. Japan's Delayed Surrender: A Reinterpretation. **Diplomatic History**. vol.19, mar., 1995, p.197-225
- BRAW, Monica. **Atomic Bomb Suppressed**: American Censorship in Japan 1945-1949. New York: M.E. Sharpe, 1991
- BRETON, André. **Manifesto do Surrealismo**. Rio de Janeiro: Nau editora, 2001
- BROWNLEE, John. **Japanese Historians and the National Myths, 1600-1945**. Vancouver: University of British Columbia Press, 1999.
- BRUCKNER, Karl. **Sadako quer viver**. São Paulo: Brasiliense, 1963
- BULHÕES, Marcelo. **A Ficção nas mídias**: um curso sobre a narrativa nos meios audiovisuais. São Paulo: Ática, 2009.
- BURUMA, Ian, **The Wages of Guilt**: Memories of War in Germany and Japan. London: Phoenix, 1994.
- CALDAS, Pedro. “Variações experimentais: um estudo sobre a narrativa em A trégua, de Primo Levi”. In: **Viso**: Cadernos de estética aplicada, vol. IX, n. 17, jul-dez, 2015, p.133-147.
- CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces**. São Paulo: Cultrix, 1989.
- CARTER, April. **Peace Movements**: International Protest and World Politics Since 1945. New York: Routledge, 2014.
- CASTORIADIS, Cornelius. **Diante da guerra**. Volume 1 – As realidades. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CERTEAU, Michel de. **A Cultura no Plural**. São Paulo: Papyrus, 1995.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. **História e psicanálise: entre ciência e ficção**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016

CESAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978

CHAKRABARTY, Dipesh. Anthropocene Time. **History and Theory**. vol.57, n.1, mar., 2018, p.5-32.

CHAKRABARTY, Dipesh. History and the politics of recognition. In: JENKINS, Keith; MORGAN, Sue; MUNSLOW, Alun (Org.). **Manifestos for history**. Londres: Routledge, 2007. p. 77-87.

CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference**. New Jersey: Princeton University Press, 2000

CHANG, Iris. **The Rape of Nanking: The Forgotten Holocaust of World War II**. New York: Basic Books, 1997

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.5, n. 11, abril, 1991. p.173-191

CHOMSKY, Noam. **American Power and the New Mandarins**. New York: Pantheon Books, 1969

CHOMSKY, Noam; FOUCAULT, Michel. The Chomsky-Foucault debate on human nature. New York: The New Press, 2006.

COERR, Eleanor. **Sadako e os mil pássaros de papel**. São Paulo: Editora Z, 2004.

CONRAD, Sebastian. Japanese Historical Writing, in: SCHNEIDER, Axel; WOOLF, Daniel (Org.). **The Oxford History of Historical Writing**. vol. 5: Historical Writing since 1945. Oxford (ENG): Oxford University Press, 2011.

CONRAD, Sebastian. **The quest for the lost nation: writing history in Germany and Japan in the American century**. Berkley: University of California Press, 2010

CONTINI, Giovanni. **La memoria divisa**. Milano (ITA): Rizzoli, 1997.

CRUTZEN, Paul; STOERMER, Eugene. The 'Anthropocene'. **Global Change Newsletter**. 2000, vol. 41, n.17–18.

CRUZ, Manuel. **Adiós, Historia, Adiós: el abandono del pasado en el mundo actual**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 2014

CUNHA, Andrei. **O Livro de Travesseiro: questões de autoria, tradução e adaptação**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

- DEZEM, Rogério **Inventário Deops**: Módulo III – Japoneses. Shindô-Renmei: Terrorismo e repressão. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2000
- DICICCO, Sue; SASAKI, Masahiro. **The complete story of Sadako Sasaki and the thousand paper cranes**. Singapura: Tuttle, 2020
- DICK, Philip. **Os sobreviventes**. Lisboa: Editorial Panorama, 1965
- DOMENACH, Jean-Marie. **A Propaganda Política**. Rio de Janeiro: Difel, 1963.
- DOWER, John. **Embracing Defeat: Japan in the Wake of World War II**. New York: W. W. Norton & Company, 1999.
- DOWER, John. The Bombed: Hiroshimas and Nagasakis in Japanese Memory. **Diplomatic History**. vol.19, n.2, 1995, p.275-295
- DOWER, John. **War Without Mercy: Race and Power in the Pacific War**. New York: Pantheon, 1986 (E-book).
- DUMOULIN, Olivier. **Papel social do historiador: da cátedra ao tribunal**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- ECO, Umberto; MIGIEL, Marilyn. An Ars Oblivionalis? Forget It!. **PMLA**. vol.103, n.3, mai., 1988, p.254-261
- EINSTEIN, Albert. A saída. MASTERS, Dexter; WAY, Katharine. **Um mundo ou nenhum**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- ELLINGTON, Lucien. **Education in the Japanese Life-Cycle: Implications for the United States**. Buffalo (EUA): Edwin Mellen Pr, 1992
- EVANS, Joyce. **Celluloid Mushroom Clouds: Hollywood And Atomic Bomb**. New York: Routledge, 2018.
- FEIS, Herbert. **Japan Subdued: The Atomic Bomb and the End of the War in the Pacific**. Princeton: Princeton University Press, 1961
- FERRO, Marc. Hiroshima, et après.... In: FERRO, Marc; RODIÈRE, Michèle; TOURNIER, Isabelle (Org.). **Les Médias et L'événement: Hiroshima: la bombe**. Paris: La Documentation Française, 1986, p. 3-4.
- FRANK, Richard. **Downfall: The End of the Imperial Japanese Empire**. New York: Penguin Books, 1999.
- FREEMAN, Lindsey. Happy memories under the mushroom cloud: utopia and memory in Oak Ridge, Tennessee. In: GUTMAN, Yifat; BROWN, Adam; SODARO, Amy. **Memory and the Future: Transnational Politics, Ethics and Society**. London: Palgrave Macmillan, 2010.

- FREIBERG, Freda. Akira and the postnuclear sublime. In: BRODERICK, Mick (Org.). **Hibakusha Cinema: Hiroshima, Nagasaki, and the Nuclear Image in Japanese Film**. New York: Routledge, 2009 (E-book)
- FREUD, Sigmund. **A interpretação dos sonhos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.
- FREUD, Sigmund. **Além do princípio do prazer**. Porto Alegre: L&PM, 2016
- FREUD, Sigmund. **Luto e Melancolia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2011a.
- FREUD, Sigmund. **O ego e o id**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- FREUD, Sigmund. Recordar, Repetir e Elaborar: Novas Recomendações Sobre a Técnica da Psicanálise II. **Jornal de Psicanálise da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo**, vol. 27, n. 51, 1994.
- FREUD, Sigmund. **Sobre a Psicopatologia da Vida Cotidiana**. São Paulo: Rbe, 2020.
- FREUD, Sigmund. **Totem e tabu**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- FUMIHIKO, Sueki. **Religion and Ethics at Odds: A Buddhist Counter-Position**. Tokyo: Chikuma Shobo, 2013
- FURAYA, Daisuke. A Historiography in Modern Japan: the laborious quest for identity. Lund (Suécia). **Scandia: Tidsskrift for historisk forskning**. Jan, 2002
- GADDIS, John Lewis. **The United States and the Origins of the Cold War, 1941–1947**. New York: Columbia University Press, 1972.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar esquecer escrever**. São Paulo: Editora 34, 2009.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Os impedimentos da memória. **Estudos Avançados**. vol.34, n.98, 2020, p.201-217
- GAY, Peter. **Freud para historiadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- GAYLE, Curtis Anderson. **Marxist History and Postwar Japanese Nationalism**. New York: Routledge, 2015.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2008.
- GEORGE, Peter. **Red Alert**. New York: Ace Books, 1958
- GERSON, Joseph. **Empire and the Bomb: How the US Uses Nuclear Weapons to Dominate the World**. London: Pluto Press/ University of Chicago Press, 2007
- GIBSON William **Neuromancer**. São Paulo: Aleph, 2014
- GIRAD, René. **A violência e o sagrado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- GIRARD, René. **O bode expiatório**. São Paulo: Paulus, 2004.
- GLUCK, Carol. The Idea of Showa. **Daedalus**. vol.119, n.3, 1990, p.1-26

GORDON, Andrew. **A modern history of Japan: from Tokugawa times to the present.** New York: Oxford University Press, 2003.

GOTTLIEB, Nanette. **Language and Society in Japan.** London: Cambridge University Press, 2005

GRAVETT, Paul. **Mangá: Como O Japão Reinventou Os Quadrinhos.** São Paulo: Conrad, 2007

GROVER, William; PESCHEK, Joseph. Bill Clinton and the Neoliberal Presidency. In: **The Unsustainable Presidency.** New York: Palgrave Macmillan, 2014, p. 35-70

GRUNER, Eduardo. **La oscuridad y las luces: Capitalismo, cultura y revolución.** Barcelona (ESP): Edhasa, 2010.

GUMBRECHT, Hans. **Depois de 1945: latência como origem do presente.** São Paulo, Editora da Unesp, 2014.

GUMBRECHT, Hans. **Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

HACHIYA, Michihiko. **Diário de Hiroshima.** Madrid: Turner Libros, 2006.

HALES, Peter Bacon. **Atomic Spaces: Living on the Manhattan Project.** Champaign-Urbana: University of Illinois Press, 1999.

HALLIDAY, Fred. **Génesis de la Segunda Guerra Fría.** Tlalpan, México: F. C. E., 1989.

HAN, Byung-Chul. **Filosofia do zen-budismo.** Petrópolis: Vozes, 2020

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço.** Petrópolis: Vozes, 2017.

HAROOTUNIAN, Harry. Japan's Long Postwar: The Trick of Memory and the Ruse of History In: HAROOTUNIAN, Harry; YODA, Tomiko. **Japan After Japan: Social and Cultural Life from the Recessionary 1990s to the Present.** London: Duke University Press, 2006

HAROOTUNIAN, Harry. **Overcome by Modernity History: culture, and community in interwar Japan.** New York: Princeton University Press. 2000

HAROOTUNIAN, Harry. **The Empire's New Clothes: Paradigm Lost, and Regained,** Chicago: Prickly Paradigm Press, 2004

HAROOTUNIAN, Harry. **Things Seen and Unseen: Discourse and Ideology in Tokugawa Nativism.** Chicago: University of Chicago Press, 1988.

HAROOTUNIAN, Harry. **Toward Restoration: The Growth of Political Consciousness in Tokugawa, Japan.** Berkley: University of California Press, 1991.

HART, Bradley. **Hitler's American Friends: The Third Reich's Supporters in the United States.** New York: Thomas Dunne Books, 2018

- HARTOG, François. A testemunha e o historiador. In: PESAVENTO, Sandra. (Org.). **Fronteiras do milênio**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001, p. 11-42.
- HARTOG, François. **O Espelho de Heródoto**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999
- HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: História e Implicações. São Paulo, Edições Loyola, 2008
- HASEGAWA, Tsuyoshi. **Racing the Enemy**: Stalin, Truman, and the Surrender of Japan. Cambridge: Harvard University Press, 2006.
- HASEGAWA, Tsuyoshi. What role did the atomic bombings of Hiroshima and Nagasaki and Soviet entry into the war play in Japan's decision to surrender in the Pacific War? (Entrevistado por Yamaguchi, Fumihiko Yoshida e Radomir Compel). **The Asia-Pacific Journal**. vol.17, n 1, ago., 2019.
- HASHIMOTO, Akiko. **The long defeat**: cultural trauma, memory and identity in Japan. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- HATA, Ikuhiko, 'Nankin gyakusatsu jiken – Kazu no kōsatsu' (O Massacre de Nanking: Examinando os números). In: HATA, Ikuhiko. **Gendaishi no hikari to kage**. Tokyo: Gurafusha, 1999 (Luz e Sombra: ensaios sobre história moderna).
- HATA, Ikuhiko. **Comfort women and sex in the battle zone**. Maryland (EUA): Rowman & Littlefield, 2018.
- HATA, Ikuhiko. **Nankin jiken** — 'Gyakusatsu' no kōzō, Tokyo: Chūkō Shinsho, 1986. (O incidente de Nanquim: A estrutura do "Massacre")
- HATA, Ikuhiko. The Nanking Atrocities: Fact and Fable. **Japan Echo**, vol.25, n.4, 1998, p. 47-57
- HATA, Ikuhiko. When Ideologues Rewrite History. **Japan Echo**. vol.13, n.4, 1986a, p.73–78.
- HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Campinas: Editora da Unicamp; Vozes, 2012.
- HEIN, Laura e SELDEN, Mark (Org). **Living with the Bomb**: American and Japanese Cultural Conflicts in the Nuclear Age. London-New York: Routledge, 1997.
- HERDER LEXIKON. **Dicionário de símbolos**. São Paulo: Cultrix, 1998.
- HERKEN, Gregg. **The Winning Weapon**: The Atomic Bomb in the Cold War, 1945-1950. Princeton: Princeton University Press, 1981.
- HERSEY, John. **Hiroshima**. New York: Random House Publishing, 2020
- HIGASHINAKANO, Shūdo, 'Nankin gyakusatsu' no tettei kenshō. Tokyo: Tendensha, 1998 (Uma investigação completa do "massacre de Nanjing").

- HISAO, Otsuka. **Kokumin keizai** — sono rekishi-teki kōsatsu. Tokyo: Kodansha, 1994 (Economia Nacional: Considerações Históricas)
- Historiografia**, n. 15, ago., 2014, p. 10-26.
- HOGAN, Michael (Org.). **Hiroshima in History and Memory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- HOPKINS, George. Historians and the Vietnam War: The Conflict Over Interpretations Continues. **Studies in Popular Culture**. vol.23, n. 2, 2000, p.99-108
- HORA, Tomio. **Nankin jiken**. Tokyo: Tokuma Shoten, 1982
- HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo: História, teoria e ficção**. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- HUYSSSEN, Andreas. **Culturas do Passado-Presente**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- IBUSE, Masuji. *Chuva Negra*. São Paulo: Estação Liberdade, 2011
- ISHIDA, Ken. Axis Diplomacy in Comparison: The Japanese and Italian Foreign Ministry in the 1930s. **Segle XX - Revista catalana d'història**, vol.7 ,2014, p.1-12.
- JACOBS, Robert. Domesticating Hiroshima in America in the Early Cold War. JACOBS, Robert [et al.] **Image of rupture between east and west: the pereption of Auschwitz and Hiroshima in Eastern European Arts and Media**. Heidelberg: Universitätsverlag Winter, 2016, p.83-97
- JACOBS, Robert; BRODERICK, Mick. Nuke York, New York: Nuclear Holocaust in the American Imagination from Hiroshima to 9/11. **Asia-Pacific Journal**. vol.10, n.6, 2012
- JAMESON, Fredic. **A singular modernity**. New York: Verso, 2012 (E-book)
- JAMESON, Fredric. El posmodernismo y la sociedad de consumo. In: **El giro cultural**. Escritos seleccionados sobre el posmodernismo 1983-1998. Buenos Aires: Manantial, 2002, p. 14-38.
- JASPERS, Karl. **A questão da culpa: a Alemanha e o nazismo**. São Paulo: Todavia, 2018.
- JELÍN, Elizabeth. **La lucha por el pasado: cómo construimos la memoria social**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2018.
- JENKINS, Keith. **Repensando a história**. São Paulo: Contexto, 2013.
- JULIA, Santos. Echar al olvido: memoria y amnistía en la transición. **Claves de Razón Práctica**. n.129, jan.-fev., 2003, p.14-24
- JUN, Tosaka. **Hon ideorogi-ron**. Tokyo: Iwanami, 1977. (Teoria da ideologia do Japão)
- JUNG, Carl. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Petrópolis: Vozes, 2000.

- JUNGK, Robert. **Children of the ashes the people of Hiroshima after the bomb**. Boulder: Paladin Press, 1985.
- KAHN, Herman. **Japão: Superpotência**. São Paulo: Melhoramentos, 1970
- KARMEN, Andrew. **Crime victims: an introduction to victimology**. (Org.). London: Ed. Wadsworth/Thomson Learning, 2004
- KASAHARA, Tokushi. **Nankin jiken**, Tokyo: Iwanami Shinsho, 1997. (O Massacre de Nanquim)
- KATAYAMA, Morihide. **Mikan no fashizumu — 'motazaru kuni' Nihon no unmei** (Fascismo Inacabado – Japão: um país sem destino). Shinchosha, 2012 (E-book)
- KATO, Shuichi. **Tempo e Espaço na cultura japonesa**. São Paulo: Estação Liberdade, 2012.
- KELLNER, Douglas. **A Cultura da Mídia**. Bauru: EDUSC, 2001.
- KELLNER, Hans. Leyendo a White como lector In: TOZZI, Veronica; BENTIVOGLIO, Júlio (Org.). **Hayden White: cuarenta años de Metahistoria**. Del “pasado práctico” al “pasado histórico”, Buenos Aires: Prometeo, 2016, p.97-112
- KENTARO, Awaya. The Tokyo Tribunal, War Responsibility and the Japanese People. **The Asia-Pacific Journal** (Japan Focus), vol.4, ed. 2, Fev. 16, 2006.
- KERNER, Aaron. Gojira vs Godzilla: catastrophic allegories. In: FRANKO, Mark. **Ritual and event**. New York: Routledge, 2007
- KIERNAN, Denise. **The Girls of Atomic City: The Untold Story of the Women Who Helped Win World War II**. New York: Touchstone, 1994.
- KIMURA, Akira. “**Genbaku shinwa**” **kara no kaihō o mezashite** — Nagasaki genbaku to Jūkei genbaku e no shiten o chūshin ni lem (“O mito da bomba atômica” - A bomba atômica de Nagasaki e o ponto de vista das bombas de Chongqing). In: KIMURA, Akira; KUZNICK, Peter. **Hiroshima Nagasaki e no genbaku tōka saikō — Nichibeī no shiten**. Tokyo: Hōritsubunkasha, 2010. (Reconsideração sobre o lançamento das bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki – o ponto de vista do Japão e dos Estados Unidos), p.14-37.
- KIMURA, Mitsuhiko. “The Economics of Japanese Imperialism in Korea, 1910–1939”. **The Economic History Review**. n,48, vol.3, 1995, p.555–574
- KIRIYA, Taeko. **Nagasaki no genbaku hibaku ni kansuru kenkyu-shi o meguru ichikosatsu** — senryō-ka no 'fukko' no mondai ni yosete. (Um estudo da história da pesquisa sobre o bombardeio atômico em Nagasaki: enfocando o problema da "reconstrução" durante a ocupação). **Hiroshima Peace Research Journal**, Volume 1, 2013.

KISHIMOTO Mio. Social Turbulence and Local Autonomy: Japanese Historians Interpret Chinese Social Groupings. **Late Imperial China Journal**. vol.30, n.1, jun., 2009.

KIYOSHI, Hiraizumi. Naponi no Tetsujin (Um filósofo de Nápoles). **Journal of Cultural Sciences**. vol.4, n.3, 1953

KIYOSHI, Inoue. **Ten'nō no sensō sekinin**. Tokyo: Iwanami Shoten 1991 (A Responsabilidade de Guerra do Imperador)

KOLKO, Gabriel. **Anatomy of a War: Vietnam, the United States, and the Modern Historical Experience**. New York: The New Press. 1994

KORT, Michael. "The Historiography of Hiroshima: The Rise and Fall of Revisionism. **The New England Journal of History**. vol.64, n.1, 2007, p.31-48.

KOSAKAI, Y. **Hiroshima Peace Reader**. Hiroshima: Hiroshima Peace Culture Foundation, 1996.

KOSELLECK, Reinhart; MEIER, Christian; GÜNTHER, Horts; ENGELS, Odilo. O conceito de história. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 119-184

KUSHNER, Barak. **Men to Devils, Devils to Men: Japanese War Crimes and Chinese Justice**. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

KUSHNER, Barak. **The thought war: Japanese imperial propaganda**. Honolulu: University of Hawai'i Press, 2006.

KUZNICK, Peter; KIMURA, Akira. **Rethinking the Atomic Bombings of Hiroshima and Nagasaki: Japanese and American Perspectives**. Kyoto: Horitsu Bunkasha, 2010.

LACAPRA, Dominick. **Escribir la historia, escribir el trauma**. Buenos Aires, Nueva Visión, 2005.

LACAPRA, Dominick. **Historia y memoria después de Auschwitz**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009.

LACAPRA, Dominick. Sartre and the question of biography. **The French Review**. vol. 55, n. 7, 1982, p. 22-56.

LACAPRA, Dominick. Trauma, Absence, Loss. **Critical Inquiry**. Vol.25, n.4, p.696-727, 1999.

LACAPRA, Dominick. **Writing History, Writing Trauma**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2014.

LEVI, Primo. **A trégua**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LIFTON, Robert. Review: Psychoanalysis and History by Bruce Mazlish. **History and Theory**. vol.4, n.3, 1965, p. 353-358

LIFTON, Robert. **Death in life: survivors of Hiroshima**. New York: Random House, 1967.

LIMA, Luiz Costa. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LIN, Justin Yifu. **Demystifying the Chinese Economy**. London: Cambridge University Press, 2011.

LORENZ, Chris. If you're so smart, why are you under surveillance? Universities, neoliberalism, and new public management. **Critical Inquiry**. Vol. 38, p. 599-629, 2012.

LYOTARD, Jean-François. **A Condição Pós-Moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

MACINTYRE, Stuart; CLARK, Anna. **The History Wars**. Victoria: Melbourne University Publishing, 2003

MADDOX, Robert (Org). **Hiroshima in History: the myths of revisionism**. London/Columbia: University of Missouri Press, 2007.

Maddox, Robert. Atomic Diplomacy: A Study in Creative Writing. **Journal of American History**. vol.59, mar.,1973a, p.925-934.

MADDOX, Robert. **The New Left and the Origins of the Cold War**. Princeton: Princeton Legacy Library, 1973

MADDOX, Robert. **Weapons for Victory: The Hiroshima Decision Fifty Years Later**. Columbia: University of Missouri Press, 1995.

MAGUIRE, Richard. 'Never a credible weapon': nuclear cultures in British. **The British Journal for the History of Science**. vol.45, n.4, dez., 2012, p.519-533

MANDELBAUM, Michael. **The Nuclear Question: The United States and Nuclear Weapons**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

MANDELBAUM, Michael. **The Nuclear Question: The United States and Nuclear Weapons**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

MANSON, Michele. Bodies of Anger: Atomic Survivor in Nakazawa Keiji's Black Series Manga. In: OTMAZGIN, Nissim; SUTER, Rebecca (Org.). **Rewriting History in Manga: stories for the nation**. New York: Palgrave Macmillan, 2016.

MEHL, Margaret. **History and the State in Nineteenth-Century Japan**. New York: Palgrave Macmillan, 1998.

MESSER, Robert. **The End of an Alliance: James F. Byrnes, Roosevelt, Truman and the Origins of the Cold War**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1982.

MIKYOUNG, Kim. Introduction: Memory and reconciliation in East Asia In: MIKYOUNG, Kim (Org.). **Routledge Handbook of Memory and Reconciliation in East Asia**. New York: Routledge, 2016

- MILLER, Alyson. Atomic bomb literature for children: Kodama tashuaru's The Lunch Box and Shin's Tricycle. In: LOWE, David; ATHERTON, Cassandra; MILLER, Alyson (Org.). **The Unfinished Atomic Bomb: Shadows and Reflections**. Lanham (EUA): Lexington Books, 2018, p. 65-82
- MINEAR, Richard. **Victors' Justice: The Tokyo War Crimes Trial**. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1971
- MITCHELL, Greg; LIFTON, Robert. **Hiroshima in America: A Half Century of Denial**. New York: HarperCollins, 1996
- MIYAMOTO, Yuki. The Ethics of Commemoration: Religion and Politics in Nanjing, Hiroshima, and Yasukuni. **Journal of the American Academy of Religion**, mar., 2012, vol. 80, n. 1, p 34–63.
- MIYAZAKI, Shigeki. Senryo ni Seki suru ichikosatsu senryo ni Seki suru ichikosatsu. **Horitsu Ronso**. Vol.24, 1950, 116-132.
- MIYAZAKI, Shigeki. **Sensō to jinken**. Tokyo: Gakuyo Shobo, 1976. (Guerra e direitos humanos)
- MORAIS, Fernando. **Corações Sujos: A história da Shindo Renmei**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MORITA, Takashi. **A Última Mensagem de Hiroshima: o que vi e como sobrevivi à Bomba Atômica**. São Paulo: Universo Dos Livros, 2017.
- MUNSLOW, Alun. **Desconstruindo a história**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MUNSLOW, Alun. **The Aesthetics of History**. New York (US): Routledge, 2020 (E-book).
- NAGAI, Paulo. **Os sinos de Nagasaki**. São Paulo: Flamboyant, 1959.
- NAKAGAWA, Hisayasu. **Introdução à cultura japonesa: Ensaio de antropologia recíproca**. São Paulo: Martins, 2008.
- NAKAJIMA, Takeshi. **Pāru hanji Tōkyō saiban hihan to zettai heiwa shugi**. Tokyo: Hakuuisha, 2007 (Juiz Radhabinod Pal e a crítica Tóquio e pacifismo absoluto Juiz Radhabinod Pal e a crítica ao Tribunal de Tóquio e o Pacifismo Absoluto).
- NAKAMURA Masanori. **Showa no kyoko (Showa no rekishi 2)**. Chiyoda (JP): Shogakukan, 1988 (Depressão na Era Showa (História da Era Showa 2)).
- NAKAMURA, Akira. Foreword. In: PAL, Radhabinod. **International Military Tribunal for the Far East: Dissident Judgment of Justice Pal**. Tokyo: Kokusho Kankokai, 1999
- NAKAZAWA, Keiji. **Gen – Pés Descalços: Vol 1**. São Paulo: Conrad, 2011.
- NAKAZAWA, Keiji. **Gen – Pés Descalços: Vol. 10**. São Paulo: Conrad, 2016.

- NAKAZAWA, Keiji. **Gen – Pés Descalços**: Vol. 2. São Paulo: Conrad, 2011a.
- NAKAZAWA, Keiji. **Gen – Pés Descalços**: Vol. 3. São Paulo: Conrad, 2011a.
- NAKAZAWA, Keiji. **Gen – Pés Descalços**: Vol. 4. São Paulo: Conrad, 2012.
- NAKAZAWA, Keiji. **Gen – Pés Descalços**: Vol. 5. São Paulo: Conrad, 2012a.
- NAKAZAWA, Keiji. **Gen – Pés Descalços**: Vol. 6. São Paulo: Conrad, 2013.
- NAKAZAWA, Keiji. **Gen – Pés Descalços**: Vol. 7. São Paulo: Conrad, 2014.
- NAKAZAWA, Keiji. **Gen – Pés Descalços**: Vol. 8. São Paulo: Conrad, 2015.
- NAKAZAWA, Keiji. **Gen – Pés Descalços**: Vol. 9. São Paulo: Conrad, 2015a.
- NAKAZAWA, Keiji. **Hiroshima: The autobiography of Barefoot Gen**. New York: Rowman & Littlefield, 2010.
- NEWMAN, Robert. **Truman and the Hiroshima Cult**. Michigan: Michigan State University, 1995.
- NICOLAZZI, Fernando. Culturas de passado e eurocentrismo: o périplo de Tláloc. AVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI Fernando; TURIN Rodrigo (Org.). **A História (in)Disciplinada Teoria, ensino e difusão de conhecimento histórico**. Editora Milfontes, 2019, p.211-245.
- NISHITANI, Keiji. **La religión y la nada**. Nagoya: Chisokudo, 2017
- NORA, Pierre. **Les lieux de la mémoire**. Montevideo: Ediciones Trilce, 2008
- NOVICK, Peter. **That Noble Dream: The “objectivity question” and the American Historical Profession**. New York: Cambridge University Press, 2005.
- NOZAKI, Yoshiko. **War Memory, Nationalism and Education in Postwar Japan, 1945-2007: The Japanese history textbook controversy and Ienaga Saburo's court challenges**. New York: Routledge, 2008
- OE, Kenzaburo. **Cuadernos de Hiroshima**. Barcelona: Anagrama, 2011
- OKAMOTO, Michihiro. **Kokkyo no nai Jidai no Rekishi** Tokyo: Kindai-bungeisha, 1993 (História na era sem fronteiras)
- OLSTEIN, Daniel. **Thinking History Globally**. New York: Palgrave Macmillan, 2015
- ORR, James. **The Victim as Hero: Ideologies of Peace and National Identity in Postwar Japan**. Honolulu (EUA): University of Hawaii Press, 2001
- OSBORNE, Peter. **The Politics of Time: Modernity and Avant-Garde**. New York: Verso, 2011.
- OSBORNE, Thomas. Desperate equilibrium: on guilt, law and rationality. **Economy and Societ**, vol.43, n.1, 2014, p. 40-54.
- OTOMO, Katsuhiko. **Akira**. Vol. 1. São Paulo: JBC, 2017
- OTOMO, Katsuhiko. **Akira**. Vol. 2. São Paulo: JBC, 2018

OTOMO, Katsuhiko. **Akira**. Vol. 3. São Paulo: JBC, 2018a

OTOMO, Katsuhiko. **Akira**. Vol. 4. São Paulo: JBC, 2019

OTOMO, Katsuhiko. **Akira**. Vol. 5. São Paulo: JBC, 2019a

OTOMO, Katsuhiko. **Akira**. Vol. 5. São Paulo: JBC, 2019b

PAL, Radhabinod. **International Military Tribunal for the Far East: Dissident Judgment of Justice Pal**. Tokyo: Kokusho Kankokai, 1999

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). **Varia história**. vol.31, n.57, 2015, p.863-902.

PEREIRA, Mateus; MARQUES, Mayra, ARAÚJO, Valdei. **Almanaque da COVID-19: 150 dias para não esquecer ou a história do encontro entre um presidente fake e um vírus real**. Vitória: Milfontes, 2020.

PHILLIPS, Gene; HILL, Rodney. **The encyclopedia of Stanley Kubrick**. New York: Facts On File, 2002

PIHLAINEN, Kahle. On historical consciousness and popular pasts. In: **História da**

PIMENTA, João Paulo et al. A Independência e uma cultura de história no Brasil. **Almanack**. n.8, 2014, p.5-36

PORTELLI, Alessandro. “O Massacre de Civitella Val di Chiara (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luta e senso comum” In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 103-130

PUREZA, José Manuel. **O desafio crítico dos estudos para a paz**. Relações Internacionais dez., 2011, vol.32, p.5-22

RANCIERE, Jacques. **A Partilha do Sensível**. Estética e Política. São Paulo, Editora 34, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. The Aesthetic Heterotopia. **Philosophy Today** (Special Supplement), n. 54, 2010, p. 15-25.

RHODES, Richard. **The Making of the Atomic Bomb**. New York: Simon & Schuster, 2012.

RICOEUR, Paul. A marca do passado. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, vol. 5, n. 10, 2012, p. 329-349.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RODGERS, Daniel. **The Age of Fracture**. Princeton: Princeton University Press, 2011.

ROTHBERG, Michael. **Multidirectional Memory: Remembering the Holocaust in the Age of Decolonization**. Stanford: Stanford California Press, 2009

- ROTTER, Andrew. **Hiroshima: The World's Bomb**. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- ROUDINESCO, Elisabeth. **Sigmund Freud na sua época e em nosso tempo**. São Paulo: Zahar, 2016
- ROUSSO, Henry. **The Vichy Syndrome: History & Memory in France since 1944**. Cambridge: Harvard University Press, 1994
- RUIZ, Castor. A justiça perante uma crítica ética da violência. In: RUIZ, Castor. **Justiça e Memória: para uma crítica da ética da violência**. São Leopoldo: UNISINOS, 2009, p.87-112
- RUSEN, Jorn. Using History: The Struggle over Traumatic Experiences of the Past in Historical Culture. **Historien**, vol.11, 2011, p.14-18.
- RUSSELL, Bertrand. **A última oportunidade do homem**. Lisboa: Guimarães Editora, 1990
- SABURO, Ienaga. **Japan's Past, Japan's Future: One historian Odyssey**. New York: Rowman & Littlefield Publishers, 2000
- SABURO, Ienaga. **The Pacific War: 1931-1945**. New York: Pantheon, 1978
- SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SAID, Edward. **Representaciones del intelectual**. Buenos Aires: Paidós, 1996.
- SAKAI, Naoki. Resistance to conclusion: the Kyoto School philosophy under the PaX Americana. In: GOTO-JONES, Christopher (Org.). **Re-politicising the Kyoto School as Philosophy**. New York: Routledge, 2008, p.183-199
- SAKURAI, Célia. **Os Japoneses**. São Paulo: Contexto, 2007.
- SANDERS, Holly. Indentured servitude and the abolition of prostitution in postwar Japan. **Program on U.S.-Japan Relations**. Harvard University, 2006. Disponível em: <encurtador.com.br/iuHU2> Acesso em 01/08/2020
- SARIG, Roni. Sadako Sasaki and Anne Frank: Myths in Japanese and Israeli Memory of the Second World War. In: PODOLER, Guy (Org.). **War and Militarism in Modern Japan: Issues of History and Identity**. Folkestone (ING): Global Oriental, 2009, p.158-171
- SARTRE, Jean-Paul. **Existencialismo é um humanismo**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- SARTRE, Jean-Paul. **O idiota da família – Vol. 1**. Porto Alegre: L&PM, 2014a
- SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- SASAKI, Masahiro. **Sadako no senbazuru**. Tokyo: Gakken, 2013

SASAKI, Sheena. Education Before Schooling: Picture Books, Stories, and Nationalism. **Japan Sociology**. 4 de fev. 2014. Disponível em: <<https://japansociology.com/tag/sadako-sasaki/>> Acesso em: 21/07/2020

SASAKI, Yuichiro (Org.) **Scenes of A-bomb Explosion Hiroshima Photograph**. Hiroshima: Edição do autor, 1954.

SATO, Masayuki. A Social History of Japanese Historical Writing. In: SATO, Masayuki; RABASA, Jose; TORTAROLO, Edoardo; WOOLF, Daniel. **The Oxford History of Historical Writing, Vol. 3, 1400 –1800**. Oxford, Oxford University Press, 2012.

SATO, Masayuki. Conceptual Changes in Japanese Terms after the Introduction of English during the Early Meiji Period. **Yamanashi Global Studies**, Mar. 2014, Vol.9, p. 25-36.

SATO, Masayuki; BOOTH, Martin; MATTHEWS, Richard. Case Studies of History Teaching in Japanese Junior High Schools and English Comprehensive Secondary Schools. **Compare: A Journal of Comparative and International Education**, 1995, vol.25, n.3, p.279-301,

SCHMIDT, Benito. Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: biografia e ética. São Paulo. vol.33, n.1, jan.-jun., 2014, p. 124-144.

SEATON, Philip. **Japan's Contested War Memories: The 'Memory Rifts' in Historical Consciousness of World War II**. New York-London: Routledge, 2010.

SEBALD, Winfried. **Guerra aérea e literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011;

SELDEN, Kyoko; SELDEN, Mark. **The Atomic Bomb: Voices From Hiroshima and Nagasaki**. London-New York: Routledge, 1990.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. **Proj. História**. vol.30, jun., 2005, p. 71-98,

SENDA, Kakou. **Jūgun-ianfu**. Tokyo: Futabasha, 1973 (Mulheres de Conforto dos Militares)

SHERWIN, Martin. **A World Destroyed: The Atomic Bomb and the Grand Alliance**. New York: Vintage Books, 1975

SHIBATA, Yuko. **“Hiroshima Nagasaki” hibaku shinwa o kaitai suru - inpei sa rete kita Nichibei kyōhan kankei no genten**. Tokyo: Sakuhinsha, 2015. (“Hiroshima e Nagasaki”: Desmontando o mito do bombardeamento - a origem da relação escondida entre o Japão e os Estados Unidos).

SHIMONO, Ikkaku. **Nankin sakusen no shinso: Kumamoto Rokushidan senki**. Tokyo: Tokyo Information Company, 1966

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2003

- STAROBINSKI, Jean. Os problemas da autobiografia. In: **Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.246-256.
- SVAMPA, Lucila. **La historia en disputa: Memoria, olvido y usos del pasado**. Buenos Aires: Editorial Prometeo, 2016.
- TAKAKI, Ronald. Hiroshima: **Why America Dropped the Atomic Bomb**. Boston: Little, Brown and Company, 1995.
- TAKENAKA, Akiko. Mobilizing Death in Imperial Japan: War and the Origins of the Myth of Yasukuni. **The Asia-Pacific Journal**. vol.13, n. 2, set.,2015
- TAMANOI, Mariko Asano. **Memory Maps: The State and Manchuria in Postwar Japan**. . Honolulu: University of Hawaii Press, 2009.
- TANAKA, Masaru. Zōkei geijutsu no oridzuru ga hatasu heiwa e no yakuwari: Komyunikeshon tsuru to shite no ato no chikara (O poder da arte como ferramenta de comunicação: o significado do tsuru de origami como símbolo da paz). **Gurobaru komyunikeshon kenky**. n.3. Kanda University of International Studies, 2016, p.57-81. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/198566305.pdf>> Acesso em 21/07/2020
- TANAKA, Shinjiro. ‘Death ash’: the experience of 23 Japanese fishermen. **Japan Quarterly**. n.2, vol. 1, jan-mar, 1955, p. 36–42
- TANAKA, Stefan. **Japan's Orient: Rendering Pasts into History**. Berkeley: University of California Press, 1996.
- TANAKA, Stefan. **New Time in Modern Japan**. New Jersey: Princeton University Press, 2004
- TANAKA, Yuki. A Proposal from Hiroshima. **Digital Development Debates**. vol.15, 2015. Disponível em: <<http://www.digital-development-debates.org/issue-15-responsibility--responsibility-for-the-future--a-proposal-from-hiroshima.html>> Acesso em 04/08/2020
- TANAKA, Yuki. Crime and Responsibility: War, the state, and Japanese society. **The Asia-Pacific Journal**, vol.4, ed. 8, n.0, ago. 14, 2006.
- TANAKA, Yuki. Godzilla and the Bravo Shot: Who Created and Killed the Monster? **The Asia-Pacific Journal**. vol.3, n.6, 2005a
- TANAKA, Yuki. Japan’s Kamikaze Pilots and Contemporary Suicide Bombers: War and Terror. **The Asia-Pacific Journal**. vol. 3, n.7, 2005.
- TANAKA, Yuki. **Japan's Comfort Women**. London: Routledge, 2001.

TANAKA, Yuki. Reflections 68 Years On: How to Address an Irresponsible State 8. **The Asia-Pacific Journal** (Japan Focus), vol.10, n.158, 2014. Disponível em: <<https://apjff.org/-Yuki-Tanaka/4770/article.pdf>> Acesso em 14/07/2014.

TANAKA, Yuki. **Shira reزارu senso hanzai** — nippongun wa ōsutoraria hito ni naniwoshita ka. Tokyo: Otsukishoten, 1993. (Crimes de guerra desconhecidos – o que exército japonês fez aos australianos).

TANAKA, Yuki. **Sora no senso-shi**. Tokyo; Kodansha, 2008. (História de uma guerra vazia)

TANAKA, Yuki. The Atomic Bombing, the Tokyo Tribunal and the Shimoda Case: Lessons for Anti-Nuclear Legal Movements. In: TANAKA, Yuki; MCCORMACK, Tim; SIMPSON, Gerry (Orgs.). **Beyond Victor's Justice? The Tokyo War Crimes Trial Revisited**. Leida (NL): Brill, 2011, p. 291-310.

TANAKA, Yuki. War and Peace in the Art of Tezuka Osamu: The humanism of his epic manga. **The Asia-Pacific Journal**. vol. 8, n.1, setembro, 2010. Disponível em: <<https://apjff.org/-Yuki-Tanaka/3412/article.html>> Acesso em 22/06/2020

TANAKA, Yuki; FALK, Richard. The Atomic Bombing, The Tokyo War Crimes Tribunal and the Shimoda Case: Lessons for Anti-Nuclear Legal Movements. **The Asia-Pacific Journal**. vol.7, n.3, nov., 2009.

TANAKA, Yuki; KUZNICK, Peter. **Genpatsu to Hiroshima – “genshiryoku heiwa riyo” no shinso**. Tokyo: Iwanami Shoten, 2011a. (Usinas de Energia Nuclear e Hiroshima - a verdade sobre o "uso pacífico de energia nuclear")

TANAKA, Yuki; NORIMATSU, Satoko. Remembering Nakazawa Keiji. **The Asia-Pacific Journal**. Asia-Pacific Journal. vol.10, n.135, 2012.

TANAKA, Yuki; YOUNG, Marilyn (Org.). **Bombing Civilians: A Twentieth-Century**. New York: The New Press, 2010

TANAKA, Yuki. **Hidden Horrors: Japanese War Crimes in World War II**. New York: Rowman & Littlefield, 2018.

TEZUKA, Osamu. **Ayko**. São Paulo: Veneta, 2018.

THE COMMITTEE FOR THE COMPILATION OF MATERIALS ON DAMAGE CAUSED BY THE ATOMIC BOMBS IN HIROSHIMA AND NAGASAKI. **The impact of the A-bom: Hiroshima and Nagasaki, 1945-1985**. Tokyo: Iwana Shoten, 1985.

TIBBETS, Paul. **The Tibbets Story**. New York: Stein and Day, 1978

TIMPERLEY, Harold. **What War Means: The Japanese Terror in China**, London, Victor Gollancz Ltd,1938.

- TODOROV, Tzvetan. **Los Abusos de la memoria**. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2000.
- TODOROV, Tzvetan. Memory as remedy for evil. **Journal of International Criminal Justice**. vol.7, 2009, p.447-462
- TOYAMA, Shigeki; IMAI, Seiichi; FUJUWARA, Akira. **Showa Shi**. Tokyo: Iwanami Shoten, 1959
- TOYAMA, Shigeki. **Meijiishin to ten'no**. Tokyo: Iwanami Shoten, 1991 (A Restauração Meiji e o Imperador)
- TRAVERSO, Enzo. **La Historia Como Campo De Batalla**. Ciudad de México: Fondo Cultura Económica, 2013.
- TRAVERSO, Enzo. **El pasado, instrucciones de uso**. Buenos Aires: Prometeo, 2018.
- TRAVERSO, Enzo. **Left-Wing Melancholia: Marxism, History, and Memory**. New York: Columbia University Press, 2017 (E-book)
- TSURUMI, Shunsuke. A cultural history of postwar Japan 1945-1980. New York :Routledge, 2010
- VELLOSO, ANA. A Imprescritibilidade dos Crimes Internacionais In: **ANUÁRIO BRASILEIRO DE DIREITO INTERNACIONAL**, v.1, n.1, 2006, p.11-28
- VIDAL-NAQUET, Pierre. **Os Assassinos da Memória: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo**. Campinas: Papirus, 1987.
- WALKER, J. Samuel. The Decision to Use the Bomb: A Historiographical Update. **Diplomatic History**. vol.14, jan., 1990, p.97-114
- WALKER, Samuel. **Prompt and Utter Destruction: Truman and the Use of Atomic Bombs against Japan**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1997.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2001
- WEBER, Max. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, Gabriel; FERNANDES, Florestan (Org.). **Weber – Sociologia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais, 13. São Paulo: Ática, 1999, p. 79-127.
- WEST, Cornel. **Race Matters**. Boston: Beacon Press, 1993.
- WHITE, Hayden. The Modernist Event. In: **Figural Realism**. Studies in the Mimesis Effect. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1999. p. 66-86.
- WHITE, Hayden. Historiography and Historiophoty. **The American Historical Review**, v. 93, n. 5, dez., 1988, p.1193-1199.

- WHITE, Hayden. **Meta-história: a imaginação histórica do século XIX**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
- WHITE, Hayden. O passado prático. **Artcultura**, vol. 20, n. 37, 2018, p. 9 - 19.
- WHITE, Hayden. Para White, história recalcou a poesia (entrevistado por Bernardo Carvalho). **Folha de São Paulo**, 11 de setembro de 1994. Disponível: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/9/11/mais!/8.html>> Acesso em 29 de junho de 2020.
- WHITE, Hayden. Teoria literária e escrita da história. Rio de Janeiro: **Estudos Históricos**, v. 7, n. 13, 1991. p. 21-48
- WHITE, Hayden. **The Pratical Past**. Evanstone: Northwestern University Press, 2014.
- WHITE, Hayden. **The Relevance of Historical Studies: a Reply to Dirk Moses**". History and Theory. 2005. vol. 44, n. 3, pp 333-338.
- WHITE, Hayden. **The Content of the Form: Narrative Discourse and Historical Representation**. Baltimore: John Hopkins University Press, 1990.
- WILLIAMS, Raymond. **Keywords: a vocabulary of culture and society**. Revised edition. New York: Oxford University Press, 1985.
- WILLIAMS, William Appleman. **The Tragedy of American Diplomacy**. Cleveland: World, 1959
- Work, Max Weber, CONRAD, Sebastian. Confucianism: The Confucian Ethic and the Spirit of Japanese Capitalism. In: KOCKA, Jürgen (Org.) **Work in a Modern Society: The German Historical Experience in Comparative Perspective**. New York: Berghahn Books, 2010a.
- YERUSHALMI, Yosef. Reflexões sobre o esquecimento. In: YERUSHALMI, Yosef [et al.]. **Usos do esquecimento: conferências proferidas no colóquio Royaumont**. Campinas: Editora da Unicamp, 2017, p. 9-28.
- YOKOYAMA, Mitsuteru. **Tetsujin 28, n.11**. Tokyo: Ushio, 2009
- YONEYAMA, Lisa. **Hiroshima Traces: Time, Space and the Dialectics of Memory**. Orlando: University of California, 1999.
- YOSHIDA, Seiji. Tokyo: **Chōsen hito ianfu to nihonjin**, Tokyo: Chūkeishuppan, 1977.
(Mulheres de conforto coreanas e o povo japonês)
- YOSHIDA, Seiji. **Watashi no sensō hanzai**. Tokyo. San-Ichi, 1983 (Meus crimes de guerra)
- YOSHIMI, Yoshiaki. **Confort Women: Sexual Slavery in the Japanese Military During World War II**. New York: Columbia university Press, 2002
- YOUNG, Marilyn. **The Vietnam Wars, 1945-1990**. New York Harper Collins, 1991

- ZACHMANN, Urs Matthias. **China and Japan in the Late Meiji Period**. China policy and the Japanese discourse on national identity, 1895–1904. New York: Routledge, 2009.
- ZHANG, Xupeng. In And Out Of The West On The Past, Present, And Future Of Chinese Historical Theory. **History and Theory**, n. 54, dez. 2015, 46-63.
- ZINN, Howard. **The bomb**. San Francisco (USA): City Lights, 2010.
- ZWIGENBERG, Ran. **Hiroshima: The Origins of Global Memory Culture**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.